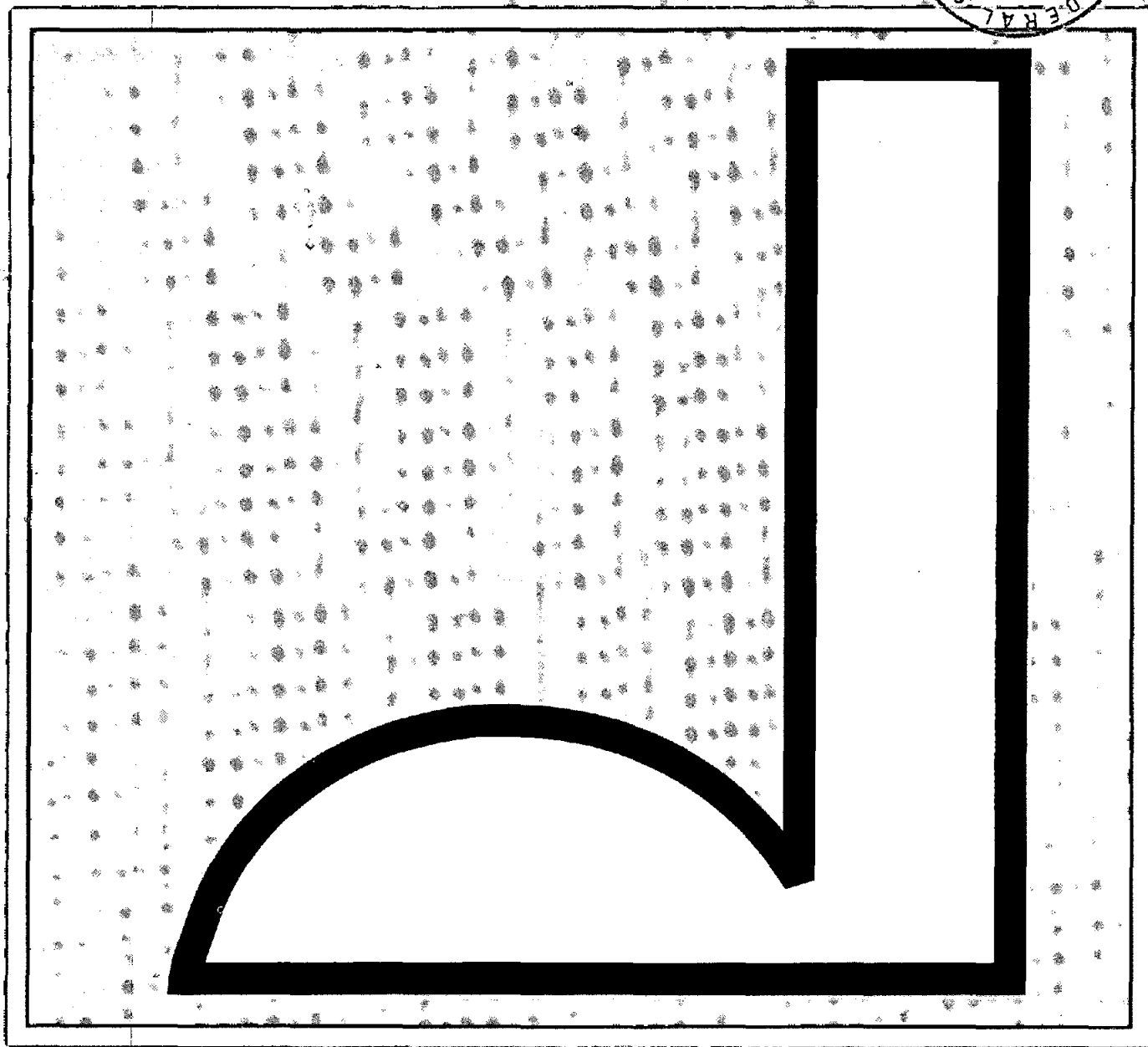


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIII-Nº 085

SEXTA-FEIRA, 29 DE MAIO DE 1998

BRASÍLIA-DF

EXEMPLAR ÚNICO

MESA		
<p>Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</i></p> <p>1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo - PSDB - RN</i></p> <p>2º Vice-Presidente <i>Júnia Marise - Bloco - MG</i></p> <p>1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</i></p> <p>2º Secretário <i>Carlos Patrocínio - PFL - TO</i></p>		<p>3º Secretário <i>Flaviano Melo - PMDB - AC</i></p> <p>4º Secretário <i>Lucídio Portella - PPB - PI</i></p> <p>Suplentes de Secretário <i>1ª Emília Fernandes - Bloco - RS</i> <i>2º Lúdio Coelho - PSDB - MS</i> <i>3º Joel de Hollanda - PFL - PE</i> <i>4ª Marluce Pinto - PMDB - RR</i></p>
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor(1) <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i> Corregedores Substitutos(1) <i>Ramez Teber - PMDB - MS</i> <i>Joel de Hollanda - PFL - PE</i> <i>Lúcio Alcântara - PSDB - CE</i></p>		<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores(2) <i>Nabor Júnior - PMDB - AC</i> <i>Djalma Bessa - PFL - BA</i> <i>Emília Fernandes - Bloco - RS</i> <i>José Ignácio Ferreira - PSDB - ES</i> <i>Lauro Campos - Bloco - DF</i></p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder <i>Elcio Álvares - PFL - ES</i></p> <p>Vice-Líderes <i>José Roberto Arruda - PSDB - DF</i> <i>Vilson Kleinübing - PFL - SC</i> <i>Ramez Teber - PMDB - MS</i> <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i></p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder <i>Hugo Napoleão</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Gilberto Miranda</i> <i>Rômero Jucá</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Júlio Campos</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder <i>Jader Barbalho</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Nabor Júnior</i> <i>Gerson Camara</i> <i>Carlos Bezerra</i> <i>Ney Suassuna</i> <i>Fernando Bezerra</i> <i>Gilvan Borges</i></p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO</p> <p>Líder <i>Eduardo Suplicy</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Sebastião Rocha</i> <i>Antonio Carlos Valadares</i> <i>Roberto Freire</i> <i>José Eduardo Dutra</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder <i>Sergio Machado</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Jefferson Pêres</i> <i>José Ignácio Ferreira</i> <i>Coutinho Jorge</i></p> <p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder <i>Epitácio Cafeteira</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Leomar Quintanilha</i> <i>Esperidião Amin</i></p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder <i>Odacir Soares</i></p>

Atualizada em 5-5-98

(1) Reeleitos em 2-4-97.

(2) Designação: 16 e 23-11-95.

EXPEDIENTE	
<p><i>Agacieli da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p><i>Claudionor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p><i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><i>Raimundo Carneiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p><i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata</p> <p><i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 57ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 28 DE MAIO DE 1998

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Nº 165, de 1998 (nº 616/98, na origem), de 25 do corrente, restituindo autógrafo do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1997 (nº 4.797/94, na Casa de origem), de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de Primeiro Grau da 1ª Região, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 9.642, de 25 de maio de 1998. 09411

1.2.2 – Pareceres

Nº 315, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 148, de 1998, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal o nome do Dr. Carlos Alberto Reis de Paula, Juiz Togado do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Orlando Teixeira da Costa e reservada a juizes de carreira da magistratura trabalhista. 09411

Nº 316, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 156, de 1998, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal o nome do Dr. Gelson de Azevedo, Juiz Togado do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Manoel Mendes de Freitas e reservada a juizes de carreira da magistratura trabalhista. 09412

Nº 317, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Consulta nº 1, de 1998, que argui sobre a necessidade ou não de o Senador Pedro Piva licenciar-se das funções que ocupa como membro dos Conselhos de Administração das empresas KLABIN (IKPC – Indústrias Klabin de Papel e Celulose Sociedade Anônima e suas subsidiárias), Fundação Zerbini – Incor, Museu de Arte Moderna – MAM, Museu de Arte de São Paulo – MASP, Instituto de Estudos Avançados para o Desenvolvimento Indus-

trial – IEDI e Museu Brasileiro de Escultura – MUBE, relativamente aos impedimentos previstos no art. 54 da Constituição Federal. 094155

Nº 318, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 1998, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que inclui no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias artigo que regulariza a situação funcional de servidores de empresas públicas federais que há mais de dez anos prestam serviços à administração direta, e dá outras providências, e a Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 1998, tendo como primeiro signatário o Senador Geraldo Melo, que acrescenta parágrafos ao art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a situação funcional dos servidores e empregados públicos federais legalmente cedidos a órgãos e entidades da União, que tramitam em conjunto. 09418

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Ofício nº S/44, de 1998 (nº 1.405/98, na origem), de 28 do corrente, do Banco Central do Brasil, encaminhando parecer daquele órgão a respeito da solicitação do Governo do Estado de Roraima sobre o contrato de abertura de crédito e de compra e venda de ativos, firmado entre a União, o Estado de Roraima e o Banco do Estado de Roraima S/A – BANER, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de trinta e três milhões de reais, posição em 28 de fevereiro do corrente ano. À Comissão de Assuntos Econômicos, que terá o prazo de quinze dias para apreciação da matéria. 09422

Recebimento do Ofício nº S/45, de 1998 (nº 1.408/98, na origem), de 28 do corrente, do Banco Central do Brasil, encaminhando parecer daquele órgão a respeito da solicitação do Governo do Estado de Roraima sobre o Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas, celebrado com a União, em 25 de março do corrente ano, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de sete milhões, duzentos e quarenta e sete mil, seiscentos e oitenta e dois reais e oito centavos. À Comissão de Assuntos

Econômicos, que terá o prazo de quinze dias para apreciação da matéria.....

09422

Recebimento do Ofício nº S/46, de 1998 (nº 1.406/98, na origem), de 28 do corrente, do Banco Central do Brasil, encaminhando parecer daquele órgão relativo à solicitação da Prefeitura do Município de São Paulo, para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo – LFTMSP, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no segundo semestre de 1998. À Comissão de Assuntos Econômicos.....

09422

Recebimento do Ofício nº S/47, de 1998 (nº 1.407/98, na origem), de 28 do corrente, do Banco Central do Brasil, encaminhando parecer daquele órgão relativo à solicitação da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município do Rio de Janeiro – LFTM-RIO, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no segundo semestre de 1998. À Comissão de Assuntos Econômicos.....

09422

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR ABDIAS NASCIMENTO – A discriminação racial como forma de alijamento e exclusão dos cidadãos afro-brasileiros do mercado de trabalho.....

09422

SENADOR JOSÉ SAAD – Considerações sobre a proposta de desenvolvimento do entorno de Brasília, que se transformou na Lei Complementar nº 9.419, de fevereiro de 1998.....

09425

SENADORA BENEDITA DA SILVA – Comemoração, na data de hoje, do Dia Internacional da Ação pela Saúde da Mulher e do Dia Nacional da Redução da Mortalidade Materna. Análise da saúde da mulher no País.....

09428

SENADOR EDISON LOBÃO – Comentário ao artigo do Jornalista Luís Nassif, publicada no jornal Folha de S.Paulo, do dia 18 do corrente, em que ressalta o sucesso do programa de qualidade no Poder Judiciário do Maranhão.....

09430

1.2.5 – Requerimentos

Nº 374, de 1998, de autoria do Senador Gilberto Miranda, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona. À Mesa para decisão.....

09432

Nº 375, de 1998, de autoria do Senador Gilberto Miranda, solicitando ao Ministro de Estado da Justiça as informações que menciona. À Mesa para decisão.....

09433

1.3 – ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1998 (nº 4.439/98, na Casa de origem), que denomina "Aeroporto Internacional Deputado Luís Eduardo Magalhães" o Aeroporto Internacional da Cidade de Salvador, Estado da Bahia. Aprovado com

emendas de redação, após usarem da palavra os Senadores Djalma Bessa, Edison Lobão, Artur da Távola, a Senadora Júnia Marise, e os Senadores José Eduardo Dutra, Francelino Pereira, Roberto Requião, Elcio Alvares, Romeu Tuma, Arlindo Porto, Leomar Quintanilha, Ramez Tebet, Teotonio Vilela Filho e Carlos Patrocínio. À Comissão Diretora para redação final.....

09433

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1998. Aprovada. À sanção.....

09443

1.3.1 – Fala da Presidência (Senador Antonio Carlos Magalhães)

Agradecimentos pelas homenagens prestadas à memória do Deputado Luís Eduardo Magalhães.....

09443

1.3.2 – Ordem do Dia (continuação)

Projeto de Resolução nº 56, de 1998, que autoriza o Estado de Minas Gerais a contratar operação de refinanciamento de dívidas mobiliária e contratual do Estado, consubstanciadas no contrato de confissão, promessa de assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União, em 18 de fevereiro de 1998, com base no protocolo de acordo firmado entre a União e o Governo do Estado de Minas Gerais, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de onze bilhões, oitocentos e vinte e sete milhões, quinhentos e quarenta mil, duzentos e oito reais e noventa e dois centavos. Aprovado, com o voto contrário do Senador Lauro Campos, após usarem da palavra a Senadora Júnia Marise e os Senadores Francelino Pereira e Lauro Campos. À Comissão Diretora para redação final.....

09444

Redação final do Projeto de Resolução nº 56, de 1998. Aprovada. À promulgação.....

09446

Projeto de Resolução nº 57, de 1998, que autoriza o Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito consubstanciada no contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ativos celebrado entre a União, o Estado de Minas Gerais, o Banco do Estado de Minas Gerais – BEMGE, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A – BDMG e a Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais S/A – MINASCAIXA, nos termos do disposto na Medida Provisória nº 1.654-23, de 15.4.98, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de quatro bilhões, trezentos e quarenta e quatro milhões, trezentos e trinta e seis mil reais. Aprovado, com o voto contrário do Senador Lauro Campos, tendo S. Exa. usado da palavra. À Comissão Diretora para redação final.....

09448

Redação final do Projeto de Resolução nº 57, de 1998. Aprovada. À promulgação.....

09449

Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 1995, tendo como primeiro signatário o Sena-

dor Ronaldo Cunha Lima, que altera dispositivos que menciona da Constituição Federal (imunidade parlamentar). (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 3 e 10, de 1995; 18 e 34, de 1997; 9, 12, 13 e 14, de 1998). Não houve oradores no terceiro dia de discussão, em primeiro turno, sendo lidas as Emendas nº 3 e 4-Plen. 09451

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 1995, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que altera o art. 53 da Constituição Federal (imunidade parlamentar). Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 2 e 10, de 1995; 18 e 34, de 1997; 9, 12, 13 e 14, de 1998. 09456

Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 1995, tendo como primeiro signatário o Senador Ney Suassuna, que altera dispositivos que menciona da Constituição Federal (imunidade parlamentar). Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 2 e 3, de 1995; 18 e 34, de 1997; 9, 12, 13 e 14, de 1998. 09456

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1997, tendo como primeiro signatário o Senador Ronaldo Cunha Lima, que altera a redação da alínea d do inciso XXXVIII do art. 5º da Constituição Federal (imunidade parlamentar). Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 2, 3 e 10, de 1995; 34, de 1997; 9, 12, 13 e 14, de 1998. 09456

Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 1997, tendo como primeiro signatário o Senador Carlos Wilson, que altera o art. 55 da Constituição Federal (imunidade parlamentar). Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 2, 3 e 10, de 1995; 18, de 1997; 9, 12, 13 e 14, de 1998. 09456

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 1998, tendo como primeiro signatário o Senador José Serra, que altera o art. 53 da Constituição Federal, que dispõe sobre a imunidade parlamentar. Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 2, 3 e 10, de 1995; 18 e 34, de 1997; 12, 13 e 14, de 1998. 09456

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 1998, tendo como primeiro signatário o Senador Bernardo Cabral, que acrescenta parágrafo ao art. 53 da Constituição Federal e dá outras providências (imunidade parlamentar). Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 2, 3 e 10, de 1995; 18 e 34, de 1997; 9, 13 e 14, de 1998. 09456

Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 1998, tendo como primeiro signatário o Senador Bernardo Cabral, que dá nova redação aos §§ 2º e 3º do art. 55 da Constituição Federal e dá outras providências (imunidade parlamentar).

Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 2, 3 e 10, de 1995; 18 e 34, de 1997; 9, 12 e 14, de 1998. 09456

Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 1998, tendo como primeiro signatário o Senador Odacir Soares, que altera o § 1º do art. 53 da Constituição Federal, de modo a restringir apenas aos crimes de calúnia, injúria e difamação a exigência de autorização das respectivas Casas para o julgamento de parlamentar pelo STF. Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 2, 3 e 10, de 1995; 18 e 34, de 1997; 9, 12 e 13, de 1998. 09457

Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1998 (nº 29/95, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre a Construção e Utilização de um Prédio para a Ampliação das Instalações da Embaixada do Brasil em Luanda e para Habitação dos Funcionários Diplomáticos, Técnicos e Administrativos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola, em 28 de janeiro de 1989. Aprovado. À Comissão Diretora para redação final. 09457

Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1998 (nº 581/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Internacional sobre Preparo, Resposta e Cooperação em Caso de Poluição por Óleo, 1990, concluída em Londres, em 30 de novembro de 1990. Aprovado. À Comissão Diretora para redação final. 09457

Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1998 (nº 583/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto modificativo ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento, aprovado pela Resolução B/BG/97/05. Aprovado. À Comissão Diretora para redação final. 09458

Projeto de Resolução nº 25, de 1997, de autoria do Senador Coutinho Jorge, que altera a denominação e a estrutura da Consultoria de Orçamentos e dá outras providências. Discussão adiada para a sessão do próximo dia 3 de junho, nos termos do Requerimento nº 376, de 1998, após usarem da palavra os Senadores Coutinho Jorge e Lauro Campos. 09458

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 1995, de autoria do Senador Osmar Dias, que cria o Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego – PEPE e dá outras providências. Aprovada. À Câmara dos Deputados. 09460

Redação final do Projeto de Resolução nº 28, de 1998, que autoriza o Estado do Rio Grande do Norte a contratar operação de refinanciamento de sua dívida, consubstanciada no contrato de confissão, promessa de assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União, em 26 de novembro de 1997, no âmbito do Pro-

grama de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. Aprovada. À promulgação. ...

09461

Requerimento nº 276, de 1998, do Senador José Eduardo Dutra, solicitando, nos termos regimentais, que o Projeto de Resolução nº 161, de 1997, de iniciativa da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, que modifica o Regimento Interno do Senado Federal, transformando a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura em Comissão de Assuntos Regionais, Infra-Estrutura e Meio Ambiente, seja encaminhado à Comissão Especial criada através do Requerimento nº 201, de 1995, destinada a elaborar e apresentar Projeto de Resolução reformando o Regimento Interno. Aprovado.

09462

Requerimento nº 287, de 1998, do Senador Ramez Tebet, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 7 e 8, de 1998, com as de nºs 15, 45, 49 e 51, de 1996, já apensadas, por versarem sobre idade de imputabilidade penal. Aprovado. As matérias retornam à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

09462

1.3.3 – Requerimento

Nº 377, de 1998, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 1998, de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, que altera o percentual de diferença entre a remuneração dos cargos de Ministros do Superior Tribunal de Justiça e dos Juizes da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus. Aprovado.

09462

1.3.4 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia

Redações finais dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 2, 10 e 16 de 1998. Aprovadas, nos termos dos Requerimentos nºs 378 a 380, de 1998. À promulgação.

09463

1.3.5 – Requerimento

Nº 381, de 1998, do Senador Guilherme Palmeira, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 295, de 1998, de sua autoria. Deferido.

09465

1.3.6 – Leitura de parecer

Nº 325, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 1998 (nº 2.911/97, na Casa de origem), de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, que altera o percentual de diferença entre a remuneração dos cargos de Ministros do Superior Tribunal de Justiça e dos Juizes da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus. Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas ao projeto.

09465

1.3.7 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR FRANCELINO PEREIRA – Defesa da criação de frentes de trabalho nas regiões de seca, como forma de apresentar uma alternativa

às dificuldades que os moradores da região estão sofrendo.

09466

SENADOR ERNANDES AMORIM – Início das atividades da subcomissão criada pelo Senado Federal para realizar procedimento fiscalizatório de recursos federais repassados ao Governo de Rondônia.

09467

SENADORA JÚNIA MARISE – Análise da crise nas universidades brasileiras.

09469

1.3.8 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR JOEL DE HOLLANDA – Transcrição nos anais do Senado Federal do artigo do educador e Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Cardeal Dom Lucas Moreira Neves, publicado no jornal *Correio Braziliense*, intitulado "Pequena Revolução Pedagógica". .

09473

SENADOR ODACIR SOARES – Análise dos riscos envolvidos na transição do sistema de Previdência Social para o regime de Previdência Privada.

09475

SENADOR CASILDO MALDANER – Considerações sobre a deterioração da Saúde Pública e da Previdência Social.

09476

SENADOR MAURO MIRANDA – Registro da realização, no dia de hoje, de debate nacional, patrocinado pelo grupo Jaime Câmara, sobre a necessidade de agilizar a construção da Ferrovia Norte-Sul.

09477

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 28-5-98

3 – EMENDAS

Oferecidas às Medidas Provisórias nºs 1.512-23, 1.554-28, 1.559-26 e 1.586-9, de 1998.

09479

4 – ATA DE COMISSÃO

9ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 12 de maio de 1998.

09502

5 – ATO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO

Nº 8, de 1998.

09522

6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 940 a 951, de 1998.

09523

Apostilas referentes às aposentadorias dos Servidores Sérgio Figueira Castello Branco e Horlando Rodrigues de Menezes.

09530

7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

10 – CONSELHO COMPOSTO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 1, DE 1998-CN, E COMISSÃO DE JULGAMENTO

Ata da 57ª Sessão Deliberativa Ordinária em 28 de maio de 1998

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura

*Presidência dos Srs.: Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo
Ronaldo Cunha Lima e Carlos Patrocínio*

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Abdias Nascimento – Antonio Carlos Magalhães – Antonio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Artur da Távola – Bello Parga – Benedita da Silva – Beni Veras – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Coutinho Jorge – Djalma Bessa – Edison Lobão – Elcio Alvares – Elói Portela – Emília Fernandes – Epitácio Cafeteira – Ernandes Amorim – Esperidião Amin – Francelino Pereira – Geraldo Melo – Gilberto Miranda – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Iris Rezende – Jefferson Péres – João Rocha – Joel de Hollanda – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Agripino – José Alves – José Eduardo – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Roberto Arruda – José Saad – Júnia Marise – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Leonel Paiva – Levy Dias – Lucídio Portella – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Marina Silva – Mauro Miranda – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Odacir Soares – Osmar Dias – Pedro Simon – Ramez Tebet – Roberto Requião – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Teotônio Vilela Filho – Vilson Kleinubing – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A lista de presença acusa o comparecimento de 61 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nº 165, de 1998 (nº 616/98, na origem), de 25 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1997 (nº 4.797/94, na Casa de

origem), de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de Primeiro Grau da 1ª Região, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 9.642, de 25 de maio de 1998.

*(Será feita a devida comunicação à
Câmara dos Deputados)*

PARECERES

PARECER Nº 315, DE 1998

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 148, de 1998, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, o nome do Sr. Carlos Alberto Reis de Paula, para Ministro Togado do TST.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 27-5-98 apreciando o relatório apresentado pelo Sr. Senador Francelino Pereira (em anexo ao parecer), sobre a Mensagem nº 148, de 1998, do Senhor Presidente da República, opina pela aprovação da escolha do Senhor Carlos Alberto Reis de Paula para exercer o cargo de Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho.

Sala das Comissões, 27 de maio de 1998. – **Bernardo Cabral**, Presidente – **Francelino Pereira**, Relator – **Beni Veras** – **Edison Lobão** – **Djalma Bessa** – **Pedro Simon** – **Lúcio Alcântara** – **Jefferson Péres** – **José Eduardo Dutra** – **José Fogaça** – **Arlindo Porto** – **Bello Parga** – **Elcio Alvares** – **Esperidião Amin** – **Antonio Carlos Valadares**.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Francelino Pereira**

Vem ao exame desta Comissão mensagem do Sr. Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, submetendo ao Senado Federal, na forma da Constituição (art. 52, inciso III, alínea a, combinado com o art. 111, parágrafo único) a indicação do

nome do Dr. Carlos Alberto Reis de Paula, para o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

Curriculum do indicado, anexado ao processo, demonstra exaustivamente que o Dr. Carlos Alberto reúne as condições necessárias ao exercício da honrosa função.

Sua experiência profissional, tanto no exercício de funções públicas na área da justiça trabalhista, como na atividade de advogado e de professor, o credencia a um excelente desempenho no colegiado do Tribunal Superior do Trabalho.

Em face da competência privativa do Senado Federal para aprovar a escolha de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, e considerando os méritos do indicado, meu voto é pela aprovação da indicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 1998. – **Bernardo Cabral**, Presidente – **Francelino Pereira**, Relator.

PARECER Nº 316 DE 1998

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 156, de 1998, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, o nome do Sr. Gelson de Azevedo, para Ministro Togado do TST.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 27-5-98 apreciando o relatório apresentado pelo Sr. Senador Pedro Simon (em anexo ao parecer), sobre a Mensagem nº 156, de 1998, do Senhor Presidente da República, opina pela aprovação da escolha do Senhor Gelson de Azevedo para exercer o cargo de Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho.

Sala das Comissões, 27 de maio de 1998. – **Bernardo Cabral**, Presidente – **Pedro Simon**, Relator – **Antonio Carlos Valadares** – **Esperidião Amin** – **Djalma Bessa** – **Lúcio Alcântara** – **Francelino Pereira** – **Jefferson Péres** – **Leonel Paiva** – **José Fogaça** – **Arlindo Porto** – **Romeu Tuma** – **Beni Veras** – **Bello Parga** – **Elcio Alvares**.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Pedro Simon**

1. Senado Federal, por intermédio da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, é chamado a se manifestar sobre a indicação do Doutor Gelson de Azevedo, Juiz Togado do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, com sede em Porto Alegre – RS, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Manoel Mendes de Frei-

tas e reservada a juizes de carreira da magistratura trabalhista.

2. A Constituição Federal (art. 52, inciso III, alínea a e art. 111, § 2º atribui ao Senado Federal competência privativa para aprovar, previamente e por voto secreto, após arguição pública, a escolha dos Ministros do Tribunal Superior do trabalho.

3. O art. 101, inciso II, item 9 do Regimento Interno do Senado Federal, confere a esta Comissão competência para emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecendo ao rito prescrito no art. 383.

4. Consta, dos autos da mensagem em exame – amparada nos arts.84, inciso XIV e 111, inciso I e § 1º inciso I da Constituição Federal –, o **Curriculum Vitae** do indicado, em obediência ao prescrito na alínea a do art.383, do Regimento Interno.

5. Os dados pessoais indicam ser o Dr. Gelson de Azevedo de nacionalidade brasileira, natural de Porto Alegre – RS, nascido em 11 de fevereiro de 1943, filho de Djalma Luiz de Azevedo e Adelina Seguesio de Azevedo, residente à Rua João Abbott, 415/602 – Cep 90430-000-Porto Alegre– RS, portador da Carteira de Identidade RG-9002114859/SSP/RS e CIC 019.137.439/34.

6. A Formação Acadêmica do candidato inclui:

6.1. *Cursos de graduação*

6.1.1. Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

6.1.2. Licenciatura Plena em Filosofia Pura, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

6.2. *Cursos de Pós-Graduação*

6.2.1. Preparatório ao "Doctorat d'Université" em "Estrutura do Comportamento e Fenomenologia da Percepção", na obra de Maurice Merleau Ponty, como bolsista do Governo Francês, na "Faculté des Lettres et Sciences Humaines" de Strasbourg, França, 1967/1968.

6.3. Cursos de Extensão Universitária

6.3.1. Metodologia de Ensino Superior
Universidade de Caxias do Sul

6.3.2. Responsabilidade Penal

Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

6.3.3. Curso de Atualização em Processo Civil
Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

6.3.4. Classificação dos Fatos Jurídicos
Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

6.3.5. Curso sobre Procedimentos Especiais

Escola Superior da Magistratura Nacional – Rio de Janeiro

6.3.6. II Ciclo de Estudos de Direito do Trabalho
Escola Nacional da Magistratura – Associação dos Magistrados Brasileiros – Dezembro de 1995.

7. A Experiência Profissional do candidato inclui:

7.1. *Concursos Públicos*

7.1.1. Para Chefe de Secretaria da Junta de Conciliação e Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, cargo exercido de janeiro de 1969 a maio de 1976;

7.1.2. Para Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, tendo obtido o primeiro lugar. Cargo exercido de maio de 1976 a setembro de 1980. Promovido a Juiz do Trabalho Presidente, pelo critério de merecimento;

7.1.3. Para Professor das disciplinas de Legislação do Trabalho, Legislação Social e Direito Administrativo, da Faculdade de Economia da Fundação Educacional da Região dos Vinhedos, Bento Gonçalves – RS, tendo obtido o primeiro lugar.

7.2. *Cargos Atualmente Ocupados*

7.2.1. Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Promovido por merecimento.

7.2.2. Professor Titular da Cadeira de Direito Processual do Trabalho, da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

7.3. *Participação em Cursos de Pós-Graduação como Palestrante Convidado*

7.3.1. Curso de Pós-Graduação em Recursos Humanos, da Faculdade de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul;

7.3.2. Curso de Pós-graduação em Recursos Humanos, da Fundação Getúlio Vargas;

7.3.3. Curso de Pós-Graduação em Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho, da Universidade Luterana do Brasil – RS.

7.4. *Cargos e/ou funções anteriormente exercidos*

7.4.1. Assessor de Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

7.4.2. Assessor de Procurador do trabalho junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região;

7.4.3. Professor do Colégio Normal Governador Celso Ramos – Joinville – SC;

7.4.4. Professor do Instituto Pré-Universitário – Joinville – SC;

7.4.5. Professor do Colégio de Aplicação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

7.4.6. Professor da Fundação Educacional da Região dos Vinhedos – Bento Gonçalves – RS.

7.4.7. Professor da "Aliance Francaise" – Porto Alegre – RS;

7.4.8. Professor da faculdade de Educação, Ciências e Letras – Porto Alegre – RS.

7.4.9. Professor e Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em convênio com a Associação de Magistrados do Trabalho da 4ª Região.

8. Entre os Trabalho Publicados, o candidato enumera os seguintes:

8.1. *Punição e Aprendizagem* – publicado na Revista Enfoque, da Faculdade Educacional dos Vinhedos, Bento Gonçalves – RS;

8.2. *Protetores Auriculares e Adicional de Insalubridade* – publicado na Revista nº 10 do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região;

8.3. *O Novo Prazo de Prescrição das Ações Trabalhistas* – publicado na Revista LTr/nov./88, Editora LTr;

8.4. *O Novo Prazo de Prescrição das Ações Trabalhistas* – publicado no Jornal do Comércio de 22-9-88, Porto Alegre – RS;

8.5. *O Novo Prazo de Prescrição das Ações Trabalhista* – publicado na Revista Synthesis nº 9, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, SP.

8.6. *A Nova Constituição Federal e o Direito do Trabalho* – publicado no "O Empresário Cristão" nº 46, Órgão Informativo da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresa de Porto Alegre, outubro/89;

8.7. *Perícias Judiciais sobre Insalubridade* – publicado no "O Empresário Cristão" nº 47, Órgão Informativo da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresa de Porto Alegre, novembro-dezembro/89;

8.8. *Representação e Substituição Processual por Sindicato* – publicado na Revista LTr/mar/91, Editora/LTr;

8.9. *Liquidação e Execução Trabalhistas: Alterações decorrentes da Lei nº 8.432/92* – publicado no Suplemento Trabalhista nº 104/92, Editora/LTr.

9. Como Participação em Congressos, Seminários, Encontros, Simpósios e Congêneres, o Dr. Gelson de Azevedo enumera as seguintes:

9.1. *Como palestrante*

9.1.1. Jornada Regional de Professores de Primeiro Grau

Fundação Educacional da Região dos Vinhedos, 1979;

9.1.2. II Curso de Aperfeiçoamento para Juizes Classistas da Justiça do Trabalho da 4ª Região, 1979;

9.1.3. Painel sobre "Condicionamentos Ambientais às Organizações: Aspectos políticos, legais, mercadológicos e ecológicos" – como parte da unidade do "Curso de Especialização em Administração de Recursos Humanos", na Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Secretaria da Administração do Estado do Rio Grande do Sul;

9.1.4. Encontro da Justiça do Trabalho, no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região;

9.1.5. Ciclo de Palestras sobre Direito do Trabalho: Tema "Especificidades do Direito Processual do Trabalho", no Instituto dos Advogados Trabalhistas? Associação Gaúcha dos Advogados Trabalhistas, 1985;

9.1.6. Fórum de Palestras sobre Direito do Trabalho: Tema "A Prova na Justiça do Trabalho", promoção da Rede Brasil Sul de Comunicações, 1985;

9.1.7. Painel sobre "A Greve", promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil/Associação dos Magistrados do Trabalho da 4ª região/Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul/Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas/Associação Gaúcha de Advogados Trabalhistas, 1986;

9.1.8. Painel sobre "Atualização do Débito Trabalhista - Como fica?", promovido pela Associação dos Advogados Trabalhistas/Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul, 1986;

9.1.9. II Fórum Brasileiro da Justiça do Trabalho, promovido pelo Sindicato do Comércio Varejista de Veículos e Peças e Acessórios para Veículos no Estado do Rio Grande do Sul e Associação dos Magistrados do Trabalho da 4ª região, 1986;

9.1.10. Simpósio sobre "A Empresa, o Trabalhador e a nova Constituição", promovido pela Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul e Associação Comercial de Porto Alegre - RS;

9.1.11. IV Jornada Gaúcha de Medicina do Trabalho e II Encontro de Peritos Trabalhistas, promovido pelo Departamento de Medicina do Trabalho da Associação Médica do Rio Grande do Sul, 1988;

9.1.12. Seminário sobre "A Constituição e as Novas Relações no Trabalho", promovido pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, 1988;

9.1.13. Seminário sobre "Novas Relações de Trabalho", promovido pela Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Secretaria de Recursos Humanos e Modernização Administrativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1988;

9.1.14. Debate sobre "Conquistas Sociais e Sindicalismo na Constituição", promovido pelo Sindi-

cato dos Lojistas do Comércio de Porto Alegre, 1988;

9.1.15. Curso sobre Legislação Trabalhista, promovido pela Associação Bento Gonçalves de Administradores de Pessoal, 1988;

9.1.16. III Seminário Gaúcho de Manutenção, promovido pela Associação Brasileira de Manutenção, 1989;

9.1.17. Seminário para Diretores de Empresas do Transporte Rodoviário e Cargas, promovido pelo Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas no Estado do Rio Grande do Sul, 1989;

9.1.18. XI Encontro Nacional de Empresas de Asseio e Conservação, promovido pelo Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Rio Grande do Sul, 1989;

9.1.19. Perícias Judiciais sobre Insalubridade, promovido pela Associação Comercial e Industrial de Santa Cruz do Sul, 1990;

9.1.20. Mesa Redonda sobre "Deficiência de luminosidade continua sendo insalubre?", promovido pela Associação Médica do Rio Grande do Sul, 1990;

9.1.21. Curso sobre Insalubridade e Periculosidade, promovido pela Câmara da Indústria e Comércio de Caxias do Sul – RS, 1990;

9.1.22. Palestra sobre "O Direito do Trabalho em a nova Constituição", promovido pelo Rotary Club Passo D'Areia, Porto Alegre – RS

9.1.23. Curso de Atualização em Relações Trabalhistas sobre o tema "Eficácia da Sentença Normativa", promovido pelo Conselho de Relações Trabalhistas, Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, 1991;

9.1.24. I Encontro Regional de Juizes Classistas da Justiça do Trabalho da 4ª Região, em Livramento – RS, 1992;

9.1.25. Programa de Atualização de Negociadores sobre o tema "Contrato Coletivo de Trabalho", promovido pela Confederação Nacional da Indústria, Rio de Janeiro, 1992;

9.1.26. Semana do Advogado: tema "A Nova Lei de Execução Trabalhista", 1992;

9.1.27. XIII Semana Jurídica de Bagé: tema "Competência da Justiça do Trabalho para julgar questões do Servidor Público", 1992;

9.1.28. Relações de Trabalho, promovido pelo Sindicato das Indústrias de Olaria e de Cerâmica para Construção no Estado do Rio Grande do Sul;

9.1.29. II Jornada de Direito do Trabalho Rural: Tema "Prescrição da Ação Trabalhista do Emprega-

do Rural", promovido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Uruguaiana – RS;

9.1.30 – Curso sobre Direito do Trabalho, promovido pelo Centro da Indústria e Comércio de Bento Gonçalves – RS, agosto/94;

9.1.31. I Congresso Estadual de Procuradores Municipais: Tema "Terceirização do Serviço Público", promovido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre – RS, agosto/94;

9.1.32. XV Semana Jurídica de Bagé: Tema "Ação de Execução Trabalhista e Debate sobre Terceirização", promovido pela Universidade da Região da Campanha – Bagé-RS, agosto/94;

9.1.33. Painel sobre Conversão dos Salários – Recomposição da Data-Base – Dissídios Coletivos, promovido pela escola Superior de Advocacia – OAB/RS, 14-6-94;

9.1.34. I Congresso Mineiro de Direito do Trabalho Rural, promovido pelo Senar/Fundação da Agricultura do Estado de Minas Gerais/SEBRAE/MG, dezembro/94;

9.1.35. III Simpósio Intersindical de Relações do Trabalho: Tema "Contratos Coletivos de Trabalho", promovido pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul – Gramado – RS, agosto-setembro/95;

9.1.36. Painel sobre Participação nos Lucros e/ou Resultados, promovido pelo Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material elétrico de Caxias do Sul – Porto Alegre – RS, dezembro/95;

9.1.37. I Encontro Jurídico de Direito do Trabalho Rural de Mato Grosso: Tema "Prescrição da Ação Trabalhista do Empregado do empregador Rural", promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, Amatra XXIII – Tangará da Serra – MT, março/95;

9.1.38. II Encontro Jurídico de Direito do Trabalho Rural de Mato Grosso: Tema "Contratos de Trabalho Coletivo no Meio Rural", promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, Amatra XXIII – Barra do Graças – MT, junho/95;

9.1.39. IV Encontro Jurídico de Direito do Trabalho Rural de Mato Grosso: Tema "Direito do Trabalho Rural: novas perspectivas", promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região Amatra XXIII, Sinop – MT, maio/96;

9.1.40. Palestra sobre a Convenção nº 158, da Organização Internacional do Trabalho, promovida pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, maio/96;

9.1.41. Palestra sobre a Convenção nº 158, da Organização Internacional do Trabalho, promovida

pelo Centro da Indústria e Comércio de Caxias do Sul – RS, maio/96;

9.1.42. Palestra sobre a Convenção nº 158, da Organização Internacional do Trabalho, promovida pela InterCorp, Consultoria Empresarial & Papaleo Advogados - Porto Alegre – RS, maio/96;

9.1.43. Palestra sobre a Convenção nº 158, da Organização Internacional do Trabalho, promovida pela Associação Comercial e Industrial de Lageado – RS, junho/96;

9.1.44. II Encontro Regional da Justiça do Trabalho: Tema "Execução Trabalhista – Doutrina e Jurisprudência", promovido pela Amatra IV – Avatra – Assejust – Novo Hamburgo – RR, março/98;

9.1.45. 12º Encontro Regional da AMATRA IV: Tema "Terceirização e Relação de Emprego" – Santo Ângelo – RS, abril/98.

10. As seguintes Comendas constam do Currículo do Doutor Gelson de Azevedo:

10.1. Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau Oficial Tribunal Superior do Trabalho, 1990;

10.2. Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau Comendador Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, 1996;

10.3. Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau de Comendador Tribunal Superior do Trabalho, 1997.

Estas, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, as informações contidas na Mensagem Presidencial que indica o Doutor Gelson de Azevedo e que me cabe relatar a Vossas Excelências.

Sala das Comissões, 27 de maio de 1998. – **Bernardo Cabral**, Presidente – **Pedro Simon**, Relator.

PARECER Nº 317, DE 1998

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Consulta nº 1, de 1998, que argui sobre a necessidade ou não de o Senador Pedro Piva licenciar-se das funções que ocupa como membro dos Conselhos de Administração das empresas Klabin (IKPC – Indústrias Klabin de Papel e Celulose Sociedade Anônima e suas subsidiárias), Fundação Zerbini – Incor, Museu de Arte Moderna – MAM, Museu de Arte de São Paulo – MASP, Instituto de Estudos Avançados para o Desenvolvimento Industrial – IEDI, e Museu Brasileiro de Escultura – MUBE, relativamente aos impedimentos previstos no art. 54 da Constituição Federal.

Relator: Senador **Esperidião Amin**

I – Relatório

Trata-se de Consulta encaminhada a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pela Mesa Diretora, tratando de Ofício dirigido ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal pelo ilustre Senador Pedro Piva, arguindo se a sua situação funcional enquanto membro dos Conselhos de Administração das empresas Klabin (IKPC – Indústrias Klabin de Papel e Celulose Sociedade Anônima e suas subsidiárias), da Fundação Zerbini – Incor, Museu de Arte Moderna – MAM, Museu de Arte de São Paulo – MASP, Instituto de Estudos Avançados para o Desenvolvimento Industrial – IEDI, e Museu Brasileiro de Escultura – MUBE, incorreria em algum dos impedimentos previstos no art. 54 da Constituição Federal.

No Ofício em tela o ilustre Senador Pedro Piva informa que o assunto já foi examinado por esta Comissão, conforme o Parecer nº 336, de 1995, de que fomos Relator.

Acrescenta Sua Excelência que, no caso das empresas Klabin, poderá ser eleito para exercer a Presidência do Conselho de Administração da sociedade controladora e suas subsidiárias, pelo prazo de um ano, em razão de sistema de rodízio. Adita, ademais, que essas empresas não são beneficiárias de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público.

Cabe a esta Comissão opinar sobre a matéria, consoante previsto no art. 101, V, do Regimento Interno do Senado Federal.

É o relatório.

II – Voto

Vejamos, de início, o que estatuem os dispositivos do art. 54 da Constituição Federal pertinentes com o caso em pauta:

"Art. 54. Os Deputados e Senadores não poderão:

I – desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função, ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis, **ad nutum**, nas entidades constantes da alínea anterior;

II – desde a posse:

a) ser proprietários, controladores, ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de Direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis, **ad nutum**, nas entidades referidas no inciso I, a;

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, a;

d) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo."

Como visto, a matéria diz respeito ao chamado instituto da incompatibilidade, que vem a caracterizar a impossibilidade de o parlamentar acumular o exercício do mandato com certas situações especificadas pela norma de Direito, em geral posta na Constituição, sob pena de perda do cargo.

Assim, pela alínea a do inciso I do art. 54 os Deputados e Senadores não podem, desde a diplomação, firmar ou manter contrato com qualquer espécie de pessoa jurídica de Direito público (União, Estados, Municípios, Distrito Federal, autarquias e fundações) ou com pessoas jurídicas de Direito privado controladas pelo Poder Público (empresas públicas e sociedades de economia mista) ou, ainda, com empresas concessionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.

Firmar, no contexto, significa assinar, iniciar o negócio contratual; já a vedação contida no verbo manter implica necessidade de rescindir o contrato até a diplomação caso ele seja preexistente.

Por outro lado, o fundamento da ressalva contida na expressão final do preceptivo em pauta – salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes – se encontra na própria razão que embasa a vedação sob análise. Com efeito, o que a Constituição quer evitar é qualquer forma de favorecimento ao parlamentar em razão do exercício do mandato. E quando o contrato implica cláusulas uniformes não há favorecimento, não existe privilégio.

A propósito, se não houvesse essa ressalva, em princípio, os parlamentares estariam impedidos de, por exemplo, firmar ou manter simples contrato de depósito bancário com o Banco do Brasil ou com a Caixa Econômica Federal, contrato mediante o qual são movimentadas as contas bancárias.

Já a alínea b do inciso I veda que os mandatários de que se cuida aceitem ou exerçam, desde a diplomação, qualquer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive de confiança, nas pessoas jurí-

dicas de direito público, nas pessoas jurídicas de direito privado controladas pelo Poder Público (empresas públicas e sociedades de economia mista) ou, ainda, nas empresas concessionárias de serviço público.

Por outro lado, pela alínea a do inciso II do mesmo art. 54, os Deputados e Senadores estão impedidos, desde a posse, de serem proprietários, controladores, ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nessa espécie de empresa exercer função remunerada;

Ou seja, Deputado ou Senador não pode, desde a respectiva posse, ser proprietário, controlador ou diretor ou, ainda, exercer qualquer função remunerada, em empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público.

Neste ponto há que se indagar sobre o significado da expressão empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público no contexto do preceptivo em questão.

Essa expressão vem de longa data, estando presente já na Constituição de 1891: "O Deputado ou Senador não pode também ser presidente ou fazer parte de diretorias de bancos, companhias ou empresas que gozem de favores do Governo Federal definidos em lei" (art. 24).

O fato é que, conforme leciona Celso Bastos, até hoje a doutrina não se pôs de acordo para precisar o alcance da expressão "que goze de favor" (Cf. Comentários à Constituição do Brasil, 4º Volume, Tomo I, p. 206).

De qualquer forma, há certo acordo no sentido de que, no contexto do normativo em pauta, considera-se favor toda condição que favoreça a empresa e que extrapole as condições usualmente presentes nos contratos da pessoa jurídica de direito público.

Outrossim, pela alínea b do inciso II do artigo magno em tela é proibido aos Deputados e Senadores ocupar, desde a posse, cargo ou função de confiança nas pessoas jurídicas de direito público, nas pessoas jurídicas de direito privado controladas pelo Poder Público (empresas públicas e sociedades de economia mista) ou nas empresas concessionárias de serviço público.

Já pela alínea c do mesmo inciso os Deputados e Senadores não poderão patrocinar causa em que seja interessada qualquer dessas pessoas de direito. Essa vedação diz respeito especificamente aos advogados.

Por fim, pela alínea d seguinte os parlamentares federais ficam proibidos de ser titulares de outro cargo público eletivo.

Devemos, também, fazer referência ao inciso I do art. 55 da Lei Maior, que prevê a perda de mandato para o parlamentar federal que infringir, entre outras, as proibições contidas nos preceptivos magno acima transcritos e o art. 32, I do Regimento Interno desta Casa, que contém norma no mesmo sentido.

Tratemos, agora, de cotejar os fatos relatados no Ofício do nobre Senador Pedro Piva com as normas restritivas de direito acima transcritas.

Com relação às Empresas nas quais o ilustre Senador Pedro Piva exerce a função de membro dos respectivos Conselhos de Administração (Indústria Klabin de Papel e Celulose e suas subsidiárias), uma vez que Sua Excelência informa, no Ofício em pauta, que "...não são as mesmas beneficiárias de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público", não se enquadram elas na moldura da alínea a do inciso II do art. 54 da Constituição Federal. Logo, não cabe a aplicação desse dispositivo ao caso em questão.

De outra parte, no que se refere às demais entidades das quais o nobre Senador Pedro Piva informa ser membro do Conselho de Administração e relacionadas no Ofício em questão, a Fundação Zebini, o Museu de Arte Moderna, o Museu de Arte de São Paulo e o Museu Brasileiro de Escultura, conforme documentos anexos ao processado, não são, nem empresas, nem pessoas jurídicas de direito público, mas pessoas jurídicas de direito privado, mais especificamente sociedades civis sem fins lucrativos. Assim, também não se enquadram nas hipóteses descritas no art. 54 da Lei Maior, não cabendo, igualmente, a aplicação desse artigo.

Por fim, há que fazer referência ao Instituto de Estudos Avançados para o Desenvolvimento Industrial, igualmente relacionado pelo ilustre Senador Pedro Piva, mas sobre o qual não consta, em anexo ao processado, documento que esclareça a sua qualificação enquanto pessoa jurídica.

Não obstante, pela denominação da entidade parece-nos que não se trata de pessoa jurídica de direito público, nem de sociedade empresarial. Se assim for não cabe, também, a aplicação do art. 54 do Estatuto Magno.

Ante o exposto, a nossa opinião é a de que não são incompatíveis com o exercício do mandato de parlamentar federal as funções exercidas pelo ilustre Senador Pedro Piva nos Conselhos de Administração das entidades relacionadas por Sua Excelência, conforme o Ofício que deu origem à presente Consulta.

Sala da Comissão, 27 de maio de 1998. — **Bernardo Cabral**, Presidente — **Elcio Alvares**, Relator — **José Fogaça** — **Jefferson Péres** — **Lúcio Alcântara**

– Esperidião Amin – Leonel Paiva – Romeu Tuma
– Beni Veras – José Roberto Arruda – Pedro Simon – José Eduardo Dutra – Eptácio Cafeteira –
Djalma Bessa.

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 54. Os Deputados e Senadores não poderão: I – desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargos, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis, *ad nutum*, nas entidades constantes da alínea anterior;

II – desde a posse:

a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis, *ad nutum*, nas entidades referidas no inciso I, a;

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, a;

d) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

I – que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

PARECER Nº 318 DE 1998

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 1998, tendo como 1º signatário o Senador José Roberto Arruda, que inclui no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias artigo que regulariza a situação funcional de servidores de empresas públicas federais que há mais de dez anos prestam serviços à administração direta e dá outras providências e a Proposta de Emenda à Constituição nº 11 de 1998, tendo como 1º signatário o Senador Geraldo

Melo, que acrescenta parágrafo ao art. 19 do Ato das Disposições Transitórias, dispondo sobre a situação funcional dos servidores e empregados públicos federais legalmente cedidos a órgãos e entidades da União, que tramitam em conjunto.

Relator: Senador Romeu Tuma

I – Relatório

Sob exame desta Comissão as propostas de emenda à Constituição indicadas à epígrafe, versando sobre a situação funcional de servidores de entidades públicas federais cedidos à administração direta da União.

A primeira proposta (PEC nº 6/98) – que a luz do Regimento Interno, tramita como principal, por ser a mais antiga – preconiza acréscimo do seguinte dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

"Art. Os servidores de empresas públicas federais que na data de promulgação desta Emenda Constitucional, estejam prestando, há mais de dez anos continuados, serviços à administração direta poderão ter sua situação funcional regularizada nos cargos e funções que efetivamente desempenham, não se aplicando a eles a exigência estabelecida no inciso II do art. 37 da CF".

Já a segunda (PEC nº 11/98) – que tramita em conjunto por força da aprovação do Requerimento nº 235/98 – propõe que sejam acrescidos ao art. 19 do mesmo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias os seguintes parágrafos:

"§ 4º Observado o disposto no caput deste artigo, o servidor ou empregado público federal que esteja legalmente cedido a órgão ou entidade da União, em exercício continuado há pelo menos cinco anos na data da promulgação desta Emenda, poderá optar pelo enquadramento no cargo que efetivamente exerce ou em cargo semelhante existente no respectivo quadro de carreira.

§ 5º O montante dos recursos referentes da contribuição do empregador depositados em instituição de seguridade complementar quando da opção do servidor ou empregado público federal a que alude o parágrafo anterior, serão obrigatoriamente revertido à conta do órgão ou entidade de origem."

Justificando a PEC nº 6/98, assinala o nobre Senador José Roberto Arruda, seu primeiro subscri-

tor, inicialmente, que "a presente Emenda Constitucional objetiva corrigir distorções que angustiam milhares de empregados de empresas públicas deslocados de suas entidades de origem e sem acesso aos quadros do órgão ao qual efetivamente prestam serviços. Aprovada esta Emenda, estarão sendo recompensados anos de labuta motivados única e exclusivamente pelo mais estrito senso de serviço à causa pública, pois ao mesmo tempo em que esses servidores abriam mão das vantagens de suas unidades de origem, não auferiram nenhum dos ganhos concedidos aos servidores do órgão ou entidade a que sempre serviram".

Adiante, após enfatizar que "tais empregados exercem, de fato, funções de servidores públicos", aduz que, "na verdade, a existência da relação funcional desses servidores com as empresas públicas só se explica pela proibição, em anos passados, e realização de concurso para preenchimento de cargos na administração direta — que, assim, buscou no preenchimento de cargos na administração direta — que, assim, buscou nas empresas a ela ligadas a alternativa para prover suas necessidades de pessoal, tendo em vista o cumprimento de suas finalidades".

Em seguida argumenta:

"A solução encontrada para a época resultou, hoje, em situações, como a do Ministério da Fazenda, no qual atuam, em funções absolutamente necessárias e imprescindíveis para a viabilização da administração tributária e da arrecadação de impostos federais, cerca de quatro mil empregados originalmente contratados pelo SERPRO — Serviço Federal de Processamento de Dados. Na prática, como antes se demonstrou, eles são na verdade servidores dos órgãos daquele Ministério, atuando com dedicação e competência na Secretaria da Receita Federal, na Secretaria do Tesouro, no Serviço do Patrimônio da União, na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e outros órgãos daquela Pasta.

O Tribunal de Contas da União, periodicamente, tem cobrado do Governo Federal a regularização da situação funcional desses servidores. Referimo-nos, especificamente, ao relatório expedido pelo Tribunal de Contas da União, no qual é registrado que desde 1988 (Parecer TC 013.201/88-3), até o mais recente, publicado no DOU de 14-5-96 (Parecer TC 007.277/95-4), relativamente à utilização, pelo Ministério da Fazenda, de mão-de-obra de cerca de quatro mil servidores do Serviço Federal de Processamento de Dados — SERPRO, os quais prestam serviços relativos a cargos e funções das carreiras de Auditoria do Tesouro Nacional e outras do Plano de Classificação de Cargos do Pessoal Civil da União".

E finalizando, arremata: "Acreditamos que, com a inclusão desse novo artigo no Ato das Disposições Constitucionais Provisórias (sic), seria regularizada a situação de praticamente a totalidade desses servidores, alguns com mais de 14 anos de prestação de serviços, imprescindíveis para a administração pública. Tais servidores são, por todas as razões, funcionários públicos, assim como o são os empregados de outras empresas públicas alocados em situação semelhante.

Essa regularização não acarretaria nenhum ônus adicional aos cofres públicos nem configuraria quebra do princípio constitucional da exigência do concurso público, previsto no art. 37, II, da Carta Magna, visto que se destina apenas e tão-somente à regularização de distorção que se estende há anos. Pelo contrário, o Governo diminuiria o pagamento de encargos sociais como o INSS, o FGTS, gratificações, etc., pois esses trabalhadores passariam a compor a gama de servidores públicos, como de fato já o são.

É uma grave injustiça que, afinal, se corrigirá."

Quanto à PEC nº 11/98, consigna o nobre Senador Geraldo Melo, seu primeiro subscritor, inicialmente, que "A Emenda é remissiva ao **caput** do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, limitando os direitos que pretende garantir àqueles servidores que satisfaçam os requisitos ali expressos, ou seja, àqueles que estivessem no serviço público há pelo menos cinco anos continuados no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição".

Em seguida, observa que "a essa exigência, acrescenta-se aqui uma outra: a de que, até a data em que a Emenda venha a ser promulgada, o servidor ou empregado já esteja legalmente cedido a outro órgão ou entidade da União há pelo menos cinco anos".

Prosseguindo, faz também referência à situação dos mais de quatro mil servidores cedidos pelo Serpro a vários órgãos do Ministério da Fazenda e às já citadas decisões do Tribunal de Contas da União, destacando, ademais, que "o Supremo Tribunal Federal, por sua vez, já decidiu pelo enquadramento de empregados públicos em situação idêntica, a exemplo dos oriundos da Companhia Nacional de Abastecimento — CONAB cedidos ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento".

E conclui:

"A Emenda também preserva a ética e a moralidade dos atos públicos, ao prescrever que o montante dos depósitos para fins de seguridade complementar, feitos pelo empregador, em nome do servidor ou empregado público, serão obrigatoriamente revertidos ao órgão de origem, retornando assim ao mesmo orçamento de onde provieram.

É o relatório.

II – Voto

Cada proposta encontra-se subscrita por mais de 27 (vinte e sete) eminentes Senadores, com o que fica atendido o requisito do art. 60, I, da Constituição Federal.

Por outro lado, os acréscimos que preconizam não nos parecem conter formulação que vulnere qualquer dos núcleos imodificáveis estabelecidos no § 4º do mesmo art. 60 da Lei Fundamental.

No mérito, afiguram-se nos inquestionáveis a conveniência e a oportunidade de ambas as iniciativas.

Com efeito, segundo bem assinalam os seus nobres autores, de longa data numerosos órgãos da administração direta da União vêm suprimindo boa parte de suas necessidades de pessoal mediante a requisição de servidores de entidades da administração indireta, especialmente autarquias e empresas públicas.

Essa distorção, em alguns casos, chega a ser particularmente grave, como ocorre, por exemplo, com a situação que a primeira das propostas ora em exame (PEC nº 6/98) busca solucionar, há muito vivenciada pelo Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, atualmente com cerca de quatro mil servidores cedidos a variados órgãos integrantes da estrutura do Ministério da Fazenda. São cessões efetivadas em sua maioria há mais de dez anos, caracterizados de desvios cuja regularização, como ressaltado, já vem sendo cobrada pelo próprio Tribunal de Contas da União.

O mesmo ocorre, ademais, no caso enfocado pela PEC nº 11/98, onde se verifica que, por estarem cedidos, numerosos servidores alcançados pela estabilidade concedida pelo art. 19 do ADCT, em 5 de outubro de 1988, ainda hoje não desfrutam de situação funcional regular.

Ressalte-se, porém, que, como inicialmente registrado, as referidas propostas tramitam em conjunto, em face do que imprescindível será fundirmos os seus respectivos textos, aproveitando o ensejo, outrossim, para alguns pequenos, mas indispensáveis, aprimoramentos, pois, enquanto a PEC nº 6/98 se vale de linguagem tecnicamente imprecisa (poderão ter sua situação funcional regularizada), a PEC nº 11/98, embora precisa quanto a seu conteúdo, adota formulação cujo alcance deve ser ampliado, de modo a contemplar ambas as situações aqui consideradas.

Além do mais, dada a sua abrangência, parece-nos que a matéria será melhor regulada mediante artigo específico a ser acrescentado após o último dispositivo atualmente constante do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Nessa condições, prejudicada a PEC nº 11/98, nosso voto é pela aprovação da matéria nos termos da seguinte

**EMENDA Nº 1-CCJ
(Substitutiva)**

Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a situação funcional dos servidores que menciona, legalmente cedidos, pelo período mínimo que estabelece, a órgãos ou entidades da União.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

"Art. Os servidores públicos civis da administração direta, autárquica e fundacional da União, detentores, em 5 de outubro de 1988, da estabilidade concedida pelo art. 19, que estejam legalmente cedidos, na data da promulgação desta Emenda, há pelo menos cinco anos continuados a outros órgãos ou entidades da União, poderão optar pelo enquadramento no cargo que efetivamente exercem ou em cargo assemelhado existente no respectivo quadro de carreira.

§ 1º O disposto no **caput** deste artigo aplica-se também aos empregados de empresas públicas federais legalmente cedidos, a contar da promulgação desta Emenda, há mais de dez anos continuados a órgãos da administração direta da União, não se lhes exigido o requisito previsto no inciso II do art. 37 da Constituição.

§ 2º As contribuições do empregador depositadas em instituições de seguridade complementar reverterão, quando da opção facultada por este artigo, obrigatoriamente, à conta da entidade de origem."

Sala da Comissão, 27 de maio de 1998. – **Bernardo Cabral**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator – **José Alves** – **Geraldo Mello** – **José Fogaça** – **José Eduardo Dutra** – **José Roberto Arruda** – **Leonel Paiva** – **Elcio Alvares** – **Beni Veras** – **Epitácio Cafeteira** – **Jefferson Péres** – **José Saad** – **Carlos Bezerra** – **Ney Suassuna** – **Lúcio Alcântara** – **Joel de Holanda** – **Jonas Pinheiro** – **José Saad** – **Nabor Júnior** – **Esperidião Amin** – **Leomar Quintanilha** – **Djalma Bessa** – **Casildo Maldaner** – **Edison Lobão** – **Mauro Miranda**.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PEC 06/98 / *Tramita em*
PARCEER *conj. 1/PEC 11/98*

TITULARES - PFL	SIM	NAO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NAO	ABSTENÇÃO
GUILHERME PALMEIRA				ELCIO ALVARES	X		
ROMERO JUCA				EDISON LOBAO			
JOSÉ BIANCO				JOSÉ AGRIPINO			
BERNARDO CABRAL				LEONEL PAIVA	X		
FRANCELINO PEREIRA				DJALMA BESSA	X		
JOSAPHAT MARINHO				BELLO PARGA			
ROMEU TUMA	X			GILBERTO MIRANDA			
TITULARES - PMDB	SIM	NAO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NAO	ABSTENÇÃO
JADER BARBALHO				VAGO			
JOSÉ FOGAÇA	X			NEY SUASSUNA	X		
ROBERTO REQUIAO				CARLOS BEZERRA	X		
RAMEZ TEBET				CASILDO MALDANER			
PEDRO SIMON				FERNANDO BEZERRA			
DJALMA FALCAO				GILVAN BORGES			
TITULARES - PSDB	SIM	NAO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NAO	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PERES	X			SERGIO MACHADO			
JOSÉ IGNACIO FERREIRA				PEDRO PIVA			
LÚCIO ALCANTARA	X			JOSÉ ROBERTO ARRUDA			
BENI VERAS	X			OSMAR DIAS			
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NAO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NAO	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)				ADEMIR ANDRADE (PSB)			
ROBERTO FREIRE (PPS)				SEBASTIAO ROCHA (PDT)			
JOSE EDUARDO DUTRA (PT)	X			MARINA SILVA (PT)			
TITULARES - PPB	SIM	NAO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PPB	SIM	NAO	ABSTENÇÃO
ESPERIDIAO AMIN	X			LEVY DIAS			
EPITACIO CAFETEIRA	X			LEOMAR QUINTANILHA			
TITULARES - PTB	SIM	NAO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NAO	ABSTENÇÃO
ODACIR SOARES				ARLINDO PORTO			

TOTAL 13 SIM 13 NAO - ABS -

SALA DAS REUNIÕES, EM 07/05/98

Bernardo Cabral
 Senador Bernardo Cabral

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**ATO DAS DISPOSIÇÕES
CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS**

Art. 19. Os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas, em exercício na data da promulgação da Constituição, há pelo menos cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulada no art. 37 da Constituição, são considerados estáveis no serviço público.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, os Ofícios S/44, de 1998 (nº 1.405/98, na origem), de 28 do corrente, encaminhando parecer daquele Órgão a respeito da solicitação do Governo do Estado de Roraima sobre o contrato de abertura de crédito e de compra e venda de ativos, firmado entre a União, o Estado de Roraima e o Banco do Estado de Roraima S/A – BANER, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de trinta e três milhões de reais, posição em 28 de fevereiro do corrente ano; e S/45, de 1998 (nº 1.408/98, na origem), de 28 do corrente, encaminhando parecer daquele Órgão a respeito da solicitação do Governo do Estado de Roraima sobre o Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas, celebrado com a União em 25 de março do corrente ano, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de sete milhões, duzentos e quarenta e sete mil, seiscentos e oitenta e dois reais e oito centavos.

Os expedientes vão à Comissão de Assuntos Econômicos, que terá o prazo de quinze dias para sua apreciação, nos termos da Resolução nº 70, de 1995, com a redação dada pela Resolução nº 12, de 1997.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência recebeu do Banco Central do Brasil, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, os Ofícios S/46, de 1998 (nº 1.406/98, na origem), de 28 do corrente, encaminhando parecer da-

quele Órgão relativo à solicitação da Prefeitura do Município de São Paulo, para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo – LFTMSP, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no segundo semestre de 1998; e S/47, de 1998 (nº 1.407/98, na origem), de 28 do corrente, encaminhando parecer daquele Órgão relativo à solicitação da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município do Rio de Janeiro – LFTM-RIO, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no segundo semestre de 1998.

As matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Abdias Nascimento, por vinte minutos.

O SR. ABDIAS NASCIMENTO (Bloco/PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, sob a proteção de Olorum, inicio este pronunciamento.

Um dos legados mais terríveis da abolição da escravidão no Brasil – que, como não cansamos de repetir, fez-se por motivos econômicos pouco ou nada relacionados a motivações humanitárias – foi confinar a população afro-brasileira aos estratos inferiores de nossa força de trabalho, quando não excluí-la, pura e simplesmente. Transformados de uma hora para outra, como num passe de mágica, em trabalhadores supostamente livres, os antigos escravos, passada a breve euforia da libertação, acordaram para a dura realidade de um mercado de trabalho em que o único patrimônio de que dispunham, a força de seus braços, estava agora longe de ser valioso. Sem uma reforma agrária, rejeitada pelos abolicionistas de conveniência, não tinham como trabalhar a terra em proveito de sua subsistência. Mais do que isso, foram obrigados a enfrentar a desigual competição com trabalhadores brancos, cuja vinda para o Brasil era estimulada e, por vezes, subsidiada tanto pelos países de origem, às voltas com problemas de superpopulação, quanto pelo próprio Brasil, empenhado, segundo afirmam candidamente documentos da época, em "branquear" sua população. É no mínimo curioso ver, hoje em dia, descendentes desses imigrantes e, portanto, herdeiros dos benefícios a eles concedidos opondo-se tenazmente à adoção de políticas públicas para compensar os afro-brasileiros pelos efeitos acumulados da discriminação de que são vítimas. Para não falarmos no confisco do produto do seu trabalho secular.

Longe de constituir uma exceção ou de ter sido superado com a modernização da economia brasileira, como previam alguns estudiosos, o processo de alijamento e exclusão sofrido pelos afro-brasileiros no mercado de trabalho tem tido, ao longo do tempo, a função perversa de constituir um exército de reserva de mão-de-obra barata, à disposição de um empresariado ávido de lucros e totalmente divorciado de sua responsabilidade social. Encontra-se aí a principal fonte dos graves problemas que atualmente afligem a sociedade brasileira, como a questão fundiária, as favelas, os meninos de rua e a violência urbana. Todos eles relacionados, de uma forma ou de outra, ao racismo e à discriminação racial, embora comumente desprezados nas douradas análises produzidas por uma academia que costuma disfarçar seu viés eurocêntrico sob a capa do "universalismo". Trata-se, na verdade, de uma cortina de fumaça que impede os brasileiros de enxergar a raiz de suas vicissitudes, ao mesmo tempo em que se satisfazem acreditando ser este o paraíso das relações raciais.

Como, porém, é impossível enganar todo o mundo ao mesmo tempo e o tempo todo, o problema racial brasileiro começa a ser identificado e denunciado no plano internacional, principalmente por obra das organizações negras, cada vez mais alertas e atuantes, revelando ao mundo a verdadeira face de um País erigido sob um modelo extraordinariamente eficaz de supremacia branca. Uma após outra, entidades como as Nações Unidas, a Organização dos Estados Americanos, a America's Watch e outras têm divulgado relatórios sombrios a respeito da situação dos afro-descendentes no Brasil. Utilizando estatísticas de instituições oficiais brasileiras, como o IBGE, juntamente com o resultado da observação de técnicos por elas enviados, essas organizações estão pondo a nu as desigualdades raciais no Brasil, por longo tempo considerado um exemplo para o mundo, graças, em grande parte, à rede de desinformação montada pelo Governo brasileiro, com o apoio de seus aliados na arena intelectual.

Essas estatísticas mostram, por exemplo, com a fria e incontestável evidência dos números, a gritante discriminação de que são vítimas os afro-brasileiros no mercado de trabalho, onde estes ganham, em média, 50% dos salários pagos aos brancos. Essa diferença se mantém, com poucas variações, mesmo quando negros e brancos apresentam o que os especialistas chamam de "igual investimento em capital humano", ou seja, o mesmo nível de escolaridade e experiência profissional. Da mesma forma, é maior o percentual de afro-brasileiros no setor infor-

mal da economia, em que não existe a proteção oferecida pela legislação trabalhista. Tal situação se repete em todas as regiões brasileiras, embora as desigualdades sejam mais gritantes no Nordeste – exatamente a região que apresenta maior percentual de afro-descendentes. Não por acaso, a cidade de Salvador – considerada uma espécie de África no Brasil – é, dentre as capitais brasileiras, aquela em que é maior a diferença de salários entre negros e brancos. Mas em toda a parte são as mulheres negras as mais prejudicadas pela discriminação, acumulando os prejuízos de raça e de gênero.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, é relevante ressaltar o fato de o Brasil ter sido recentemente denunciado pela OIT – Organização Internacional do Trabalho, entidade vinculada às Nações Unidas, por estar descumprindo a famosa Convenção 111, que trata da discriminação em matéria de emprego e profissão. A denúncia se deve ao fato de que, apesar de ser signatário dessa convenção desde 1964, o Brasil jamais se deu ao luxo de implementar as ações previstas em alguns de seus artigos. Em especial, o artigo 2º, que reza o seguinte:

"Qualquer membro para o qual a presente convenção se encontre em vigor compromete-se a formular e aplicar uma política nacional que tenha por fim promover, por métodos adequados às circunstâncias e aos usos nacionais, a igualdade de oportunidades e de tratamento em matéria de emprego e profissão, com o objetivo de eliminar toda discriminação nessa matéria."

Já o art. 3º obriga os Estados-Membros a:

a) Esforçar-se por obter a colaboração das organizações de empregadores e trabalhadores e de outros organismos apropriados, com o fim de favorecer a aceitação e aplicação desta política;

b) promulgar leis e encorajar os programas de educação próprios a assegurar esta aceitação e esta aplicação;

c) revogar todas as disposições ou práticas administrativas que sejam incompatíveis com a referida política;

d) seguir a referida política no que diz respeito a empregos dependentes do controle direto de uma autoridade nacional;

e) assegurar a aplicação da referida política nas atividades dos serviços de orientação profissional, formação profissional e

colocação de dependentes do controle de uma autoridade nacional;

f) indicar, nos seus relatórios anuais sobre a aplicação da convenção, as medidas tomadas em conformidade com esta política e os resultados obtidos".

Apesar de não ter cumprido nenhuma das obrigações assumidas ao assinar a Convenção 111, o Brasil não deixou de enviar anualmente à Organização Internacional do Trabalho relatórios evasivos ou sem base na realidade. Um exemplo é aquele a cuja apresentação tive oportunidade de assistir ano passado, na 52ª Assembléia-Geral da ONU, referente à Convenção Internacional pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, no qual o Brasil se mostrava como um verdadeiro campeão da igualdade racial, e as tímidas e hesitantes iniciativas do Governo nessa área eram descritas em tom grandiloquente, como se fossem capazes de resolver todos os problemas.

Tem havido, contudo, algumas novidades alvissareiras nesse terreno. Uma delas é o engajamento do setor sindical na luta contra a discriminação no emprego. Por muito tempo, os líderes sindicais, inclusive os de origem africana, mantiveram-se apegados à tese da luta de classes como panaceia universal para os males sociais, inclusive a questão racial. Segundo essa visão distorcida, originária de um marxismo frívolo, mobilizar os negros na defesa de seus direitos significava "dividir a classe operária". O remédio era esperar a revolução socialista, que, junto com todos os problemas, também esse resolveria. Felizmente, a análise da experiência histórica dos países multirraciais que adotaram esse regime, bem como o contato com o sindicalismo praticado em outras regiões do mundo, sobretudo nos Estados Unidos, acabou renovando o pensamento da liderança trabalhadora, abrindo espaço a novas perspectivas na área racial. Exemplo disso é o artigo "União contra o racismo", de autoria do sindicalista afro-brasileiro Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, publicado dia 13 de maio último no jornal **Folha de S.Paulo**, cuja íntegra reproduzo a seguir.

"União contra o Racismo.

Tem-nos indignado e incomodado profundamente a utilização cada vez maior de expressões que sempre relacionam os negros a situações e momentos ruins. Não podemos aceitar textos e discursos (até na imprensa) com termos como "lista negra", "a coisa está preta", "denegrir", e outros.

Essas expressões, na verdade, dão a entender subjetivamente que "negro" é algo negativo, inferior e mau. Não basta dizer que não há intenção ou preconceito. Quem bate esquece. Quem apanha nunca esquece."

O poder dessas frases e expressões é tão grande quanto o do termo "judiar", infeliz referência aos judeus, definidos como povo que "maltrata" seus semelhantes. Além das piadas racistas e/ou machistas. É uma postura nada adequada para quem quer construir uma sociedade de iguais. Nós, negros, temos de combater intransigentemente qualquer tipo de preconceito.

No que se refere ao aspecto profissional, os negros também têm sofrido com preconceito e perseguições.

Dados de pesquisa Dieese/Seade, de 1994, indicam que, na região metropolitana de São Paulo, 62,7% das mulheres negras não terminam o curso primário, e o analfabetismo entre elas é o dobro do registrado entre as mulheres brancas. A renda média das negras é de 1,9 salário mínimo e a dos homens negros, de 2,4 mínimos; a renda das mulheres brancas é de 3,9 mínimos e a dos homens brancos, de 4,2 mínimos.

Em quase quatro décadas, desde que a discriminação racial passou a ser infração penal, ninguém nunca cumpriu pena de prisão por crime de racismo.

Outros dados nos indignam. Apenas 1% da população negra consegue chegar aos cursos superiores. A taxa de analfabetismo dos negros, comparada à dos brancos, é o dobro: 40% contra 20%, respectivamente.

Agora mesmo, em Belo Horizonte, está sendo julgado processo movido por Vicente Batista de Souza, professor do Centro Automotivo do Senai. Vicente, 36 anos, pai de quatro filhos, foi perseguido, vigiado e caluniado várias vezes por ser negro. Aconteceram outras demonstrações de racismo.

Não suportando a pressão, Vicente deu a volta por cima e entrou na Justiça contra os que o caluniavam. O Senai instaurou sindicância e as denúncias de Vicente ficaram comprovadas, mas ele não foi reintegrado ao emprego. O processo continua correndo, inclusive no Tribunal Superior do Trabalho.

Obtivemos algumas conquistas graças à luta corajosa de mulheres e homens negros brasileiros. Comemoramos, em 1998, vinte anos do Movimento Negro Unificado. Várias organizações lutam contra a discriminação racial, como o Conselho Nacional de Entidades Negras e os Agentes de Pastoral Negros, entre outras entidades.

Nessas circunstâncias, surgiu o Inspir (Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial), criado por três centrais sindicais brasileiras (CGT, CUT e Força Sindical) e centrais da América Latina e dos Estados Unidos da América. O Inspir visa promover a igualdade de direitos e oportunidades nas relações de trabalho.

Mais do que nunca, nós, negros e negras, precisamos de unidade. São muitos os que nos combatem. Esses ataques partem de todas as classes, embasados sempre num preconceito retrógrado, absurdo e criminoso. Em nome dele, milhares de irmãos e irmãs negros foram mortos barbaramente. Em nome desse racismo maldito, somos relegados a segundo plano na sociedade.

Por isso, nossa luta deve ser solidária, tolerante e aberta a todos os que combatem a discriminação e o racismo. Invariavelmente, encontramos companheiros brancos e negros nessa mesma batalha. Nós não queremos construir uma sociedade de negros contra brancos, ou vice-versa, mas sim de todos.

Assistimos, com muita alegria, à Igreja Católica se manifestar pedindo perdão aos judeus. Não seria uma boa oportunidade para que ela fizesse o mesmo em relação ao povo negro?

Neste 13 de maio, que consideramos dia nacional de luta contra o racismo, façamos uma séria reflexão sobre a luta dos negros e a esperança de construirmos uma sociedade na qual a alegria e o respeito não deixem espaço para nenhum tipo de discriminação."

Axé, Vicentinho!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Tem a palavra o Sr. Senador José Saad.

O SR. JOSÉ SAAD (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, sinto-me preocupado, inibido e perplexo ao voltar a esta privilegiada tribuna na manhã de hoje, ocupando o tempo e a atenção dos Srs. Senadores, para tratar de assunto já debatido e votado nesta Casa, objeto de lei já sancionada pelo Presidente da República na presença das mais expressivas lideranças do Entorno do Distrito Federal.

Tal proposta, em que pese a boa intenção dos seus autores, Senadora Júnia Marise e Senador Francelino Pereira, inviabiliza, na prática, todo o esforço até agora empreendido para transformar em ações concretas a preocupação com o desenvolvimento dos municípios goianos situados na área pró-

xima à divisa do Distrito Federal, que se convencionou chamar Entorno de Brasília.

Assim, com um atraso de quase trinta anos, quando se consegue aprovar o instrumento jurídico que permitirá ações executivas por parte dos órgãos federais, estaduais e do Distrito Federal no sentido de resgatar os tremendos desafios da miséria e da pobreza em que se acham mergulhados os municípios adjacentes ao Distrito Federal, definidos na lei, faz-se uma tentativa de modificação para incluir outros municípios do Estado de Minas Gerais.

Daí, portanto, a necessidade de mudar a concepção de um desenvolvimento pontual por outro mais abrangente. A força dos fatos fez entender às autoridades que é impossível garantir qualidade de vida aos residentes de Brasília sem se ter a mesma atenção pela qualidade de vida da população dos municípios adjacentes. Tal consciência, no fundo, é um resgate: o resgate do sonho de JK e dos pioneiros de Brasília, que anteviam uma capital construída a partir de um modelo de desenvolvimento não excludente.

Muitos criticaram, na lei complementar que foi sancionada e aprovada, a ausência de fundo constitucional para o Entorno. Nós, com toda certeza, não podemos deixar de lamentar essa lacuna. O fundo constitucional pelo qual propugnamos representaria uma garantia de recursos para financiar o programa de desenvolvimento mencionado. Todavia, não pensamos que, com o naufrágio do fundo, a proposta da RIDE se tenha transformado num amontoado de intenções vazias. Não. Acho, que a criação legal da RIDE muitos bons frutos poderá trazer. Será importante o conselho administrativo a ser instituído, um foro para o debate e para a busca de soluções para os problemas da região administrativa. Será importante ter uma entidade jurídica, com uma administração organizada, que possa receber empréstimos e dotações orçamentárias. Fala-se mesmo da possibilidade imediata de um empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de R\$120 milhões.

O que se espera, em resumo, é que a Ride promova de forma efetiva a harmonização das políticas públicas entre o Distrito Federal e o Entorno, constituindo-se em instrumento para a melhoria, em favor de toda a população, dos serviços de transporte coletivo, saúde, segurança, meio ambiente, política salarial do funcionalismo, educação, energia elétrica, saneamento básico e serviços de telecomunicações.

Sr. Presidente, a Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro do presente ano, além do Distrito Fe-

deral, definiu como componentes da RIDE os seguintes municípios do Estado de Goiás: Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso e Vila Boa; no Estado de Minas Gerais, os municípios de Unai e Buritis.

Contudo, a proposição contra qual me estou manifestando, de autoria da ilustre Senadora Júnia Marise, parlamentar que sempre contou com o meu respeito e admiração, foi depois acrescida e complementada por outra proposição do ilustre Senador Francelino Pereira, acrescentando à formação original do Ride mais vinte municípios de Minas Gerais. São eles: Arinos, Bonfinópolis, Brasilândia de Minas, Cabeceira Grande, Dom Bosco, Formoso, Guarda-Mór, João Pinheiro, Natalândia, Paracatu, Pirenópolis, Riachinho, Uruana de Minas, Urucuia, Lagamar, Lagoa Grande, Presidente Olegário, São Gonçalo do Abaeté, Varjão de Minas e Vazante.

Ora, o único critério aceitável para um Município fazer parte da região geoeconômica do Distrito Federal deve ser, naturalmente, sua proximidade, sua adjacência à Capital do País – o que não é o caso de nenhum dos municípios que se quer acrescentar à Ride. Até João Pinheiro figura nesse rol absurdo, a mais de 300Km de distância de Brasília por via rodoviária, e outros como Formoso – a 465Km, Natalândia – a 415, Pirenópolis – a 380, e o restante dos municípios mineiros, dando uma média de 250Km.

Nessas circunstâncias, se aprovadas as emendas, como nos colocaríamos diante dos mais de vinte e tantos municípios de Goiás, que se situam infinitamente mais próximos do Distrito Federal do que os municípios mineiros, e que não foram incluídos na Ride?

Não sou contra que se criem outras regiões geoeconômicas e que para elas elaborem outros programas de desenvolvimento. O que não se pode aceitar, em hipótese alguma, é que tais municípios peguem carona na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, acabando por inviabilizá-la em razão da diluição de recursos, a serem distribuídos entre tantos municípios, que essa inclusão inevitavelmente acarretaria.

A Srª Júnia Marise (Bloco/PDT – MG) – Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador?

O SR. JOSÉ SAAD (PMDB – GO) – Pois não, Senadora. Com o maior prazer.

A Srª Júnia Marise (Bloco/PDT – MG) – Ouço o pronunciamento de V. Exª e agradeço as suas palavras generosas a respeito da minha atuação parlamentar, aqui, no Senado Federal.

O SR. JOSÉ SAAD (PMDB – GO) – O que é justo!

A Srª Júnia Marise (Bloco/PDT – MG) – V. Exª traça exatamente o perfil da formação da Região Integrada no Entorno do Distrito Federal. Pois bem, vou fazer referência a esse tema de uma forma sintética, uma vez que farei uma abordagem mais ampla posteriormente, tendo em vista a iniciativa que tive de apresentar um projeto, incluindo mais alguns municípios que, a nosso ver, foram discriminados inicialmente na proposta do Senador José Roberto Arruda, aprovada nesta Casa. A proposta inicial aprovada incluía os 19 municípios de Goiás e apenas dois municípios de Minas Gerais: Unai e Buritis.

O SR. JOSÉ SAAD (PMDB – GO) – Depois que se dividiu Unai, Cabeceira Grande passou a fazer parte também.

A Srª Júnia Marise (Bloco/PDT – MG) – Esses foram os dois municípios de Minas Gerais que ficaram oficialmente incluídos no projeto de autoria do Senador José Roberto Arruda. Naquela sessão em que discutimos e aprovamos o projeto, deparamo-nos com essa situação que consideramos discriminatória com relação a Minas Gerais, em especial a esses municípios, que, há muitos e muitos anos, constam da listagem do Entorno do Distrito Federal, portanto, estão incorporados ao Entorno de Brasília. Naquela sessão, conversando com os Senadores do Estado de Goiás e com o próprio autor do projeto, chegamos ao entendimento de que era necessário corrigir essa injustiça, e foi exatamente com esse sentido que apresentamos, no dia seguinte, um projeto de lei a respeito. Para se ter uma idéia, Senador, no projeto que apresentamos – aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania –, dos quatorze municípios que incluímos, seis foram emancipados. Portanto, se estabelecemos o critério geográfico, seriam oito municípios, porque os distritos foram emancipados. Por outro lado, temos uma ampla documentação que mostra a dependência econômica e a relação que esses municípios mantêm, ao longo dos anos, com o Distrito Federal. Consideramos que, para se formalizar oficialmente a região integrada do Distrito Federal, ela não poderia se compor com 19 municípios de Goiás e apenas dois de Minas Gerais. Haveria uma maior integração entre Brasília e Goiás do que entre Brasília e Minas Gerais, que fica na divisa. Tenho certeza de que os

princípios do equilíbrio e da união nortearam o próprio Senador José Roberto Arruda, que teve a sensibilidade de propor a criação do Entorno a partir da formação de uma região integrada entre esses dois Estados que estão literalmente integrados com Brasília: Goiás e Minas Gerais. A partir de então, com o apoio do Governo de Goiás, do Governo de Minas Gerais e do Governo Federal, seriam estabelecidos recursos orçamentários e projetos viáveis para atender à demanda desses municípios que compõem a região integrada do Entorno de Brasília. Posteriormente vamos fazer uma grande demonstração sobre isso, mas tivemos o cuidado de não acrescentar municípios que não tivessem nenhuma relação; todos eles, geograficamente, estão efetivamente integrados à região do Entorno. Portanto, dentro do projeto que apresentei e que foi aprovado, entendo que estamos realmente estabelecendo o princípio de equilíbrio com uma região integrada, onde são incluídos os municípios de Goiás, que vão ser em número muito superior aos de Minas Gerais, e com a participação desses municípios mineiros, que estão constituídos no Entorno de Brasília por vários e vários motivos, não apenas geográficos, mas também pela própria situação desses municípios no seu envolvimento, nas suas relações com todos os setores de Brasília: saúde, educação, enfim, todos os setores econômicos e sociais de Brasília. Agradeço a V. Exª o aparte e vamos continuar ouvindo com muita atenção as opiniões e as ponderações de V. Exª.

O SR. JOSÉ SAAD (PMDB - GO) - V. Exª tem o meu maior apreço e respeito, Senadora Júnia Marise, mas discordamos da filosofia e do princípio geográfico de Entorno de Brasília. O que seria o entorno do Plenário deste Senado? Os salões, a Câmara dos Deputados, mas não inclui a Torre de Televisão, nem o Setor de Indústria. Entorno de Brasília são os municípios que fazem divisa com Brasília e mais alguns próximos que sofrem influência direta de Brasília. Nesses trinta anos de existência, Brasília não teve melhoria da qualidade de vida, nem desenvolveu outras qualidades, nada recebeu de investimento do Governo Federal, e Goiás sozinho não teve condições de manter um desenvolvimento pouco inferior ao da Capital Federal.

Não posso concordar que municípios a 250Km ou mais do Distrito Federal, como Mimoso, a 430Km, venham a ser considerados Entorno de Brasília. Não que eu seja contra Minas Gerais, não que eu não tenha respeito e consideração por esses dois grandes representantes mineiros, Senadora Júnia Marise e Senador Francelino Pereira, figuras das mais bri-

lhantes que o Senado já teve, mas a verdade é que nem os problemas dos municípios que fazem divisa com o Distrito Federal foram resolvidos.

Há poucos dias, estivemos em um município a 5Km da divisa do Distrito Federal. Lá houve uma festa enorme simplesmente porque caíram um prédio velho e nomearam um juiz substituto. Ora, trinta anos depois, a 5Km da divisa do Distrito Federal, a 30Km do centro de Brasília, uma cidade toda se levanta orgulhosa, porque conseguiu um juiz substituto.

Na região noroeste de Minas Gerais, poder-se-ia formar outro tipo de organização com o apoio de todos nós, que pudesse correr paralela na distribuição das prováveis rendas e recursos.

Posteriormente, entregarei a V. Exª, nobre Senadora, este mapa onde estão representados, em verde, os municípios do Entorno de Brasília; em amarelo, os que V. Exª sugeriu e, em vermelho, os do Senador Francelino Pereira. Observe que, com isso, o Entorno de Brasília está quase chegando a Belo Horizonte. Se for assim, Goiânia está mais perto. Há mais de 30 municípios ao redor de Brasília, que não fazem parte do Entorno e que estão mais perto do que os municípios sugeridos por V. Exª e pelo ilustre Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL - MG) - Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ SAAD (PMDB - GO) - Pois não.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL - MG) - Senador José Saad, V. Exª já compreendeu a estrutura de funcionamento e de convivência desta Casa. Somos 81 Senadores, numa representação igual para todas as Unidades da Federação, a fim de que se resguarde o princípio federativo do Brasil. Quero falar de forma bastante amigável e cordial, até para expressar um pouco de preocupação com vista à busca da verdade. Embora sejamos uma Casa onde existam os conflitos, decorrentes do próprio sistema partidário em que vivemos e das representações que exercitamos aqui, isso não impede uma troca de idéias sobre assuntos comuns. No caso deste projeto, confesso a V. Exª que ele foi apresentado e discutido de forma desordenada. Dou esse testemunho de homem público - não de um mero político - em respeito à figura magnífica de V. Exª. O projeto transitou a favor de Goiás e em desfavor de Minas Gerais. Incluiu 14, 15 ou 16 municípios goianos da região de influência de Brasília e apenas dois municípios mineiros, ora Cabeceira Grande, ora Unaí, e terminou sendo Buritis e Unaí. Claro que existe uma impropriedade e uma absoluta inadequação, inclusive à realidade econômica dos municípios que circun-

dam a Capital federal. Imediatamente, foi apresentado um projeto, modificando a lei sancionada pelo Presidente, pela ilustre Senadora Júnia Marise. Elaborei um outro projeto, mas esperei, primeiro, que o Presidente sancionasse o projeto e, conseqüentemente, não tive oportunidade de apresentá-lo. Quando tive conhecimento de que o projeto voltara a funcionar, ele já estava sendo discutido pelo Relator, Senador Romeu Tuma, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Fui surpreendido, inclusive com o acréscimo de novos municípios como João Pinheiro, Guarda-Mor, Brasilândia, cidades que conheço como a palma da minha mão, porque as representei por 16 anos como Deputado Federal e agora como Senador e com esses municípios convivi como Governador de Minas Gerais. Pois bem, em face dessa inadequação e para dar ensejo a uma convocação nossa para sentarmos à mesa e conversarmos como homens públicos, sem nenhuma visão eleitoral, apresentei uma emenda de plenário completando os municípios do noroeste de Minas Gerais que sempre integraram a região geoeconômica de Brasília. Dessa forma, a representação de Goiás seria praticamente a mesma, numericamente em relação municípios e aos dois Estados. O que não desejo é que esse projeto volte novamente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania...

O SR. JOSÉ SAAD (PMDB - GO) - Já voltou.

O Sr. Francelino Pereira (PFL - MG) - ...e o Relator retome o assunto sem um entendimento nosso. É preciso conversarmos a respeito, senão vamos acabar aprovando uma medida que será vetada pelo Presidente da República. Louvo V. Ex^a pela preocupação em trazer a debate esse assunto, mas apenas quero transmitir a V. Ex^a a convicção de que vamos encontrar um texto que efetivamente seja representativo da realidade econômica, social e política desses dois grandes Estados da Federação. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ SAAD (PMDB - GO) - Muito obrigado. É um prazer ouvir V. Ex^a e vamos continuar discutindo o assunto, que é de vital importância para os municípios do Entorno e que foram colocados à margem do desenvolvimento de Brasília. Isso representa, hoje, uma grande preocupação, porque, sem resolver os problemas do Entorno, Brasília será, daqui a 5 ou 10 anos, uma das maiores favelas, uma cidade completamente inadministrável, porque a migração e, conseqüentemente, os problemas e pressões sobre os equipamentos urbanos de Brasília, vão continuar.

Prossigo o meu pronunciamento.

Não sou contra que se criem outras regiões geoeconômicas e que para elas elaborem outros programas de desenvolvimento. O que não se pode aceitar, em hipótese alguma, é que tais municípios peguem carona na região integrada de desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, acabando por inviabilizá-la em razão da diluição de recursos, a serem distribuídos entre tantos municípios, que essa inclusão inevitavelmente acarretaria.

Dessa forma, só me resta fazer um apelo aos nobres Senadores desta insigne Casa no sentido de que rejeitem, se for o caso em plenário, as Emendas Substitutivas ao Projeto de Lei do Senado nº 23, de 1998, que incluem os 20 municípios mencionados à Ride.

Zelar para que não seja desfigurado o projeto de desenvolvimento da região geoeconômica de nossa Capital é dever de todos nós, representantes dos Estados brasileiros, sejam eles quais forem. A construção de Brasília foi feita com muito sacrifício e demandou muitos recursos do povo brasileiro. Não permitamos que ela reproduza o padrão das grandes metrópoles brasileiras, ilhas de prosperidade cercadas de miséria por todos os lados. Que esta cidade e sua região cumpram o seu destino de representar um marco de desenvolvimento equilibrado com justiça social, servindo de exemplo a este nosso Brasil de tantas desigualdades!

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Saad, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ronaldo Cunha Lima, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) - Concedo a palavra à nobre Senadora Benedita da Silva, por permuta com o Senador Lúcio Alcântara. S. Ex^a dispõe de vinte minutos.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (Bloco/PT - RJ) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, em primeiro lugar, agradeço ao Sr. Senador Lúcio Alcântara por ter me cedido seu lugar na lista de oradores.

Trago à Casa um tema que já abordei em outras oportunidades. Hoje é um dia muito especial. Em 1987, aconteceu o 5º Encontro Internacional de Saúde da Mulher, na Costa Rica. Dentre os temas desenvolvidos, priorizamos a discussão sobre a saúde da mulher e consagramos o dia 28 de maio como o Dia Internacional da Ação pela Saúde da Mulher.

Aqui no Brasil, comemoramos também o Dia Nacional de Redução da Mortalidade Materna.

Portanto, este é um dia de mobilização e de reflexões, em que devemos debater abertamente a questão da saúde da mulher, as doenças como o câncer do colo de útero, que, hoje, representa 43% do total dos tumores ginecológicos e mata de cinco a dez mil mulheres por ano. No Brasil, a maior incidência está nas Regiões Norte e Centro-Oeste. O câncer de mama constitui-se na primeira causa de morte entre mulheres acima de 40 anos. O Instituto Nacional do Câncer constatou que, em 1997, mais de 6.700 mulheres morreram de câncer de mama no Brasil.

A taxa de mortalidade por câncer ginecológico estimada para 1998 pelo Ministério da Saúde é de 9,2 a cada 100 mil mulheres. No entanto, sabemos que os cuidados preventivos com a saúde podem evitar esses males.

Ontem tive a oportunidade de conversar com o Ministro da Saúde, Senador José Serra, que pediu o meu apoio às iniciativas do Ministério no que diz respeito à saúde da mulher. Disse-lhe que meu apoio já é dado primeiro por ser mulher, segundo por ser da área da saúde e terceiro porque reconheço o esforço do Ministério na implementação de algumas políticas públicas que garantam a saúde preventiva da mulher.

Acompanhei e contestei a diminuição de recursos para a continuidade do programa, não apenas quanto à campanha, mas também na descentralização da política nos municípios, a fim de que todas as mulheres, de diferentes classes sociais, pudessem ter alcance a esse serviço.

Neste Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher, dirijo-me ao Ministro José Serra para dizer que estarei, onde sempre estive, acompanhando e apoiando iniciativas dessa natureza, que considero altamente necessárias, prioritárias e urgentes.

Ainda com relação aos dados estatísticos, verifica-se que a esterilização ocorre cada vez mais cedo e em parcelas crescentes. Um estudo do Ipea constatou que, atualmente, as mulheres são esterilizadas em média com 29 anos, sendo que a Região Centro-Oeste tem o maior índice (59%). No Rio de Janeiro, chega a 46%, onde a maioria dessas esterilizações ocorre durante o parto. Cerca de 60% das mulheres foram esterilizadas após uma cesariana e 26% de mulheres usam pílulas anticoncepcionais.

O número de cesarianas está acima das recomendações da Organização Mundial da Saúde; 600 mil mulheres morrem por complicações da gravidez, parto e puerpério; 99% dessas mortes ocorrem nos

países chamados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento e 60% das mortes relacionadas a gravidez são causadas pela hipertensão, hemorragias, abortos provocados e infecções decorrentes de cesárias.

A Organização Mundial de Saúde cita como principais causas de morte materna a falta de assistência médica, falta de informação e de acesso a métodos contraceptivos, abortos clandestinos, desnutrição, fome, baixa condição de vida, excesso de trabalho e péssima saúde geral.

A Conferência Mundial Sobre a Mulher definiu metas para o combate à mortalidade materna, com o objetivo de reduzi-la em pelo menos 50% dos níveis de 1990 até o ano 2000 – caso essas regras sejam aplicadas.

O medo é um elemento sempre presente entre as mulheres quando se refere aos fatos ligados à procriação. Em pesquisa intitulada *Mortalidade Materna: uma questão social*, de Maria Betânia Ávila (SOS Corpo – Recife), realizada na rede pública de saúde de Recife, junto aos profissionais de saúde, sobre como eles percebiam o estado emocional das mulheres quando chegavam para dar à luz. As respostas variavam entre "histéricas, nervosas e amedrontadas".

Quando uma mulher morre de morte materna, deveríamos interrogar onde começou a se construir essa morte. Quais as condições de trabalho que teve durante a gravidez? Que método contraceptivo usou antes de engravidar? Fez pré-natal e com que qualidade?

"A mortalidade materna persiste como marca de um modelo de desenvolvimento social que tem se baseado em discriminações, onde mesmos os avanços dos conhecimentos científico e tecnológico não conseguem romper com uma ordem sócio-cultural, construída a partir de preconceitos de sexo, de raça e de classe. Vê-se exatamente o inverso, o uso da tecnologia a serviço da dominação. Os Serviços de Saúde são uma parte importante do cenário onde essa tragédia se realiza e que tem como um dos lugares fundamentais de origem a desvalorização da reprodução biológica."

As mortes maternas são aquelas ocorridas durante o ciclo gravídico- puerperal, em decorrência de complicações específicas desse período ou de doenças preexistentes ou adquiridas durante o mesmo, que complicam a gravidez, o parto e o puerpério.

Em uma publicação recente da OMS – Organização Mundial de Saúde – e Unicef, que trata da questão da maternidade segura ou saudável, há o

seguinte comentário: "A morte de uma mulher nesse período é um desastre – é um acontecimento desnecessário e uma perda que carrega uma carga enorme de tristeza e dor. Há uma sensação de crueldade nessas mortes, elas não deveriam ocorrer, a mulher não estava doente... e, mesmo assim, ela morreu!"

Os vários estudos realizados em diferentes partes do Brasil, bem como as informações trazidas pelos numerosos comitês de estudos e prevenção de mortes maternas, mostram um fato que, pode-se dizer, é dramático: a quase totalidade das mortes maternas entre nós seria facilmente prevenível desde que houvesse um pré-natal adequado, quantitativa e qualitativamente, bem como, em numerosos casos, uma assistência ao parto digna desse nome. O fato de mais de 80% dos partos no Brasil ocorrerem em hospital não significa que eles sejam seguros!

Muito se fala sobre as taxas, índices e coeficientes de risco e mortalidade materna. A verdade que conhecemos até o momento é que, no Brasil, a subnotificação ou o sub-registro das mortes maternas é grande e piora à medida que se analisam as regiões mais pobres, justamente onde as mortes maternas são mais freqüentes. Desde a morte sem assistência médica, a existência de cemitérios clandestinos, o não-registro dos nascimentos e a alta mortalidade infantil em algumas regiões do País, até o preenchimento incorreto dos atestados de óbito e dos prontuários médicos, tudo isso contribui para que as taxas oficiais de morte materna sejam de duas a quatro vezes menores do que os índices reais.

A tradução dessa situação é: quanto vale a mortalidade materna no Brasil? A resposta tem que ser conseguida, pois, não há dúvida, trata-se de uma importante questão de cidadania!

A grave situação da assistência à saúde reprodutiva das mulheres vem sendo denunciada há muito. Dentro do panorama de deterioração da saúde pública, que afeta toda a população, as questões ligadas à sexualidade, gestação, parto ou puerpério trazem um outro agravante diante do qual não se justifica a indiferença ou sensibilidade – são fenômenos da vida e não da morte, da saúde e não da doença, ligados à existência da espécie e do planeta; não são temas individuais e esporádicos.

É fundamental que os números reais sobre mortalidade materna no Brasil sejam conhecidos, pois a mulher que morre de parto sem atendimento e é enterrada na roça, no sertão, e a jovem que faz um aborto em clínica clandestina nos grandes centros urbanos, morrendo de infecção dias depois, sem

contar a ninguém o que lhe aconteceu, passarão a contar nas estatísticas. Assim, suas mortes não serão mais anônimas e clandestinas, mas sim uma denúncia das condições que as levaram ao óbito.

Por isso, neste Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher e no Dia Nacional de Redução da Mortalidade Materna, eu não poderia deixar de ocupar esta tribuna para trazer tão relevante tema. Espero que ele encontre eco em outras iniciativas das políticas públicas; espero que ele encontre eco na escolha dos temas prioritários a serem debatidos e desenvolvidos nas nossas comissões e na tribuna do Senado Federal, em apoio a projetos de interesse nessa área.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Benedita da Silva, o Sr. Ronaldo Cunha Lima, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, é com satisfação que utilizo a tribuna desta Casa para registrar informação veiculada pelo jornalista Luís Nassif, publicada em sua coluna, na edição do jornal *Folha de S.Paulo*, do dia 18 de maio próximo passado, sob o título "A qualidade no Judiciário", que anexo a este meu pronunciamento.

Cita o jornalista, na referida coluna, estar a Justiça Federal no Maranhão, implantando, com sucesso, um programa de qualidade que poderá servir de referência para outros estados de nosso País. Esse programa tem como base um trabalho elaborado pelo Juiz Federal Flávio Dino de Castro e Costa, ex-diretor do Foro da Seção Judiciária do Maranhão e professor do departamento de Direito da Universidade do Maranhão.

Srs. Senadores, sou daqueles que entendem ser o Poder Judiciário, bem como o respeito às leis, um dos pilares fundamentais para a construção e manutenção do estado democrático de direito. É exatamente em decorrência dessa minha posição que vejo com muita satisfação a implantação desse programa de qualidade na Justiça Federal no Maranhão. Com a medida, serão beneficiados o Poder Judiciário, os cidadãos como um todo, além dos advogados e a própria democracia.

O Poder Judiciário, como sabemos, convive com alguns problemas que necessitam ser supera-

dos para o melhor desempenho de suas nobres funções na sociedade. Esses problemas são de lavras diversas: uns decorrem do furor legiferante, enquanto outros estão ligados aos procedimentos judiciais, por exemplo.

Segundo informa o jornalista Luís Nassif, o trabalho do Juiz Federal Flávio Dino de Castro e Costa define algumas diretrizes para um programa de qualidade e produtividade no Judiciário, dentre as quais podem ser destacadas:

1) Generalização e aperfeiçoamento de todos os mecanismos alternativos de acesso a informações processuais (Internet, terminais de auto-atendimento, etc);

2) trabalho de análise sobre os dados estatísticos já produzidos, detectando pontos de estrangulamento (demora de publicação dos atos judiciais nos Diários Oficiais, tempo excessivo para cumprimento de mandados, etc);

3) fixação de prazos máximos para diferentes setores administrativos praticarem atos repetitivos e de suas competências;

4) reuniões periódicas de juízes, diretores de Secretaria, supervisores de seção, com objetivo de padronizar diagnósticos e procedimentos, segundo o caso incluindo clientes externos (representantes do Ministério Público Federal, autoridades policiais etc.);

5) implantação de serviços como a chamada "consulta programada", através dos quais os advogados, informando previamente a Secretaria da Vara relativamente a processos que gostaria de examinar, seriam mais rapidamente atendidos.

O noticiário ao qual faço referência neste meu pronunciamento cita também outras informações igualmente animadoras, que revelam o sucesso do programa de qualidade da Justiça Federal no Maranhão. Segundo pude ler na matéria jornalística da **Folha de S.Paulo**, esse programa de qualidade no Judiciário maranhense já teria conseguido avançar em diversas experiências, tais como:

1) criação de novos canais de aproximação com a sociedade do meu Estado, como convênios, objetivando a viabilização das penas ou condição de prestação de serviços à comunidade;

2) novos parâmetros de relacionamento com a Imprensa;

3) melhoria do ambiente de trabalho, segundo demandas formuladas pelos servidores;

4) implantação de terminais de auto-atendimento para advogados e jurisdicionados, através de convênios firmados com entidades, como Ordem

dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Maranhense dos Advogados Cíveis e Criminais;

5) monitoramento do desempenho da central de mandados;

6) eliminação de procedimentos avaliados como desnecessários, como a constituição de Junta Médica para quaisquer licenças por motivo de doença em pessoas da família do servidor.

Eu gostaria, portanto, de congratular-me, da tribuna do Senado Federal, com todos aqueles que, lá no meu Estado, na Justiça Federal, estão envolvidos com a implantação desse programa de qualidade no Judiciário. É motivo de orgulho para os maranhenses que a Justiça Federal, sediada no Estado, esteja servindo de modelo para o melhor procedimento judiciário em todo o País.

Qualidade no Judiciário significa dizer, em outras palavras, mais cidadania, maior previsibilidade econômica para diversos setores sociais, bem como melhor qualidade de vida para todos os cidadãos.

Fica aqui, portanto, o registro do meu aplauso ao eminente Juiz Federal Flávio Dino de Castro e Costa e a todos quantos o auxiliaram nesse trabalho, cuja dedicação ao aprimoramento do processo judiciário federal merece o reconhecimento de todo o País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. EDISON LOBÃO EM SEU PRONUNCIAMENTO:

A QUALIDADE DO JUDICIÁRIO

Luís Nassif

O Judiciário padece de vários problemas. Alguns, ligados aos procedimentos judiciais, e ao furor legiferante do país. Parte, decorrente de seus próprios problemas gerenciais. Daí a necessidade de introduzir no Judiciário os modernos métodos de qualidade gerencial, visando melhorar sua eficiência e as condições de trabalho dos juízes.

Esses pontos levaram a Justiça Federal do Maranhão a perseguir um programa de qualidade que poderá servir de padrão para outros estados – conforme o trabalho "A busca da qualidade no serviço judiciário", preparado por Flávio Dino de Castro e Costa, juiz federal, diretor do Foro da SJ/MA e professor do departamento de direito da Universidade Federal do Maranhão.

Há problemas de monta no setor, constata o trabalho, a começar pela falta de prática gerencial dos juízes. A alta gerência no Judiciário é transitória (um ou dois anos). Com pouco tempo, concentra-se no gerenciamento da rotina ou em melhorias improvisadas, às vezes com efeitos opostos aos pretendidos.

No nível da gerência intermediária encontram-se gestores que, ante a falta de experiência administrativa da alta gerência, acabam tomando-se "donos" dos postos ocupados. Ou gestores igualmente transitórios e improvisadores, impedindo o acúmulo de experiências e concretização de melhorias.

Diretrizes

O trabalho define diretrizes para um programa de qualidade e produtividade no Judiciário:

1) Generalização e aperfeiçoamento de todos os mecanismos alternativos de acesso a informações processuais (Internet, terminais de auto-atendimento etc.).

2) Trabalho de análise sobre os dados estatísticos já produzidos, detectando pontos de estrangulamento (demora na publicação dos atos judiciais nos Diários Oficiais, tempo excessivo para cumprimento de mandados, insuficiente produtividade de Secretarias de Varas etc.).

3) Fixação de prazos máximos para os diferentes setores administrativos praticarem atos repetitivos de suas competências.

4) Reuniões periódicas de juízes, diretores de Secretaria, supervisores de seção, visando padronizar diagnósticos e procedimentos, conforme o caso incluindo clientes externos (representantes do Ministério Público Federal, autoridades policiais, leiloeiros, procuradores dos entes públicos etc.).

5) Implantação de serviços como a "consulta programada", pelo qual o advogado, tendo informado previamente a Secretaria da Vara quanto aos processos que deseja examinar, seria muito mais rapidamente atendido.

Experiência maranhense

Até agora, o programa de qualidade no judiciário maranhense avançou nas seguintes experiências:

1) Criação de novos canais de aproximação com a sociedade local, como convênios para viabilização da pena ou condição de prestação de serviços à comunidade, inclusive com acompanhamento sistemático e centralizado de suas execuções.

2) Novos parâmetros de relacionamento com a imprensa.

3) Melhoria do ambiente de trabalho, segundo demandas formuladas pelos funcionários.

4) Implantação de terminais de auto-atendimento para advogados e jurisdicionados, mediante convênios com a Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação Maranhense dos Advogados Cíveis e Criminais.

5) Monitoramento do desempenho da central de mandados.

6) Eliminação de procedimentos desnecessários, como por exemplo a constituição de Junta Médica para quaisquer licenças por motivo de doença em pessoa da família do acompanhado.

Em março foi constituído um comitê de acompanhamento do programa. Dos resultados alcançados pode surgir o primeiro conjunto de parâmetros para a melhoria gerencial do Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Gilberto Miranda.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 374, DE 1998

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos artigos 50, § 2º da Constituição Federal, combinados com os arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Banco Central do Brasil, através do Ministro de Estado da Fazenda:

Cópia da documentação do Banco Central onde fica caracterizado o pagamento do Seguro de

Crédito por parte do Governo do Estado de Mato Grosso, para fazer face à sua obrigação conforme o disposto no art. 4º, da Resolução nº 101 de 1997, desta Casa.

Sala das Sessões, 28 de maio de 1998. – Senador **Gilberto Miranda**.

LEGISLAÇÃO CITADA**RESOLUÇÃO Nº 101, DE 1997**

Autoriza a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$55,406,000.00 (cinquenta e cinco milhões, quatrocentos e seis mil dólares norte-americanos) equivalentes a R\$59.367.529,00 (cinquenta e nove milhões, trezentos e sessenta e sete mil, quinhentos e vinte e nove reais), a preços de 31 de maio de 1997, entre o Estado de Mato Grosso e o Instituto Bancário San Paolo di Torino S.P.A., destinada ao financiamento da construção de pontes de concreto no âmbito do Programa de Perenização das Travessias do Estado.

Art. 4º As condições financeiras básicas da operação de crédito são as seguintes:

a) *credor*: Instituto Bancário San Paolo di Torino S.P.A.;

b) *valor*: US\$55,406,000.00 (cinquenta e cinco milhões, quatrocentos e seis mil dólares norte-americanos) equivalentes a R\$59.367.529,00 (cinquenta e nove milhões, trezentos e sessenta e sete mil, quinhentos e vinte e nove reais), cotados em 31 de maio de 1997;

c) *garantidor*: República Federativa do Brasil;

d) *juros*: taxa a ser fixada com base na menor cotação da CIRR Consensus, à opção do devedor, em uma das seguintes datas:

– de assinatura do acordo do empréstimo;

– de assinatura do contrato (desde que o acordo de empréstimo seja assinado no prazo de seis meses a contar da assinatura do contrato);

– da aprovação formal, com base na qual o Mediocredito tenha concedido seu subsídio ao crédito (neste caso, a taxa CIRR será acrescida de 0,2% a.a. dois décimos por cento ao ano) de acordo com a regulamentação do Mediocredito Centrale;

e) *comissão de administração*: 0,5% (cinco décimos por cento) à vista sobre o valor total do empréstimo;

f) *comissão de compromisso*: 0,25% a.a. (vinte e cinco centésimos por cento ao ano), sobre o saldo

não desembolsado, contada a partir da data efetiva do contrato;

g) seguro de crédito: 4,9% (quatro inteiros e nove décimos por cento) sobre o valor financiado;

h) despesas gerais: as razoáveis, limitadas a US\$55.000,00 (cinquenta e cinco mil dólares norte-americanos);

i) condições de pagamento:

– **do principal:** em dezessete parcelas semestrais, consecutivas e iguais, vencendo-se a primeira no dia 30 de abril ou 31 de outubro, o mais próximo que ocorrer, não antes de trinta e seis meses, nem depois de quarenta e dois meses, a contar da data efetiva do contrato;

– **dos juros:** semestralmente vencidos, em 30 de abril e 31 de outubro de cada ano;

– **da comissão de compromisso:** semestralmente vencida, em 31 de abril e 31 de outubro de cada ano;

– **da comissão de administração:** em três parcelas iguais, sendo: a primeira, trinta dias após a data efetiva do contrato; a segunda, seis meses após a data efetiva do contrato; a terceira, doze meses após a data efetiva do contrato;

– **do seguro de crédito:** 30% (trinta por cento) no momento da emissão da garantia, após a aprovação da operação no ROF, e 70% (setenta por cento) proporcionalmente a cada desembolso, diretamente à SACE, ou, alternativamente, ao credor, desde que comprovado seu recolhimento no exterior.

.....
(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 375, DE 1998

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos artigos 50, § 2º da Constituição Federal, e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Justiça:

Cópia da documentação recebida pelo Governo Brasileiro encaminhada pelo Departamento Comercial da Embaixada dos Estados Unidos da América, e que trata de uma manifestação contrária ao contrato celebrado entre o departamento da Polícia Federal deste Ministério da Justiça e a SOFREMI – Sociedade de Exportação de Materiais e Serviços.

Sala das Sessões, 28 de maio de 1998. – Senador **Gilberto Miranda**

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

Os requerimentos lidos serão despachados à

Mesa para decisão, nos termos do Regimento Interno da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Esgotado o período destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 18, DE 1998

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1998 (nº 4.439/98, na Casa de origem), que denomina "Aeroporto Internacional Deputado Luís Eduardo Magalhães" o Aeroporto Internacional da Cidade de Salvador, Estado da Bahia, tendo

Parecer sob nº 314, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

(Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.)

A Presidência esclarece ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Passa-se à discussão em conjunto do projeto e das emendas, em turno único.

O SR. DJALMA BESSA (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Djalma Bessa.

O SR. DJALMA BESSA (PFL – BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, esta é mais uma das muitas homenagens que estão sendo prestadas à memória do Deputado Luís Eduardo.

São homenagens justas que buscam lembrar e, por que não dizer, perpetuar o nome do ilustre homem público, político exemplar, simpático, amigo, inteligente, competente, que, em poucos anos de vida pública legou à Nação serviço admirável, para lhe proporcionar o embasamento constitucional necessário para crescer e prosperar.

Luís Eduardo fez a sua carreira política como Deputado Estadual e Deputado Federal, no Legislativo, embora como Presidente da Assembléia da Bahia e como Presidente da Câmara dos Deputados tenha exercido, e as exerceu bem, funções administrativas.

Os três grandes passos que lhe projetaram sensivelmente foram dados como Líder do PFL, como Presidente da Câmara e como Líder do Governo, destacando-se pelo amplo acesso a todas as Lideranças da Casa que conquistou pela lealdade, pela seriedade e pela fidelidade, ganhando a confiança de seus Pares.

Candidato ao Governo da Bahia, com eleição assegurada por milhões de votos de diferença, era de se imaginar realizasse uma suntuosa administração, marcando a sua notável capacidade de gerir o Estado, pois tinha tudo para fazê-lo: visão, competência, disposição, determinação, vontade e prestígio.

Morreu jovem, suficientemente preparado para alcançar vãos altos na política nacional.

Empolgava-lhe, de modo especial, a política de alto nível, que terçava com excepcional brilho e raro desempenho, como coordenador e como líder, mas também não se lhe pode negar o aplauso pelo modo afetivo como se comunicava com os seus eleitores, tornando-os seus verdadeiros amigos.

A herança que deixou ao País credencia-lhe a merecer a saudade, a gratidão, o reconhecimento e a homenagem do Brasil.

A morte, se materialmente afastou-nos de Luís Eduardo, espiritualmente foi vencida, pois dele jamais nos afastará. Continuaremos juntos, aliados às suas idéias, fiéis aos seus princípios, aliados às suas convicções.

Municípios da Bahia estão a reverenciar Luís Eduardo, ostentando o seu ilustre nome em ruas, praças, escolas, ginásios de esportes, entre outras tantas obras, evidenciando que ele continua e continuará vivo na nossa lembrança e em nossos corações.

Ele foi – não é demais afirmar – um obstinado pelo certo, pelo correto, pelo bem, pelo justo. Fixada a meta, ele sabia; e como sabia, alcançá-la. Vencia obstáculos sem receio, sem temor. Dialogava, argumentava, convencia.

Em tão pouco tempo, fez muito pela Bahia e pelo Brasil, plantou para o amanhã, para o futuro.

Tive o privilégio de ser o seu assessor durante vários anos. Nenhum político de sua geração projetou-se tanto, brilhou tão intensamente.

Recebeu a vocação política do seu eminente pai, Senador Antonio Carlos Magalhães, nosso presidente, e o legado recebido não foi em vão: cresceu, foi multiplicado e personalizado.

A homenagem que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal prestam a Luís Eduardo, denominando de "aeroporto Luís Eduardo Magalhães" o aeroporto "Dois de Julho", de Salvador, é uma das

mais expressivas e marcantes, porque revela a estima, a consideração, a atenção, a admiração dos membros das duas Casas a um dos seus mais iluminados colegas.

Ele merece essa distinção, de nós, congressistas, que assim destacamos a memória de Luís Eduardo – um político que foi modelo, exemplo de honra, de sabedoria, de dignidade.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta Casa aprovou a realização de uma sessão especial, que ainda não foi marcada, de homenagem à memória de Luís Eduardo Magalhães. O meu Partido me honrou com a indicação para falar em nome de toda a agremiação partidária. Falarei, portanto, na ocasião própria.

Hoje, pediu-me o Senador Hugo Napoleão, titular desta Liderança, que não pôde estar aqui neste momento, que encaminhasse a votação deste projeto. E é o que faço, portanto, em seu e no meu próprio nome.

Quero tomar por empréstimo, desde logo, algumas palavras do Deputado autor do projeto: "O ex-Deputado Luís Eduardo Magalhães, falecido em 21 de abril de 1998, destacou-se no cenário nacional como político e como um líder que conseguia atenção e admiração de praticamente todas as correntes políticas nacionais pelos seus propósitos, pela sua dignidade pessoal, pela confiabilidade de sua palavra e pelos ideais e idéias inovadoras, comportamento exemplar e convicções acerca do futuro do Brasil, que sempre defendia com brilhantismo e com bravura".

Esse é um resumo da personalidade daquele extraordinário Líder, que perdemos.

Fui amigo de Luís Eduardo Magalhães; meu filho, bem mais moço que ele, era também seu amigo. Encontravam-se frequentemente. Luís Eduardo dava-me a honra de ir a minha casa conversar e almoçar comigo e com meu filho. Penso que era mais amigo do meu filho do que de mim mesmo. Sempre tive com ele uma convivência extraordinária, admirando-o profundamente.

Não quero fazer comparações, mas às vezes recordo-me de Petrônio Portella, que foi um líder político de grande talento, um negociador extraordinário. Naquela fase intensa do período revolucionário, era Petrônio Portella que estava no Congresso Na-

cional como grande negociador da abertura política e da consolidação dos princípios democráticos. Pois Luís Eduardo Magalhães tinha todas essas características, e talvez mais algumas, de um grande líder cheio de talento, cheio de vontade de realizar pelo bem do povo.

O Deputado que propôs que, através de uma lei do Congresso Nacional, se dê o nome do Deputado Luís Eduardo Magalhães ao Aeroporto de Salvador foi muito feliz pela escolha, pelo fato de que todas as pessoas que forem à Bahia, ao desembarcarem, lembrar-se-ão de um homem que perdemos para a vida pública, mas que haverá de servir de exemplo para esta Nação inteira.

O PFL vota integralmente a favor desta proposição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Artur da Távola, para discutir.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, confesso estar em dúvida entre o impulso de falar e o recato, o cuidado de emocioná-lo, o que todos aqui, evidentemente, neste momento, têm o condão de fazer, seja porque V. Ex^a é um emotivo, seja porque V. Ex^a está com toneladas de razão para emoções. Peço, portanto, que me desculpe, se, porventura, invado, com as palavras, um desejo que sei que é o de V. Ex^a de manter-se ligado à vida, ao dia-a-dia, ao trabalho, guardando para si, de modo muito recatado, a memória de seu filho.

Mas temos essas dificuldades no Parlamento: somos obrigados a discutir matérias; e esta é uma matéria que está em discussão, os Partidos estão a se manifestar. Neste momento, há três representantes do PSDB – Senadores Jefferson Péres, Coutinho Jorge e eu – e quando pedi a palavra acreditei falar em nome do Partido.

Dentre as homenagens que se faz a uma figura pública, pode-se sempre pensar-se o que será mais adequado àquela figura. Certa vez, escrevi uma crônica a respeito de um jardim de infância, no Rio de Janeiro, que levou o nome de Rubem Braga. Fiz uma crônica em forma de carta ao Rubem Braga, carta para que ele leia onde estiver, dizendo que nada poderia ser mais expressivo dele do que ser jardim de infância. Rubem Braga era um homem da temura, do sentimento, do amor; não lhe ficaria bem um viaduto. Imaginemos um "Viaduto Rubem Braga" ou uma estrada pesada. O jardim de infância tem muito daquilo que o menino de Cachoeiro guardou sempre em sua vida: a infância, o amor pela nature-

za, pelos pássaros. E por aí desenvolvi uma série de idéias. Ocorreu-me o mesmo em relação a esta proposta que hoje nos chega para decisão em Plenário.

O que poderia, sob a forma de algum monumento público, de algo materializado simbolizar a figura de Luís Eduardo? E me veio também com clareza o quanto a simbologia de um aeroporto tem a ver com ele, por tantas e tantas razões. Ele poderia ter, pelo prestígio de V. Ex^a, pelo prestígio dele, que tinha a ver com o prestígio de V. Ex^a, mas era também um prestígio independente do prestígio de V. Ex^a, ele poderia ter as homenagens que a Nação, nem só a Bahia lhe prestaria. Mas a idéia do aeroporto é muito simbólica e gostaria de destacá-la aqui.

Em primeiro lugar, porque o aeroporto é um lugar de partida breve, deixando quem fica com saudade; é um lugar em que a provisoriedade da vida se torna presente; tudo é provisório no aeroporto. Há até um certo encantamento naquela provisoriedade dos aeroportos: algo que passa e que não deixa nada a não ser a busca permanente do ser humano por outros caminhos. Em segundo lugar, porque o aeroporto é um símbolo da aventura do homem: a aventura de voar, a aventura de a inteligência superar as limitações, e acredito que isso tenha muito a ver com o que foi e é a vida de Luís Eduardo. Ele atirou-se na aventura da vida. Ele atirou-se na busca da própria identidade e no caminho de um destino incerto. Não há destino mais incerto do que o da política. Só que no caso dele, como no dos aviões, o destino era certo. Sabia o que queria, sabia para onde ir e sabia o preço e o custo das chegadas.

Há mais. Gostaria de destacar um outro aspecto que tem a ver com Luís Eduardo, e ainda que pareça estranho, tem a ver com os aviões e aeroportos. Eles são entidades que vivem de modo elevado mas permanentemente atados ao chão nas suas necessidades básicas. Que outra imagem poderá ser mais próxima de um político jovem e idealista do que essa? Ou seja, alçar o vôo do sonho, da esperança, abastecido pela terra, ou seja, pelo cotidiano, pelo dia-a-dia, pela vida, pelo realismo. Luís Eduardo tinha essas duas características, ele conseguia ser extremamente realista no trato da questão política, um pragmático de qualidade, sem perda das dimensões de ideal que fizeram dele o político significativo que foi. Há também um outro traço: aquele aparelho de toneladas quando voa é de uma leveza linda e absolutamente única.

Como pode aquele pesado aparato mecânico ter a leveza do vôo? Nós políticos somos pesados, temos que admitir; somos um tanto perseguidos,

auto-suficientes, às vezes somos um tanto imodestos, somos pretensiosos tantas vezes e, no entanto, o Luís Eduardo conseguia uma leveza interessantíssima no seu comportamento. Inclusive, Sr. Presidente, a imagem que me ficou dele é a do sorriso. Ele tinha um sorriso permanente. Ele era uma pessoa prestes a sorrir, sempre. Às vezes, com um sorriso ele fazia um entendimento político. Ele tinha essa leveza de comportamento que o fazia transitar pelos caminhos difíceis com a facilidade da simpatia e de tudo, enfim, que tem uma pessoa leve, que não tem do outro a visão paranóica de que seja um perseguidor; que tem do outro a visão de que ele pode ser um colaborador; que todo mundo, a qualquer tempo, pode ser amigo. E um outro exemplo muito interessante que vivi na Câmara – e V. Ex^a, Presidente – imagino – deve olhar com olhos filosófais: eu vi uma geração, a geração do Luís Eduardo ter um tipo de relacionamento entre si que as lutas antigas das gerações anteriores da Bahia – a de V. Ex^a e a dos pais de outros políticos – jamais afetaram. Luís Eduardo se dava com filhos de adversários de V. Ex^a até com um carinho, próprio, peculiar; e eles tinham o reconhecimento. Durante a campanha do Presidente Fernando Henrique, no último ano da legislatura passada, eu era Líder do PSDB na Câmara. E, assim que foi feita a aliança com o PFL, tive a iniciativa, aceita pelo atual Presidente, de fazê-lo conversar Bancada com Bancada, isoladamente, para ter um aprofundamento da discussão da aliança, que não era aceita por todos os setores do Partido, mas que era aceita por nós – e até hoje aceita, proclamada e, a meu ver, é ela que está a pavimentar o caminho do desenvolvimento. Ali, vi o quanto, justamente na Bahia, onde havia um dos maiores problemas, a relação de Luís Eduardo Magalhães com setores habitualmente antagônicos – diria até agressivamente antagônicos – se deu e nos facilitou a tarefa, que, aliás, não teve êxito da minha parte no caso da Bahia, porque o grupo do PSDB desse Estado não aceitou em plenitude os dispositivos necessários, a meu ver, à compreensão daquela aliança por razões locais, quando estávamos colocando uma questão nacional por cima delas.

Por todas essas razões, Sr. Presidente, sem, portanto, estar aqui trazendo nenhuma palavra de exaltação ou de emotividade fácil, tenho a certeza de que a figura de Luís Eduardo Magalhães ficará com a sua leveza, com a sua bondade, com o seu modo de ser e, ao mesmo tempo, com a determinação das grandes rotas de sua vida, muito bem marcada nesse lugar de trânsito das pessoas, nesse lu-

gar de partida, nesse lugar de chegada, nesse lugar de encontro. Há, portanto, na simbologia dessa homenagem feita a ele, na entrada da grande e bela Bahia, algo que tem profundamente a ver com ele como pessoa, com V. Ex^a como um dos baianos mais ilustres de todos os tempos e, sobretudo, o reconhecimento do povo. Esse é o verdadeiro reconhecimento, e está além das homenagens que fazemos, está além dos monumentos que dedicamos, esse é imorredouro e esse V. Ex^a já leva na memória e no coração.

Por essa razão, o PSDB aprova o presente projeto. Votará a favor.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra a Senadora Júnia Marise.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, certamente a emoção toca a todos neste momento de encaminhamento da aprovação dessa matéria.

Hoje, a Bahia ainda chora; V. Ex^a, como pai, ainda chora; e todos nós, amigos, admiradores e companheiros que fomos de Luís Eduardo Magalhães, também choramos. Mas, em meio a essa emoção, registramos também as nossas homenagens àquele que foi, sem dúvida alguma, um dos grandes políticos da nova geração deste País.

Certamente, não tive a oportunidade de ter uma convivência tão próxima, todos os dias, cotidianamente, com Luís Eduardo Magalhães, mas tive a oportunidade, por várias e várias vezes, de estar com ele, de conversar com ele, viajando juntos e trocando idéias, brincadeiras e falando de coisas do Brasil. E, desde o primeiro momento que tivemos essa aproximação, encantei-me com a extraordinária figura de Luís Eduardo. Primeiro, pela sua sensibilidade, pela sua elegância, pelos seus gestos; depois, acompanhando passo a passo, vendo a sua trajetória, encantei-me com o perfil de um homem público que vislumbrava uma estrada brilhante e uma caminhada brilhante para este País.

Nunca ouvi e nunca tive notícia de que Luís Eduardo Magalhães tivesse tido uma manifestação desrespeitosa com quem quer que seja. Ao contrário, mesmo lidando e se debatendo, principalmente na Câmara dos Deputados, com idéias opostas, Luís Eduardo Magalhães sempre teve um gesto de elegância em debates consistentes e, às vezes, eloquentes, defendendo suas posições e idéias e respeitando as idéias dos contrários.

Neste momento, quero dizer que, além dessa emoção, da qual participo e com a qual me solidarizo, Sr. Presidente, tive outra grande emoção: no mesmo dia em que Luís Eduardo Magalhães foi enterrado em Salvador, tive a infeliz notícia do falecimento do meu irmão mais velho. No mesmo horário, nós o enterramos em Belo Horizonte.

Essa solidariedade nos une, Sr. Presidente, principalmente porque temos a grande convicção nesta vida de que as pessoas podem nos deixar, mas as suas idéias ficam, os seus exemplos permanecem. Como disse o grande sábio Schopenhauer, "o homem se engrandece quando a obra parte dele". Os nossos conterrâneos da Bahia, que todos os dias ainda prestam a sua homenagem a Luís Eduardo Magalhães, vão perenizar a sua memória, para que ela fique como um exemplo contido na alma e no coração dos baianos e de todos os brasileiros, daquele que, nos seus 43 anos de vida, soube servir à Bahia e servir ao Brasil.

É essa a imagem que o Brasil inteiro tem de Luís Eduardo Magalhães, e é essa imagem que trago também de Minas Gerais, o meu Estado.

A minha irmã, ouvindo a notícia pela televisão, à noite, disse-me, alguns minutos depois, que chorara com a notícia do falecimento de Luís Eduardo Magalhães. Esse foi o sentimento de todo o Estado de Minas Gerais.

Queremos, neste momento, ao aprovarmos esse projeto – e o fazemos como uma homenagem, não só merecida, mas uma homenagem que vai perenizar cada vez mais a memória de Luís Eduardo Magalhães –, também trazer, com as nossas palavras, esse nosso sentimento de solidariedade permanente e, acima de tudo, a certeza de que a carreira, a vida e a obra deixada por Luís Eduardo Magalhães vão servir de exemplo para as gerações do futuro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, gostaria imensamente de ter o talento do Senador Artur da Távola, que não fez um encaminhamento de votação, mas sim um poema. Como não tenho esse talento, vou socorrer-me das citações.

Avalio que o Deputado Luís Eduardo Magalhães incorporava, como ninguém, a máxima liberal de Voltaire, que dizia: "Não concordo com nada do que dizes, mas defenderei até a morte o seu direito de dizê-lo".

Vários Parlamentares da Oposição, por ocasião da sua morte, fizeram pronunciamentos sobre o profundo respeito que tínhamos pelo Deputado Luís Eduardo Magalhães. Inclusive, a última vez em que o encontrei foi um exemplo dessa sua postura. Foi um uma festa do PT, cinco dias antes da sua morte. Era a festa de aniversário do seu xará, o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, que, inclusive, ao agradecer a todos os presentes – coincidentemente, o Deputado Luís Eduardo Magalhães era o único Deputado governista presente à festa –, fez questão de registrar o seu empenho no sentido de que o Deputado Luís Eduardo Magalhães se fizesse presente naquela festa. S. Ex^a encontrou no Deputado Luís Eduardo Magalhães um colega que sempre procurou ajudá-lo e orientá-lo, naturalmente com divergências políticas explícitas, mas demonstrando o profundo respeito que tinha pela Oposição.

Estamos aprovando um projeto que dá o nome do Deputado Luís Eduardo Magalhães ao Aeroporto de Salvador, substituindo, inclusive, um nome que homenageia uma data que é muito cara ao povo baiano, 2 de julho, data da Independência da Bahia. Mas, neste caso, tenho certeza de que o povo baiano e os heróis baianos não lamentarão que estejamos substituindo o nome "2 de julho" pelo nome do Deputado Luís Eduardo Magalhães, porque avalio que o Deputado era profundamente merecedor dessa homenagem.

Votamos favoravelmente a essa matéria. Agora, quando chegar ao Aeroporto de Salvador, além de me deparar com aquela famosa placa, que diz "Sorrria! Você está na Bahia", vou saber que, pelo menos com meu modesto voto, contribuí para que aquele aeroporto viesse a ter o nome do Deputado Luís Eduardo Magalhães. Meu voto é favorável à matéria.

Muito obrigado.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, desprendo-me da minha Bancada, porque em seu nome já falou o nosso companheiro, amigo e Líder, Senador Edison Lobão, para, pela primeira vez, manifestar a V. Ex^a, Sr. Presidente, além do meu abraço e da nossa emoção, uma palavra de admiração e de respeito perene pela figura jovem e encantadora do Deputado Luís Eduardo Magalhães.

V. Ex^a – não quero aumentar a dor do amigo – recorda-se que cheguei a abraçá-lo, repetidamente,

minutos após a notícia dolorosa do desenlace ocorrido no Hospital Santa Lúcia, em Brasília. Minutos antes, eu chegava de Belo Horizonte na convicção de que ainda poderia assistir ao seu deslocamento para São Paulo, numa UTI aérea, a fim de que fosse atendido na capital paulista. A minha convicção era a de que, com certeza, ele regressaria mais tarde à Bahia e ao coração do Brasil, Brasília, para retomar a sua vida com a mesma beleza, o mesmo encantamento e a mesma juventude.

Naquele momento, o amigo – permita-me o tratamento da intimidade – dizia-me: "Por que não eu? Por que meu filho? Por que o mais jovem e não o menos jovem?". As lágrimas desciam pelo seu rosto. Minutos antes, o médico que atendia Luís Eduardo, em seus últimos instantes, permaneceu dentro de uma sala e, por mais de dez vezes, foi até a porta do cômodo em que V. Ex^a estava, porque não tinha coragem de vê-lo e de abraçá-lo para lhe transmitir a pior notícia da vida do profissional que o atendeu, o ilustre paulista que V. Ex^a tanto admira e respeita.

Sr. Presidente, eu brincava com V. Ex^a que seu filho era melhor do que V. Ex^a. E V. Ex^a concordava, gostava que eu dissesse isso. Mas, na verdade, os dois são literalmente idênticos, até mesmo nas manifestações diferentes, porque essas manifestações convergiam para que, entre pai e filho, existisse uma identidade que jamais pude conhecer em minha vida.

Ainda me recordo de que, certa vez, quando presidia uma sessão do Congresso Nacional e houve um incidente no plenário, V. Ex^a suspendeu os trabalhos, ficou de pé e permaneceu com os braços apoiados na cadeira da mesa da Câmara. V. Ex^a ficou em silêncio, e eu, de longe, olhando, tive a sensação de que V. Ex^a, naquele momento, era um homem só. Confesso a V. Ex^a que, até agora, sempre que estou com V. Ex^a – tenho evitado fazê-lo –, a minha impressão é a de que V. Ex^a, sem Luís Eduardo, é um homem só.

Não fui à Bahia no dia do sepultamento. Tive oportunidade de dizer a V. Ex^a, ao seu ouvido; que eu não iria até a Bahia, porque sabia que as emoções seriam muito mais fortes do que as que estavam ocorrendo em Brasília.

Meu caro Presidente Antonio Carlos Magalhães, pior que a morte é a dor. Mas, ao se somarem num impacto impressionante no coração de um homem íntegro, correto, destemido, corajoso e bravo, a dor e a morte se transformam, num único instante, em um exemplo para o Brasil, em um exemplo inigualável do amor de um pai pelo filho. De um momento para

o outro, a mídia percorreu o coração do Brasil inteiro. Em todos os lugares, em todos os lares, em todas as estrelas e, até mesmo, nas flores, percebíamos o encantamento pela vida dele e a comoção pelo seu desenlace.

Esta é a primeira vez que falo a V. Ex^a e ao amigo. Quero dizer que me surpreendi com o projeto que veio da Câmara dos Deputados, alterando o nome do Aeroporto 2 de julho – V. Ex^a sabe que essa é minha data –, uma data literalmente histórica para a Bahia, para o nome de "Aeroporto Deputado Luís Eduardo Magalhães". Confesso a V. Ex^a que talvez tivesse retirado, se fosse o relator, a expressão "Deputado". Colocaria apenas Luís Eduardo Magalhães, porque ele ficou no coração do Brasil e na interioridade dos baianos exatamente por ser jovem, destemido e corajoso, com esperança no futuro. Não houve um só cidadão brasileiro que não lamentasse seu desaparecimento.

Meu voto é inteiramente favorável a esta mudança. O Aeroporto 2 de Julho agora chama-se Aeroporto Deputado Luís Eduardo Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sou extremamente emotivo. Tenho uma dificuldade enorme em falar de amigos e pessoas que eu prezo e que me deixam. Evito sempre a participação nas cerimônias funerárias. Quero que a imagem viva das pessoas que para mim são importantes permaneçam sempre da forma como as conheci.

Eu pensava no que dizer neste momento e me lembrei, Senador Artur, da Távola, diante da dificuldade que tenho em me expressar nesses momentos; de Victor Hugo. Numa carta célebre, ele dizia ao seu interlocutor tê-la escrito muito longa por não ter tido tempo de escrevê-la curta.

A minha manifestação será reduzida. Quero narrar aos Senadores um fato que ocorreu no dia da morte de Luís Eduardo.

Estava no Paraná, passando por um momento muito difícil também, resolvendo problemas que surgiram na minha família com a morte de minha mãe. Recebi, no interior do Paraná, um telefonema de minha filha. Ela, que por diversas vezes havia conversado comigo e com Luís Eduardo no aeroporto, quando eu aguardava a vinda de um filho ou da minha mulher, e Luís Eduardo aguardava a chegada de seu pai, estava chorando ao telefone e me disse: "Pai, morreu um amigo seu". Perguntei: "Quem?" Ela respondeu: "Morreu o nosso amigo Luís Eduardo".

Hoje, quando voltar para minha casa, onde amocarei, direi a minha filha que a dor pela morte de um amigo, a dor de um pai é irremediável, mas que o Senado da República perpetuou uma homenagem: o aeroporto da nossa Bahia, a partir de agora, chama-se "Aeroporto Deputado Luís Eduardo Magalhães". A imagem do amigo – o que não é consolo para um pai, o que não é consolo para mim – está perpetuada e será perpetuada com a necessária e objetiva unanimidade pelo Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Concedo a palavra ao Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES (PFL – ES. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, esta sessão tem sobre nós uma aura notável de solidariedade. Diria mesmo que essas palavras formosas que estão sendo ditas aqui são ditas com muita ternura, com muito carinho. Diria mesmo, na homenagem maior ao Deputado Luís Eduardo, que já transcendeu a todos os elogios possíveis, que estamos, no fundo, bastante preocupados em dizer a Antonio Carlos Magalhães, o nosso Presidente, o nosso grande amigo, que a nossa solidariedade é uma solidariedade permanente. Queremos dizer a Antonio Carlos Magalhães, principalmente no dia de hoje – e foi a esteira de todos os pronunciamentos – que sua dor é uma dor que se divide entre todos nós.

Sentimos a morte de Luís Eduardo como um impacto brutal sobre um jovem que tinha tudo para neste País ser a afirmação de uma das personalidades políticas maiores que o Brasil já teve. No pouco tempo de vida, alcançou dimensões – eu diria – notáveis e granjeou a admiração, o respeito, a estima de todos que com ele conviveram.

Eu seria falso no meu pronunciamento, Presidente Antonio Carlos Magalhães, se não lhe dissesse, neste momento, que a homenagem a Luís Eduardo vamos fazê-la permanentemente, mas me preocupa em que as minhas palavras sejam ditas diretamente a seu coração. Nós lhe queremos um bem muito grande. Ao longo da nossa convivência, quando V. Ex^a veio para esta Casa, eu o conhecia episodicamente, a crônica de sua vida, um político determinado, o que não me dava o direito de dizer que eu era seu amigo íntimo. Depois que V. Ex^a chegou ao Senado, nós nos aproximamos muito; e essa proximidade mostrou-me o lado íntimo da sua vida, de uma relação, que não era amor, era paixão, entre o nosso querido Presidente e amigo e seu filho Luís Eduardo.

Realizei-me muitas vezes na ternura do beijo ou no gesto afetivo do deslizar suave de Luís Eduar-

do quando vinha aqui, quase não sendo notado, para render homenagem permanente e diária a seu pai. Era um pouco do meu pai também, o velho Ulisses Alvares, que, há cerca de dois anos, com 94 anos de idade, deixou-me numa orfandade que até hoje me faz pensar como é importante esse laço familiar que une pai e filho. Deus quis que eu ficasse e ele fosse.

No caso de Antonio Carlos Magalhães, a pergunta aqui revivida pelo Senador Francelino Pereira "Por que ele e não eu?" É o gesto supremo do pai que dá tudo ao filho: o prestígio político, a dedicação, o afeto e, por que não dizer, a própria vida, que é o bem maior de todos nós.

Ouvi, com um carinho fora do comum, as palavras de Artur da Távola, que, como disse muito bem o Senador José Eduardo Dutra, fez um poema, um poema que é a fala de todos nós. Não faremos um discurso convencional, porque esse não existe. O que existe, neste momento, é um gesto de homenagem, de respeito ao admirável pai que é Antonio Carlos Magalhães. A homenagem será perpetuada com o nome de Luís Eduardo Magalhães no aeroporto da Bahia. Essa homenagem ficará aos olhos de todos, mas a intimidade dessa convivência, Senador Antonio Carlos Magalhães, muito importante para nós, enquanto Deus nos permitir, dia a dia, nos fará dizer a V. Ex^a, nosso Presidente, nosso amigo e nosso companheiro, que a sua dor é solidária com todos nós. É uma dor que queremos diminuir, queremos acrescentar palavras que não sejam de tristeza, mas palavras de orgulho do pai que queria realizar-se por meio do filho e não conseguiu. Palavras de saudação a uma vida respeitada. Luís Eduardo Magalhães, por mais que o tempo passe, será o mesmo amigo e companheiro percorrendo os corredores deste Congresso, o plenário da Câmara e, principalmente, o plenário do Senado, porque as figuras eleitas de Deus – já dizia Guimarães Rosa – não morrem, ficam encantadas. E o encantamento, meu querido Presidente, é uma coisa extraordinária, pois, quando menos se espera, aqueles que se foram, mas foram os encantados de Deus, aparecem nas visões, nos gestos, nas palavras, nas solenidades como esta.

Senador Antonio Carlos Magalhães, seu filho, Luís Eduardo, que receberá a homenagem de dar seu nome ao aeroporto da Bahia, nome que marcou a sua personalidade, é uma figura encantada, digna de nosso respeito. Vamos amá-lo com a mesma intensidade que o pai o amou, sua presença será permanente entre todos nós. A nossa solidariedade, o nosso amor, o nosso carinho, a nossa amizade a

Antonio Carlos Magalhães vão fazê-lo feliz, pois saberá que, no mistério da morte, ele acrescentou muito à vida de seu pai.

Parafraseando alguns oradores, diria que Antonio Carlos Magalhães tem o respeito do povo brasileiro, não só pela verticalidade de sua vida pública, mas principalmente – e este é o traço marcante de um homem – pelo amor notável que dedicou a um filho. Num mundo de violência, num mundo em que nos aterrorizamos cada vez mais com as cenas de violência, o amor de um pai e de um filho, como foi o amor de Antonio Carlos Magalhães e Luís Eduardo, é símbolo, é exemplo e, acima de tudo, é conforto para todos aqueles que buscam nos debruns da família consolo para as horas difíceis.

A minha homenagem, com um simples voto, para acrescentar ao aeroporto da Bahia o nome de Luís Eduardo Magalhães.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, algumas das palavras que gostaria de dizer estão contidas em meu relatório. Confesso que, ao ser designado pelo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Bernardo Cabral, para relatar esta matéria, senti-me homenageado. Ao fazer meu relatório, buscando a melhor expressão para confirmar a necessidade dessa homenagem, confesso que tive dificuldades. A emoção era tão profunda que o raciocínio ficava impedido de dirigir minhas mãos.

Tenho um motivo especial para tanta emoção – e Carlos Wilson é testemunha disso. Ainda ontem, Presidente, falava com meu filho Robson, tão amigo de seu filho. Conversávamos sobre algumas dificuldades políticas que enfrentamos e ele me perguntava sobre o caminho que deveríamos seguir. Disse-lhe: "Converse com seus Colegas, algum deputado". Ele me disse: "O Luís Eduardo não está mais lá". Fez-se silêncio entre nós, foi um momento difícil para mim. Ele sentiu a falta do seu filho.

Muitas vezes, ao trocar idéias sobre as dificuldades que enfrentávamos, ele me dizia: "Deixe que eu vou falar com o Luís Eduardo e resolver esse problema". Ele era o seu guia na Câmara. A vida, a presença do Luís Eduardo na minha casa era permanente por meio da palavra daquele que o considerava um grande amigo, um grande conselheiro.

No dia da ocorrência, ao ouvir as notícias pela televisão, procurei Robson, que me disse: "Não

pode ser, pai. Estive com ele recentemente". Num ato quase final da vida dele – e tenho de agradecer a Deus esta oportunidade –, Luís Eduardo guiou a votação que colocou Robson como presidente de uma das comissões da Câmara. Foi graças a ele que houve essa decisão e V. Exª sabe disso. Procurando melhor se informar sobre o que acontecia, Robson, que tinha todos os telefones de pessoas ligadas a Luís Eduardo, acompanhou de perto toda aquela angústia profunda dos minutos finais da vida daquele que hoje procuramos homenagear.

O Senador Roberto Requião foi comunicado da morte de Luís Eduardo por sua filha. O mesmo aconteceu comigo – fui comunicado por meu filho – e ficamos num vazio profundo.

Senador Elcio Alvares, essa perda é tão difícil de aceitar, que ficamos praticamente sem saber o que pensar, como encontrar uma expressão ou uma imagem que possa ser oferecida pela religião para nos confortar. A única coisa que nos conforta numa hora dessas é saber que Deus existe e que Ele deve ter tido algum motivo para haver antecipado a ausência de Luís Eduardo da Terra. Um dia, se chegarmos à frente de Deus, talvez ouçamos a explicação.

Sr. Presidente, que o exemplo de Luís Eduardo, que tanto bem fez à carreira política do meu filho, possa continuar a guiar a juventude do Brasil, para que tenhamos outros como ele. Por ter tido homens como Luís Eduardo, podemos ter certeza de que o Brasil será um grande país no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, a história pública brasileira, sem dúvida, registra que alguns homens públicos puderam receber o reconhecimento da sociedade e do povo brasileiro. No entanto, seguramente, um jovem homem público – como Luís Eduardo – jamais teve oportunidade de receber tantas homenagens no dia do seu falecimento, o que era natural pelo sentimento de solidariedade.

Essas manifestações, no entanto, continuaram a acontecer nos dias que se sucederam ao seu falecimento. Foram manifestações como a de hoje, quando todos nos irmanamos em torno da proposta, iniciada na Câmara dos Deputados, que propõe denominar "Deputado Luís Eduardo Magalhães" o aeroporto de Salvador.

Os oradores que me antecederam naturalmente enfatizaram o caráter, a determinação, a honradez, a dignidade, a lealdade e a amizade de Luís

Eduardo. Gostaria de aqui fazer dois registros. Quando fui a Minas Gerais, na condição de Ministro da Agricultura, o Presidente da Câmara dos Deputados, Luís Eduardo, participava de um evento na Assembléia Legislativa do meu Estado. Lá foi para debater com os Srs. Deputados Estaduais, levar a sua experiência, propostas, discutir assuntos de interesse do processo democrático brasileiro. Estejam certos, Srs. Senadores, Sr. Presidente, que lá S. Ex^a deixou amizades, deixou o conceito de homem público, deixou a determinação do Presidente de uma Casa que precisa continuar merecendo o respeito da sociedade.

Enfim, se era um jovem na idade, era maduro o suficiente pelas ações que praticava. Diria que dificilmente um homem público receberá o reconhecimento que recebe Luís Eduardo – não apenas de nós políticos, mas da sociedade, do povo brasileiro.

Luís Eduardo era um homem equilibrado, um homem determinado em suas ações, era um homem que tinha habilidade, era um homem ponderado, era um homem que buscava, principalmente, utilizar a sinceridade para as suas ações do dia-a-dia. Nós, mineiros, cultivamos muito isso, Sr. Presidente e é por isso que gostaria, neste momento, de enfatizar a posição do nosso PTB de apoio a este projeto. Destaco ainda que, sem dúvida, para nós que temos uma relação tão próxima, não apenas geográfica com a Bahia – une-nos ainda o sentimento de cordialidade, o sentimento de amizade de Minas Gerais com a Bahia, diria que, sem dúvida, a homenagem que se presta é uma homenagem a um "baiano".

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Partido Progressista Brasileiro – PPB e eu, particularmente, manifestamos favorável à aprovação desse projeto que, em boa hora, o eminente Deputado Aroldo Cedraz fez chegar a esta Casa, depois de aprová-lo na Câmara dos Deputados.

É, sem sombra de dúvida, mais uma das justas homenagens que se presta a essa extraordinária figura pública que o Brasil conheceu e que perdeu prematuramente.

Certa vez, Sr. Presidente, li um artigo que dizia da infelicidade enorme e atroz do pai que sobrevive ao filho. Fico particularmente fazendo um esforço para mensurar esse sentimento de dor e de perda, porque dos entes queridos de minha família, perdi meu pai e sei que a dor foi muito grande, porque a

perda foi muito grande. Mas fico avaliando se isso ocorresse com um dos meus filhos, ou seja, se eu perdesse um dos filhos que, efetivamente, é parte de mim: menino que vi crescer, que embalei no colo, que vi sorrir pela primeira vez, que vi correr, que encaminhei para a escola, que cresceu, que procurei orientar para que fosse um cidadão respeitado e honrado. Fico, portanto, tentando analisar o sentimento que tomou conta do meu coração ao perder meu filho, que, embora jovem, era amadurecido, havia passado por todas as etapas da vida. Isso porque mesmo um filho adulto, amadurecido, preparado, com luz própria, com discernimento próprio, é sempre visto, aos olhos do pai, como menino, como uma criança. Por isso, fico a avaliar quão forte, quão pungente é a dor de quando se perde uma parte de nós mesmos, de quando se quebra a sequência natural e cronológica da natureza, que ensina que o correto é ir-se primeiro os mais velhos.

Esse sentimento profundo de perda que tomou conta de V. Ex^a e de seus familiares foi, certamente, um sentimento de perda que tomou imediatamente conta da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional, da Bahia e do Brasil, tendo em vista a trajetória de firmeza, de determinação, de consciência e de sentimento público que o eminente Deputado Luís Eduardo Magalhães deixou registrada nos dias em que conviveu conosco. E, Sr. Presidente, é até gratificante perceber que ele realmente sobreviveu a tudo isto. Sobreviveu nas manifestações de sentimento e de solidariedade que tivemos a oportunidade de ver, aqui, em Brasília, na Bahia e em todo o Brasil, nas manifestações de respeito e de admiração que surgem nos diversos estratos sociais, nos diversos segmentos sociais, e na perda daquela expectativa que se tinha do político jovem e emergente, do que ele, efetivamente, poderia fazer por este País que amava e ao qual se dedicou.

Nesta sessão, onde a manifestação de solidariedade é uma tônica só, registro também a minha solidariedade e a do meu Partido, PPB, às homenagens que se presta à Bahia e ao povo brasileiro em denominar aquele monumento baiano de Aeroporto Internacional Deputado Luís Eduardo Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Com a palavra o Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, confesso que não tenho o hábito, nem mesmo temperamento para falar em momentos como este, mas o faço com a mais viva emoção. Faço-o em meu nome pessoal. Faço-o porque ainda

ecoam em meus ouvidos as perguntas que se fazem por todos os recantos do Brasil. Ainda ouço, a cada viagem que faço ao Estado de Mato Grosso do Sul, perguntas que não têm resposta. "Não pode ser, Senador Ramez Tebet. Como é que isso pôde acontecer com um jovem cheio de vida, idealista, com um jovem que estava caracterizando a sua vida pela confiabilidade como homem público que despertava em todos os partidos políticos, em todos os seus companheiros da Câmara dos Deputados e aqui do Senado da República, que pontificava pela sua competência, pela sua palavra, pela confiabilidade e pelo seu amor à causa pública? Como pôde deixar o nosso convívio com tão pouca idade?

Eu era o único Senador que estava no Líbano, terra do sentimento, do amor, junto com mais cinco parlamentares representando o Congresso Nacional, e lá ninguém acreditou. A notícia foi recebida e nenhum de nós quis acreditar. Só tomamos consciência de fato depois que cada um procurou, à sua maneira, conversar com os nossos amigos aqui do Brasil. E, de lá, todos nós pranteamos com sentimento profundo a perda irreparável daquele que, sem nenhuma dúvida, pontificava como o homem público do Brasil mais preparado para o exercício da vida pública.

Ele se foi. E estamos agora votando um projeto de lei de muita inspiração, a meu ver, provindo da Câmara dos Deputados. E por que de profunda inspiração? Porque trata de homenagear Luís Eduardo Magalhães, dando o nome do aeroporto de onde chega e parte o mais leve do ar, do aeroporto da terra que o viu nascer, significando, assim, o que ele queria: que todos quantos forem pisar o Estado da Bahia, pousem no solo que ele mais amava, no solo do nosso imenso Brasil. E da terra, quando o mais leve que o ar se levanta em direção ao céu, com toda a certeza, todos aqueles que o conheceram, todos aqueles que nele depositavam esperança, sabem perfeitamente que, por esse passado digno e honrado, por esse passado de homem público devotado às causas mais nobres da Nação brasileira, ele está num bom lugar, no céu, torcendo e rezando pela felicidade do povo brasileiro.

Como muitos já disseram, é muito triste um filho morrer antes do pai. Todos pensavam que seria o filho a seguir as pegadas do pai. Mas, Presidente Antonio Carlos Magalhães, o destino lhe reservou uma fortaleza, cabe-lhe agora fortalecer-se ainda mais, agigantar-se ainda mais. V.Ex^a, de tantos e tão grandes serviços prestados a este País, deve se fortalecer ainda mais no seu idealismo, na sua profun-

da vocação como que a dizer que o exemplo de Luís Eduardo Magalhães, o jovem parlamentar de 43 anos, servirá para as gerações de agora e as que vão nos suceder.

São essas, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, as modestas palavras de alguém movido pelo sentimento da amizade e da emoção. Não tenho costume de fazer esse tipo de saudação, mas a faço comovido, em meu nome e para responder às indagações do povo sul-mato-grossense e do povo brasileiro.

Através de um ideal ninguém falece, os homens sobrevivem!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Teotônio Vilela Filho.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Para discutir. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, confesso que fiquei em dúvida se deveria pedir a palavra num momento importante como este, em que se vota a proposta de mudança do nome do Aeroporto de Salvador para Deputado Luís Eduardo Magalhães, pois sei como é doloroso para V. Ex^a presidir esta sessão.

Mas, como Presidente Nacional do PSDB, não poderia deixar de me fazer presente e, de viva voz, apresentar meu apoio ao projeto. Luís Eduardo Magalhães, grande brasileiro, meu amigo pessoal, foi um valoroso parceiro no projeto das reformas, com dedicação, coragem, sentimento partidário e, ao mesmo tempo, com sensibilidade para entender a pluralidade do projeto e, assim, angariar o respeito e a parceria dos aliados. Luís Eduardo prestou um grande serviço ao Brasil, ao Congresso, à Câmara dos Deputados – da qual foi Presidente – e, como seu contemporâneo e amigo, enriqueci-me pessoalmente e politicamente com o nosso convívio.

Com essas breves palavras, como Presidente Nacional do PSDB, deixo o registro de pleno apoio ao projeto em apreciação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com palavra o Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, senti a mesma dúvida que assaltou o eminente Senador Teotônio Vilela Filho, Presidente Nacional do PSDB. Não sabia se deveria falar ou não. Peço-lhe desculpas, Sr. Presidente, mas não poderia deixar de trazer a minha palavra de solidariedade a este projeto de lei, que entendo ser dos mais justos.

Sr. Presidente, poucos acontecimentos fúnebres – dos que participei – marcaram tanto a vida do País quanto o passamento do eminente Deputado Luís Eduardo. Os parlamentares e a população brasileira começaram a cuidar mais da saúde. Todos estavam demasiadamente consternados com o acontecimento. Pela sua marca inconfundível de sinceridade, pela sua fidelidade aos compromissos para com a Pátria, Luís Eduardo projetava-se como uma das figuras luminares da República. E, levado precocemente, deixou no seio do Congresso Nacional, do povo baiano e de toda a população brasileira a marca indelével daquele que seria e representava um grande futuro para o País.

Considero, portanto, essa homenagem, embora singela e simples pelo muito que ele representava, de dar ao Aeroporto Internacional de Salvador o seu nome, uma maneira muito justa de imortalizá-lo perante a Nação brasileira. Sei que muitas outras ruas, praças, avenidas e logradouros públicos haverão de receber o nome desse grande brasileiro. Esta iniciativa é louvável pois representa o primeiro passo para que Luís Eduardo Magalhães seja efetivamente imortalizado no coração não somente dos baianos mas de todo o povo brasileiro.

Encaminho, portanto, favoravelmente à aprovação desse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação do projeto, sem prejuízo das emendas.

As Srs. e os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Votação em globo das Emendas de redação de nºs 1 a 3, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

As Srs. e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

O projeto vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lucídio Portella.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 319, DE 1998

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1998 (nº 4.439, de 1998, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1998 (nº 4.439, de 1998, na Casa de origem), que denomina "Aeroporto Internacional Deputado Luís Eduardo Magalhães", o aeroporto internacional da cidade de Salvador, Estado da Bahia, consolidando as emendas de redação apresentadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em seu Parecer nº 341, de 1998.

Sala de Reuniões da Comissão, 28 de maio de 1998. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente, **Ronaldo Cunha Lima**, Relator – **Junia Marise** – **Geraldo Melo**.

ANEXO AO PARECER Nº 319, DE 1998.

Denomina "Aeroporto Internacional de Salvador _ Deputado Luís Eduardo Magalhães" ao aeroporto da cidade de Salvador, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É denominado "Aeroporto Internacional de Salvador _ Deputado Luís Eduardo Magalhães" o aeroporto localizado na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Lei nº 2.689, de 20 de dezembro de 1995.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srs. e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Srs. e Srs. Senadores, Deus há de me permitir que, em outra oportunidade, tenha forças para agradecer a V. Ex^{as} as manifestações de hoje e de passado recente prestadas aqui por eminentes colegas à memória de Luís Eduardo Magalhães. Podem avaliar todos a emoção que, neste instante, me assalta

e que temo não permita que eu continue; daí procurarei ser o mais breve possível neste agradecimento.

Luís Eduardo merecia do Congresso essa homenagem, porque um dos traços mais marcantes de sua vida foi o de defender o Congresso Nacional. Mesmo quando reconhecia as suas falhas, ele encontrava um meio ou um modo de defender o Congresso, levando em conta a necessidade de não se abalar a instituição. Isso foi salientado na sessão da Câmara dos Deputados.

Um outro ponto era a força das suas convicções e sua luta por elas, fazendo vitoriosas as suas teses, mas sem deixar de notar como é indispensável a discussão e, sobretudo, a presença das Oposições no plenário das duas Casas, sentimento esse que também é meu, no sentido de que só existe a democracia quando a Oposição é representativa, como acontece, civilizadamente, neste Senado e na Câmara dos Deputados.

Portanto, foram traços marcantes da sua vida. Gostaria tanto de falar sobre outros, mas não vai faltar oportunidade, sobretudo de abraçar, agradecido, a quantos – e, neste instante, todos sabem aos quais estou me referindo – falaram sobre Luís Eduardo.

Uma coisa que digo sempre que me assalta o pensamento em todos os momentos: é que ele, o filho, pôde estar no meu leito hospitalar, quase à morte, por 40 dias e conseguiu ajudar, com a sua presença, a me salvar, e eu não pude, em quatro horas, nada fazer para que ele tivesse vida.

Isso é uma coisa que me está sempre na memória e no coração, mas tem sido amenizada, esta dor, com a solidariedade que tenho encontrado dos baianos e, sobretudo, dos meus Colegas no Senado e dos Parlamentares na Câmara dos Deputados.

Por isso, não posso deixar de, comovido, agradecer a V. Ex^{as}, prometendo, em outra oportunidade, se Deus me der vida, traduzir aqui, nesta Casa, o quanto representou para o Brasil e para a Bahia a presença, em pouco tempo de vida, de Luís Eduardo.

Portanto, meus caros Colegas, quero agradecer de todo o coração, comovido, a homenagem da Câmara dos Deputados, e, hoje, do Senado, que – sei – será sancionada com rapidez pelo Senhor Presidente da República, para que ele possa representar também a vontade do povo brasileiro.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Desejo assinalar a presença, na tribuna de honra desta Casa, de Deputados e Senadores do Uruguai,

da Argentina, do Paraguai e do Chile, que estão tratando sobre assuntos culturais relativos ao Mercosul.

É, para este Parlamento, uma grande honra e significativa presença, porque cada vez nós queremos unir mais os propósitos econômicos e culturais desses países que ora aqui se reúnem, certamente para trabalhar em benefício das causas melhores da América do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Item 2:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 56, DE 1998

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 56, de 1998 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 294, de 1998, Relator: Senador Vilson Kleinübing, com voto contrário do Senador Lauro Campos), que autoriza o Estado de Minas Gerais a contratar operação de refinanciamento de dívidas mobiliária e contratual do Estado, consubstanciadas no contrato de confissão, promessa de assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União, em 18 de fevereiro de 1998, com base no protocolo de acordo firmado entre a União e o Governo do Estado de Minas Gerais, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal do Estado, no valor de onze bilhões, oitocentos e vinte e sete milhões, quinhentos e quarenta mil, duzentos e oito reais e noventa e dois centavos.

(Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão)

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra a V. Ex^a, para encaminhar a votação.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a Comissão de Assuntos Econômicos já aprovou o parecer do Senador Vilson Kleinübing. Este projeto, celebrado pelo Governo do

Estado de Minas Gerais com a União, encontra-se no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$11.827.540.208,92.

Pela análise, realizada com muita competência e certamente baseada em toda a documentação apresentada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, pôde o Relator examinar todos os procedimentos técnicos e jurídicos possíveis e viáveis para que o Senado Federal possa se manifestar sobre esta matéria.

Portanto, sem querer nos alongar muito, encaminhamos favoravelmente à aprovação da matéria, tendo em vista sua importância para a economia do nosso Estado, e principalmente para a proposta de reestruturação do ajuste fiscal de Minas Gerais, em execução pelo Governo Federal, para equacionar os problemas financeiros que atingem os Governos estaduais.

Entendemos que as reivindicações e solicitações do Governo de Minas Gerais satisfazem, como o próprio Relator reconhece, todas as normas estabelecidas pelo Senado Federal e, portanto, não há nenhum óbice de natureza técnica ou jurídica.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— Com a palavra o Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL — MG.

Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.)

— Sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa o meu pronunciamento de apoio à proposição que estamos votando, bem como a próxima proposição, ambas em benefício de Minas Gerais.

Muito obrigado.

OS PRONUNCIAMENTOS DO SENADOR FRANCELINO PEREIRA SERÃO PUBLICADOS OPORTUNAMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Com a palavra o Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT — DF. Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o projeto de resolução autoriza o Governo de Minas Gerais a contratar operação de crédito no valor de R\$11.827.540.208,92 junto à União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. Desse valor será deduzida a parcela de R\$1,590 bilhão correspondente ao subsídio concedido pela União, sendo refinanciados os seguintes valores:

— dívida mobiliária: R\$ 9,78 bilhões

— dívida ARO junto ao Banco do Brasil: R\$ 38,77 milhões

— CEF (Voto 162): R\$270,65 milhões

— dívidas contratuais junto a bancos privados: R\$141,82 milhões

O Estado efetuará uma amortização antecipada no valor de R\$972,89 milhões, com recursos provenientes da alienação do Bemge, Credireal (já apurados), Ceasa, Casemg e títulos diversos (TDA, debêntures Siderbrás etc.). A União também se compromete a conceder financiamento de R\$4 bilhões para a privatização dos bancos estaduais.

Várias irregularidades são constatadas nos pareceres que acompanham o processo: o Estado compromete 77,45% da receita líquida com o pagamento de pessoal, descumprindo a Lei Camata; a operação extrapola o limite de endividamento em R\$8,38 bilhões; a Assembléia Legislativa autorizou o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a União no valor de R\$9 bilhões, "sem prever especificamente a atualização do valor autorizado", conforme afirma o Banco Central, estabelecendo regra de correção para os valores refinanciados.

Avocando prerrogativas próprias do Poder Judiciário, os técnicos do Banco Central interpretaram a lei aprovada pela Assembléia Legislativa na seguinte forma: "entendemos que não faria sentido autorizar a correção das dívidas do Estado sem que houvesse também o correspondente ajuste do valor autorizado". Fazendo sentido ou não aos técnicos do Banco Central, foi exatamente o que a Assembléia Legislativa autorizou, e o autorizado não permite a realização da operação em tela.

Seria de todo justo ao Governo do Estado de Minas Gerais a realização do refinanciamento solicitado, principalmente por permitir a equalização de sua dívida mobiliária através do alongamento do prazo de financiamento e redução dos juros, da mesma forma que está sendo feito por todos os Estados. No entanto, seria temerário ao Senado conceder (e ao próprio Estado obter) uma autorização que não está inserida na necessária autorização do Poder Legislativo local.

Por isso, nestes termos, estou justificando o meu voto contrário à pretensão do Estado de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, contra o voto do Senador Lauro Campos.

O projeto vai à Comissão Diretora para redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lucídio Portella.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 320, DE 1998

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 56, de 1998.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 56, de 1998, que autoriza o Estado de Minas Gerais a contratar operação de refinanciamento de dívidas mobiliária e contratual do Estado, consubstanciadas no contrato de confissão, promessa de assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União, em 18 de fevereiro de 1998, com base no protocolo de acordo firmado entre a União e o Estado de Minas Gerais, no âmbito do Programam de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$11.827.540.208,92 (onze bilhões, oitocentos e vinte sete milhões, quinhentos e quarenta mil, duzentos e oito reais e noventa e dois centavos).

Sala de Reuniões da Comissão, 28 de maio de 1998. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Ronaldo Cunha Lima**, Relator – **Júnia Marise** – **Lucídio Portella** – **Geraldo Melo**.

ANEXO AO PARECER Nº 320, DE 1998

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu,....., Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1998

Autoriza o Estado de Minas Gerais a contratar operação de refinanciamento de dívidas mobiliária e contratual do Estado, consubstanciadas no contrato de confissão, promessa de assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União, em 18 de fevereiro de 1998, com base no protocolo de acordo firmado entre a União e o Estado de Minas Gerais, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$11.827.540.208,92 (onze bilhões, oitocentos e vinte sete milhões, quinhentos e quarenta mil, duzentos e oito reais e noventa e dois centavos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de Minas Gerais autorizado a contratar operação de refinanciamento de dívidas mobiliária e contratual do Estado, consubstanciadas no contrato de confissão, promessa de assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União, em 18 de fevereiro de 1998, com base no protocolo de acordo firmado entre a União e o Estado de Minas Gerais, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

Art. 2º A operação de crédito referida no artigo anterior terá as seguintes condições financeiras:

I – valor da dívida a ser adquirida pela União:

a) R\$11.827.540.208,92 (onze bilhões, oitocentos e vinte e sete milhões, quinhentos e quarenta mil, duzentos e oito reais e noventa e dois centavos), correspondente ao somatório, atualizado até 18 de fevereiro de 1998:

1) da dívida mobiliária representada por Letras Financeiras do Tesouro Estadual – LFTMG, existente em 31 de março de 1996, ainda não paga, ou a que, constituída após esta data, consubstanciou sua simples rolagem;

2) dos saldos devedores dos contratos firmados junto ao Banco do Brasil S.A., com amparo no Voto CMN nº 63, de 1997;

3) dos saldos devedores dos contratos firmados junto à Caixa Econômica Federal – CEF, com amparo no Voto CMN nº 162, de 1995 e suas alterações;

4) dos saldos devedores das operações de dívida fundada.

II – encargos:

a) juros: 7,5% a.a. (sete inteiros e cinco décimos por cento ao ano) sobre o saldo devedor previamente atualizado, calculados e debitados mensalmente;

b) atualização do saldo devedor: pela variação positiva do IGP-DI;

III – prazo: 30 anos;

IV – garantias: receitas próprias do Estado, as transferências constitucionais e os créditos de que trata a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996;

V – condições de pagamento:

a) amortização extraordinária: para efeito de pagamento extraordinário de principal e encargos do refinanciamento, correspondente à amortização ex-

traordinária de 10% (dez por cento) da dívida mobiliária e contratual, o Estado se obriga a pagar à União a importância de R\$972.887.035,23 (novecentos e setenta e dois milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, trinta e cinco reais e vinte e três centavos), devidamente atualizada, deduzida de R\$50.688.156,43 (cinquenta milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, cento e cinquenta e seis reais e quarenta e três centavos), referentes aos créditos de atualização monetária do IPI-Exportação do Estado junto à União. Esta amortização será realizada da seguinte forma:

1) com recursos provenientes da alienação do Banco do Estado de Minas Gerais S.A. – BEMGE;

2) com recursos já apurados pelo Estado, no valor de R\$116.407.786,80 (cento e dezesseis milhões, quatrocentos e sete mil, setecentos e oitenta e seis reais e oitenta centavos), provenientes da alienação das ações do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. – CREDIREAL;

3) com recursos provenientes da alienação da Ceasa/MG;

4) com recursos provenientes da alienação da Casemg;

5) com créditos securitizados, debêntures Siderbras e Títulos da Dívida Agrária registrados sob forma escritural junto à CETIP, pelo valor presente, calculado à taxa de desconto de 12% a.a (doze por cento ao ano);

6) com créditos que tenham sido objeto da novação a que se refere a Medida Provisória nº 1.635-18, de 12 de fevereiro de 1998, pelo valor presente, calculado à taxa de desconto de 12% a.a.(doze por cento ao ano);

b) amortização: em parcelas mensais e consecutivas, calculadas com base na Tabela Price, observado o limite do dispêndio mensal de 1/12 (um doze avos) de 13% (treze por cento) da Receita Líquida Real – RLR.

§ 1º Do valor referido no inciso I será deduzida a parcela de R\$1.591.788.292,29 (um bilhão, quinhentos e noventa e um milhões, setecentos e oitenta e oito mil, duzentos e noventa e dois reais e vinte e nove centavos), correspondente ao subsídio concedido pela União ao Estado, nos termos do art. 3º, §4º, da Lei nº9.496, de 11 de setembro de 1997, sendo refinanciado o valor de R\$10.235.751.916,63 (dez bilhões duzentos e trinta e cinco milhões, setecentos e cinquenta e um mil, novecentos e dezesseis reais e sessenta e três centavos), conforme a tabela seguinte:

Credor	Natureza	Apuração dos Saldos (Lei nº 9.496, de 1997)	
		Data	Valor (R\$)
Banco do Brasil	Dívida Mobiliária	18-2-98	9.784.508.829,17
	Dívida Contratual		
	Fundada (oriunda de ARO)	18-2-98	38.775.133,07
CEF	Voto CMN 162 (Linhas I, II e III)	18-2-98	270.647.687,97
Bancos Privados	Fundada (oriunda de ARO)	18-2-98	141.820.266,42
Total			10.235.751.916,63

§ 2º O descumprimento pelo Estado de Minas Gerais das obrigações constantes do contrato de refinanciamento, incluindo atrasos de pagamentos, assim como das metas fiscais e financeiras, acordadas em seu programa de reestruturação e de ajuste fiscal implicará, enquanto persistir o descumprimento, a substituição dos encargos financeiros referidos no **caput** por encargos equivalentes ao custo médio de colocação da dívida mobiliária federal, acrescido de juros moratórios de 1% a.a. (um por cento ao ano), e a elevação do limite de dispêndio para 17% (dezesseis por cento) da Receita Líquida Real do Estado.

Art. 3º O exercício da autorização concedida por esta Resolução é condicionado a que o Estado de Minas Gerais comprove, junto ao Banco Central do Brasil, o cumprimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição Federal.

Art. 4º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de duzentos e setenta dias, contado da data de sua publicação.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Item 3:

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 57, DE 1998

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 57, de 1998 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 295, de 1998, Relator: Senador Vilson Kleinübing, com voto contrário do Senador Lauro Campos), que autoriza o Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito consubstanciada no contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ativos celebrado entre a União, o Estado de Minas Gerais, o Banco do Estado de Minas Gerais – BEMGE, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A – BDMG e a Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais S/A – MINASCAIXA, nos termos do disposto na Medida Provisória nº 1.654-23, de 15-4-98, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de quatro bilhões, trezentos e quarenta e quatro milhões, trezentos e trinta e seis mil reais.

(Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.)

Em discussão. (Pausa.)

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos para discutir a matéria.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, infelizmente, como mineiro da gema que sou, tenho de fazer que o meu ponto de vista venha colidir com os interesses imediatos do Estado de Minas Gerais.

Também aqui observamos os mesmos problemas mencionados no item anterior quanto ao limite de endividamento, não-cumprimento da Lei Camata e inclusive quanto à autorização da Assembléia Legislativa, que, neste caso, restringe a operação ao valor de R\$2,5 bilhões.

Se, no caso do refinanciamento da dívida mobiliária, a diferença de valores pode ser explicada pela incidência de juros e correção monetária sobre

o valor autorizado pela Assembléia (atualização da dívida), o mesmo não ocorre nesse caso. A diferença de R\$2,5 bilhões para R\$4 bilhões sugere que algo mais foi acrescentado no objeto do financiamento. De fato, o art. 10 da Lei nº 12.442 descreve os seguintes itens a serem financiados: sub-rogação das obrigações da Minascaixa, capitalização do Credreal, encargos com benefícios previdenciários, liquidação dos débitos da Minas Gerais Participações e capitalização do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Quando comparamos a autorização da Assembléia com a solicitação do Governador, observamos que a lista apresentada ultrapassa a autorização legislativa ao incluir a compra da carteira de crédito do Bemge, compra de bens do Bemge (não de uso próprio?), constituição de fundo para contingências fiscais e tributárias do Bemge e reposição patrimonial do Bemge.

O Governador julgou-se no direito de contrair operação de crédito sem consultar a Assembléia. O Banco Central, por sua vez, avocou novamente as prerrogativas do Poder Judiciário, mas, desta vez, para ser um péssimo juiz, que não atenta sequer para a introdução, na surdina, de elementos estranhos à manifestação da Assembléia.

Finalmente, não podemos deixar que se repitam aqui os acontecimentos observados com relação ao Banerj, quando autorizamos um empréstimo de R\$3 bilhões e o Estado recebeu nada mais que R\$100 milhões pela venda ao Itaú.

Nesses termos, justifico o meu voto contrário às pretensões do Estado de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Magalhães) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com o voto contrário do Senador Lauro Campos.

O projeto vai à Comissão Diretora para redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lucídio Portella.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 321, DE 1998

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 57, de 1998.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 57, de 1998, que autoriza o Estado do Minas Gerais a contratar operação de crédito consubstanciada no Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ativos celebrado entre a União, o Estado de Minas Gerais, o Banco do Estado de Minas Gerais - BEMGE, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A - BDMG, e a Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais S/A - MINASCAIXA, nos termos do disposto na Medida Provisória nº 1.654-23, de 15 de abril de 1998, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de R\$4.344.336.000,00 (quatro bilhões, trezentos e quarenta e quatro milhões, trezentos e trinta e seis mil reais).

Sala de Reuniões da Comissão, 28 de maio de 1998. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Ronaldo Cunha Lima**, Relator – **Junia Marise** – **Lucídio Portella** – **Geraldo Melo**.

ANEXO AO PARECER Nº 321, DE 1998.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº, DE 1998

Autoriza o Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito consubstanciada no Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ativos celebrado entre a União, o Estado de Minas Gerais, o Banco do Estado de Minas Gerais - BEMGE, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A - BDMG e a Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais S/A - MINAS CAIXA, nos termos do disposto na Medida Provisória nº 1.654-23, de 15 de abril de 1998, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de R\$4.344.336.000,00 (quatro bilhões, trezentos e quarenta e quatro milhões, trezentos e trinta e seis mil reais).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de Minas Gerais autorizado a realizar a operação de crédito consubstanciada no contrato de abertura de crédito e de compra e venda de ações, firmado entre a União, o Estado de Minas Gerais, o Banco do Estado de Minas Gerais - BEMGE, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A - BDMG, e a Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais S/A - MINAS CAIXA, nos termos do disposto na Medida Provisória nº 1.654-23, de 15 de abril de 1998, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal de Estados, no valor total de R\$4.344.336.000,00 (quatro bilhões, trezentos e quarenta e quatro milhões, trezentos e trinta e seis mil reais).

Parágrafo único. Os recursos do financiamento referido no **caput** destinam-se, exclusiva e obrigatoriamente, a propiciar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, nos termos da Medida Provisória nº 1.654-23, de 1998 e da Cláusula Vigésima Terceira do contrato de refinanciamento celebrado entre a União e o Estado de Minas Gerais, em 18 de fevereiro de 1998.

Art. 2º A operação de crédito referida no artigo anterior terá as seguintes condições financeiras básicas:

I – valor do crédito a ser liberado pela União: R\$4.344.336.000,00 (quatro bilhões, trezentos e quarenta e quatro milhões, trezentos e trinta e seis mil reais), devendo os recursos serem utilizados, exclusiva e obrigatoriamente, da seguinte forma:

a) R\$1.561.000.000,00 (um bilhão, quinhentos e sessenta e um milhões de reais), aos seguintes ajustes prévios imprescindíveis à privatização do Bemge;

1) R\$310.000.000,00 (trezentos e dez milhões de reais), para constituição de fundo para aposentadoria móvel complementar vitalícia;

2) R\$383.300.000,00 (trezentos e oitenta e três milhões e trezentos mil reais), para a compra de direitos creditórios das carteiras de crédito;

3) R\$7.700.000,00 (sete milhões e setecentos mil reais), para compra de bens do Bemge, não de uso próprio;

4) R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), para aquisição de ativos do Bemge, representados por notas promissórias de emissão da Minas Gerais Participações S.A. - MGI;

5) R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), para constituição de fundo para contingências fiscais e tributárias do Bemge;

6) R\$460.000.000,00 (quatrocentos e sessenta milhões de reais), para recomposição patrimonial.

b) R\$1.017.000.000,00 (um bilhão e dezessete milhões de reais), destinados ao BDMG para liquidação de obrigações contraídas no processo de privatização do Credireal e necessários à sua transformação em agência de fomento, a seguir detalhado:

1) R\$140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais), a saber:

– R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), para recomposição patrimonial;

– R\$105.000.000,00 (cento e cinco milhões de reais), para constituição de fundo de liquidez da agência de fomento;

2) R\$877.000.000,00 (oitocentos e setenta e sete milhões de reais), para liquidação de dívidas junto ao Banco Central do Brasil - BACEN.

c) R\$1.420.000.000,00 (um bilhão, quatrocentos e vinte milhões de reais), destinados ao pagamento de obrigações da Minascaixa:

1) R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), junto à CEF;

2) R\$313.000.000,00 (trezentos e treze milhões de reais), junto ao Bacen;

3) R\$507.000.000,00 (quinhentos e sete milhões de reais), junto à Reserva Monetária.

d) R\$346.336.000,00 (trezentos e quarenta e seis milhões, trezentos e trinta e seis mil reais), destinados ao pagamento de obrigações do Estado junto à CEF, contratadas com amparo no Voto CMN nº 162, de 1995, combinado com o Voto CMN nº 40, de 1997, para viabilizar o processo de privatização do Credireal.

II – forma de liberação dos recursos:

a) as liberações dos recursos serão realizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, em parcelas, conforme o art. 10 da Medida Provisória nº 1.654-23, de 1998, por conta e ordem do Estado;

b) a liberação de cada parcela é condicionada à correta aplicação da parcela anterior, a ser atestada pelo Bacen;

c) a liberação de recursos para a constituição do fundo de liquidez para a agência de fomento é condicionada à comprovação da constituição da referida agência e à obtenção das autorizações necessárias ao seu funcionamento.

III – forma de pagamento: as parcelas dos recursos liberadas serão incorporadas à parcela (P)

definida na Cláusula Quarta do contrato de refinanciamento, nas mesmas datas em que as liberações, e amortizadas na forma estipulada no referido instrumento.

Parágrafo único. Os valores de que tratam as alíneas a, b e c do inciso I, à exceção da parcela referente à constituição do fundo de liquidez, serão atualizados pela taxa Selic divulgada pelo Bacen, a partir de 31 de dezembro de 1997, e a alínea d do referido inciso, pelos encargos contratados pela CEF na operação original com o Estado, a partir de 7 de maio de 1997.

Art. 3º O exercício da autorização concedida por esta Resolução é condicionado a que o Estado de Minas Gerais comprove, junto ao Banco Central do Brasil, o cumprimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição Federal, bem com o disposto no art. 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995.

Art. 4º Havendo apuração de saldos nas realizações e utilizações dos recursos conforme previsão do art. 2º, os mesmos serão obrigatoriamente utilizados para amortização do principal do refinanciamento concedido pela União ao Estado de Minas Gerais.

Art. 5º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de duzentos e setenta dias, contado da data de sua publicação.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

Os Srs. Senadores e Senadoras que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Item 4:

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 1995**
(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição
nºs 3 e 10, de 1995; 18 e 34, de 1997;
9, 12, 13 e 14, de 1998)

Terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 1995, tendo como primeiro signatário o Senador Ronaldo Cunha Lima, que altera dispositivos que menciona da Constituição Federal (imunidade parlamentar), tendo

Parecer, sob nº 283, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo) que apresenta.

A proposta foi apresentada a Emenda nº 2, de plenário.

Sobre a mesa, emendas que serão lidas pelo Sr. Primeiro Secretário em exercício, Senador Lucídio Portella.

São lidas as seguintes:

EMENDA Nº 3-PLEN

Dê-se a seguinte redação aos §§ 1º e 2º do art. 53 da Constituição Federal, na redação dada pelo Substitutivo aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania:

"Art. 53.
.....

§ 1º Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processados, civil ou criminalmente, sem licença de sua Casa, por atos praticados após a diplomação.

§ 2º O pedido de licença para processar, civil ou criminalmente, membro do Congresso Nacional deverá ser objeto de deliberação pela respectiva Casa no prazo de sessenta dias, a contar do seu recebimento, excluídos os períodos de recesso do Congresso Nacional.

Omissis"

Justificação

Em boa hora esta Casa debate o tema das imunidades parlamentares, uma vez que a sociedade brasileira está a reclamar a revisão das garantias atribuídas ao exercício da atividade parlamentar, que não podem ser confundidas com nenhuma forma de impunidade.

Não obstante, é preciso lembrar que as imunidades configuram prerrogativas do próprio Parlamento como instituição, antes de serem direitos dos seus membros.

Na lição autorizada de Manoel Gonçalves Ferreira Filho:

"Essas garantias são dadas aos parlamentares, mas em prol do Legislativo. Configuram, pois, prerrogativas e não privilégios." (Cf. **Comentários à Constituição Brasileira de 1988**, V. 2, p. 45)

Dessa forma, diversamente daquilo que é, muitas vezes, difundido erroneamente, as imunidades parlamentares existem para a defesa da autonomia e independência da instituição parlamentar, tendo como corolário a garantia da representação e a preservação da vontade do eleitor.

Nesse sentido, a inviolabilidade por opiniões, palavras e votos significa que nenhum parlamentar pode ser responsabilizado, seja civilmente, seja criminalmente, por opiniões, palavras e votos que profira.

Esse é o entendimento, entre outros, de Pedro dos Santos Barcelos, registrado na **Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região** (Cf. **A Constituição vista pelos Tribunais**, Volume 2, p. 552).

Sem embargo, muitas vezes são acolhidas ações na esfera cível contra membros do Parlamento em razão de opiniões emitidas enquanto Senadores e Deputados (v.g. ações de indenização por dano moral).

Tais fatos acabam levando insegurança ao mandatário que tem que se preocupar em discutir a sua imunidade judicialmente, com inaceitáveis prejuízos para a sua atividade parlamentar.

Por essa razão, estamos apresentando emenda que estende a imunidade processual também à esfera civil e não apenas à criminal.

Ante o exposto e em face do aperfeiçoamento que buscamos com a emenda que ora apresentamos, solicitamos aos ilustres Colegas o seu acolhimento.

(Sala das Sessões, em 28 de maio de 1998.

Roberto Requião

Senador ROBERTO REQUIÃO

PMDB-PR

Hum

Requian
Guaribas

Maria Silva

Basílio Maldaner

Guaribas

Guaribas

Guaribas

Guaribas

Guaribas

Guaribas

Guaribas

Guaribas

Guaribas

JEFFERSON

~~_____~~

[Handwritten signature]

Heckman

Frank D.

Received

Galathea

Thomas Suckey

Wm. H. Smith

1. Acetyl

Bellinger

Enriched

H. H. Wood

Winter in the

11/11/17

EMENDA Nº 4-PLEN

Dê-se a seguinte redação ao § 4º do art. 53 da Constituição Federal, na redação dada pelo Substitutivo aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania:

"Art. 53

.....
Omissis

§ 4º Os Deputados e Senadores serão processados, civil ou criminalmente, pelo Supremo Tribunal Federal.

Omissis"

Justificação

Em boa hora esta Casa debate o tema das imunidades parlamentares, uma vez que a sociedade brasileira está a reclamar a revisão das garantias atribuídas ao exercício da atividade parlamentar, que não podem ser confundidas com nenhuma forma de impunidade.

Não obstante, é preciso lembrar que as imunidades configuram prerrogativas do próprio Parlamento como instituição, antes de serem direitos dos seus membros.

Na lição autorizada de Manoel Gonçalves Ferreira Filho:

"Essas garantias são dadas aos parlamentares, mas em prol do Legislativo. Configuram, pois, prerrogativas e não privilégios." (Cf. Comentários à Constituição Brasileira de 1988, V. 2, p. 45.)

Dessa forma, diversamente daquilo que é, muitas vezes, difundido erroneamente, as imunidades parlamentares existem para a defesa da autonomia e independência da instituição parlamentar, tendo como corolário a garantia da representação e a preservação da vontade do eleitor.

Nesse sentido, a inviolabilidade por opiniões, palavras e votos significa que nenhum parlamentar

pode ser responsabilizado, seja civilmente, seja criminalmente, por opiniões, palavras e votos que profira.

Esse é o entendimento, entre outros, de Pedro dos Santos Barcelos, registrado na Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Cf. A Constituição vista pelos Tribunais, Volume 2, p. 552)

Sem embargo, muitas vezes são acolhidas equivocadamente ações na primeira instância dos juízos cíveis contra membros do Parlamento em razão de opiniões emitidas enquanto Senadores e Deputados (v.g. ações de indenização por dano moral).

Tais fatos acabam provocando insegurança no mandatário, com inaceitáveis prejuízos para a sua atividade parlamentar.

Por essa razão, estamos apresentando emenda que garante aos Deputados e Senadores o foro especial do Supremo Tribunal Federal também em matéria cível e não apenas em matéria criminal, como hoje.

Sendo assim, em qualquer hipótese de ação judicial contra parlamentar federal será competente para o conhecimento e julgamento o Supremo Tribunal Federal, o que implicará a redução de ações cíveis contra os Deputados e Senadores. Hoje, como já referido acima, muitas vezes juízes de primeira instância cível aceitam ações contra mandatário federal, ações essas provocadas apenas para atrapalhar e intimidar a sua atividade política.

Outrossim, parece-nos inadequado que autoridades federais da importância institucional dos Senadores e Deputados fiquem sujeitos a juízes locais, o que pode gerar, por vezes, perseguição política.

Esclareça-se, por fim, que no caso de matéria cível, o Supremo Tribunal Federal não precisaria pedir licença à Casa respectiva para processar o Deputado ou Senador acionado.

Ante o exposto e em face do aperfeiçoamento que buscamos com a emenda que ora apresentamos, solicitamos aos ilustres Colegas o seu acolhimento.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1998.

Senador ROBERTO REQUIÃO
PMDB-PR

Roberto Requião
Maio 28

[Faint handwritten notes and a small sketch of a triangle with internal lines]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Faint handwritten text]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Faint handwritten text]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) –

Transcorre hoje o terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 1995, que está tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 3 e 10, de 1995, nºs 18 e 34, de 1997, e nºs 9, 12, 13 e 14, de 1998, objeto dos itens de nºs 5 a 12 da Ordem do Dia de hoje.

Em discussão, portanto, em conjunto, as propostas, o substitutivo e as emendas. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, a discussão terá prosseguimento na próxima sessão deliberativa ordinária.

São os seguintes os itens que tramitam em conjunto:

– 5 –

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 1995**
(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição
nºs 2 e 10, de 1995; 18 e 34, de 1997;
9, 12, 13 e 14, de 1998)

Terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 1995, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que altera o art. 53 da Constituição Federal (imunidade parlamentar).

– 6 –

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 10, DE 1995**
(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição
nºs 2 e 3, de 1995; 18 e 34, de 1997;
9, 12, 13 e 14, de 1998)

Terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 1995, tendo como primeiro signatário o Senador Ney Suassuna, que altera dispositivos que menciona da Constituição Federal (imunidade parlamentar).

– 7 –

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1997**
(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição
nºs 2, 3 e 10, de 1995; 34, de 1997;
9, 12, 13 e 14, de 1998)

Terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1997, tendo como primeiro signatário o Senador Ronaldo Cunha Lima, que altera a redação da alínea d do inciso XXXVIII do art. 5º da Constituição Federal (imunidade parlamentar).

– 8 –

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 34, DE 1997**
(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição
nºs 2, 3 e 10, de 1995; 18, de 1997;
9, 12, 13 e 14, de 1998)

Terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 1997, tendo como primeiro signatário o Senador Carlos Wilson, que altera o art. 55 da Constituição Federal (imunidade parlamentar).

– 9 –

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 1998**
(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição
nºs 2, 3 e 10, de 1995; 18 e 34, de 1997;
12, 13 e 14, de 1998)

Terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 1998, tendo como primeiro signatário o Senador José Serra, que altera o art. 53 da Constituição Federal, que dispõe sobre a imunidade parlamentar.

– 10 –

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 1998**
(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição
nºs 2, 3 e 10, de 1995; 18 e 34, de 1997;
9, 13 e 14, de 1998)

Terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 1998, tendo como primeiro signatário o Senador Bernardo Cabral, que acrescenta parágrafo ao art. 53 da Constituição Federal e dá outras providências (imunidade parlamentar).

– 11 –

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 13, DE 1998**
(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição
nºs 2, 3 e 10, de 1995; 18 e 34, de 1997;
9, 12 e 14, de 1998)

Terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 1998, tendo como primeiro signatário o Senador Bernardo Cabral, que dá nova redação aos §§ 2º e 3º do art. 55 da Constituição Federal e dá outras providências (imunidade parlamentar).

- 12 -

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 14, DE 1998**

(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição
nºs 2, 3 e 10, de 1995; 18 e 34, de 1997;
9, 12 e 13, de 1998)

Terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 1998, tendo como primeiro signatário o Senador Odacir Soares, que altera o § 1º do art. 53 da Constituição Federal, de modo a restringir apenas aos crimes de calúnia, injúria e difamação a exigência de autorização das respectivas Casas para o julgamento de parlamentar pelo STF.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Item 13:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1998 (nº 29/95, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre a Construção e Utilização de um Prédio para a Ampliação das Instalações da Embaixada do Brasil em Luanda e para Habitação dos Funcionários Diplomáticos, Técnicos e Administrativos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola, em 28 de janeiro de 1989, tendo

Parecer favorável, sob nº 262, de 1998, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Benedita da Silva.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**Nº 2, DE 1998****(Nº 29/95, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o texto do Acordo sobre a
Construção e Utilização de um Prédio para
a Ampliação das Instalações da Embaixada
do Brasil em Luanda e para Habitação dos**

**Funcionários Diplomáticos, Técnicos e
Administrativos, celebrado entre o Gover-
no da República Federativa do Brasil e o
Governo da República Popular de Ango-
la, em 28 de janeiro de 1989.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre a Construção e Utilização de um Prédio para a Ampliação das Instalações da Embaixada do Brasil em Luanda e para Habitação dos Funcionários Diplomáticos, Técnicos e Administrativos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola, em 28 de janeiro de 1989.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Item 14:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1998 (nº 581/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Internacional sobre Preparo, Resposta e Cooperação em Caso de Poluição por Óleo, 1990, concluída em Londres, em 30 de novembro de 1990, tendo

Parecer favorável, sob nº 263, de 1998, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Bernardo Cabral.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

É a seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**Nº 10, DE 1998****(Nº 581/97, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o texto da Convenção Inter-
nacional sobre Preparo, Resposta e Co-**

peração em Caso de Poluição por Óleo, 1990, concluída em Londres, em 30 de novembro de 1990.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção Internacional sobre Preparo, Resposta e Cooperação em Caso de Poluição por Óleo, 1990, concluída em Londres, em 30 de novembro de 1990.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Item 15:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1998 (nº 583/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto modificativo ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento, aprovado pela Resolução B/BG/97/05 tendo

Parecer favorável, sob nº 264, de 1998, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Abdias Nascimento.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 16, DE 1998

(Nº 583/97, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto modificativo ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento, aprovado pela Resolução B/BG/97/05.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto modificativo ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento, aprovado pela Resolução B/BG/97/05.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Convênio Constitutivo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Item 16:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 25, de 1997, de autoria do Senador Coutinho Jorge, que altera a denominação e a estrutura da Consultoria de Orçamentos e dá outras providências, tendo

Pareceres sob nºs 251 e 252, de 1998, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Eduardo Dutra, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-Plen; e

– Diretora, Relator: Senador Ronaldo Cunha Lima, favorável nos termos da Emenda nº 2-CDir (substitutivo), que apresenta.

Discussão em conjunto do projeto, do substitutivo e da emenda.

Com a palavra, para discutir, o Senador Coutinho Jorge.

O SR. COUTINHO JORGE (PSDB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, esse projeto de resolução visa exatamente a alterar a denominação e a estrutura da Consultoria de Orçamento do Senado.

Serei bastante objetivo em relação à sua finalidade. Em primeiro lugar, a Constituição de 1988 definiu claramente os instrumentos operacionais de planejamento: a LDO, o Plano Plurianual e o Orçamento anual. A partir daí, propôs a criação de uma comissão permanente, envolvendo Senado e Câmara, que seriam os responsáveis pela avaliação e aprovação desses instrumentos fundamentais do processo de decisão na sociedade brasileira.

A partir de 1988, a Câmara dos Deputados estruturou-se de tal maneira que passou a assessorar e a apoiar os Parlamentares da Comissão e, particularmente, os Deputados; passou a dar-lhes orientação técnica sobre esses assuntos tão importantes e difíceis de serem compreendidos por alguns Parlamentares.

Na verdade, até há quatro anos praticamente todo o apoio de consultoria e de assessoria à Comissão de Planos e Orçamentos do Congresso Nacio-

nal era feito pela Câmara. Há quatro anos, o Senado iniciou uma reformulação da sua estrutura administrativa, fortalecendo a área de consultoria do Orçamento. Mas, ainda hoje, apesar do avanço, o Senado não tem a estrutura adequada e necessária para apoiar os Senadores nas demandas relativas ao Orçamento e na atuação na Comissão de Planos e Orçamentos, a mais importante do Congresso Nacional em termos de permanência.

Por isso mesmo, nós, que temos participado, há muito tempo, da Comissão – sou Líder do meu Partido na Comissão de Planos e Orçamentos –, em conjunto com a Câmara e com especialistas do Senado, propusemos este projeto de resolução, que visa reestruturar e adequar a Consultoria de Orçamento do Senado, para que esta Casa, a partir de agora, tenha condições de, junto com a Câmara, apoiar os Srs. Senadores nos aspectos técnicos fundamentais da matéria.

Portanto, o projeto visa criar condições de igualdade entre Senado e Câmara no que diz respeito à consultoria sobre o Orçamento, uma necessidade técnico-administrativa fundamental para o funcionamento do Senado Federal.

Na Comissão, o projeto teve a aprovação do nobre Senador José Eduardo Dutra; depois, foi encaminhado à Mesa, tendo como Relator o nobre Senador Ronaldo Cunha Lima, também favorável a ele. Podemos, portanto, perceber como ele é importante e fundamental para a melhoria do funcionamento do Senado Federal.

Durante o discurso do Sr. Coutinho Jorge, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos para discutir a matéria.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tendo em vista a postura assumida pelo nobre Senador José Eduardo Dutra, que, tendo feito um exame mais detalhado do assunto, resolveu mudar a sua opinião, o Partido dos Trabalhadores, acompanhando-o, mostra-se também contrário.

As boas intenções do projeto original foram desvirtuadas com a introdução do que consta no art. 22, que permite modificações feitas em benefício de funcionários, ampliação dos quadros, por meio de ato e não de resolução. De carona no projeto, foram intro-

duzidas no art. 22 as modificações anteriores, com as quais não concordamos.

Por isso, Sr. Presidente, não quero pedir verificação de quorum, mas gostaria de pedir o adiamento da votação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A Mesa agradece a V. Ex^a, mesmo porque temos várias matérias importantes. Solicito a V. Ex^a que encaminhe o pedido de adiamento à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lucídio Portella.

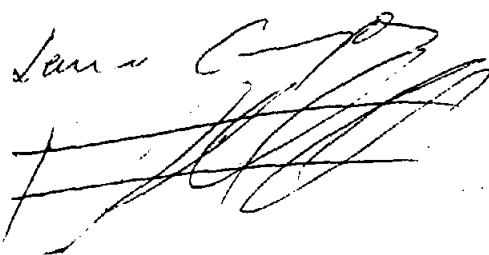
É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 376, DE 1998

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 279, alínea c, do Regimento Interno, requero adiamento da discussão do Projeto de Resolução nº 25, de 1997, a fim de ser feita na sessão de 3 de junho próximo.

Sala das Sessões, 28 de maio de 1998.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Em votação o requerimento de adiamento.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria voltará para a pauta na próxima quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Item 17:

Discussão, em turno único, da redação final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 289, de 1998, Relatora: Senadora Júnia Marise), do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 1995, de autoria do Senador Osmar Dias, que cria o Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego – PEPE e dá outras providências.

A Presidência esclarece ao Plenário que, até o encerramento da discussão, poderão ser oferecidas emendas à redação final que não envolvam o mérito.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão sem apresentação de emendas, a redação final é considerada definitivamente aprovada, sem votação, nos termos do art. 324 do Regimento Interno.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a matéria aprovada:

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 1995

Cria o Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego – PEPE, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É criado o Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego – PEPE, de âmbito nacional e vinculado ao Ministério do Trabalho, com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento das oportunidades de trabalho à população compreendida na faixa de quatorze aos dezoito anos.

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, considera-se:

I – empregador: a firma individual ou societária que assume o risco de atividade econômica urbana ou rural, com fins lucrativos ou não;

II – empregado: aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural a empregador, sob subordinação e mediante remuneração deste, em caráter eventual ou não.

Parágrafo único. Aqueles definidos no parágrafo único do art. 15 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, será dada a mesma conceituação constante do inciso I deste artigo.

Art. 3º Ao empregador que admitir empregado enquadrado no disposto pelo art. 1º desta Lei, é assegurada, mediante lei específica, a compensação da totalidade do valor das parcelas devidas nas contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, relativas ao empregado contratado nos termos desta Lei, a ser abatida do recolhimento tributário na forma seguinte:

I – 50% (cinquenta por cento) do recolhimento da contribuição de que trata a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988; e

II – 50% (cinquenta por cento) do recolhimento do imposto de que trata a Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992.

§ 1º O benefício de que trata este artigo será sempre limitado a um número de empregados equi-

valente a 10% (dez por cento) do total de empregados registrados na empresa.

§ 2º Para os fins de compensação previstos neste artigo, caberá ao empregador inscrever-se junto ao órgão gestor do Programa.

§ 3º A renúncia decorrente da aplicação deste artigo será computada no Orçamento da União.

Art. 4º Ao empregado admitido nas condições previstas nesta Lei, são assegurados os direitos constitucionais e legalmente aplicáveis, especialmente os previstos nos arts. 7º e 227 da Constituição Federal e arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.

Art. 5º Para fins de desenvolvimento educacional aos empregados participantes do Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego é assegurada jornada de trabalho reduzida de acordo com regulamentação do Poder Executivo, devendo ser matriculados em estabelecimentos de ensino públicos ou em estabelecimentos de ensino criados, organizados e administrados pelas Confederações Nacionais de Empregadores de acordo com suas necessidades pedagógicas.

§ 1º Os empregados participantes do Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego deverão estar matriculados em estabelecimentos de ensino público de 1º Grau ou em cursos e exames supletivos do ensino fundamental, se não tiverem completado a educação fundamental, até a oitava série do 1º Grau.

§ 2º O Ministério do Trabalho e o Ministério da Educação e do Desporto Deverão fiscalizar, conjuntamente, o cumprimento do disposto no parágrafo anterior, bem como a frequência e desempenho dos empregados inscritos no Programa.

§ 3º O prosseguimento de estudos de alunos que tenham concluído cursos e educação fundamental orientar-se-á pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de acordo com regulamentação do Poder Executivo.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias contado da data de sua publicação, produzindo os efeitos a partir do ano subsequente de sua regulamentação.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) –
Item 18:**

Discussão, em turno único, da redação final do Projeto de Resolução nº 28, de 1998 (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 288, de 1998, Relatora: Senadora Júnia Marise), que autoriza o Estado do Rio Grande do Norte a contratar operação de refinanciamento de sua

dívida, consubstanciada no contrato de confissão, promessa de assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União, em 26 de novembro de 1997, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

A Presidência esclarece ao Plenário que, até o encerramento da discussão, poderão ser oferecidas emendas à redação final que não envolvam o mérito.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão sem apresentação de emendas, a redação final é considerada definitivamente aprovada, sem votação, nos termos do art. 324 do Regimento Interno.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 28, DE 1998

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO Nº 28, DE 1998

Autoriza o Estado do Rio Grande do Norte a contratar operação de refinanciamento de sua dívida, consubstanciada no contrato de confissão, promessa de assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União, em 26 de novembro de 1997, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Rio Grande do Norte autorizado a contratar operação de refinanciamento de sua dívida, consubstanciada no contrato de confissão, promessa de assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União, em 26 de novembro de 1997, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

Art. 2º A operação de crédito referida no artigo anterior terá as seguintes condições financeiras:

I – **valor da dívida a ser adquirida pela União:** R\$57.272.678,32 (cinquenta e sete milhões, duzentos e setenta e dois mil, seiscentos e setenta e oito reais e trinta e dois centavos). Deste valor será deduzida a parcela de R\$792.756,95 (setecentos e noventa e dois mil, setecentos e cinquenta e seis reais

e noventa e cinco centavos), correspondente ao subsídio concedido pela União aos Estados, nos termos do art. 3º, §§ 2º a 4º, da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, sendo refinanciados apenas R\$56.479.921,47 (cinquenta e seis milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, novecentos e vinte e um reais e quarenta e sete centavos), conforme discriminado a seguir.

a) R\$16.130.312,27 (dezesesseis milhões, cento e trinta mil, trezentos e doze reais e vinte e sete centavos), relativos ao saldo devedor dos empréstimos junto ao Banco do Brasil S.A., em 20 de julho de 1997;

b) R\$40.349.609,20 (quarenta milhões, trezentos e quarenta e nove mil, seiscentos e nove reais e vinte centavos), correspondentes ao saldo devedor junto à Caixa Econômica Federal – CEF, em 28 de outubro de 1997, exceto a operação relativa à linha II do Voto CMN 162, de 1995;

II – **encargos:**

a) **juros:** 6% a.a. (seis por cento ao ano);

b) **atualização do saldo devedor:** mensalmente pelo IGP-DI;

III – **prazo:** cento e oitenta prestações mensais e consecutivas;

IV – **garantias:** receitas próprias do Estado, transferências constitucionais e os créditos de que trata a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996;

V – **condições de pagamento:**

a) **amortização extraordinária:** no valor de R\$11.295.984,29 (onze milhões, duzentos e noventa e cinco mil, novecentos e oitenta e quatro reais e vinte e nove centavos), com recursos provenientes da alienação das ações da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN;

b) **amortização:** em parcelas mensais, pela Tabela Price, limitadas a 1/12 (um doze avos) de 13% (treze por cento) da Receita Líquida Real do Estado.

§ 1º A União se compromete, a refinar o Estado o saldo devedor do contrato de abertura de crédito, firmado junto à CEF, ao amparo do Voto CMN 162, de 1995, linha de crédito II, referente ao Programa de Desligamento Voluntário – PDV, no montante de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), conforme a Resolução nº 110, de 1997, do Senado Federal.

§ 2º O descumprimento pelo Estado do Rio Grande do Norte das obrigações constantes do contrato de refinanciamento, incluindo atrasos de pagamentos, assim como das metas fiscais e financeiras, acordadas em seu Programa de Reestruturação e

de Ajuste Fiscal, implicará, enquanto persistir o descumprimento, a substituição dos encargos financeiros referidos no **caput** por encargos equivalentes ao custo médio de colocação da dívida mobiliária federal, acrescido de juros de mora de 1% a.a. (um por cento ao ano), e a elevação do limite de dispêndio para 17% (dezessete por cento) de sua Receita Líquida Real.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – **Item 19:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 276, de 1998, do Senador José Eduardo Dutra, solicitando, nos termos regimentais, que o Projeto de Resolução nº 161, de 1997, de iniciativa da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, que modifica o Regimento Interno do Senado Federal, transformando a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura em Comissão de Assuntos Regionais, Infra-Estrutura e Meio Ambiente, seja encaminhado à Comissão Especial criada através do Requerimento nº 201, de 1995, destinada a elaborar e apresentar Projeto de Resolução reformando o Regimento Interno.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – **Item 20:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 287, de 1998, do Senador Ramez Tebet, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 7 e 8, de 1998, com as de nºs 15, 45, 49 e 51, de 1996, por versarem sobre idade de imputabilidade penal.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

As propostas de Emenda à Constituição de nºs 7 e 8, de 1998, passam a tramitar em conjunto com as de nºs 15, 45, 49 e 51, de 1996, que já se encontram apensadas e retomam ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, requerimento, de urgência, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lucídio Portella.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 377, DE 1998

Senhor Presidente,

Nos termos da alínea b, do art. 336, do Regimento Interno, requeremos urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 1998, que altera o percentual de diferença entre a remuneração dos cargos de Ministro do Superior Tribunal de Justiça e dos Juizes da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Grau.

Sala da Sessões, 28 de maio de 1998 – **Elcio Alvares – Edson Lobão – Jefferson Péres – Ney Suassuna.**

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A matéria encontra-se nos avulsos que estão sobre as bancadas.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia da sessão do segundo dia útil subsequente, nos termos do art. 345, inciso II, do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995, do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1998, que, nos termos do art. 320 do Regimento Interno, se não houver objeção do Plenário, será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, em exercício, Senador Lucídio Portella.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 322, DE 1998

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1998 (nº 29, de 1995, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1998 (nº 29, de 1995, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre a Construção e Utilização de um Prédio para a Ampliação das Instalações da Embaixada do Brasil em Luanda e para Habitação dos Funcionários Diplomáticos, Técnicos e Administrativos, celebrado entre o Governo da Repúbli-

ca Federativa do Brasil e o Governo a República Popular de Angola, em 28 de janeiro de 1989.

Sala de Reuniões da Comissão, 28 de maio de 1998. – **Geraldo Melo**, Presidente – **Ronaldo Cunha Lima**, Relator – **Júnia Marise** – **Carlos Patrocínio**.

ANEXO AO PARECER Nº 322, DE 1998

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, _____, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº, DE 1998

Aprova o texto do Acordo sobre a Construção e Utilização de um Prédio para a Ampliação das Instalações da Embaixada do Brasil em Luanda e para Habitação dos Funcionários Diplomáticos, Técnicos e Administrativos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola, em 28 de janeiro de 1989.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo sobre a Construção e Utilização de um Prédio para a Ampliação das Instalações da Embaixada do Brasil em Luanda e para Habitação dos Funcionários Diplomáticos, Técnicos e Administrativos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola, em 28 de janeiro de 1989.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lucídio Portella.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 378, DE 1998

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requero a dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, do Parecer referente à redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1998

(nº 29/95, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre a Construção e Utilização de um Prédio para a Ampliação das Instalações da Embaixada do Brasil em Luanda e para Habitação dos Funcionários Diplomáticos, Técnicos e Administrativos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola, em 28 de janeiro de 1989.

Sala das Sessões, 28 de maio de 1998. – **Benedita da Silva**.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1998, que, nos termos do art. 320 do Regimento Interno, se não houver objeção do Plenário, será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lucídio Portella.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 323, DE 1998

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1998 (nº 581, de 1997, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1998 (nº 581, de 1997, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Internacional sobre Preparo, Resposta e Cooperação em Caso de Poluição por Óleo, 1990, concluída em Londres, em 30 de novembro de 1990.

Sala de Reuniões da Comissão, 28 de maio de 1998. – **Geraldo Melo**, Presidente – **Ronaldo Cunha Lima**, Relator – **Júnia Marise** – **Carlos Patrocínio**.

ANEXO AO PARECER Nº 323, DE 1998

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1998

Aprova o texto da Convenção Internacional sobre Preparo, Resposta e Cooperação em Caso de Poluição por Óleo, 1990, concluída em Londres, em 30 de novembro de 1990.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto da Convenção Internacional sobre Preparo, Resposta e Cooperação em Caso de Poluição por Óleo, 1990, concluída em Londres, em 30 de novembro de 1990.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lucídio Portella.

É lido e aprovado seguinte:

REQUERIMENTO Nº 379, DE 1998

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requero a dispensa de publicação, para imediata discursão e votação, do Parecer referente à redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1998 (nº 581/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Internacional sobre Preparo, Resposta e Cooperação em Caso de Poluição por Óleo, 1990, concluída em Londres, em 30 de novembro de 1990.

Sala das Sessões, 28 de maio de 1998. – **Nabor Júnior**

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final do Projeto de Decreto Legislativo

nº 16, de 1998, que, nos termos do art. 320 do Regimento Interno, se não houver objeção do Plenário, será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lucídio Portella.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 324, DE 1998

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1998 (nº 583, de 1997, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1998 (nº 583, de 1997, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto modificativo ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento, aprovado pela Resolução B/BG/97/05, promovendo adequação redacional em obediência à técnica legislativa.

Sala de Reuniões da Comissão, 28 de maio de 1998. – **Geraldo Melo** – Presidente, **Ronaldo Cunha Lima**, Relator – **Júnia Marise** – **Carlos Patrocínio**.

ANEXO AO PARECER Nº 324, DE 1998

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1998

Aprova o texto modificativo ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento, aprovado pela Resolução B/BG/97/05.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto modificativo ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento, aprovado pela Resolução B/BG/97/05.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido texto modificativo ao Convênio Constitutivo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lucídio Portella.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 380, DE 1998

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requero a dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, do Parecer referente à redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº16, de 1998 (nº583/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto modificativo ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento, aprovado pela Resolução B/BG/97/05.

Sala das Sessões, 28 de maio de 1998. – **Nabor Júnior.**

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lucídio Portella.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 381, DE 1998

Senhor Presidente,

Requero, nos termos do art. 256, § 2º, a, do Regimento Interno, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 295 de 1998, de convocação do Ministro de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo.

Sala das Sessões, 28 de maio de 1998. – **Guilherme Palmeira**

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O requerimento lido é deferido pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a Mesa parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, senador Lucídio Portella.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 325, DE 1998

Da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 1998, (nº 2.911/97, na Casa de origem) de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, que "altera o percentual de diferença entre a remuneração dos cargos de Ministros do Superior Tri-

bunal de Justiça e dos Juízes da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus".

Relator: Senador Romeu Tuma

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 1998, de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, objetiva alterar o percentual de diferença entre a remuneração dos cargos de Ministro do próprio Superior Tribunal de Justiça e dos demais juízes da Justiça Federal. Aplica-se o disposto nesta proposição aos juízes da justiça do trabalho, que é também federal, e aos integrantes do Tribunal de Justiça e aos juízes de direito do Distrito Federal, em razão da peculiar condição constitucional dessa unidade federativa.

Determina o projeto sob exame que os subsídios dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça correspondem a 95% (noventa e cinco por cento) do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal (art. 1º). A seguir, procede-se ao escalonamento previsto pela Constituição Federal, em seu art. 93, inciso V.

Por ele, os subsídios dos juízes dos Tribunais Regionais correspondem a noventa por cento dos subsídios dos Ministros dos Tribunais Superiores, mantido idêntico referencial, sucessivamente, entre os subsídios dos juízes dos Tribunais Regionais Federais e os subsídios dos juízes federais e de juízes substitutos da Justiça Federal e da Justiça do Trabalho (art. 2º).

Os subsídios dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios correspondem a noventa por cento dos subsídios dos Ministros dos Tribunais Superiores, mantido idêntico referencial, sucessivamente, entre os subsídios dos Desembargadores e os dos cargos de Juízes de Direito e de Juízes de Direito Substitutos do DF.

A mesma sistemática é aplicada, nos termos do art. 4º, ao subsídio do cargo de Juiz-Auditor Corregedor da Justiça Militar, e, sucessivamente, entre os subsídios dos cargos de Juiz-Auditor e de Juiz-Auditor substituto da Justiça Militar. Quanto aos juízes classistas da Justiça do Trabalho, a proposição mantém os valores atuais de sua gratificação por audiência, sujeitando-os, porém, aos mesmos reajustes concedidos aos servidores públicos federais.

Por fim, aos membros do Poder Judiciário é concedido abono, cujo valor corresponderá à diferença entre a remuneração mensal de cada magistrado e o valor do subsídio que for fixado quando entrar em vigor a emenda constitucional pertinente à reforma administrativa.

A cláusula de vigência estabelece que esta Lei entrará em vigor na data da promulgação da Emenda à Constituição pertinente à reforma administrativa. Excetua-se, entretanto, o art. 5º, que entrará em vigor na data de sua publicação.

É o relatório.

II – Voto

Nos termos da Carta Constitucional de 1988 (art. 96, inciso II, alínea c) compete privativamente aos tribunais superiores a iniciativa da propositura de leis que disponham sobre "a criação e a extinção de cargos e a fixação de vencimentos de seus membros, dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver, dos serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados".

No caso da Justiça Federal, da Justiça do Trabalho e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, a competência pertence ao Superior Tribunal de Justiça. No espécie, respeitou-se criteriosamente a exigência, de natureza formal, para a constitucionalidade desta proposição.

No plano material, observe-se que a Carta Magna contempla exigência a ser respeitada na lei complementar pertinente aos Estatutos da magistratura, que consta do inciso V do art. 93, verbis:

"Art. 93

V - os vencimentos dos magistrados serão fixados com diferença não superior a dez por cento de uma para outra das categorias da carreira, não podendo, a título nenhum, exceder os dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;

A proposição que ora examinamos estabelece escalonamento que, como vimos, situa-se dentro dos limites fixados pelo texto constitucional. Nada há a obstar, no plano da constitucionalidade material, a livre tramitação deste projeto de lei.

Quanto ao mérito, há que assinalar que, desde muito, a sociedade brasileira e o Congresso Nacional são conhecedores da situação em que se encontram os juízes federais em nosso País, asoberbados de trabalho e remunerados de forma que não condiz com as elevadas atribuições dos cargos a que chegaram após participar de duríssimo concurso público.

Em boa hora, chegou-se a um consenso formalizado nesta proposição, que, certamente, constitui inegável progresso no resguardo da dignidade

das funções constitucionais da magistratura federal brasileira.

Somos, portanto, pela constitucionalidade e Juridicidade e, no mérito, pela aprovação do projeto de Lei da Câmara nº 19, de 1998, e, pela rejeição da emenda apresentada pelo Senador Roberto Requião, tendo em vista que a mesma contraria o objetivo da proposição sob análise.

Sala das Comissões, 28 de maio de 1998 – Ramez Tebet, Presidente – Romeu Tuma, Relator – Lúcio Alcântara – Djaima Bessa – Elcio Alvares – Beni Veras – Arlindo Porto – José Eduardo Dutra – Leomar Quintanilha – Antonio Carlos Valadares – Bello Parga – Francelino Pereira (vencido)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A Presidência comunica ao Plenário, que o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 1998, cujo o parecer acaba de ser lido, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 245, II, d, do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995, do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra, como Líder, ao eminente Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, no exercício da Liderança, registro a decisão do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, mantida em sua entrevista ontem, no Palácio da Alvorada, da maior significação para a população atingida pela seca nos nove Estados assistidos pela Sudene, aí incluído o meu Estado, Minas Gerais.

Ao visitar aquela região, por duas vezes, tive o cuidado de manifestar o nosso empenho no sentido de que a discussão se fizesse de forma objetiva, visualizando apenas medidas que efetivamente pudessem ser concretizadas. Naquela hora, em contato com as populações atingidas pela seca em Minas Gerais, perguntávamos o que estava ocorrendo e o que era mais grave. Obtivemos como resposta que o mais grave era a fome. Qual a providência imediata que poderia ser tomada? E aí, como Senador da República que havia mantido contato com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, eu disse que a providência mais urgente seria o fornecimento de cestas básicas, que já estavam sendo distribuídas. Isso estava acontecendo não apenas nos nove Estados atendidos pela Sudene – aí incluído obviamente o Estado de Minas Gerais –, mas também em outras regiões atingidas pela calamidade da seca. E disse

mais, traduzindo a manifestação do Governo, que a outra medida seria a liberação imediata dos recursos contidos no Orçamento da República, já carimbados para a aplicação nos municípios integrantes do polígono das secas. Disse também que seria necessária a criação de comissões municipais para que se evitasse qualquer dúvida a respeito da condução do processo de fornecimento das cestas básicas e da aplicação dos recursos contidos no orçamento, já em processo de liberação. Ressaltei para a necessidade de não solicitarmos o que fosse inverossímil. O urgente, naquele momento, era que o Governo autorizasse a criação de frentes produtivas de trabalho. Não se tratava apenas da criação daquelas velhas e sofridas frentes de trabalho constituídas sem qualquer objetivo, dando a impressão de que as pessoas atingidas estavam trabalhando, quando, na verdade, praticamente nada disso existia.

Sua Excelência, o Presidente da República, na entrevista de ontem, declarou que a partir de 1º de junho haverá transferência direta de recursos para frentes produtivas do Nordeste. A meta é atender até um milhão de pessoas, que trabalharão nessas frentes produtivas. Disse Sua Excelência que há abertura de crédito no Banco do Nordeste no valor total de R\$450 milhões para pequenos e microprodutores rurais, com juros de 3% para plantação e de 6% para investimentos. Acrescentou também foi incluído o programa de alfabetização solidária, nos moldes do adotado pelo Programa Comunidade Solidária nas frentes produtivas. Além da alfabetização, haverá a instituição de programa de capacitação de mão-de-obra, convênio com os Estados para a sua utilização em construção de obras hídricas. Serão organizadas comissões para evitar o uso político das frentes produtivas e substituição gradativa da distribuição de cestas básicas por geração de renda.

Sr. Presidente, essas providências vão atingir um milhão de nordestinos e mineiros atingidos pela seca. Dessa forma, essas pessoas poderão produzir e adquirir condições para o exercício do seu trabalho. Não é mais aquela velha cena, sem nenhum sentido, a não ser o de aparentar um tipo de trabalho, quando, na verdade, esse trabalho não existia.

De maneira que estou aqui para transmitir, de forma específica, aos cidadãos, aos prefeitos, aos líderes políticos do norte de Minas Gerais, inclusive dos Vales atingidos pela seca do meu Estado, o Jequitinhonha, São Mateus e Mucuri, que o pleito solicitado pelos mineiros, em consonância com o sentimento de todos os Estados nordestinos, relacionado com a criação de frentes produtivas de trabalho,

dentro de uma orientação racional, foi atendido pela decisão do Presidente da República, anunciada ontem na sua magnífica entrevista à imprensa no Palácio da Alvorada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Ernandes Amorim.

O SR. ERNANDES AMORIM (PPB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, quero registrar aqui um trabalho, que há muito estamos realizando, a ser feito no Estado de Rondônia, por meio da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado, diante de todas aquelas denúncias que fiz nesta Casa contra a administração estadual do Estado de Rondônia. Pela primeira vez neste Congresso, consegui que se criasse uma Subcomissão de Fiscalização e Controle para ir a esse Estado.

Ainda hoje, às 16h, embarcam para Rondônia consultores do Senado e técnicos do Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. Vamos fazer uma vistoria, uma fiscalização, em todas as contas-convênios realizadas entre o Governo do Estado de Rondônia e o Governo Federal.

Para lá, encaminhamos, por meio do Governo Federal, milhões e milhões de reais. Fiz várias denúncias desta tribuna, mas nenhuma ação foi feita para apurar essas irregularidades. Ainda bem que esta Casa possui a Comissão de Fiscalização e Controle, e, descoberto esse instrumento por nossa assessoria, estamos acompanhando essa Comissão que desembarca hoje em Rondônia.

Posteriormente, irá à Rondônia a subcomissão formada por seis Senadores, tendo como Presidente o Senador Gilberto Miranda, como Relator o Senador Coutinho Jorge. O nosso nome também faz parte dessa Comissão junto a outros Senadores – não tenho ainda os seus nomes.

Diante da presença dessa subcomissão de Senadores em Rondônia e com o trabalho realizado pelos técnicos e consultores, evidentemente vamos trazer um relatório sobre os desvios de recursos. A partir daí, esta Casa realizará os procedimentos necessários para obter, junto ao Ministério Público Federal e ao Tribunal de Contas da União, o ressarcimento do valor levado por uma quadrilha que impera no Estado de Rondônia, comandada pelo Governo do Estado. Essa quadrilha tem desfalcado os cofres públicos, deixando de investir nas áreas sociais, como saúde e educação. A merenda escolar e a ali-

mentação de presos são roubados, e os recursos de vários convênios são desviados, e as autoridades competentes do Estado não têm tomado as devidas providências.

Tenho certeza de que a Comissão fará um bom trabalho, dando exemplo para outros Estados que também têm sérios problemas, junto a seus governos, que não aplicam os recursos federais obtidos. O Governador de Rondônia disse ao Deputado Federal Olavo Pires que iria usar os recursos federais na sua campanha. O Deputado fez a denúncia ao Presidente da República, que não tomou providência alguma, a não ser mandar mais dinheiro para esse Estado.

Estive sentado ao lado do Presidente da República, junto à Bancada do Estado de Rondônia, e fiz todas essas denúncias verbalmente ao Senhor Presidente. Mas parece que Sua Excelência não me ouviu e continuou mandando dinheiro para Rondônia e continuaram ocorrendo os desvios. Agora, com o testemunho dos Senadores que irão a Rondônia, com o relatório elaborado por S. Ex^{as} e aprovado na Comissão, mandarei essa denúncia por escrito, para que tome conhecimento do tipo de governo que existe no Estado. Até negociações envolvendo compras de votos têm acontecido e são pagas com dinheiro público. Mas ninguém procurou apurar.

Diante desses documentos, tenho certeza de que o Presidente da República pensará diferente em relação ao Governo de Rondônia, do PMDB, carimbado e consagrado como um dos mais corruptos do País.

Passo a ler o meu discurso.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, como eu já disse, hoje, a subcomissão criada nesta Casa para realizar procedimento fiscalizatório de recursos federais repassados ao Governo de Rondônia, inicia suas atividades no Estado.

Conforme deliberado na criação, em 11 de março, e ratificado no relatório prévio já aprovado, antes deste primeiro deslocamento ao Estado, procedeu-se ao levantamento dos recursos orçamentários liberados para o Governo de Rondônia, e realizaram-se cruzamentos com dados colhidos em outras fontes.

Agora, com as informações obtidas, conforme determinado em reunião da subcomissão realizada ontem, estou me dirigindo ao Estado com técnicos e consultores designados para o acompanhamento da subcomissão.

Em Rondônia, teremos também a companhia de um técnico do Tribunal de Contas da União, e

ainda hoje deveremos nos reunir com o Presidente do Tribunal de Contas do Estado, que também vai dispor de três técnicos de controle externo desse órgão para auxiliar as atividades.

Com esse auxílio, passaremos ao exame prévio dos documentos relativos aos programas, projetos e atividades que foram selecionados, e, em seguida, outros Srs. Senadores membros da subcomissão também deverão se deslocar ao Estado, para a inspeção de obras, verificação e confirmação das informações que forem apuradas. Por fim, depois de concluídos os trabalhos da subcomissão, seu relatório será submetido à apreciação da Comissão de Fiscalização e Controle.

O atual Governo de Rondônia, é público e notório, marca sua presença no contexto nacional pela malversação e desvio de recursos públicos. Em razão dessa má fama, inclusive, já provocou o constrangimento do Presidente da República, quando a imprensa divulgou teor de conversação telefônica mantida com o Deputado federal Olavo Pires. Na ocasião, o Governador deu a entender que o Governo Federal estaria facilitando recursos públicos para gastos na campanha eleitoral.

Na verdade, não fosse o dispositivo constitucional que proíbe a tramitação de projetos de emendas à Constituição durante intervenção em Estado, acredito que essa intervenção teria sido deliberada ainda nos primeiros meses de Governo.

Atualmente, em razão de denúncias de corrupção oferecidas pelo Ministério Público, diversos processos judiciais tramitam no Estado, e alguns dos integrantes do Governo, junto a parentes do Governador envolvidos na recepção ilegal de recursos públicos desviados, tiveram a prisão preventiva decretada.

Por outro lado, no âmbito da FAE e do Tribunal de Contas da União, também já foi apurado o desvio de recursos destinados a merenda escolar, o que também é objeto de procedimento judicial.

Existem ainda processos relacionados ao desvio de recursos destinados ao combate da AIDS, licitações irregulares de publicidade, e outras condutas ilegais; e diversos inquéritos para apuração de outras condutas criminosas do Governo do Estado estão em curso no Ministério Público.

Por fim, ainda recentemente, a Caixa Econômica foi lograda em episódio de fraude para o saque irregular de depósitos em contas vinculadas do FGTS, e o Banco Central, há poucos dias, encaminhou à Comissão de Assuntos Econômicos notícia de negociações suspeitas com instituições financeiras internacionais.

Sr. Presidente, Sr^{tes}. e Srs. Senadores, a moderna ciência-arte da elaboração das leis evidencia que o Estado exerce as funções de legislar, administrar, julgar, e controlar. Essa função de controlar é da competência de qualquer dos três Poderes, seja o Executivo, o Legislativo ou o Judiciário; sendo certo, no entanto, que, em relação ao Executivo, o Legislativo possui o poder da iniciativa e do procedimento. Exercer com eficiência essa competência tem sido um desafio, e esta Casa se fortalece cada vez que cumpre essa função constitucional.

Por essa razão, e também em razão do espírito de justiça, objetivando o benefício da população de meu Estado, enfim, o cumprimento de meu dever, é que estou empenhado no propósito dessa subcomissão, e devo dizer que tenho recebido a necessária colaboração dos demais membros desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra à nobre Senadora Júnia Marise, por permuta com o nobre Senador Carlos Bezerra.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{tes}. e Srs. Senadores, a greve que paralisa as universidades federais brasileiras torna oportuna uma discussão a respeito das condições e da importância do ensino superior no nosso País. Embora o Governo venha reduzindo o debate à reivindicação de aumentos de salário, a crise da universidade é muito mais ampla, e, certamente, muito mais profunda. Discutir essa questão parece uma boa tarefa para o momento.

No curto período de existência da universidade brasileira, volta-se a falar, mais uma vez, da necessidade de sua reestruturação. As análises e críticas em geral se voltam para assuntos ligados à organização administrativa; ao exercício do poder político em seus órgãos de direção e representação; ao financiamento do ensino e da pesquisa; a autonomia acadêmica etc.

Esse debate, por mais relevantes que sejam as questões que estão sendo tratadas, não aborda quase nunca um ponto essencial: qual a filosofia de universidade que está em jogo? Qual a filosofia que sustenta a estrutura da universidade e que precisa ser aperfeiçoada? Qual o conceito de universidade que deve nortear essa reestruturação?

No século passado, os filósofos alemães foram chamados a opinar sobre a universidade que Humboldt viria a criar. E a concepção que então defenderam foi a de que ela deveria ser uma comunidade de pesquisadores e de ensinantes. Os princípios utiliza-

dos nessa concepção são derivados da filosofia idealista.

Para os idealistas alemães, os debates se centralizavam em torno de dois grandes eixos: o primeiro defendia a idéia de que a universidade deveria se organizar a partir de uma concepção orgânica das ciências particulares, presidida pela Filosofia. O segundo defendia a idéia de que a universidade deveria se organizar a partir do desenvolvimento livre e autônomo das ciências particulares, em consonância com as necessidades do desenvolvimento socioeconômico e, portanto, sem organicidade presidida pela Filosofia.

Apesar dessas duas linhas mestras divergentes, todos concordavam num só ponto. A universidade não é um "ser natural", subordinado às leis estruturais da natureza. O seu reino é o do "dever ser", ou seja, o reino das relações ético-sociais. A sua unidade é obtida na convivência social, tendo em vista a sua finalidade. E qual é essa finalidade? Mais uma vez, o acordo se fazia, quando afirmavam ser a busca da verdade científica e filosófica, em sua íntima vinculação com a dimensão social, ou seja, "servir ao homem", mas sem perder de vista a procura desinteressada do conhecimento.

Vê-se, assim, que não se concebia a universidade como uma união administrativa e jurídica de alguns estabelecimentos isolados de ensino superior. Essa foi, no entanto, a origem da universidade brasileira. Jamais tivemos a tradição filosófica. A Filosofia viu-se limitada às Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, como um curso regular, sem conexão com as outras disciplinas que naquela mesma faculdade se desenvolviam.

Historicamente, a universidade brasileira constituiu um "conjunto" de Escolas, visando a formar profissionais de nível superior e a contribuir com o desenvolvimento econômico, científico e tecnológico no nosso País.

A universidade brasileira surgiu ainda sob a proteção do Estado, que dela necessitava para desencadear o seu processo de desenvolvimento econômico e industrial. Ela foi produto de um Estado forte, característico da Era Vargas.

Após a Segunda Guerra Mundial, procurou-se adaptar para o Brasil a concepção americana. A universidade é colocada como um centro gerador de progresso social, baseado na conjugação de ensino e pesquisa, ambos a serviço da sociedade em geral.

A tendência da universidade brasileira foi, então, a de submeter a sua política de expansão e crescimento a dois fatores: de um lado, o atendi-

to da demanda social, expressa também nos dias atuais em termos de democratização do ensino e, de outro, a necessidade de buscar prioridades, dada a escassez dos recursos disponíveis, para a implantação de uma política científica e tecnológica em consonância com as necessidades apontadas para o desenvolvimento.

Dessa forma, a tensão atual entre o desenvolvimento de vida própria nos estabelecimentos de ensino superior e a exigência crescente da sociedade para que eles desenvolvam atividades imediatas e diretamente úteis são coerentes por parte da sociedade brasileira.

O que não é lógico, nem coerente, é o comportamento do atual Governo diante da questão, principalmente quando se sabe que o Presidente da República e muitos dos seus auxiliares diretos são ou foram professores universitários de nomeada.

Não se compreende, portanto, a conduta autoritária do Governo e a disseminação, particularmente junto à imprensa, de uma imagem distorcida da universidade, fomentada num terreno de preconceitos e informações imprecisas, baseadas em dados de duvidosa qualidade.

A informação mais veiculada e repetida à exaustão pela imprensa é a de que a União aplicaria a maior parte de seus recursos orçamentários destinados à educação no ensino superior, desviando-os, portanto, da educação básica, que é a prioridade nacional.

O que não é dito é que é comum a ampliação dos números do orçamento das universidades, com a inclusão de gastos com a saúde – caso dos hospitais universitários – e também com a Previdência pública.

Tem sido também corriqueiro o cálculo de um fictício custo-aluno do 3º Grau para efeitos de comparação com os demais níveis, dividindo o total do orçamento da instituição pelo número de alunos. Tal postura é metodologicamente inaceitável. Não se pode comparar como gasto-aluno os gastos com pesquisa e extensão, que beneficiam toda a comunidade. Comparar, por exemplo, gasto de escola primária, que conta com um único professor por turma, com a universidade não passa de manipulação grosseira de dados por parte do Ministério da Educação.

Mostra-se igualmente falsa a idéia de que a maior parte dos recursos públicos vá para o 3º Grau; se somados os orçamentos de Municípios e Estados. Assim considerado, o ensino fundamental recebe mais da metade dos recursos.

Quando se discute orçamento de educação no Brasil, não se pode partir de uma premissa equivocada, que consiste em considerar que a prioridade do ensino fundamental implica o corte de gastos nos outros níveis de ensino. Essa é a lógica do chamado "cobertor de pobre", que, ao cobrir a cabeça, desnuda os pés, transformando num jogo de soma zero a disputa de recursos entre os diferentes níveis de ensino.

Outro mito que vem sendo insidiosamente formulado é aquele que reza que os alunos das universidades públicas são ricos, que estudaram em instituições privadas de 2º Grau.

Em depoimento à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que investigou a crise na universidade brasileira, entre 1991 e 1992, por exemplo, o então Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB, Professor Eduardo Coelho, revelou, apoiado por pesquisa realizada na própria Universidade de São Paulo, que, em média, 50% dos estudantes das instituições públicas são egressos das escolas públicas de 1º e 2º Graus.

Pesquisa realizada pelo Fórum de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários, em 1994, num universo de 38 universidades federais, mostrou que 49% dos estudantes possuem uma renda por pessoa da família entre um e dois salários mínimos e que 25% têm como renda apenas um salário mínimo. A composição sócio-econômica do alunado chega perto de três quartos de estudantes carentes. Apenas 26,47% dos estudantes das universidades públicas federais – para sermos precisos nas estatísticas que o Governo não quer reconhecer – pertencem a famílias com alguma elevada condição socioeconômica.

Outro argumento insistentemente colocado pelo Governo é o da cobrança de mensalidades nas instituições públicas, nos níveis das mensalidades cobradas nas instituições particulares. Trata-se de mais uma falácia. A cobrança das mensalidades não teria impacto orçamentário significativo. Portanto, não procede a idéia de que os recursos de mensalidades custeariam o funcionamento das universidades públicas. Essas instituições dedicam-se também às funções de pesquisa e extensão, o que é raro nas instituições privadas. O jornal *Correio Braziliense*, de 20-06-96, menciona dois estudos que, adotando diferentes metodologias, concluem que a eventual cobrança das mensalidades pagaria apenas 8% das contas.

Como se vê, a solução não está apenas na redistribuição interna dos escassos recursos, mas na

transferência de mais recursos ao setor da educação, tomados, por exemplo, nos gastos da publicidade do Governo. Matéria do *Jornal do Brasil*, de 24-6-96, mostra que o MEC gastou com propaganda, em 1996, R\$12,8 milhões.

O "economicismo" dos argumentos governamentais em relação às universidades públicas revela uma posição inflexível, alimentada por um dos mais poderosos anéis burocráticos, que se relaciona, intimamente, com o círculo internacional das agências financiadoras e formuladoras de políticas públicas para os países em desenvolvimento.

Uma economia moderna depende fundamentalmente de idéias e gente capaz de transformá-las em riqueza. Economias baseadas em conhecimento são menos susceptíveis às depressões e recuperam-se mais rapidamente.

É improvável que o Brasil venha a ter condições de competitividade no que toca ao conhecimento, a depender dos esforços atuais. Em 1995, segundo a Unesco, menos de 12% da população brasileira em idade universitária estavam freqüentando o terceiro grau, contra 30% no Chile e na Argentina, e mais de 30%, quase que 50%, na França, no Canadá e nos Estados Unidos.

Nesse cenário, que o Governo conhece sobejamente, as universidades federais do País estão em greve, pois o conhecimento que o MEC tem da situação não corresponde a ações para modificá-la.

A situação salarial dos professores universitários nunca esteve tão ruim quanto agora. Os docentes estão saindo da universidade por aposentadoria ou para conquistarem melhores salários no mercado. São abertos concursos e não aparecem candidatos. Os que passam nas provas não assumem. A tabela salarial é a mesma desde janeiro de 1995, "congelamento" igual ao do resto do funcionalismo público.

A primeira faixa salarial é de R\$420. Aproximadamente 85% dos docentes estão em três faixas salariais. Os especialistas, com salários entre R\$985 e R\$1.124, e mais 14% de gratificação. Os mestres, com salário entre R\$1.226 e R\$1.239, com mais 25% de gratificação. E os doutores, com salário entre R\$1.906 e R\$2.175, com mais 50% de gratificação.

O Governo alega que não há como atender à reivindicação de aumento de 48,65% feita pelos professores em greve.

Entretanto, cabe registrar, para conhecimento de toda a opinião pública do nosso País, que, para algumas carreiras, o Ministério da Administração en-

controu maneiras de, por intermédio de gratificações ou diferenciação do conjunto de servidores, conceder melhorias salariais.

Assim, conseguiu criar os chamados "pendurcalhos" nos salários de funcionários da área de finanças e orçamento, do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais, e de outros contemplados pela condição de "carreiras típicas do Estado". Não há o que opor a essa decisão em relação a esses aumentos e gratificações que foram concedidas a esses funcionários.

Por que o magistério não é considerado também uma carreira típica do Estado? Esse carimbo permitiria ao Governo diferenciar, por exemplo, o magistério do conjunto de servidores regidos por uma legislação inflexível. Porque, na verdade, o que estamos vendo hoje, por essa inflexibilidade do Governo, é a transparência das suas teses de colocar realmente a universidade no nosso País, já sucateada pela falta de recursos, certamente dentro dos parâmetros para prosseguir com a sua privatização.

Ao invés de procurar saídas como essa, o MEC tentou reeditar um dos mecanismos mais ortodoxos e ineficientes de remuneração: a hora-aula de professores de ensino superior, disfarçado de "bolsa", e só para uns poucos.

A proposta oferece uma bolsa a, no máximo, 60% dos doutores, 50% dos mestres e 30% dos especialistas.

Não será medindo o desempenho dos professores em horas-aula, para pagar-lhes parte do salário "por fora", que se vai estimular ensino e pesquisa de qualidade no nosso País.

Se necessitamos do desenvolvimento científico e tecnológico, por que promover uma campanha de desprestígio da pós-graduação e da pesquisa?

Se o ensino superior público é o que há de melhor neste País, por que incentivar a sua degradação? Se 90% da pesquisa realizada no Brasil é desenvolvida nas instituições públicas de ensino; se até na avaliação realizada pelo Governo as federais, ou seja, as universidades públicas, apresentaram melhor desempenho em relação às universidades privadas, por que usar a proposta de "autonomia" da PEC-370 como um biombo para encobrir a privatização?

Qual o modelo de ensino superior que o MEC acha que está incentivando? Que perspectiva há para os jovens que pensam ou pensaram, um dia, ingressar no magistério superior?

O resultado da proposição do Programa de Incentivo à Docência - PID foi desencadear o movi-

mento grevista como um rastilho de pólvora se alastrando por todo o País. E, felizmente, ao examinarmos a medida provisória, verificamos que a Oposição, na sessão do Congresso Nacional, encaminhou entendimento no sentido de extinguir o art. 6º da MP, evitando a sua aprovação. Recolocou a questão da universidade pública e a questão salarial dos professores em relação à proposta do Governo, que não foi aceita por nenhum professor universitário do nosso País.

Desde o começo, parecia que a idéia do MEC era fomentar uma greve nacional, usando a bolsa "pó de giz" como estopim, para justificar a submissão do Governo aos ditames internacionais no que se refere à obsessão por "redução de gastos públicos". Se assim não fosse, como poderia o Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, vir a público afirmar que vai cortar o salário dos grevistas porque "o Governo Federal faz isso desde a greve dos petroleiros"?

Constata-se, portanto, que os sinais emitidos pelo Governo, no que tange ao ensino superior, são pelo menos conflitantes, e que não há um projeto de universidade que possa servir aos interesses nacionais.

É por isso que estamos, mais uma vez, voltando a esta tribuna para trazer a nossa palavra, o nosso apoio, a nossa solidariedade aos professores universitários de todo o País, que ainda resistem a essas decisões autoritárias por parte do Governo Federal. Apesar do corte do ponto, apesar de todas essas ameaças, os professores resistem, porque eles querem e pretendem uma discussão, um debate claro e transparente sobre a questão da universidade pública no nosso País.

Temos aqui vários recortes dos últimos jornais, que sinalizam o sentimento que une hoje professores e estudantes universitários nesse movimento em favor da universidade pública no nosso País. Estudantes, que estão se preparando para a sua formação, apóiam os professores universitários e, ao lado deles, estão reivindicando uma solução definitiva para essa questão.

Não há por que o Governo acenar com a porta do diálogo fazendo imposições. Ele precisa acenar imediatamente com o diálogo, mas, ao mesmo tempo, encarar de frente a sua própria responsabilidade. Não é possível, Sr. Presidente, que milhares e milhares de pais de família, cuja subsistência vem dos seus minguados salários de professor, como aqui relatamos, e já o fizemos anteriormente, com salários que variam de R\$1 mil e 700 à R\$2 mil e 100 líqui-

dos, no máximo. E professores com pós-graduação na Alemanha, na França, na Inglaterra, nos Estados Unidos, com experiência de mais de 15 anos, com dedicação exclusiva nas nossas universidades, que não têm outro salário a não ser o de professor, estão sendo hoje cortados nos seus salários porque estão em greve, reivindicando a recomposição salarial e um melhor tratamento para a universidade pública.

A decisão do Governo de não encarar de frente a sua responsabilidade diante dessa questão e a forma como o próprio Ministro da Educação vem conduzindo o diálogo com os professores, por intermédio da Associação dos Professores Docentes do nosso País, a Andes, não estão levando a lugar nenhum.

O Governo está impondo regras de forma autoritária, para depois abrir o diálogo. Não é assim que vamos chegar a uma solução. Os professores universitários estão demonstrando o seu poder de resistência, porque querem, acima de tudo, continuar dotando as universidades públicas de nosso País de melhor aparelhamento, de melhores condições de funcionamento, resgatando o papel que já teve no passado, e tudo isso com apoio do Governo, com recursos suficientes para que possam avançar nos estudos tecnológicos, na modernização tecnológica e científica de nosso País.

Não podemos abrir mão dos grandes professores universitários de nosso País, reconhecidos pelo próprio Governo, quando admitiu que as universidades públicas têm o melhor desempenho dentre as muitas universidades e escolas particulares de nosso País.

Sr. Presidente, será que diante de uma situação como esta o Governo vai continuar fechando as portas para um diálogo franco, aberto e sincero com os nossos professores, quando estão procurando munir as universidades de condições para que possam funcionar e para que eles possam continuar a sua missão, oferecendo o melhor para nossa juventude, preparando nossos jovens para o futuro? Será que o Governo não tem compreensão da importância e da gravidade deste momento, quando as nossas universidades continuam paralisadas, mas certamente procurando, através do diálogo com o Ministério da Educação, encontrar uma forma compatível, em que professores e universidades possam também ser reconhecidos pelo Governo Federal?

Concluindo, Sr. Presidente, desejo, mais uma vez, encaminhar meu apelo ao Ministro Paulo Renna-

to, ao próprio Presidente da República, ao Prof. Fernando Henrique Cardoso, no sentido de que lá do alto da sua cadeira de Presidente da República possa fazer uma reflexão a respeito dos seus velhos tempos de professor, a fim de que possa dar aos nossos professores a dignidade que eles desejam.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Joel de Hollanda, Odacir Soares, Casildo Maldaner e Mauro Miranda enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, é sempre uma alegria o contato com pessoas que durante a vida acumularam experiência e sabedoria. Quando não nos é permitido esse contato direto, já é um grande prazer poder saborear o seu saber nas coisas que escrevem.

Dias atrás pude sentir essa satisfação ao ler no *Correio Braziliense* um inspirado artigo do educador e hoje Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Cardeal Dom Lucas Moreira Neves, intitulado *Pequena Revolução Pedagógica*. Nesse artigo, Dom Lucas deixou extravasar toda a sabedoria do educador aliada ao zelo do pastor. Parte ele da premissa de que escola e família não têm como missão somente instruir a criança e o adolescente. É seu dever educar ou formar a pessoa humana, gestando e dando à luz homens e mulheres amadurecidos, tanto quanto é possível, em todas as suas faculdades.

À vista, porém, da maneira de ser e agir das pessoas egressas das nossas escolas, constata que elas estão deixando a desejar em três aspectos extracurriculares e, por isso, produzem jovens seriamente carentes do ponto de vista educativo.

O primeiro desses aspectos é o da educação para a convivência social. Ensina Dom Lucas que esse capítulo da educação não pode reduzir-se ao aprendizado de ritos e gestos, de protocolos e etiquetas de simples boas maneiras. Deve ser o aprendizado do respeito ao próximo e aos seus direitos, da polidez, da gentileza sem afetação, da prestimiosidade, da reverência para com os mais velhos, da lealdade para com os amigos.

Ao tempo em que admite que os jovens de hoje demonstram sérias falhas nesse campo, Dom

Lucas lamenta que, na mídia, a televisão, que poderia ser válida aliada da família e da escola nessa parte da educação, na verdade, tem-se revelado deletéria na maioria dos programas, das novelas aos ditos "cômicos".

Para o Presidente da CNBB, a educação escolar tem-se revelado falha e praticamente ineficaz também no que diz respeito às relações dos adolescentes com a pátria, seus signos exteriores e seus representantes. Para com eles e com ela a atitude é de total desrespeito, chegando em algumas circunstâncias, quase sempre sob impulsos políticos e ideológicos, a gestos dessacralizatórios extremos. Poderia ser compreensível se tais reações fossem tão-somente contra comportamentos pouco ou nada éticos de determinados homens públicos. Não se compreende, porém, quando a atitude injuriosa e irreverente investe contra sinais da própria pátria.

O terceiro campo em que a nossa educação tem deixado a desejar é o religioso. Nesse aspecto, é pertinente reconhecer que, a despeito de se tratar de um Cardeal, a sua postura não é confessional e voltada para a visão católica que representa. Dom Lucas sente falta nas escolas da transmissão do senso religioso, da existência de um Deus real e transcendente: não distante e inacessível, mas próximo; da transmissão de valores éticos, espirituais e religiosos, no sentido da estreita comunhão do homem com seu Deus; da transmissão de conhecimentos sobre Jesus Cristo, já que estamos num país profundamente impregnado da cultura cristã; da transmissão de determinadas posturas humanas e cristãs perante os outros; perante a natureza; perante o mundo, a vida, a dor, a esperança, a morte, e a imortalidade. No seu entender, a falta parcial ou total do ensino religioso ou sua má administração tem contribuído para a não pouca degradação no mundo dos jovens.

Ao concluir o seu artigo, Dom Lucas escreve: "Somos muitos a desejar ardentemente e a exigir uma revolução pedagógica que permita à escola inserir na sociedade jovens que aprenderam a ler e a escrever, mas também a tratar convenientemente o próximo, a pátria e as coisas de Deus".

Ante a pertinência desse tema e à propriedade com que Dom Lucas o tratou, eu o subscrevo palavra por palavra e, por essa razão, solicito à Mesa a sua transcrição nos Anais desta Casa.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. JOEL DE HOLLANDA EM SEU DIS-
CURSO:****PEQUENA REVOLUÇÃO
PEDAGÓGICA**

Dom Lucas Moreira Neves

Sustento, com a devida vênio do leitor, o princípio reiteradamente afirmado nesta coluna: a escola, como a família, não tem como missão somente instruir a criança ou o adolescente em determinadas matérias ou disciplinas. É seu dever educar ou formar a pessoa humana, gestando e dando à luz, de certo modo, homens e mulheres amadurecidos, tanto quanto é possível, em todas as suas faculdades. Inteligência e vontade, afetividade e sensibilidade, imaginação e memória são algumas, das mais importantes, na educação de uma pessoa humana integral.

Um observador dos jovens que estão saindo das nossas escolas, se for imparcial e objetivo, nem complacente nem hiper-crítico, deverá reconhecer na educação moderna muitos aspectos positivos, frutos de pesquisas e análises científicas, de experiências e de debates pedagógicos. Mas reconhecerá também falhas e lacunas resultantes de carências no sistema educativo.

Focalizo três âmbitos da educação escolar sistemática, que, por estarem desatendidos, produzem jovens seriamente carentes do ponto de vista educativo.

O primeiro aspecto é o da educação para a convivência social. Dela depende, já no interior da família, a justa e equilibrada socialização da criança. Essa expressão significa o crescimento e amadurecimento da criança e do adolescente na capacidade de servir aos outros membros da família em vez de querer toda a casa e a família a seu próprio serviço.

Esse capítulo da educação não pode reduzir-se ao aprendizado de ritos e gestos, de protocolos e etiquetas, de simples boas maneiras. Deve ser o aprendizado do respeito ao próximo e aos seus direitos. Aprendizado dos modos de tratar o próximo com respeito. Aprendizado, portanto, da polidez, da gentileza sem afetação, da prestimosidade, da reverência para os idosos, das boas maneiras mais velhas, da lealdade para com os amigos. No solo dessas e outras virtudes germinam, vicejam e frutificam as boas maneiras nascidas do íntimo do educando e não impostas a ele a partir do exterior.

Sem ser preconceituosos com relação à educação moderna, somos forçados a admitir que os jovens, frutos dessa educação, demonstram sérias falhas, para não dizer defeitos e desvios nesse campo. A grande maioria dos pais, mestres, sacerdotes e educadores em geral sofre amargamente e não cessa de manifestar desgosto e preocupação com a falta de educação dos jovens de hoje nesse terreno. A mídia em geral, a televisão em particular, poderiam ser válidas aliadas da família e da escola nessa parte da educação. É fácil observar que, bem ao contrário, nesse setor ainda mais que em outros, nossa TV tem-se revelado dele-

tária na maioria dos seus programas, das novelas aos ditos "cômicos".

Outro campo no qual a educação escolar tem-se demonstrado falha, para não dizer ineficaz, é o que diz respeito às relações dos adolescentes com a pátria, seus signos exteriores (bandeira, hino ou outros) e seus representantes. Para com eles e com ela a atitude quase sempre é de total respeito, chegando, em algumas circunstâncias, quase sempre sob impulsos políticos e ideológicos, a gestos dissacratórios extremos.

Seria compreensível e não imputável à escola uma postura crítica de jovens na avaliação de comportamentos pouco ou nada éticos de determinados homens públicos. Nada injurioso e irreverente investe contra sinais da própria pátria.

Acredito que, nesse terreno, a supressão pura e simples da disciplina chamada Moral e Cívica nas nossas escolas foi uma perda danosa. Admito que o modo de transmitir a matéria deixasse a desejar. Como admito que não bastam aulas e lições escolares para infundir verdadeiro patriotismo. Penso, porém, que, mudados o nome e o método, o conteúdo da Moral e Cívica deveria ser retomado. A prova disso é que sua falta se faz sentir numa inquietante deterioração do comportamento da juventude em um aspecto de fundamental importância na educação.

Sobre o terceiro aspecto, já me expressei repetidamente, em várias quartas-feiras neste recanto do jornal, por isso me estenderei pouco sobre ele.

Refiro-me ao ensino religioso. Não à catequese enquanto aprofundamento e explicitação da fé católica e/ou preparação aos sacramentos — apanágio da família e da comunidade eclesial — mas à transmissão do senso religioso, da existência de um Deus real e transcendente, não distante e inacessível, mas próximo, mais íntimo ao homem do que ele próprio. Transmissão de valores éticos, espirituais e religiosos no sentido da estrita comunhão do homem com seu Deus. Transmissão de conhecimentos sobre Jesus Cristo, sua pessoa e seu mistério, já que estamos em um país profundamente impregnado de cultura cristã. Transmissão de determinadas posturas humanas e cristãs perante os outros, perante a natureza, perante o mundo, a vida, a dor, a esperança, a morte, a imortalidade etc.

Nessa ponto, como no precedente, creio que a falta parcial ou total do ensino religioso ou sua má administração tem contribuído para não pouca degradação no mundo dos jovens. São evidentes e preocupantes certas atitudes e comportamentos de jovens atribuíveis basicamente à ignorância dos valores religiosos e a uma visão de vida, das pessoas, das coisas e da própria natureza decorrente dessa ausência.

Somos muitos a desejar ardentemente e a exigir uma revolução pedagógica que permita à escola inserir na sociedade jovens que aprenderam a ler e a escrever, mas também a tratar convenientemente o próximo, a pátria e as coisas de Deus.

Dom Lucas Moreira Neves, cardeal primaz do Brasil, é presidente da CNBB.

O SR. ODACIR SOARES (PTB - RO) - Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, a atual trégua nos debates relativos à reforma da Previdência Social, ora em tramitação no Congresso Nacional, pode nos induzir ao erro de imaginar um possível abrandamento da discussão ou, mais grave ainda, fazer-nos supor que os principais aspectos da questão já foram trazidos ao conhecimento público.

Nada mais falso. A pausa em razão do cumprimento dos trâmites e prazos legislativos não é sinal de arrefecimento dos ânimos mas, possivelmente, idêntica à calma que, às vezes, antecede a tempestade inevitável. Por outro lado, a concentração da discussão em tópicos pontuais - tais como a idade, o tempo de serviço e a redução dos benefícios - ocultou pontos essenciais da proposta e fragmentou o debate com conseqüentes perdas quanto à visão da abrangência e das implicações implícitas na reforma encaminhada pelo atual Governo.

Nunca é demais lembrar que a questão fundamental por trás da polêmica existente é a da privatização das contribuições dos segurados e modificação da lógica de funcionamento da previdência. É preciso que não se perca de vista que a passagem da repartição para a capitalização individual significa a ruptura com o sistema distributivo, no qual a cotização dos ativos beneficia os inativos, passando para o sistema de capitalização individual, em que cada trabalhador aprovisiona para si, mediante fundos privados de previdência.

Em pronunciamento anterior, demonstrei que a passagem do sistema de repartição atual para o de capitalização exigiria, caso fosse implantado no Brasil, uma fase de transição, cujos custos não são, de modo algum, desprezíveis, e cujo pagamento incumbirá a toda a sociedade.

Hoje, Sr^{as.} e Srs. Senadores, imbuído do mesmo propósito de aprofundar o debate a respeito do sistema previdenciário, tema de importância crucial para a organização da sociedade, trago a plenário outra face da questão. Refiro-me à avaliação dos modelos supostamente inspiradores do projeto de reforma da previdência brasileira.

O paradigma da implantação do sistema de capitalização individual, freqüentemente apontado como matriz inspiradora do projeto brasileiro, é a reforma efetuada no Chile, que já influenciou mudanças ocorridas na Argentina, Uruguai, e outros países da América Latina. Nada mais lógico, portanto, que, na iminência de adotar modelo análogo para o País,

proceda-se a um exame cauteloso dos resultados da reforma chilena.

A experiência de privatização quase total da previdência imposta no Chile pela ditadura militar do General Pinochet foi a primeira no mundo. Um decreto-lei substituiu, em 1980, o sistema anterior pelo de capitalização individual, no qual cada pessoa deposita, obrigatoriamente, 10% de seu salário numa conta pessoal de uma Administradora de Fundos de Pensões. Sobre o valor do depósito é cobrada uma comissão de 30%, incluindo a remuneração da administradora e a taxa do seguro invalidez.

Ao Estado restaram poucas funções, como a assistência social aos idosos muito pobres e a garantia parcial dos pagamentos de rendas se a seguradora quebrar.

A privatização da previdência e outras medidas provocaram aumento recorde da poupança do país, mas produziram, também, desemprego de 20% e elevada concentração.

As administradoras de fundos de pensão são as maiores aplicadoras de recursos no Chile e essa situação significa que as principais decisões de investimento do país estão nas mãos de quatro pessoas.

Em março, essas administradoras acumulavam rentabilidades negativas de 2,9% no ano e de 1,2% nos últimos 12 meses. Metade das pessoas não está mais pagando as suas contribuições.

A reforma argentina, por sua vez, definiu um sistema de transição misto, com repartição e capitalização. O problema mais sério é a redução do emprego com registro. No ano passado, pela primeira vez, a quantidade de trabalhadores informais superou a de trabalhadores formais. Isso significa que a maioria da população vai chegar à velhice sem proteção.

A reforma uruguaia foi amplamente discutida, mas há insatisfações crescentes. O compromisso é pesado, as administradoras cobram 18,5% da contribuição bruta dos trabalhadores e as seguradoras exigem mais 10% na hora de pagar o benefício. Os sistemas adotados não são de contribuição definida, mas de retirada indefinida.

Com se vê, Sr^{as.} e Srs. Senadores, há sinais inequívocos de que a privatização dos sistemas de previdência, na linha proposta pelo Banco Mundial, começa a apresentar problemas.

É preciso, pois, cautela, por parte de todos, e maior transparência por parte do Governo. Não é

possível sonegar uma informação essencial para 32 milhões de contribuintes e 20 milhões de beneficiários: qual é, afinal, o projeto de reforma do sistema brasileiro de previdência?

Há sérios indícios de que a propalada superioridade do modelo de privatização latino-americano é semelhante ao modelo de desenvolvimento dos chamados tigres asiáticos, ou seja, uma eficiência aparente incapaz de represar a fragilidade estrutural.

Sei que há necessidade de mudanças e que o sistema de previdência estatal brasileira apresenta inúmeros problemas, tais como o alto custo, o desvio de recursos, a fraude, a sonegação e o déficit crônico. Entretanto, estou convicto de que é preciso elaborar uma alternativa capaz de solucionar esses problemas sem descuidar de que a seguridade social deve ser tratada como um direito humano. Dessa forma, sua gestão não pode ser norteadada pela rentabilidade mas pelo atendimento das necessidades dos associados.

Os regimes públicos de repartição, de adoção majoritária, no mundo, já deram provas, ou longo de décadas, da sua estabilidade e, acima de tudo, da confiabilidade dos seus resultados, na grande maioria dos países. Seus fracassos devem-se a casos de gestão incompetente ou derrocada econômica geral.

Já os regimes de capitalização – no mundo toda há, apenas, 8 regimes de associações de fundos de pensão -- só excepcionalmente demonstraram, de modo convincente, sua capacidade de fazer frente às incertezas da evolução econômica, principalmente a longo prazo.

A reforma da previdência vem sendo apontada, por técnicos do Governo e entre o mercado financeiro, como condição indispensável para a consolidação do Real, libertando-o do financiamento externo. Contudo, a julgar por estudos elaborados por órgão do próprio Governo – o IPEA, no regime dos fundos de pensão, a ampliação da poupança é limitada pois, após um período de crescimento, chega o momento em que os participantes se aposentam e começam a sacar seus recursos. A partir daí, toda a expansão da poupança relativa ao sistema previdenciário decorrerá, essencialmente, do crescimento demográfico.

Dessa forma, devemos nos resguardar quanto às expectativas demasiadamente otimistas em relação aos resultados desse tipo de reforma, principalmente quando considerarmos os complexos mecanismos que se inserem no processo de formação de

poupança e suas relações com o crescimento econômico.

Há, ainda, outros obstáculos, Sr^{as.} e Srs. Senadores. Causa-me estranheza que o governo não tenha apresentado disposição para empreender uma reforma para valer na máquina oficial da previdência, combatida por sonegação de 43% do que deveria ser arrecadado e por fraudes equivalentes a 30% dos benefícios.

Por último, Sr^{as.} e Srs. Senadores, quero enfatizar que nenhum sistema de capitalização garante rentabilidade positiva. O benefício é incerto, mas a comissão é certa. O risco de mercado, valor fundamental do modelo neoliberal, opõe-se à essência da seguridade social, que pertence a outra esfera, não-individualista, mas de solidariedade, no sentido de responsabilidade de cada um em relação ao problema de todos.

Muito obrigado.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) –

Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, financiar o Setor Público no Brasil sempre foi algo extremamente complexo. É sobejamente conhecida a relação confusa entre o patrimônio privado e o público que, durante muito tempo, foi cultivada como **praxis** corrente na gestão pública. Reformular tal mentalidade tem custado ao Brasil uma dose, quase insuportável, de sacrifícios, há longos anos.

O descaso com o bem coletivo e com a prestação dos serviços essenciais à população marcou profundamente a administração do Estado Brasileiro em todas as suas esferas de governo.

Quando Fernando Henrique Cardoso assumiu a presidência, pareceu-nos que, finalmente, iríamos viver o momento das grandes mudanças, pelo qual o povo brasileiro tanto ansiava. Desde essa época, já se fazia urgente a implementação de um corajoso plano de ação para combater as crescentes carências do povo, particularmente o setor da saúde pública. De lá para cá, infelizmente, a situação só se agravou.

Saúde no Brasil é, hoje, sinônimo de "salve-se quem puder". Talvez só na área da educação exista um paralelo de degradação do serviço público semelhante ao da saúde. Grandes programas de ação são anunciados, e o que se vê é o recrudescimento de doenças endêmicas e epidêmicas que já haviam praticamente desaparecido.

E isto pode ser percebido pelo que vem acontecendo com o dengue. Em 1996 o Governo federal

lançou, com toda a pompa e circunstância, um programa nacional de combate ao dengue, orçado em 4,5 bilhões de reais. Mais de um ano depois, o quadro de propagação da doença agravou-se drasticamente. Dos 12 Municípios que, em 1981, apresentavam casos de dengue, passamos para quase 3 mil, neste início de 1998.

Diante do clamor geral, o Governo, acuado, promete agir, apesar da propalada falta de recursos. Por que, então, lançou o Programa de Combate ao Dengue, se não era para valer? Para que criou, então, a CPMF, se retiraria da execução orçamentária do Ministério da Saúde montante equivalente ao que foi arrecadado com a contribuição? De fato, o Governo arrecadou cerca de 7 bilhões de reais em 1997, com a CPMF que, ao invés de suplementar as verbas previstas para o Ministério, aquela contribuição provisória serviu como sua substituta.

Se os recursos, nele alocados para a Saúde, não são suficientes, algo deveria ter sido feito antes. Se a execução não corresponde à previsão, cabe aos gestores explicarem o porquê. Não é agora que se deve acordar assustado, dizendo que faltam recursos e que cabe pensar em perenizar a CPMF, como se para tal bastasse retirar-lhe o "P" de Provisória.

As dificuldades de gestão no Ministério assustam cada vez mais a população brasileira. O Governo não se pode dizer surpreendido pelos surtos epidêmicos nem pela deterioração do atendimento nos hospitais e ambulatórios públicos, já que tal situação estava mais do que delineada, há vários anos. Não faltaram alertas, de dentro do Governo inclusive, para que alguma providência fosse tomada.

É verdade, Sr. Presidente, que uma nova forma de distribuição dos recursos do SUS, repassando para as Prefeituras 10 reais por município, pretende racionalizar as despesas e reduzir o desperdício e a fraude. Infelizmente, apenas cerca de 5% dos mais de 5 mil municípios brasileiros estão em condições de gerir tais recursos. Todos os demais ficarão ainda, por um bom tempo, sob a tutela do Governo Federal.

O Governo precisa explicar à Nação por que programas de prevenção publicamente anunciados não foram implementados, permitindo que doenças graves voltassem a assolar o País. Só depois é que se deverá solicitar ao Congresso Nacional propostas sobre novas formas de financiamento da saúde.

Não esqueçamos, também, que só uma reforma tributária abrangente poderá fixar formas está-

veis e permanentes de financiamento do Estado Brasileiro e de suas ações sociais. A Constituição Federal prevê, a universalidade do acesso aos serviços de saúde. Todavia a seguridade social é sustentada por uma minoria da população, com as contribuições que lhe são retiradas em folha de pagamento. Esses mesmos contribuintes, face à precariedade do atendimento público, se vêem obrigados a aderirem a planos de saúde privados, onerando seus orçamentos. O resultado é que a relação custo/benefício para essa parcela da população é amplamente desfavorável, ou seja, custo elevado e benefício nulo.

Sr. Presidente, é óbvio que não podemos adotar a política do avestruz, ignorando o princípio da solidariedade que deve reger o sistema de seguridade social no País. Assim, os que produzem devem contribuir para que os excluídos se possam beneficiar do Sistema. Não se pode, contudo, arrecadar imposto dos contribuintes e lhes dar retorno zero por meio de um sistema que não funciona e que se degrada a olhos vistos e a passos largos.

Há problemas estruturais graves tanto no financiamento como na gestão do SUS, que estão a exigir ação firme do Governo em consenso com a sociedade para que o povo brasileiro tenha o Sistema de Saúde que merece.

Esperamos que o governo possa colocar o trem nos trilhos e resgatar essa grande dívida do Estado para com a Nação.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB - GO) - Sr. Presidente, Sr^{es}. e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para parabenizar o grupo Jaime Câmara, o maior grupo de comunicação da Região Centro-Oeste, pela iniciativa de patrocinar um debate nacional sobre a necessidade de agilizar a construção da ferrovia Norte-Sul, que será o eixo ferroviário mais importante para a futura integração econômica de todo o território brasileiro. Em reunião realizada hoje, nas dependências do **Jornal de Brasília**, decidiu-se que haverá um amplo trabalho de mobilização, envolvendo todos os estados a serem beneficiados pela ferrovia. No Congresso, estaremos formando um grupo parlamentar para dar sustentação política ao projeto e ao programa de construção elaborado pela Valec, prevendo a inauguração no ano de 2002.

Estiveram presentes a esse encontro os governadores Naphtali Alves de Souza, de Goiás, Cristovam Buarque, do Distrito Federal, e Raimundo No-

nato dos Santos, de Tocantins, além de representantes do Pará, do Maranhão e de Mato Grosso, Senadores, Deputados e técnicos do Banco Mundial. Depois de exposição do presidente da Valec, Sr. Luiz Raimundo Azevedo, mostrando a necessidade de envolver o Congresso, o Executivo e grupos privados nacionais num esforço nacional pela construção da ferrovia, todos os presentes manifestaram pontos de vista sobre o caráter prioritário do projeto para o desenvolvimento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Por diversas vezes tenho me manifestado desta mesma tribuna sobre a importância desse eixo ferroviário para reduzir os atuais custos de transporte da Região Centro-Oeste, através do uso dos portos maranhenses. Atualmente, os transportes de mercadorias nos dois sentidos do fluxo Norte/Sul respondem por uma carga anual aproximada de 45 milhões de toneladas, envolvendo grãos, minérios, madeiras e outros bens que são transportados por caminhões. A ferrovia absorveria imediatamente um volume de cargas anuais em torno de 15 milhões de toneladas, aumentando sensivelmente a competitividade internacional dos grãos produzidos nos cerrados brasileiros. Sua implantação favorecerá também a incorporação de novas áreas dos cerrados que ainda não entraram no mercado produtivo, gerando rendas e empregos e contribuindo para mudar a direção dos movimentos migratórios.

A mobilização proposta busca agilizar as negociações em torno da viabilidade do projeto. Do total de 2,2 bilhões de dólares de investimentos que estão previstos para a implantação de todo o eixo ferroviário, entre Açailândia, no Maranhão, e Senador Canedo, em Goiás, os investimentos federais ficariam em torno de 700 milhões de dólares, com os 1,5 bilhão de dólares restantes ficando a cargo do consórcio de investidores privados. Mas é importante que o governo participe das negociações e dos acordos, em todos os níveis, como investidor e como responsável pelos avais que vão garantir a presença do Banco Mundial nos financiamentos. O cronograma ideal que seria cumprido com o pleno engajamento do governo federal prevê que o projeto entrará em operação em agosto de 2002.

Sr^{es.} e Srs. Senadores, a construção da Ferrovia Norte/Sul é um projeto sem adversários. Temos neste Congresso representações de dezenove estados que serão influenciados positivamente, de forma direta ou indireta, pelos resultados econômicos e sociais que serão produzidos às margens dos 2.137

quilômetros de trilhos. Até o final deste ano, espera-se que sejam concluídos os 120 quilômetros entre Imperatriz e Estreito, aumentando para 226 o número de quilômetros em operação.

O trabalho de mobilização iniciado hoje é indispensável. Lembro-me do esforço pessoal do Governador Maguito Vilela, que juntamente com os governadores de Brasília, Tocantins e Maranhão, nos três últimos anos, realizou várias viagens para sensibilizar o Banco Mundial e outras agências de financiamento, e espero que essa nova etapa de luta seja acompanhada em dimensão de interesse pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, que tem compreendido como poucos estadistas a importância da infra-estrutura na alavancagem do nosso desenvolvimento. Por sua importância como projeto de inegável interesse para a integração nacional e a incorporação da vasta região dos cerrados, a construção da Ferrovia Norte/Sul é uma prioridade a que não deve faltar o interesse do próprio Presidente, e de todos nós que representamos neste Congresso as aspirações dos Estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 45 minutos.)

(OS 13555/98)

**AGENDA CUMPRIDA PELO
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL
SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**

28-5-98

Quinta-feira

10h30min – Senhor Raúl Cubas Grau, Presidente eleito da República do Paraguai

11h – Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

15h30min – Despacho interno

EMENDAS

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº.1.512-23, DE 21 DE MAIO DE 1998, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 2º DA LEI Nº 9.138, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1.995, E 1º, 2º E 3º DA LEI Nº 8.427, DE 27 DE MAIO DE 1.992, QUE DISPÕEM, RESPECTIVAMENTE, SOBRE O CRÉDITO RURAL E SOBRE A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA NAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO RURAL, AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A RENEGOCIAR AS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS A LIQUIDAÇÃO DE OPERAÇÕES DE EMPRESTIMOS DO GOVERNO FEDERAL - EGF, VENCIDAS E PRORROGADAS A PARTIR DE 1.991, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS**EMENDAS NºS.**

Deputado ADÃO PRETTO**001, 002.**

TOTAL DE EMENDAS: 02**MP 1.512-23****000001****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.512- 23, de 21 de maio de 1998****EMENDA SUPRESSIVA****Suprima-se o art. 1º da Medida Provisória nº 1.512-23/98.****JUSTIFICAÇÃO**

O art. 1º, da MP, em epígrafe, altera o art. 2º da Lei nº 9.138/95, que suspende os efeitos do art. 16, §2º, da Lei nº 8.880/94, até 31 de julho de 1998.

Com esta providência, mantém-se a decisão do governo Fernando Henrique Cardoso contrária ao citado § 2º do art. 16 da Lei nº 8.880/94, que determina a aplicação dos mesmos índices para a correção das dívidas rurais e dos preços mínimos dos produtos agrícolas. Tal dispositivo foi objeto de veto do Presidente, posteriormente derrubado pelo Congresso Nacional, sendo que sua promulgação coube ao Sr. Presidente do Congresso, em face da recusa do Presidente da República em procedê-la. Desde então e, curiosamente contando com o silêncio da bancada ruralista, o governo vem suspendendo os efeitos do dispositivo mediante o uso de Medidas Provisórias.

Vale enfatizar que a decisão do Congresso Nacional de incluir no texto da Lei nº 8.880/94 o dispositivo mencionado, veio de encontro a uma antiga e massiva aspiração dos agricultores brasileiros contra as sistemáticas punições sofridas pelo setor, relativos à utilização de índices de correção dos preços dos produtos bastante abaixo dos níveis de correção atribuídos aos saldos devedores dos contratos de crédito rural. O dispositivo também teria o efeito de estancar o processo de drenagem acentuada de renda do setor agrícola para o financeiro e, por consequência, reverter o quadro de endividamento que marca a agricultura brasileira.

Sala das Sessões, em de maio de 1998.


DEP. ADÃO POETO
PT/RS

MP 1.512-23

000002

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.512-23, de 21 de maio de 1998

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se a seguinte redação ao art.2º da Medida Provisória nº 1.512-23/ 98.

"Art. 2º Os arts. 1º e 3º, da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a conceder, observado o disposto nesta Lei, subvenções econômicas a produtores rurais, sob a forma de:

I - equalização de preços de produtos agropecuários ou vegetais de origem extrativa;

II - equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros de operações de crédito rural.

Parágrafo único. Considera-se, igualmente, subvenção de encargos financeiros os rebates nos saldos devedores de empréstimos rurais concedidos, direta ou indiretamente, por bancos oficiais federais.

Art.3º

JUSTIFICAÇÃO

O art. 2º da MP, altera o art. 2º, da Lei nº 8.427/92, para incluir dispositivo ampliando o conceito de equalização de preços, originalmente restrito a subvenção de operações amparadas pela PGPM - Política de Garantia de Preços Mínimos. Com a nova redação, passam a ser contempladas, também, nesse mecanismo, operações independentes do crédito rural, envolvendo transações em bolsa de mercadoria e licitação e, as despesas para assegurar valor de referência de produto agrícola fixado pelo Poder Executivo, inclusive na utilização de contratos futuros e de opção.

Trata-se de medida que procura dar praticidade à diretriz governamental de transferir, para o setor privado, a responsabilidade pela política de comercialização agrícola. Pressupõe que, além da maximização das taxas de lucro, caberia na lógica da iniciativa privada a regulação de mercados de alimentos e matérias primas e a segurança alimentar da população!!!

A rigor, a iniciativa revela a impotência do governo no enfrentamento da corrupção generalizada praticada por empresários armazenadores. Como não consegue moralizar os procedimentos relativos ao carregamento de estoques, o governo "resolve" o problema desobrigando-se da política de estoque, estratégica para os interesses nacionais.

A ampliação, na magnitude considerada pelo dispositivo, das possibilidades de equalização de preços importará na demanda inevitável de substanciais aportes de recursos do Tesouro. A depender do volume de operações equalizadas, do diferencial entre os preços de referência e os preços de mercado e, dos produtos beneficiados que, direta ou indiretamente, dependerão das ações do poderoso lobby dos oligopólios que controlam a comercialização agrícola no país, tal proposta de "privatização" dos estoques consumirá mais recursos públicos do que sob a responsabilidade direta do governo.

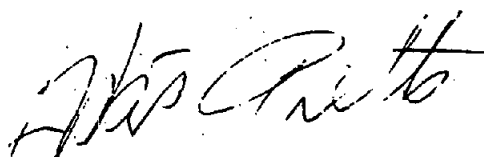
A redação conferida ao texto do dispositivo sugere interpretação, no mínimo, surrealista sobre o seu alcance, por estender as possibilidades de subvenção de equalização de preços para procedimentos licitatórios, em geral. Como a MP não limita essa possibilidade, como para as operações sob o amparo do chamado PEP (Programa de Escoamento da Produção), por exemplo, conclui-se que eventual licitação para compra de produto, pelo governo, tomará sem sentido o critério do "menor preço", na medida em que, seja qual for, o governo o equalizará para o patamar do preço de referência.

A ampliação do conceito, em consideração, alcançará, também, as despesas para assegurar o valor de referência em operações de contratos futuro e de opção. Neste último caso, trata-se de nova modalidade de mercado, recentemente lançada pelo governo, em substituição ao instrumento de EGF/COV - Empréstimos do Governo Federal, Com Opção de Venda, na direção, portanto, da "privatização" dos estoques. Essa expansão do alcance da subvenção para equalização de preços, apenas potencializará os riscos anteriormente comentados quanto aos custos, para o setor público, da política de privatização da comercialização agrícola.

Adicione-se às críticas acima, a repercussão social da medida, em comento, dada pela virtual ampliação dos níveis de exclusão, da política agrícola, dos setores sociais da agricultura, inferiorizados nas relações econômicas e de poder. Isto, pelo simples fato de que tais

segmentos não operam em bolsa e muito menos participam de processos de licitação para fornecimento de produtos. Com o esvaziamento das operações de comercialização, via política de crédito, e o consequente deslocamento das suas dotações de equalização, para as operações de mercado previstas pela MP, automaticamente, ficam alijados, dos estímulos públicos, os pequenos produtores rurais do país.

Sala das Sessões, em de maio de 1998



DEP. ADÃO POETO
PT/RS

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.554-28, de 21 DE MAIO DE 1998 E PUBLICADA NO DIA 22 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ALTERA OS ARTS. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º E 9º DA LEI Nº 8.745, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1993, QUE DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Deputado CHICO VIGILANTE.....	001 002 003 005 007 009.
Deputado LUCIANO CASTRO.....	004 006.
Deputado SIMÃO SESSIM.....	008.

TOTAL DE EMENDAS: 009

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.554-28, de 21 de maio de 1998.

MP 1.554-28

EMENDA SUPRESSIVA

000001

000005

Suprima-se, da Medida Provisória, os seguintes dispositivos:

a) Inciso VIII do art. 2º da Lei nº 8.745/93, proposto pelo art. 1º, e as referências a este inciso no § 2º do art. 3º, no inciso III do art. 4º, no inciso II do art. 7º, todos da Lei nº 8.745/93, constantes no mesmo artigo da Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

A partir da edição de outubro de 1996 (MP 1505-7/96), a inclusão de uma nova hipótese de contratação, destinada a suprir as necessidades de pessoal qualificado para atividades de registro e análise de marcas e patentes pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial, revela, de fato, a pretensão do atual governo de promover grave burla ao requisito do concurso público. Trata-se de atividades típicas, permanentes, do pessoal dos quadros do INPI e a necessidade que justifica a contratação é, na verdade, de caráter permanente, estrutural, e não transitória ou excepcional. A contratação à vista de análise de curriculum vitae, prevista na alteração ao art. 3º, torna tais contratações, no entanto, extremamente atraentes para os que desejam fazer *clientelismo às custas do sacrifício da moralidade pública*. Esta medida se encaixa como uma luva no projeto de implantação das Agências Autônomas, cuja concepção trata, exatamente, de *flexibilizar* as contratações no serviço público, afastando a exigência de concurso público para ingresso na função pública. Ao invés de promover os concursos públicos necessários, provendo a instituição dos quadros necessários, o governo se limita a abrir as portas do serviço público aos apaniguados, sob a justificativa de atender "mais eficientemente" à sociedade.

Desde 1988 o INPI não realiza nenhuma contratação. Se o fizesse, teria de ser por concurso. A partir da medida provisória, poderá contratar livremente, à vista de simples currículo, por prazos de doze meses, os quais, à vista da reiterada prática, serão sucessivamente PRORROGADOS, até o fim dos tempos se nada for feito para coibir esta prática abusiva.

Em vista da total inadequação da hipótese proposta, à luz do princípio da moralidade pública e do interesse público que envolve, propomos a sua supressão, a fim de que se dê, aos problemas afetos ao INPI, solução correta, adequada e permanente, como merece.

Sala das Sessões, 26/05/98
MP1505.DOC/25/05/98 17:00

DEP CHICO DINIZ

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.554-28, de 21 de maio de 1998.

MP 1.554-28

EMENDA SUPRESSIVA

000002

Suprima-se, da Medida Provisória, os seguintes dispositivos:

- a) inciso IX do art. 2º da Lei nº 8.745/93, proposto pelo art. 1º e as referências a esse inciso no § 2º do art. 3º, no inciso III do art. 4º, no inciso II do art. 7º, todos da Lei nº 8.745/93, constantes do mesmo artigo da Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

A partir da edição de março de 1997, a inclusão de uma nova hipótese de contratação, destinada a suprir as necessidades das "atividades finalísticas do Hospital das Forças Armadas" veio a agravar, mais ainda, as já preocupantes pretensões do atual governo de promover grave burla ao requisito do concurso público e à adoção do regime jurídico único no âmbito do serviço público.

A contratação de pessoal temporário para "atividades finalísticas do Hospital das Forças Armadas" é uma proposta escandalosa. Um hospital tem, por definição, que contar com um quadro permanente, qualificado, capaz de atender com regularidade as diversas demandas. Tratando-se de um hospital público, esse pessoal deve ser concursado, regido pelo Estatuto, e jamais pessoal contratado por meio de "curriculum vitae" e em caráter precário. As demandas são constantes, permanentes e previsíveis, e por isso incompatíveis com essa forma de contratação **temporária por excepcional interesse público**. A contratação à vista de análise de curriculum vitae, prevista na alteração ao art. 3º, torna tais contratações, no entanto, extremamente atraentes para os que desejam fazer *clientelismo às custas do sacrifício da moralidade pública!*

Esta medida se encaixa como uma luva no projeto de implantação das Agências Autônomas, cuja concepção trata, exatamente, de *flexibilizar* as contratações no serviço público, **afastando a exigência de concurso público para ingresso na função pública**.

A partir da medida provisória, o Hospital das Forças Armadas poderá contratar pessoal livremente, à vista de simples currículo, por prazos de doze meses, os quais, à vista da reiterada prática, serão sucessivamente PRORROGADOS, até o fim dos tempos se nada for feito para coibir esta prática abusiva. E esses contratados trabalharão, lado a lado, com servidores efetivos, ingressados por concurso, coexistindo **para as mesmas funções** regimes diferenciados, o que a Constituição inadmite. Esta permissão, agravada pela prorrogação até 31 de dezembro de 1998 dos contratos atualmente em vigor mostra o mau uso da prerrogativa: tais contratos ainda existentes não poderia, à luz da legislação anterior (art. 232 a 235 da Lei nº 8.112) sequer ter sido firmados, pois inexistia previsão legal que o permitisse, **quanto mais ser prorrogados!** Enquanto isso,

deixa-se de promover concursos públicos necessários, dando-se aos dirigentes de plantão o poder discricionário de dar empregos e com isso exercer o arraigado clientelismo no provimento dos cargos públicos...

Em vista da total inadequação da hipótese proposta, a luz do princípio da moralidade pública e do interesse público que envolve, propomos a sua supressão, a fim de que se dê, aos problemas afetos ao Hospital das Forças Armadas, solução correta, adequada e permanente, como merece.

Sala das Sessões, 26/05/98

Deputado Chico Vigilante
PT-DF

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.554-28, de 21 de maio de 1998.

MP 1.554-28

EMENDA SUPRESSIVA

000003

Suprima-se, da Medida Provisória, os seguintes dispositivos:

a) inciso X do art. 2º da Lei nº 8.745/93, proposto pelo art. 1º da Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

Após 26 edições da Medida Provisória em apreço, de 5 anos de vigência da Lei nº 8.745, de 8 anos de vigência da Lei nº 8.112, e de 10 anos da Carta de 1988, não se justifica a inclusão, **como situação de contratação temporária por excepcional interesse público**, das "atividades de pesquisa e desenvolvimento de produtos destinados à segurança de informações", a cargo do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações.

Se for o caso de alguma excepcionalidade sobrevir, decorrentemente de situação especialíssima, pode o Poder Público valer-se da contratação, mediante licitação, de prestadores de serviço qualificados, por prazo certo. Não se pode, no entanto, entender como tal a contratação temporária por prazo de 2 anos - quiçá prorrogável ad eternum, como nas demais situações previstas na medida provisória - de técnicos destinados a suprir necessidades permanentes do CPESC, a menos que esteja em curso uma "ação entre amigos" com a qual não podemos compactuar.

Porisso, impõe-se suprimir a nova hipótese contemplada a partir da edição de março de 1998 da medida provisória em questão.

Sala das Sessões, 26/05/98

Deputado Chico Vigilante
PT-DF

MP 1.554-28

000004

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

22 / 05 / 98

Medida Provisória nº 1554-28

Deputado Luciano Castro

Nº PRONTUÁRIO

1

SUPRESSIVA

2

SUBSTITUTIVA

3

MODIFICATIVA

4

ADITIVA

9

SUBSTITUTIVO GLOBAL

01

1º

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.554-28, de 22 maio de 1998

EMENDA ADITIVA

Dá-se ao inciso VI do Art. 2º da Lei nº 8.112/90, a seguinte redação:

"Art. 2º -

Inciso VI - pela Fundação Nacional de Saúde, para atividades específicas da saúde indígena no Distrito Sanitário Yanomami, com fundamento nos arts. 232 a 235 da Lei nº 8.112, de 1990, vigentes em 15 de abril de 1997, poderão ser prorrogados até 30 de novembro de 2001.

JUSTIFICACÃO

Estas alterações visa evitar a solução de continuidade dos trabalhos dos Agentes de Saúde da Fundação Nacional de Saúde, até que se tenha uma solução definitiva para a situação trabalhistas destes Agentes de Saúde Pública.

Sala da Comissão, em 22 de maio de 1998.

ASSINATURA

MP 1.554-28

000005

ABRIL 1998

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.554-28, de 21 de maio de 1998.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao § 2º do art. 3º da Lei nº 8.745, cuja alteração é proposta pelo art. 1º da Medida Provisória, a seguinte redação:

"Art. 3º. ...

§ 2º. A contratação de pessoal, nos casos dos incisos V e VI do art. 2º poderá ser efetivada à vista de notória capacidade técnica ou científica do profissional, mediante análise do **curriculum vitae**, e, no caso dos incisos VIII e IX, mediante processo seletivo simplificado, observado o disposto no art. 3º desta Lei."

JUSTIFICAÇÃO

Entendemos absolutamente imprópria a contratação temporária para atender as necessidades do INPI relativas a apreciação de requerimentos de registros de marcas e patentes. Ainda que tal necessidade pudesse vir a ser satisfatoriamente atendida em vista de eventual acúmulo de pedidos, por meio de contratações temporárias, não há justificativa em DISPENSAR-SE a regra geral da contratação por meio de **PROCESSO SELETIVO**, única forma de evitar-se que tais contratações se processem sem obediência ao princípio da impessoalidade.

Sala das Sessões, 26/06/98.

Deputado Chico Vigilante
PT-DF

MP 1.554-28

000006

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

22 / 05 98	PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 1554-28
AUTOR Deputado Luciano Castro	PRONTUÁRIO
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA GLOBAL	
10 <input type="checkbox"/> MAGNIFICA 01	11 <input type="checkbox"/> ANTIGO 1º

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.554-28, de 22 maio de 1998

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se ao Art. 2º da Lei nº 8 745, de 09 dezembro de 1993, na redação dada pelo Art. 1º da Medida Provisória nº 1.554-28, de 22 de abril de 1998, o seguinte inciso:

"X - atividades específicas de assistência à saúde de população indígena desenvolvidas pela Fundação Nacional de Saúde".

JUSTIFICAÇÃO

As ações de assistência à saúde das populações indígenas, são específicas e complexas. Além disso, existem complicadores operacionais e técnicos no controle das doenças endêmicas em áreas de difícil acesso, como as áreas indígenas. As áreas de assistência à saúde das populações indígenas desenvolvidas pela Fundação Nacional de Saúde devem ser consideradas de interesse público, em face de sua importância no controle das doenças transmissíveis.

Sala da Comissão, em de de 1998.

ASSINATURA

MP 1.554-28

000007

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.554-28, de 21 de maio de 1998.**EMENDA SUPRESSIVA**

Suprima-se, da Medida Provisória, os seguintes dispositivos:

a) Art. 2º;

b) Art. 6º.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória em apreço é uma demonstração de como, ao cabo de 8 anos, ainda não se conseguiu implementar, na Administração Federal, uma mentalidade que privilegie a continuidade administrativa e, por conseguinte, a manutenção de quadros efetivos profissionalizados de servidores. A contratação temporária por excepcional interesse pública desponta, cada vez mais, como um instrumento para a contratação discricionária, sem estabilidade, de pessoal que se destinará, progressivamente, a substituir o pessoal permanente.

A MP deixa isso claro quando trata de ampliar as hipóteses de prorrogação de contratos: ou seja, demandas "emergenciais" e "temporárias" tendem a se estender no tempo, justificando, por esta via, a futura "efetivação" daqueles contratados temporariamente, sem concurso público.

Veja-se, por exemplo, a prorrogação que - mais uma vez - se determina aos contratos firmados com base na Lei nº 8.620/93, ela, por si só, questionável, em vista de ter previsto situação de excepcionalidade extraordinária, ou seja, prevista fora da lei específica. Esta Lei, de janeiro de 1993, previu inicialmente a contratação, por prazos de até 18 meses, de prestadores de serviços para atender a necessidades do programa de revisão da concessão e manutenção de benefícios e, genericamente, necessidades temporárias de excepcional interesse público da procuradoria do INSS, os quais seriam improrrogáveis. Logo a seguir, em junho de 1994, a Lei nº 8.902, decorrente de MP editada pelo Executivo, prorrogou esses prazos até dezembro de 1994, totalizando, então, prazo máximo de 24 meses. Novamente, por meio de Medida Provisória, o prazo foi prorrogado: a MP nº 874, convertida na Lei nº 8.994, de 24 de fevereiro de 1995, prorrogou os prazos por mais seis meses, - totalizando, então, 30 meses. E, já ultrapassados os prazos, em abril de 1993 a Lei nº 9.032 permitiu que os prazos fossem prorrogados por mais 18 meses - totalizando 48 meses. Com a nova prorrogação, ter-se-á contratos cuja duração será de até 60 meses, o que extrapola, absurdamente, qualquer justificativa de temporariedade, contaminando absurdamente o permissivo constitucional com a civa do DESVIO DE FINALIDADE.

Fica claro, cada vez mais, que se trata de servidores **PERMANENTES NÃO CONCURSADOS**, pois a cada prorrogação vai se consolidando uma relação de trabalho que deveria ser firmada a prazo certo, e **POR DEFINIÇÃO IMPRORROGÁVEL**.

O descontrol, e a conveniência dele, se fazem notar quando o governo propõe a REVOGAÇÃO do dispositivo que obriga os contratos a serem enviados ao Ministério da Administração, para fiscalização da lei. Ora, trata-se de instrumento mínimo para que se possa, a qualquer tempo, saber quantos são - e quais são - os contratados temporariamente pelos diversos órgãos e entidades da administração federal que se valem da permissão constitucional a qual deve ser sempre justificada e motivada no excepcional interesse público, e não na mera conveniência política ou administrativa.

Isto posto, mostra-se essencial a supressão, do texto final da Medida Provisória, dos seguintes dispositivos:

- a) Art. 2º da Medida Provisória, que permite a prorrogação dos contratos, cuja duração já excedeu o máximo permitido pela Lei vigente e cujo conteúdo demonstra interesse em tornar permanentes situações transitórias.
- b) Art. 6º, que revoga o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 8745/93, a fim de dispensar os órgãos de submeter a controle do MARE as contratações.

Sala das Sessões, 26/05/98
Deputado Chico Vigilante
PT-DF

MP 1.554-28
000008
Medida Provisória 1.554/28
1.554/28
Medida Provisória

CONTI	AUTOR	PARTIDO	UF	PÁGINA
DEPUTADO	SIMÃO SESSIM	PPB	RJ	01/01

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.554/28 - D.O. de maio/98
EMENDA MODIFICATIVA
08-se ao Inciso II, do artigo 2º, da Lei nº 8.745/93, cuja alteração é proposta pelo artigo 2º da Medida Provisória, a seguinte redação:

- Artigo 2º
Inciso II - para combate a surtos endêmicos de que trata o artigo 2º, Inciso II da Lei nº 8.745, de 1993, poderão ser, excepcionalmente, prorrogados até 31 de março de 2001.

JUSTIFICATIVA

Esta alteração visa evitar a solução de continuidade dos trabalhos dos Agentes de Saúde Pública da FUNASA, até que se tenha uma solução definitiva para a situação trabalhista destes Agentes.

PARLAMENTAR

DATA

ASSINATURA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.554-28, de 21 de maio de 1998.

EMENDA ADITIVA

MP 1.554-28

000009

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. ... O Poder Executivo promoverá, até 31 de dezembro de 1997, a substituição dos contratos temporários em vigor na data da publicação desta Lei destinados a atender necessidades de combate a surtos endêmicos de que trata o inciso II do art. 2º da Lei nº 8.745, de 1993, mediante a investidura em cargos efetivo de candidatos aprovados em concurso público, na forma do regulamento.

§ 1º. Ficam criados os cargos efetivos destinados ao atendimento do disposto no caput, cujo quantitativo e atribuições serão definidos pelo Poder Executivo, vedado aumento na despesa prevista.

§ 2º. O exercício dos candidatos aprovados no concurso público referido no parágrafo anterior iniciar-se-á ao término do prazo referido no inciso II do art. 2º desta Lei."

JUSTIFICAÇÃO

Os agentes de saúde pública da Fundação Nacional de Saúde acham-se em situação precária e, ao mesmo tempo, vai-se projetando no tempo a sua vinculação temporária com a Administração Federal, descaracterizando-se a natureza dos contratos temporários por excepcional interesse público. A relevância da manutenção de servidores para estas tarefas não é questionada, mas as sucessivas prorrogações dos contratos realizados com o pretexto de combate a surtos endêmicos demonstram que tais necessidades nada têm de temporárias. Assim, é necessário que se promova a contratação em caráter efetivo, permanente, por CONCURSO PÚBLICO, de servidores destinados a essas atividades, assegurando-se transparência, competitividade, impessoalidade e seriedade na satisfação dessa relevante necessidade de interesse público.

Sala das Sessões, 26/05/98

Deputado Chico Vigilante
PT-DF

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA nº 1.559-26**, adotada em 21 de maio de 1998 e publicada no dia 22 do mesmo mês e ano, que "Altera a legislação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Deputado JOSÉ CARLOS VIEIRA	005, 006.
Deputado MAX ROSENMANN	004.
Deputado SÉRGIO MIRANDA	001, 002, 003.

TOTAL DE EMENDAS - 006

MP 1559-26

000001

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1 Data: 26/05/98		2 Proposição: Medida Provisória nº 1.559-26/98	
3 Autor: Deputado Sérgio Miranda		5 Nº Prontuário: 266	
6 Tipo: 1 (X) - Supressiva 2 () - Substitutiva 3 () - Modificativa 4 () - Aditiva 5 () - Substitutivo Global			
7 Página: 1 de 1	8 Artigo: 1º e 2º	Parágrafo:	Inciso:
		Alinea:	

9 Texto arquivo = 1559-26b.doc

Suprimam-se os artigos 1º e 2º, renumerando-se os demais.

JUSTIFICAÇÃO

Os artigos 1º e 2º da Medida Provisória permitem a determinadas empresas benefícios fiscais para os tributos, inclusive contribuições sociais, calculados sobre o lucro.

Estes artigos dispõem sobre benefícios de natureza tributária, mas a Medida Provisória se encontra em desacordo com o estabelecido pela Lei das Diretrizes Orçamentárias para 1996, Lei nº 9.082, de 25 de julho de 1995, em vigor. Diz o artigo 40. *In fine*:

"Art. 40. A concessão ou ampliação de incentivo, isenção ou benefício, de natureza tributária ou financeira, somente poderá ser aprovada caso indique a estimativa de renúncia de receita e as despesas, em idêntico valor, que serão anuladas."

A lei das diretrizes orçamentárias é um dispositivo previsto pelo artigo 165, parágrafo 2º, da Constituição Federal, como um mandamento superior para dispor sobre matérias orçamentárias, inclusive renúncia de receita, pelo que não pode ter os seus dispositivos afrontados e mesmo a sua alteração demanda dispositivo específico.

O texto constitucional assim dispõe sobre o assunto:

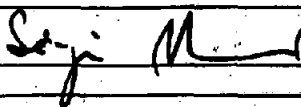
"§ 2º. A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento." (gn).

Ora, esta Medida Provisória altera a legislação tributária, concedendo benefícios sem, contudo, ater-se às determinações do artigo 40 da lei de diretrizes orçamentárias, pelas quais deveria estimar o montante da renúncia e indicar as despesas, em idêntico valor, que serão anuladas. Também a Constituição Federal, em seu artigo 165, §6º, estabelece disposições especiais para os benefícios creditícios, tributários e fiscais. Exige-se que sejam apresentados "demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e as despesas, decorrentes de isenções, anistia, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia."

Percebe-se que o Poder Executivo afrontou dispositivos da lei de diretrizes orçamentárias e o próprio texto constitucional ao não indicar o montante de benefícios tributários concedidos e as despesas, em idêntico valor que serão anuladas e não enviar ao Congresso Nacional o demonstrativo regionalizado de seus efeitos.

Por estar em pleno desacordo com a lei de diretrizes orçamentárias de 1996 e com o texto constitucional, propomos a supressão desses artigos.

¹⁰ Assinatura:



MP 1559-26

000002

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

¹ Data: 16/05/98 ³ Proposição: Medida Provisória nº 1.559-26/98

⁴ Autor: Deputado Sérgio Miranda ⁵ Nº Prontuário: 266

⁶ Tipo: 1 (X) - Supressiva 2 () - Substitutiva 3 () - Modificativa 4 () - Aditiva 5 () - Substitutivo Global

⁷ Página: 1 de 1 ⁸ Artigo: Diversos Parágrafo: Inciso: Alinea:

⁹ Texto: arquivo = 1559-26a.doc

Suprimam-se os artigos 1º, 2º, 5º, 6º, 7º, renumerando-se os demais.

Justificação

Os artigos 1º, 2º, 3º, 5º, 6º e 7º da Medida Provisória concedem benefícios fiscais e tributários e isenção para o Imposto de Renda.

Independentemente da discussão de mérito, estes artigos desta Medida Provisória se encontram em desacordo com o estabelecido pela Lei das Diretrizes Orçamentárias para 1996, Lei nº 9.082, de 25 de julho de 1995, em vigor. Diz o artigo 40, *In fine*:

"Art. 49. A concessão ou ampliação de incentivo, isenção ou benefício, de natureza tributária ou financeira, somente poderá ser aprovada caso indique a estimativa de renúncia de receita e as despesas, em idêntico valor, que serão anuladas."

A lei das diretrizes orçamentárias é um dispositivo previsto pelo artigo 165, parágrafo 2º, da Constituição Federal, como um mandamento superior para dispor sobre matérias orçamentárias, inclusive renúncia de receita, pelo que não pode ter os seus dispositivos afrontados e mesmo a sua alteração demanda dispositivo específico.

O texto constitucional assim dispõe sobre o assunto:

"§ 2º. A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subseqüente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento." (gn).

Ora, esta Medida Provisória altera a legislação tributária, concedendo isenções sem, contudo, ater-se às determinações do artigo 40 da lei de diretrizes orçamentárias, pelas quais deveria estimar o montante da renúncia e indicar as despesas, em idêntico valor, que serão anuladas. Também a Constituição Federal, em seu artigo 165, §6º, estabelece disposições especiais para os benefícios creditícios, tributários e fiscais. Exige-se que sejam apresentados "demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e as despesas, decorrentes de isenções, anistia, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia".

Percebe-se que o Poder Executivo afrontou dispositivos da lei de diretrizes orçamentárias e o próprio texto constitucional ao não indicar o montante de benefícios tributários concedidos e as despesas, em idêntico valor que serão anuladas e não enviar ao Congresso Nacional o demonstrativo regionalizado de seus efeitos.

Por estar em pleno desacordo com a lei de diretrizes orçamentárias de 1996 e com o texto constitucional, propomos a supressão destes artigos.

10 Assinatura:

Sérgio Miranda

MP 1559-26

000003

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1 Data: 26/05/98		3 Proposição: Medida Provisória nº 1.559-26/98	
4 Autor: Deputado Sérgio Miranda		5 Nº Prontuário: 266	
6 Tipo: 1 (X) - Supressiva 2 () - Substitutiva 3 () - Modificativa 4 () - Aditiva 5 () - Substitutivo Global			
7 Página: 1 de 1	8 Artigo: 5º	Parágrafo:	Inciso:
		Alinea:	

9 Texto

arquivo = 1559-26a.doc

Suprima-se o artigo 5º, renumerando-se os demais.

Justificação

O artigo 5º da Medida Provisória reduz a alíquota do Imposto de Renda incidente na fonte sobre as importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas para o exterior a título de royalties de qualquer natureza.

Este artigo dispõe sobre um benefício de natureza tributária, mas a Medida Provisória se encontra em desacordo com o estabelecido pela Lei das Diretrizes Orçamentárias para 1996, Lei nº 9.082, de 25 de julho de 1995, em vigor. Diz o artigo 40. *In fine*:

"Art. 40. A concessão ou ampliação de incentivo, isenção ou benefício, de natureza tributária ou financeira, somente poderá ser aprovada caso indique a estimativa de renúncia de receita e as despesas, em idêntico valor, que serão anuladas."

A lei das diretrizes orçamentárias é um dispositivo previsto pelo artigo 165, parágrafo 2º, da Constituição Federal. O texto constitucional assim dispõe sobre o assunto:

"§. 2º. A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento." (gn).

Ora, este artigo altera a legislação tributária, concedendo benefícios sem, contudo, ater-se às determinações do artigo 40 da lei de diretrizes orçamentárias, pelas quais deveria estimar o montante da renúncia e indicar as despesas, em idêntico valor, que serão anuladas.

Também a Constituição Federal, em seu artigo 165, §6º, estabelece disposições especiais para os benefícios creditícios, tributários e fiscais. Exige-se que sejam apresentados "demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e as despesas, decorrentes de isenções, anistia, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia."

Percebe-se que o Poder Executivo afrontou dispositivos da lei de diretrizes orçamentárias e o próprio texto constitucional ao não indicar o montante de benefícios tributários concedidos e as despesas, em idêntico valor que serão anuladas e não enviar ao Congresso Nacional o demonstrativo regionalizado de seus efeitos.

Por estar em pleno desacordo com a lei de diretrizes orçamentárias de 1996 e com o texto constitucional, propomos a supressão desse artigo.

Assinatura:

Se. J. M.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.559-26, DE 21 DE MAIO DE 1
IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO

MP 1559-26

000004

EMENDA ADITIVA

PARÁGRAFO ÚNICO - ART. 7º

Inclua-se Parágrafo Único ao art. 7º da Medida Provisória nº 1.559-26, de 21 de maio de 1998, com a seguinte redação:

"Parágrafo Único. - A exclusão da incidência prevista no "caput" deste artigo aplica-se também aos valores dos benefícios pagos periodicamente ao participante por motivos de invalidez permanente, ou pagos aos beneficiários legais, no caso de morte do participante, bem como aos valores dos benefícios pagos ao participante sob a forma de renda periódica, todos correspondentes às contribuições efetuadas antes de 01.01.96 e cujo ônus foi suportado pela pessoa física participante."

JUSTIFICACÃO

Os recursos que suportam os pagamentos realizados pelas referidas entidades aos participantes de plano de previdência privada, complementares aos da previdência oficial, são originados de duas fontes.

A primeira corresponde ao valor das contribuições efetuadas pelo indivíduo e que, após deduzida a taxa de administração da entidade, são reunidas em conta de passivo, na rubrica de "reservas técnicas". Representam o valor do principal que o participante vai acumulando ao longo do tempo, a ele pertencente, e que pode sacar em momento futuro.

A segunda fonte de recursos é constituída pelos créditos relativos à remuneração dos valores de contribuição do participante, remuneração esta que se processa a taxas similares à da poupança.

O tratamento tributário sobre tais pagamentos apresenta, em período recente, dois momentos distintos. O primeiro caracterizado pelo fato de que, a partir do ano-base de 1988, contribuições para entidades de previdência privada deixam de ser admitidas como redutoras da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física. Em anos anteriores pela legislação, em conjunto com outras reduções permitidas.

Quanto aos benefícios pagos por entidades de previdência privada, no período compreendido do ano-base de 1989 e até o ano-base de 1995, eram isentos do imposto de renda quando pagos por morte ou invalidez permanente por invalidez permanente do participante (situação em que os pagamentos correspondiam à indenização ao beneficiário) e, também, os benefícios vinculados a contribuições efetuadas pelo mesmo, sob a condição de que os rendimentos e ganhos de capital produzidos pelo patrimônio da entidade tivessem sido tributados na fonte. As isenções comentadas vigoram até o ano-base de 1995, inclusive, ou seja, até o advento da lei nº 9.250/95.

Relativamente aos resgates de planos, por representarem a retirada do principal acumulado e, portanto, não constituírem rendimento, observa-se o silêncio da lei sobre sua inclusão no campo de incidência do imposto de renda.

A edição da Lei nº 9.250/95 alterou o tratamento tributário então vigente para permitir (artigo 8º, inciso II, letra "c"), de uma parte, que as contribuições efetuadas pelo participante sejam utilizadas para reduzir a base de cálculo do imposto.

Alternativamente, submete ao imposto de renda, nos termos do artigo 33, os benefícios recebidos de entidades de previdência privada pela pessoa física e, também, as importâncias correspondentes ao resgate de contribuições. Mantém-se a isenção anteriormente prevista em relação à morte ou invalidez permanente do participante alterando-se a redação do inciso VI do artigo 6º da Lei nº 7.713/88, substituindo-se a palavra "benefícios" pelo termo "seguros".

O artigo 33 continha um parágrafo único que veio a ser vedado pelo Exmo. Presidente da República. Tal dispositivo excluía da incidência do imposto os seguintes valores pagos ao participante: 1) Benefício, proporcional às parcelas de contribuições efetuadas no período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995, quando o ônus tivesse sido do participante; e 2) Resgate de tais contribuições.

O veto ao referido parágrafo único, conforme se demonstra abaixo, pode resultar em profunda distorção de ordem tributária e prejudicar, injustamente, o contribuinte.

Conforme amplamente divulgado, ao editar a Lei nº 9.250/95, pretendeu-se modificar o tratamento fiscal conferido às contribuições previdenciárias e os respectivos benefícios visando, dentre outros aspectos, estimular o próprio indivíduo a prevenir-se contra riscos em certezas de outra parte, fortalecer o Sistema Previdenciário Privado e aumentar sua eficiência como sistema complementar a Previdência Oficial e, assim, concorrer para incrementar a formação de poupança de longo prazo, indispensável para financiar investimentos essenciais para que se alcancem metas de crescimentos econômico sustentado.

Para tanto, como se indicou, permite-se (artigo 8º, inciso II, letra "e", da Lei 9.250/95) a dedução, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física, de contribuições para as entidades de previdência privada domiciliadas no País, cujo ônus tenha sido do contribuinte, efetuadas com a finalidade de custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social. Paralelamente, passam a enquadrar-se como rendimentos tributáveis, conforme exposto acima, os benefícios e resgates recebidos daquelas entidades.

Entretanto, caso se considere isolada e literalmente o comando constante do artigo 33, passarão a ser submetidos ao tributo valores de contribuições que, é inequívoco, não constituem rendimentos e que, além disso, jamais foram admitidos como dedução ou abatimento da base de cálculo do imposto, na declaração.

A incidência do imposto sobre tais valores, além de flagrantemente injusta, apresenta inúmeros pontos de conflito com as normas da legislação tributária. A primeira, por serem tributados valores retirados pelo participante e que correspondem às contribuições que efetuou anteriormente, quando a lei vedava que fossem considerados para reduzir a base de cálculo do imposto de renda. A segunda, por ocorrer a incidência repetida do imposto de renda sobre o mesmo rendimento. E a terceira, por não estar sendo respeitado o direito adquirido pelo contribuinte ao efetuar os pagamentos para o plano previdenciário, representado pela isenção que a lei lhe assegurava, a época de sua realização.

Com efeito, como observado, as contribuições para a previdência privada constituem meio do qual se serve o participante para acumular poupança a longo prazo. Os valores líquidos a ele pertencentes (valores brutos das contribuições menos a taxa de administração) são reunidos na conta de reserva técnica, no passivo da entidade de previdência privada, podendo, inclusive, vir a ser reclamados pelo participante antes do vencimento do plano estabelecido. É forma alternativa de acumulação de recursos de que pode lançar mão, em lugar de efetuar aplicações financeiras diretas, a exemplo dos depósitos em caderneta de poupança, cujos os rendimentos continuam isentos de imposto.

Assim, inexistindo a permissão para que as contribuições pagas no período de 01/01/89 a 31/12/95 fossem consideradas como abatimentos, ou dedução, ao determinar-se a base de cálculo de imposto de renda da pessoa física, é inequívoco que os valores das retiradas de contribuições do próprio participante nada mais representam senão o retorno do principal (menos a taxa de administração) que, ao longo do tempo, acumulou-se na entidade previdenciária e que, à época dos pagamentos das contribuições, não provocou qualquer reflexo em termos de redução da base tributável na declaração anual do imposto de renda.

Mesmo em se tratando em contribuições em anos anteriores, deve-se considerar que, além de representarem parcela irrisória das reservas técnicas atualmente existentes (não mais que 3% do valor destas), é muito provável que a redução que proporcionaram à base de cálculo do imposto de renda tenha sido praticamente nula. Isso porque, além dos abatimentos serem limitados legalmente, as reduções se efetuavam em conjunto com outras, de maior importância sendo provável que, caso utilizadas, o tenham sido apenas em parte.

De outro lado, ao tributar o valor do principal acumulado, ocorre incidência em dobro do imposto de renda sobre um mesmo rendimento, de vez que as contribuições foram realizadas com recursos que, em momento anterior, já foram alcançadas por aqueles tributos. Não menos importante é o fato de que a lei estará, em termos efetivos, retroagindo para prejudicar o contribuinte, de vez que anula a isenção que lhe é assegurada pela lei vigente à época em que efetuou os pagamentos.

As mesmas impropriedades apontadas ocorrerão na situação em que, em lugar de retirar-se o principal de uma só vez, o mesmo for sendo retornado ao participante aos poucos, em parcelas incluídas no valor do benefício periodicamente pago.

Ademais, ao efetuar os pagamentos das contribuições no período citado, o participante tinha assegurado pela lei a isenção sobre os benefícios nas condições referidas no início desta justificação, e, por não se tratar de rendimento, o resgate correspondente a recursos aportados pelo próprio participante que, como afirmado, constituem o principal que acumulou.

Em função do acima exposto, o Governo visou atender a reivindicação, editando o artigo 8º da Medida Provisória em questão, só que o fez de maneira restritiva, ou seja, atribuindo a exclusão da incidência do imposto de renda na fonte e na declaração de rendimentos apenas ao valor do resgate recebido por ocasião do desligamento do participante do plano de benefícios da entidade de previdência privada, incentivando neste caso o resgate, e contrariando completamente o objetivo maior que é o de se elevar o nível de poupança da população, razão pela qual propõe-se através desta Emenda que seja estendida a referida exclusão também aos pagamentos periódicos de benefícios que atendam as condições estabelecidas no artigo 8º.

Max Rosenmann
MAX ROSENMANN

Deputado Federal - PSDB/PR

MP 1559-26

000005

Data

Proposição

27/05/98

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.559-26, de 22/05/98

Autor

Nº Prontuário

JOSÉ CARLOS VIEIRA



Subressiva



Substitutiva



Modificativa



Aditiva



Substitutivo Global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

Alinea

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.559-26, DE 22 DE MAIO DE 1998.

IR/Contribuição Social

Alteração na Legislação. Altera a legislação do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro.

Inclua-se, onde couber:

Art. - Os prejuízos fiscais e a base de cálculo negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, apurados até 31 de dezembro de 1994, decorrente da diferimento do lucro do que trata parágrafo 3º do artigo 10 do Decreto Lei nº 1.598/77 e artigo 1º, inciso I, do Decreto Lei nº 1.648/78, não estão sujeitos à regra do artigo 42 da Lei nº 8.981/95."

JUSTIFICATIVA

A Limitação dos prejuízos fiscais seguindo a regra do artigo 42 da Lei 8.981/95 retroage no tempo ferindo conceito de Lucro e sobretudo direitos adquiridos, razão porque sua validade deve ser a partir de 31/12/94, carta de vigência da Lei.

Este aspectos já foram decididos em diversas sentenças judiciais, sendo portanto uma posição consagrada pela jurisprudência.

Assinatura

MP 1559-26

000006

Data

Proposição

27/05/98

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA N.º 1.559-26, de 22/05/98

Autor

N.º Prontuário

JOSÉ CARLOS VIEIRA



Supressiva



Substitutiva



Modificativa



Aditiva



Substitutivo Global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

Alínea

EMENDA A MEDIDA PROVISÓRIA N.º 1.559-26, DE 22 DE MAIO DE 1998.

IR/Contribuição Social
Alteração na Legislação. Altera a legislação
do Imposto de Renda e da Contribuição
Social sobre o Lucro.

Inclua-se, onde couber:

“ Art. 4.º - O artigo 64, da Lei n.º 9.430, de 27 de dezembro de 1.996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 64 - Os pagamentos efetuados por órgãos, autarquias e funções da administração pública federal e pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, estão sujeitos a incidência, na fonte, da contribuição para seguridade social - COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP.

§ 1º A obrigação pela retenção é do órgão ou entidade que efetuar o pagamento.

§ 2º O valor retido, correspondente a cada contribuição, será levado a crédito da respectiva conta de receita da União.

JUSTIFICATIVA

A incidência de retenção na fonte do IR e CSL, nas faturas apresentadas por pessoas jurídicas ao governo e organismos estatais, também se reverba de inconstitucionalidade tendo em vista que a existência da fatura não dá certeza do lucro e sim as apurações de lei, feitas em época própria.

Assinatura

EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA nº 1.586-9**, adotada em 21 de maio de 1998 e publicada no dia 22 do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre a recuperação de haveres do Tesouro Nacional e do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, a utilização de Títulos da Dívida Pública, de responsabilidade do Tesouro Nacional, na quitação de débitos com o INSS, altera dispositivos da Lei nºs 8.036 de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências."

CONGRESSISTA

EMENDA Nº

Deputado ADÃO PRETO

001.

TOTAL DE EMENDAS - 001

MP 1586-9

000001

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.586-9, DE 21 DE MAIO DE 1998**EMENDA SUPRESSIVA**

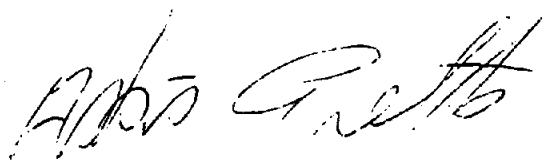
Suprima-se o art. 1º da MP nº 1.586-9, de 21 de maio de 1998

JUSTIFICAÇÃO

O texto do dispositivo objeto desta Emenda Supressiva, apresenta flagrante vício de inconstitucionalidade. Autoriza o INSS a receber, até 31.12.98, TDAs *a serem* emitidos pela STN, para fins de reforma agrária, para o abatimento de dividas previdenciarias, por parte de pessoas fisicas detentoras desses títulos, nas condições especificadas (grifo nosso).

A agressão da medida ao texto constitucional, reside na autorização para a virtual antecipação do resgate desses títulos, em prazo inferior ao limite mínimo, de dois anos, fixado pelo *caput* do art. 184 da CF. A intenção de burla ao texto constitucional fica ainda mais flagrante ao considerar-se a combinação desse dispositivo com o disposto no art. 2º da MP, determinando que as TDAs recebidos pelo INSS sejam resgatados antecipadamente pelo Tesouro Nacional.

Sala das Sessões, em de maio de 1998.



DEP. ADÃO PETO
PT/RS

9ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (Ordinária) da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura, realizada em doze de maio, de 1998, às 10 horas

Às dez horas e quarenta minutos do dia doze de maio de mil novecentos e noventa e oito, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Francelino Pereira e com a presença dos Senadores Jefferson Peres, Leonel Paiva, Bello Parga, Esperidião Amin, José Saad, Beni Veras, Pedro Piva, José Bianco, Lúdio Coelho, José Fogaça, Vilson Kleinübing, Lauro Campos, Ramez Tebet, Osmar Dias, João Rocha, José Roberto Arruda, Coutinho Jorge, Levy Dias e Ney Suassuna. Deixaram de comparecer os Senadores: Gilberto Miranda, Jonas Pinheiro, Júlio Campos, Gilvan Borges, Fernando Bezerra, Carlos Bezerra, Eduardo Suplicy, Ademir Andrade, José Eduardo Dutra e Odacir Soares. O senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida procede-se a apreciação das seguintes matérias: **Projeto de Lei do Senado n.º 135, de 1995, NÃO Terminativo**, que "Dispõe sobre a exploração a corte raso da floresta e demais formas de vegetação arbórea da bacia amazônica em áreas selecionadas pelo zoneamento ecológico-econômico para uso alternativo do solo". Autoria: Senador Ermandes Amorim. Relator: Senador Jefferson Peres. Parecer: Contrário. Resultado: Aprovado o parecer do relator. **Projeto de Lei da Câmara n.º 76, de 1991, (N.º 4 827-B, de 1990, na CD), NÃO Terminativo**, que "Dispõe sobre a regulamentação da atividade de motorista e cobrador de transportes coletivos urbanos e dá outras providências". Autoria: Deputado Paulo Paim. Relator: Senador Gilvan Borges. Parecer: Contrário. Resultado: Aprovado o parecer do Relator. **Projeto de Lei do Senado N.º 298, DE 1995, Terminativo**, que "Dispõe sobre o custo de cada parcela rural em Projetos de Colonização Oficial". Autoria: Senador José Bianco. Relator: Senador Jonas Pinheiro. Parecer: Favorável nos termos do Substitutivo que apresenta. Aprovado o parecer do relator, o Substitutivo será submetido a turno suplementar de discussão. Resultado: Aprovado o Substitutivo. **Projeto de Lei do Senado n.º 116, de 1996, Terminativo**, que "Altera a Lei n.º 9 250, de 26 de dezembro de 1995, que "altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências". Autoria: Senador Bello Parga. Relator: Senador Jonas Pinheiro. Parecer: Contrário. Resultado: Retirado de pauta a pedido do autor. **Projeto de Lei do Senado n.º 104, de**

1996, Terminativo, que "Dispõe sobre a inclusão de códigos de identificação tátil entre as características gerais das cédulas colocadas em circulação pelo Banco Central do Brasil". Autoria: Senador Lúcio Alcântara. Tramitando em conjunto com o **projeto de Lei do Senado n.º 202, de 1996, Terminativo**, que "Estabelece padrões de confecção de cédulas e moedas metálicas que possibilitem identificação pôr deficientes visuais". Autoria: Senador Júlio Campos. Relator: Senador Beni Veras. Parecer: Favorável nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição do PLS 202/96. Obs: Aprovado o parecer o mesmo será submetido a turno suplementar de discussão. Resultado: Aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS N.º 104/96 e rejeitado o PLS N.º 202/96. **Projeto de Lei do Senado N.º 118, de 1995, Terminativo**, que "Altera o Parágrafo 2º e acrescenta o Parágrafo 3º ao artigo 16, da Lei n.º 8.880, de 28 de maio de 1994 e retificada em 01 de junho de 1994 que "dispõe sobre o Programa de Estabilidade Econômica e o sistema Monetário Nacional, institui a Unidade Real de Valor – URV e dá outras providências". Autoria: Senadores Osmar Dias e Esperidião Amin. Relator: Senador Vilson Kleinübing. Parecer: Contrário. Resultado: Rejeitado o projeto. **Projeto de Lei do Senado n.º 263, de 1996, Terminativo**, que "Autoriza as pessoas jurídicas de direito privado que menciona a concederem empréstimos, em dinheiro, mediante penhor de bens móveis". Autoria: Senador Jonas Pinheiro. Relator: Senador Antônio Carlos Valadares. Parecer: Pôr Audiência à CCJ. Resultado: Aprovado o parecer do relator. **Projeto de Lei do Senado n.º 292, de 1995, Terminativo**, que "Dispõe sobre a aplicação das receitas provenientes das privatizações e dá outras providências". Autor: Senador José Eduardo Dutra. Relator: Senador Esperidião Amin. Parecer: Pela rejeição. Resultado: Retirado de pauta. **Diversos n.º 08, de 1998, NÃO Terminativo**, que "Solicita manifestação do Senado Federal visando a inclusão de precatórios judiciais emitida em 1995 no refinanciamento da dívida do Estado do Rio Grande do sul, a ser celebrado com a união, no âmbito do programa de apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados". Relator: Senador Vilson Kleinübing. Parecer: No sentido de que seja enviado expediente ao Governador do estado do Rio Grande do Sul, comunicando a liberação da parcela da dívida em questão para fins de refinanciamento a ser acordado entre o estado e a União. Resultado: É concedida vista ao Senador Lauro Campos. **OFÍCIO "S" n.º 39, de 1998, Não Terminativo**, que "Solicitação do Governo do Estado de Alagoas,

para que seja procedida alteração do contrato de operação de Crédito firmado com a Caixa Econômica Federal – CEF, relativo ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, especificamente no que se refere ao Programa de Desligamento Voluntário – PDV, no sentido de permitir que o saldo remanescente, seja utilizado para o pagamento de salários em atraso dos servidores públicos estaduais". Relator: Senador Ney Suassuna. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator. Segue a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Francelino Pereira**, Presidente Eventual.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Está a aberta a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Como ainda não há número regimental para deliberação, iniciaremos os trabalhos pela discussão de projetos. Quando houver **quorum**, passaremos à votação.

Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 135, de 1995 – é o único projeto não-terminativo da pauta de hoje. Dispõe sobre a exploração a corte raso da floresta e demais formas de vegetação arbórea da Bacia Amazônica em área selecionada pelo Zoneamento Ecológico-Econômico para uso alternativo do solo.

Autor: Senador Emandes Amorim. Relator: Senador Jefferson Péres.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, passo ao voto diretamente, sem os prolegômenos.

A Lei nº 4.771/65 (Código Florestal) proíbe, em seu art. 15, a exploração, sob forma empírica, das florestas primitivas da Bacia Amazônica, eliminando, assim, a possibilidade de que elas sofram corte raso ou extração-seletiva. Essa Lei previa que tal exploração deveria ser promovida segundo planos de manejo, cujas diretrizes seriam estabelecidas pelo Poder Público no prazo de um ano. Isso, todavia, só veio a acontecer em 1994, por meio do Decreto nº 1.282.

O art. 44 do Código Florestal estabelecia ainda que, enquanto não fosse expedido o decreto referido no artigo anterior, seria permitido o corte raso de florestas e demais formas de vegetação na Amazônia

Legal, desde que fossem mantidos, com cobertura arbórea, pelo menos, 50% da área da propriedade.

A exploração florestal na Amazônia foi regulamentada pelos arts. 7º e 8º do Decreto nº 1.282, de 19/10/94, que assim dispõem:

Art. 7º – Somente será permitida a exploração a corte raso da floresta e demais formas de vegetação arbórea da Bacia Amazônica em áreas selecionadas pelo Zoneamento Ecológico-Econômico para uso alternativo do solo.

Parágrafo único – Entende-se por áreas selecionadas para uso alternativo do solo aquelas destinadas à implantação de projetos de colonização, de assentamento de população, agropecuários, industriais, florestais, de geração e transmissão de energia, de mineração e de transporte.

Art. 8º – A exploração a corte raso, prevista no art. 7º deste Decreto, obriga o proprietário a manter uma área de reserva legal de, no mínimo, cinquenta por cento da área da sua propriedade."

Evidencia-se, portanto, na legislação ambiental, um objetivo básico de garantir, para cada propriedade rural situada na Amazônia, a manutenção de uma cobertura arbórea, como reserva, correspondente a pelo menos 50% da área da propriedade rural.

Ocorre que o Projeto de Lei em exame prevê a obrigatoriedade de se manter uma reserva não de 50% do imóvel, mas, sim, equivalente à área que tenha sido utilizada para uso alternativo. Permite, ainda, que essa reserva seja criada em outra propriedade rural, contígua ou não à primeira, desde que situada na mesma Unidade da Federação.

Desse modo, tornar-se-ia possível desmatar toda uma propriedade, com exceção da reserva legal prevista no art. 2º do Código Florestal. Além disso, toda uma região poderia ser desmatada, desde que área equivalente fosse mantida em outra região do mesmo Estado.

Em nosso entender, o presente Projeto de Lei apresenta outra grave deficiência – permitiria que unidades públicas de conservação – parques e reservas nacionais, estaduais e municipais, bem como florestas nacionais – pudessem ser utilizadas por proprietários rurais, para satisfazer a obrigação de manter, em cada propriedade, uma cobertura vegetal mínima de 50%, conforme previsto no Código Florestal. Assim, em área destinada a uso alternativo, toda uma propriedade rural poderia ser desmatada, visto que a reserva correspondente estaria contemplada em um parque nacional, por exemplo.

Finalmente, merece reparos o dispositivo do Projeto que estabelece que as vinculações de unidades públicas de conservação, conforme o disposto no art. 3º do mesmo Projeto, terão efeito suspensivo sobre proibições e punições referentes a áreas que já tenham sido desmatadas para uso alternativo do solo. Isso representaria uma anistia a agentes públicos e privados que tivessem cometido infrações à legislação ambiental que disciplina a matéria.

Nosso entendimento é o de que o Projeto de Lei em pauta contraria, de modo flagrante, um dos objetivos básicos da política ambiental brasileira – garantir que, em cada propriedade rural situada na Amazônia, seja mantida uma cobertura florestal significativa. Essa visão é corroborada por um parecer contrário ao Projeto, emitido pelo Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal – MMA.

À luz do exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 135, de 1995.

Sr. Presidente, em que pese as intenções do ilustre autor do Projeto, Senador Emandes Amorim, quaisquer que sejam elas – acredito sejam as melhores –, esse Projeto contraria toda a tendência de hoje e a corrente na qual me incluo com entusiasmo de defesa, de proteção cada vez maior do meio ambiente e, em particular, da floresta amazônica.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – O parecer do Relator é contrário.

Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Logo mais, passaremos à votação.

O projeto seguinte é não-terminativo, e os demais são terminativos.

Passa-se ao próximo item da pauta.

Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1991. Dispõe sobre a regulamentação da atividade de motorista e cobrador de transportes coletivos urbanos e dá outras providências.

Autor: Deputado Paulo Paim. Relator: Senador Gilvam Borges.

O parecer é contrário.

Na ausência do Senador Gilvam Borges, solicito ao Senador Bello Parga que relate o projeto.

O SR. BELLO PARGA – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, passo a ler o relatório do ilustre Senador Gilvam Borges.

Segundo o nobre Relator, a Consolidação das Leis do Trabalho permite que empresários e trabalhadores pactuem democraticamente direitos adicionais aos expressos em lei, visando a melhoria das

condições de trabalho, como jornada de trabalho, remuneração salarial, valor de hora extra e outros, por meio de acordos ou convenções coletivas.

Entendemos que os instrumentos negociais citados permitem uma flexibilização nas condições de trabalho, considerando as necessidades emergentes na relação entre as partes e os aspectos econômicos de cada região do País.

Também do ponto de vista econômico, não podemos esquecer que o sistema de transporte urbano por ônibus no Brasil, de uma maneira geral, não recebe qualquer subsídio do Governo. Assim, todos os aumentos nos custos do sistema serão arcados diretamente pelos demais trabalhadores brasileiros, os principais usuários desse meio de transporte.

Se considerarmos o entendimento supra e os direitos ora propostos no projeto em questão, observaremos que o custo do serviço público de transporte urbano de passageiros sofrerá um aumento expressivo, o que significa um aumento na tarifa a ser cobrada da coletividade usuária. Para se ter uma idéia desse aumento, solicitamos alguns ensaios sobre os reflexos da proposta legislativa em discussão sobre o cálculo da tarifa de algumas cidades, chegando-se à aterrorizante conclusão de que a adoção dos direitos propostos, sem computar os custos do seguro de vida e acidentes inclusos no projeto, representará um aumento real de 40% nos preços das passagens de ônibus urbanos em todo o Brasil.

Sob essa ótica, surge-me uma indagação preocupante: será que a maioria da população brasileira que utiliza o serviço de transporte urbano de passageiros, diariamente, estaria preparada financeiramente para arcar com um reajuste de passagens tão alto como esse?

No momento, devemos estar todos unidos em propostas que melhorem as condições de vida da população brasileira, principalmente com o objetivo de aumentar o número de empregos, face aos milhares de desempregados existentes no País, e não em propostas que resultem na marginalização de determinadas categorias profissionais ou que estimulem um crescente desemprego.

Pelo exposto, o Relator, Senador Gilvam Borges, opina pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 76, de autoria do Deputado Paulo Paim. Sobre esse relato, Sr. Presidente, aponho a minha concordância.

O parecer é pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – O parecer do Senador Gilvam Borges é contrário.

Continua em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro discussão.

Logo mais, passaremos à votação.

Item 3: Projeto terminativo. Dispõe sobre o custo de cada parcela rural em projeto de colonização oficial. Autor: Senador José Bianco; Relator: Senador Jonas Pinheiro. Parecer favorável, nos termos do substitutivo que apresenta.

Aprovado o parecer do Relator, o substitutivo será submetido a turno suplementar de discussão.

O Senador Jonas Pinheiro não se encontra presente.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Piva, a fim de que relate o projeto do Senador José Bianco.

O SR. PEDRO PIVA – O projeto, de autoria do Senador José Bianco, objetiva restabelecer o limite e o uso das parcelas rurais alienadas em projetos de colonização oficial. Para atingir essa finalidade, pretende acrescentar ao art. 64 da Lei nº 4504, de 30 de novembro de 1964, o Estatuto da Terra, o parágrafo nº 5, com a seguinte redação: "O custo de cada parcela será de 20% dos investimentos necessários à implantação do núcleo, nele se incluindo o preço pago pela desapropriação e o das valorizações resultantes das obras de infra-estrutura incorporadas no respectivo projeto e das benfeitorias específicas para cada parcela.

Justificando a proposição, afirma o ilustre autor que ela visa impedir os efeitos danosos do art. 67 do Decreto 59.428/66, com o seguinte teor:

"Art. 67. O custo de cada parcela será calculado em função dos investimentos necessários à implantação do núcleo, nele incluindo o preço pago pela desapropriação e as valorizações resultantes das obras de infra-estrutura incorporadas no respectivo projeto e das benfeitorias específicas para cada parcela".

Como se pode perceber, ao regulamentar o art. 3º do Capítulo II do Título II do Estatuto da Terra, o referido decreto não deixa margem a que no montante dos custos seja excluído apenas o valor das obras de caráter público, como estradas não-vicinais, postes e serviços públicos, conforme dispõe o art. 1º do seu art. 67.

Assinala o autor que é desnecessário à clareza dos dispositivos acima citados evidenciar que o custo de cada parcela será fixado em outros valores elevadíssimos, se considerarmos que o nível do parceleiro arcará com o total do preço pago pela desapropriação, com os custos das estradas vicinais, com a valorização dos resultantes das obras de infra-estru-

tura do projeto, bem como das benfeitorias de cada parcela, via de marcação, divisão de lotes etc.

Voto. De acordo com o art. 99, II, do Regimento Interno, compete a esta Comissão opinar sobre o mérito da proposição em epígrafe, fazendo, em caráter terminativo, na forma que preceitua o parágrafo único do art. 91. A iniciativa se nos afigura constitucional por inserir-se no âmbito de matérias cuja competência é reservada à União.

Em relação ao mérito, parecem-nos inquestionáveis os elevados objetivos econômicos e sociais, ao disciplinar a matéria – de interesse crucial para o êxito do projeto de colonização – o valor da parcela a ser paga por cada colono. A sistemática em vigor, como é evidente, torna demasiado oneroso o preço a ser suportado pelo pagamento das parcelas.

De acordo com o Decreto nº 59.428, de 27-10-66, deve incluir-se no cálculo, além do valor da desapropriação, o das valorizações decorrentes da obra de infra-estrutura e das benfeitorias realizadas em cada parcela, inexistindo, portanto, margem de garantia ao adquirente no que concerne ao valor definitivo da aquisição. Ao que parece, o Estado, nessa circunstância, atua como se fosse mero gestor do projeto – como ocorre nos projetos de colonização particular –, recaindo no parceleiro todos os custos adicionais ou prejuízos eventuais, caracterizando, assim, uma espécie de ônus impróprio e suportável. Isso talvez explique o elevado índice de inadimplência, apesar das obrigações contratuais fixadas pelo prazo de vinte anos.

Não resta a menor dúvida de que o preço de cada parcela deve ser fixado de forma racional e realista, de forma a atingir os objetivos fundamentais do assentamento rural, com a fixação do homem à terra e o desenvolvimento da produção agrícola. Há, entretanto, dois pequenos reparos a apontar no projeto em exame, no que concerne à técnica legislativa.

O primeiro diz respeito à redação do proposto, que, a nosso ver, não se apresenta suficientemente clara para atingir os objetivos colimados. O segundo refere-se ao art. 2º de modo mais preciso. A expressão "não dá direito" carece ser substituída por conta mais afeiçãoada à técnica legislativa.

Por essas razões, nosso parecer é pela aprovação do projeto em referência, na forma do seguinte substitutivo:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º – O art. 64 da Lei nº 4.504, de novembro de 1964, passa a vigorar acrescido do seguinte item:

Art. 64. O custo de cada parcela não excederá a 20% do total dos investimentos necessários à implantação do núcleo, nela se incluindo o preço pago pela desapropriação e das valorizações resultantes da obra de infra-estrutura incorporadas no respectivo projeto e das benfeitorias específicas de cada parcela.

Art. 2º – A presente lei não enseja obrigação de reduzir o valor das parcelas vencidas ou pagas até a data de sua promulgação.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se os direitos a contratos não vencidos.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Comissões. – Jonas Pinheiro, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – O parecer do relator, lido pelo Senador Pedro Piva, é favorável, nos termos do substitutivo.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Logo mais passaremos à votação.

Passa-se ao item nº 4: Projeto de Lei do Senado nº 116, de 1996, terminativo. Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências. Autor: Senador Bello Parga; relator: Senador Jonas Pinheiro. Parecer contrário.

Dou a palavra ao Senador...

O SR. BELLO PARGA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. BELLO PARGA – Como o relator do projeto está ausente, gostaria de solicitar que a matéria fosse retirada de pauta, a fim de que sobre ela possa eu conversar com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Retirado de pauta o projeto.

O SR. BELLO PARGA – Obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Passa-se ao item nº 5. Projeto de Lei nº 104/96, terminativo. Dispõe sobre a inclusão de códigos de identificação tátil entre as características gerais das cédulas colocadas em circulação pelo Banco do Brasil. Autor: Senador Lúcio Alcântara; relator: Senador Beni Veras.

Há também outro projeto, de autoria do Senador Júlio Campos, que tem como Relator o Senador Beni Veras. Esse projeto estabelece padrões de confecção de cédulas e moedas metálicas que possibilitem a identificação por deficientes visuais.

Concedo a palavra ao Senador Beni Veras para tratar dos dois projetos.

O SR. BENI VERAS – Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado nº 104, de 1996, que "dispõe sobre a inclusão de códigos de identificação tátil, entre as características gerais das cédulas colocadas em circulação pelo Banco Central do Brasil", é de autoria do Senador Lúcio Alcântara, e o Projeto de Lei do Senado nº 202, que "estabelece padrões de confecção de cédulas e moedas metálicas, que possibilitem a identificação por deficientes visuais", é de autoria do Senador Júlio Campos.

Os dois projetos em análise diferenciam-se no espírito e nos objetivos. O primeiro determina a inclusão de marca de identificação tátil nas cédulas, enquanto o segundo pretende que tanto moedas como cédulas do Real devam conter sinal, em conformidade com o padrão Braille, facilitando sua identificação por deficientes visuais. Este projeto determina, ainda, como e onde deverão ser impressos os sinais, tanto nas cédulas, como nas moedas, bem como a forma, a qualidade e a formatação das mesmas. Os Anexos I e II do Projeto nº 202/96 estabelecem os códigos para cada moeda e cada cédula.

Em sua justificativa, o Senador Lúcio Alcântara recorda os direitos e garantias das pessoas portadoras de deficiência, na Constituição Federal, e ressalta as ações empreendidas pela Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, visando a promoção e a integração das pessoas deficientes, colocando em prática os preceitos constitucionais.

Este é o princípio do PLS nº 104/96, pois a possibilidade de identificação do papel-moeda "é o elemento básico para uma maior autonomia do portador de deficiência visual", segundo o Senador. Recorda, também, que o Banco Central já utiliza, desde 1990, as marcas de identificação tátil nas cédulas, com base em experiência técnica de características das cédulas. No entanto, por ser uma norma interna do Banco Central, que releva uma decisão da Diretoria, pode-se inferir que nada impede que, no futuro, essa norma seja revogada, na hipótese de mudanças na direção do BACEN e da política monetária.

Portanto, a existência de uma lei federal, que disponha sobre a questão, dará um caráter de perenidade, com respaldo legal, à inclusão dessas marcas, possibilitando uma melhor identificação do valor das cédulas por deficientes visuais.

Já o PLS nº 202/96 é mais específico, tratando de "moedas metálicas e cédulas do Real" e determinando que o sinal em alto relevo seja em padrão Braille. Também especifica em que parte das cédulas e das moedas os sinais serão colocados e cria um código para cada uma delas.

Em sua justificação, o Senador Júlio Campos também menciona os direitos garantidos pela Carta Magna e a necessidade de concretização dessas garantias ao portador de deficiência, em ações de integração social. Considera S. Ex^a que a impossibilidade de manusear dinheiro, sem a ajuda de terceiros, é um impeditivo crucial à autonomia das pessoas portadoras de deficiência visual.

Ressalta ainda que se trata, apenas, de facilitar o cotidiano dos deficientes visuais, mas, igualmente, de muitas pessoas que têm dificuldade de identificar moedas, dada a extrema semelhança entre elas, apesar da diferença de valor.

É o relatório.

Voto.

O PLS nº 202/96 apresenta inadequações do ponto de vista técnico e legal ao referir-se especificamente ao padrão monetário vigente, o Real, e ao discriminar a forma de codificação e de identificação das moedas e cédulas. Ressalte-se que o art. 24, §1º, da Lei Maior determina: "No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais", e o art. 22 trata da competência privativa da União, determinando que cabe a ela legislar sobre "sistema monetário".

O Senado determina que cabe ao Conselho Monetário Nacional "estabelecer condições para que o Banco Central do Brasil emita papel-moeda nos termos e limites decorrentes dessa Lei, bem como as normas reguladoras do meio circulante."

O referido ato legal, inciso I, define como competência privativa do Banco Central "emitir papel-moeda e moeda metálica, nas condições e limites autorizados pelo Conselho Monetário Nacional."

Em síntese, é de se concluir que:

a) os processos de impressão adotados na fabricação de cédulas (**off set**, calcografia e tipografia) não são compatíveis ao desejado emprego simultâneo com o Braille, sistema em que não há tintas, mas definição de pontos variados no papel, em tão pronunciado relevo que permite ao cego reconhecer o contorno das marcas;

b) desconhece-se que algum fabricante de cédulas tenha utilizado, até hoje, o sistema Braille, bem como método de impressão ectipográfico.

Assim, desde julho de 1994, o Banco Central do Brasil e a Casa da Moeda estão desenvolvendo estudos técnicos, objetivando reformular as características gerais das moedas do Real em circulação, com expectativa de lançamento de uma nova família em 1997, para, em seguida, dar início às providências para substituir gradativamente as cédulas."

Feitas essas considerações, e, sendo o PLS nº 202/96 inviável do ponto de vista técnico, somos pela sua rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) - Parecer favorável nos termos do substitutivo?

O SR. BENI VERAS - Não, somos pela sua rejeição - inviabilidade técnica.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) - V. Ex^a está relatando o Projeto de Lei do Senado nº 202. E relatou o 104 também?

O SR. BENI VERAS - É.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) - A tramitação é em conjunto e o parecer é o mesmo para os dois projetos? O parecer do 104 é favorável?

O SR. BENI VERAS - Favorável, nos termos do substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) - Favorável ao substitutivo.

E o Projeto nº 202 tem o parecer...

O SR. BENI VERAS - Pela rejeição, por inviabilidade técnica.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) - O parecer é pela rejeição, contrário.

Em discussão. (Pausa)

Vamos encerrar a discussão.

Logo mais passaremos à votação.

Projeto de Lei do Senado nº 118, de 1995, terminativo. Altera o § 2º e acrescenta o § 3º ao art. 16, da Lei nº 8.880, de 28 de maio de 1994 e retificada em 1º de junho de 94, que dispõe sobre o programa de estabilidade econômica e o Sistema Monetário Nacional, institui unidade real de valor URV e dá outras providências. Autores: Senadores Osmar Dias e Esperidião Amin. Relator: Vilson Kleinübing.

Parecer é contrário.

O Relator Vilson Kleinübing não está presente. Pediria ao Senador José Fogaça que procedesse à leitura do parecer do Senador Vilson Kleinübing ao Projeto nº 118.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, trata-se de Projeto de Lei do Senado nº 118, de 1995, que altera o § 2º e acrescenta o § 3º ao art. 16, da Lei nº 8.880, de 28 de maio de 94 e retificada em 1º de junho de 1994, que dispõe sobre programa de estabili-

zação econômica e o Sistema Monetário Nacional, institui a unidade real de valor URV e dá outras providências.

Como o autor do parecer está chegando à Bancada, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) -- Agradeço ao Senador Fogaça. O Senador Kleinübing acaba de chegar à Comissão. Peço a V. Exª que profira seu parecer, já que é o Relator do Projeto em discussão.

O Senador Vilson Kleinübing pede que seja suspensa a discussão do Projeto por alguns minutos.

Passaremos então para o Item nº 7. Autoriza as pessoas jurídicas de direito privado, que mencionam, a concederem empréstimos em dinheiro mediante penhor de bens móveis. Projeto nº 203, de 1996, terminativo. Autor: Senador Jonas Pinheiro; Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, que não está presente. Parecer: por audiência, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Peço ao Senador Esperidião Amin que proceda à leitura do parecer do Senador Antonio Carlos Valadares. É o Projeto de nº 203.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o projeto de lei a propósito do qual expendeu o Senador Antonio Carlos Valadares o parecer e o voto que vou ler é de autoria do nobre Senador Jonas Pinheiro. O parecer do Senador Antonio Carlos Valadares, depois de analisar os diversos aspectos jurídicos e econômicos do projeto, que tem como escopo autorizar as pessoas jurídicas de direito privado a conceder empréstimos em dinheiro mediante penhor de bens móveis, é no sentido de que seja ouvida a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania para dirimir dúvidas quanto aos aspectos de inconstitucionalidade apontados ao longo do parecer. Sugere S. Exª, o Senador Antonio Carlos Valadares, que isso ocorra antes da apreciação do mérito, na forma do art. 133, "e", IV, do Regimento Interno do Senado.

Destaco apenas as razões apresentadas pelo Relator para a realização de tal audiência, fundamentadas no 5º parágrafo da pg. 61:

"O conceito legal de instituição financeira é dado pela Lei nº 4.595, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências".

O aspecto seguinte relaciona-se à Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que define os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional. Menciona ainda o art. 192 da Constituição Federal, cada vez mais con-

trovertido. E, finalmente, menciona, na pg. 63, que vários projetos de iniciativa parlamentar atribuem competência a órgãos do Poder Executivo, muito embora S. Exª entenda que, de acordo com o art. 61 da Constituição, tal competência seja privativa do Presidente da República.

Pelo exposto, Sr. Presidente, pelos aspectos mencionados no voto do Senador Antonio Carlos Valadares, creio que seria prudente acolhermos sua manifestação. Assim, comungo com o Relator, Senador Antonio Carlos Valadares, propugnando pela audiência à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania para dirimir esses aspectos antes da análise do mérito.

Portanto, esse é o parecer e o meu voto também.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – O parecer do Relator, Senador Antonio Carlos Valadares, lido e apoiado plenamente pelo Senador Esperidião Amin, é para que seja solicitada a audiência à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Acho que já temos quorum, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Não, ainda falta.

Na pauta, temos apenas o Item nº 8. Há ainda uma pauta extra constituída de dois projetos. O último item da pauta da agenda é o Projeto de Lei do Senado nº 292/95, terminativo. Dispõe sobre aplicação das receitas provenientes das privatizações e dá outras providências. Autor: Senador José Eduardo Dutra. Relator: Senador Esperidião Amin. Parecer pela rejeição.

Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra; Relator, Senador Esperidião Amin. Parecer pela rejeição. Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, em resumo, este é um dos projetos que procuram disciplinar o uso ou a destinação de recursos provenientes das privatizações.

Já tivemos, de várias formas, projetos dessa espécie tramitando no Senado e, particularmente, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Gostaria de destacar o projeto neste sentido, que versou sobre a destinação de parte dos recursos da privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

Destaco ainda a Resolução nº 117, atinente a Estados e Municípios que procedam a alienação de seu patrimônio mobiliário, destinando 50% dos recursos da privatização para a amortização da dívida.

Há, portanto, uma síndrome no Senado – e acho que até popular – para saber para onde se deva destinar o dinheiro da alienação do "patrimônio da viúva".

Cada vez se discute menos se o "dinheiro da viúva", apurado na privatização, é o devido, o justo. E cada vez se discute mais onde aplicá-lo.

Este é um desses projetos e tem o mérito de destacar três prioridades indiscutíveis. Nenhum de nós, analisando a questão isoladamente, poderia ser contra destinar recursos de qualquer origem para as áreas de saúde, educação e reforma agrária. Os três setores são dramaticamente importantes para a economia brasileira.

A verdade, porém, Sr. Presidente, é que não será destinando recursos da privatização para esses setores que equacionaremos a administração dessas três áreas ou de outras, visto que o assunto mais dramático que o Brasil vive, que elimina inclusive a capacidade de ser útil do Governo, é o rumo que está tomando a questão da dívida interna brasileira.

O nosso País vive hoje o drama e a contradição – porque essa contradição, hoje, implica um gravíssimo drama – de termos uma moeda estável, bem desejada por toda a sociedade brasileira, e convivermos com a mais alta taxa de juros do mundo. Não há qualquer outro país do mundo, que se saiba, que pratique taxas reais de juros, divulgadas, mais elevadas do que o Brasil.

Moeda estável e taxa de juros exorbitante. Qual a principal causa que determina isso? O desgoverno da nossa dívida interna, muito mais do que a dívida externa, que, durante muito tempo foi tema de dramáticos pronunciamentos. Hoje é a dívida interna, a taxa de juros praticada inibidora de investimentos, que desnacionaliza empresa e nos priva de empregos.

De sorte que o meu parecer é contrário, e faço essa justificativa não por ser contra a destinação de recursos para a reforma agrária, muito pelo contrário. Tenho o privilégio de ter tido aprovado e convertido em lei complementar, com aprovação unânime em três votações no Senado Federal, projeto de minha autoria: o Banco da Terra, que destina recursos das contas não recadastradas, de financiamentos do BID e do Banco Mundial, hoje montando a quase R\$2 bilhões, exatamente para facilitar o programa de crédito fundiário e a capacitação da agricultura familiar.

Quanto à educação, fui e sou defensor de sua prioridade até por entender que o País não ter qualquer porvir, tanto internamente como na economia globalizada, sem um forte investimento em educação.

A questão da saúde, por sua vez, é tão dramática que V. Exª está ocupando um cadeira em função do seqüestro que promoveu o Governo ao seu ex-titular, nobre Senador José Serra, seqüestro esse só amenizado pela natureza pessoal de seu substituto, que gostaríamos de ver como seu sucessor, Senador Pedro Piva.

Esse seqüestro só foi amenizado, só não é objeto de escandalosas denúncias no Senado pela natureza do substituto do Ministro, ex-Senador seqüestrado, que, certamente, seguiu a seqüência dos engenheiros economistas – que têm sido grandes e úteis servidores da saúde, principalmente aqueles que pensam na Presidência da República.

O engenheiro economista Leonel Brizola desenvolveu, como prefeito de Porto Alegre, na década de 50, uma competente e eficaz campanha contra o mosquito. Agora, vemos o engenheiro economista José Serra fazendo um trabalho ingente em favor da causa de combate ao *Aedes aegypti*.

De sorte, Sr. Presidente, que o meu parecer é contrário, pelas razões que exponho, não pelo mérito da destinação do recurso, mas pelo caminho que é utilizado, de pretender destinar recursos da privatização selando-os, ou seja, vinculando-os, o que, pelo ponto de vista constitucional, seria pelo menos questionável.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – O parecer do Senador Esperidião Amin, não obstante a sua leveza, é contrário.

Em discussão. (Pausa.)

O SR. LAURO CAMPOS – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Tem a palavra o Senador Lauro Campos, para discutir o projeto.

O SR. LAURO CAMPOS – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o que tem ocorrido no processo de privatização das empresas estatais brasileiras é estarrecedor. Não seria preciso bola de cristal, mas apenas conhecer um pouco da história econômica de alguns países para escrever, como fiz em 1982, que as empresas estatais brasileiras seriam doadas.

Em 1983, João Baptista Figueiredo, então Presidente da República, perguntado se era a favor da privatização ou contra ela, disse: "Não, não sou contra. Eu sou contra a doação e de que, depois de doadas as empresas estatais, os seus ganhadores venham atrás do Sr. Delfim Netto pedir dinheiro emprestado." Repito que isso foi dito pelo Presidente João Baptista Figueiredo em 1983.

Então, não adianta querer tapar o sol com a peneira. Estamos na era do capitalismo financeiro internacional, do imperialismo que deu um passo à frente daquele ponto que o Presidente Fernando Henrique Cardoso deixou de analisar. Sua Excelência sempre falava nesse imperialismo e que, na verdade, o processo de crescimento do Brasil era dominado e dele dependente.

Assim, agora vemos que tudo o que se faz no País é comandado por essa crise do capitalismo financeiro internacional, que rola US\$1,5 trilhão por dia, de acordo com o maior especulador do mundo, o Sr. George Soros.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – V. Exª me permite um aparte? Só porque foi citado o vice-presidente do meu Partido.

O SR. LAURO CAMPOS – Soros?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Agora que o Delim não é mais Ministro, eles procuram por quem?

O SR. LAURO CAMPOS – Talvez V. Exª, eu não sei. (Risos.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Não, para pedir o dinheiro de que o Figueiredo falava.

O SR. LAURO CAMPOS – Não é preciso procurar mais ninguém. O escorregador pelo qual o dinheiro vai dos nossos bolsos até o sistema bancário nacional e internacional, até a especulação, já foi aplainado, é conhecido e por ele os recursos vão automaticamente. Nós, aqui, aprovamos e ajudamos a impulsionar esse processo.

O que eu gostaria de dizer é que o Sr. Mendonça de Barros, do BNDES, manda avaliar, por exemplo, a Companhia Vale do Rio Doce. Paga caríssimo para que seja avaliada. Uma firma a avaliou por 10 bilhões, a outra, por 11 bilhões, e o Sr. Mendonça de Barros a vendeu por 3,2 bilhões. Quanto mais barato melhor. E ainda emprestamos dinheiro para que estatais estrangeiras comprem empresas estatais brasileiras. Não se trata de um problema de desestatização? Então, como é que vendem para empresa estatal? Ou é porque não gosta do Brasil e crê que só as empresas estatais brasileiras não prestam, não sabem administrar, mas as francesas sabem? Ou seja, todos os absurdos foram cometidos.

Agora, este senhor assumiu o lugar do Ministro Sérgio Motta, de quem já tenho saudades. Por quê? Avaliando a banda B, o Ministro Sérgio Motta afirmou que iria arrecadar muitos bilhões. Falou até em R\$80 bilhões. Agora, ocupa seu lugar aquele que vendia na bacia das almas, privatizava na bacia das almas, com empréstimos do BNDES. Quem jogava fora nosso patrimônio ocupa o lugar do Ministro Ser-

jão e diz que S. Exª era um exagerado, que as bandas privatizadas valem mais ou menos R\$20 bilhões somente, que o resto é um exagero. Ou seja, quer novamente baratear, reduzindo o valor do patrimônio para vendê-lo. São pessoas, S. Exª e a Srª Elena Landau, que desvalorizam o que querem vender. Então, há alguém ou muita gente ganhando.

É óbvio que quem comanda o Brasil e o mundo na globalização é o capitalismo financeiro internacional, o imperialismo em crise, que já deu centenas de bilhões em prejuízo no sudeste asiático, que nos deu, não R\$10 bilhões, mas R\$50 bilhões, de acordo com o FMI, que afirmou que o Banco Central brasileiro subavaliou o nosso prejuízo por ocasião da invasão de ataque externo. Portanto, não foram R\$10 bilhões, foram R\$50 bilhões que o Brasil perdeu naquele ataque especulativo. Diz o Banco Central que foram R\$10 bilhões; R\$50 bilhões diz o FMI. Em quem confiar, em quem acreditar? Agora, acredito no FMI, sempre que este disser a verdade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Renegando uma velha convicção.

O SR. LAURO CAMPOS – Chegamos a um ponto em que devemos acreditar até mesmo no Presidente que, outro dia no Sarah Kubitschek, afirmou por que mente. Mas mente "Max Weberianamente", os outros "vagabundos" mentem de uma forma grosseira, jeca, de uma forma "neoboba".

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – O tempo de V. Exª está esgotado.

O SR. LAURO CAMPOS – Parece-me, portanto, que não adianta pelejarmos. Inexoravelmente, as empresas estatais vão parar no bolso dos banqueiros, por meio do pagamento de uma dívida pública que em um só ano passou de R\$150 bilhões para R\$306 bilhões. Não dá para pagarmos os juros que decorrem do processo de alienação, de venda, de doação.

Trata-se de um engodo muito grande a que estamos assistindo e que poderia ser minorado se, realmente, 50% dessas receitas sobrassem dos senhores banqueiros e carregadores da dívida pública para a saúde, para a vida, para a educação.

Voto a favor de que 50%, pelo menos, sejam salvos não do incêndio de Rondônia, mas do grande incêndio brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Consulto o Sr. Senador Vilson Kleinübing se S. Exª já pode proceder à leitura do projeto.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Vamos votar esse projeto.

Voto com o Relator.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – V. Ex^a vai colocar a matéria em votação?

O SR. LÚDIO COELHO – Essa matéria deve entrar em votação.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Não sei se é possível, mas eu gostaria de concluir a leitura e a discussão de todos os projetos. Depois, poderíamos passar à votação, já que há número regimental.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, neste momento, há **quorum**. Dessa forma, requeiro que se conclua essa discussão. Depois, V. Ex^a poderá iniciar a apreciação da pauta a partir do Item nº 1. Estamos apreciando o último item.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Procedo de acordo com o Regimento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Essa é a minha solicitação, Sr. Presidente.

O SR. LAURO CAMPOS – Sr. Presidente, peço a inversão de pauta, para que esse item seja considerado o primeiro.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, o autor do projeto, Senador José Eduardo Dutra, está ausente. O parecer é contrário. Nas Comissões da Casa, há uma praxe saudável de não se votarem projetos quando o autor é membro da Comissão e o parecer é contrário. Trata-se de uma questão de elegância para com o autor do projeto. Eu preferiria votar esse projeto na presença do Senador José Eduardo Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – A mesa acolhe a opinião do Senador Jefferson Péres.

Peço ao Senador Lauro Campos, que pediu a inversão da pauta, que compreenda a posição do Senador Jefferson Péres.

O SR. LAURO CAMPOS – Pois não, Sr. Presidente. Acolho a posição de S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Muito obrigado.

Passa-se ao Item nº 6. Concedo a palavra ao Senador Vilson Kleinübing para relatar o projeto.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se de um projeto de autoria dos Senadores Osmar Dias e Esperidião Amin. O projeto está praticamente defasado no tempo. Não sei por que houve uma demora na escolha do seu Relator e na sua vinda a esta Comissão para exame e deliberação.

Os dois Senadores propunham que, na lei que criou a URV, fossem incluídos dois parágrafos que envolvem a questão das dívidas dos agricultores da época. O projeto de lei é datado de 1995. A lei que propõe a alteração é de 28 de maio de 1994 e foi modificada em 1º de junho de 1994. Essa lei dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica e o Sistema Monetário Nacional, institui a Unidade Real de Valor – URV – e dá outras providências.

Na pág. 56, V. Ex^{as} podem verificar os dois parágrafos que estão sendo incluídos pelos dois Senadores. O § 2º diz o seguinte: "Nas operações referidas no inciso IV...". Essas operações são as de crédito rural destinadas a custeio, comercialização e investimento, qualquer que seja sua fonte. Continuando, o § 2º diz: "Nas operações referidas no inciso IV, a atualização monetária aplicada àqueles contratos será equivalente à dos preços mínimos em vigor para os produtos agrícolas, exceção feita a empréstimos quando da assinatura de contratos iguais ou superiores a R\$500 mil". Com isso, S. Ex^{as} estavam propondo que, em vez de haver valores de correção pactuados, os contratos que tinham outro tipo de atualização e que envolviam valores até R\$500 mil passassem a ter a correção dada pelo Governo aos preços mínimos dos produtos agrícolas à época.

O § 3º diz que "os contratos de organizações formais de produtores, cooperativas, sindicatos rurais, associação de produtores e condomínios rurais não serão incluídos na exceção do §2º". Portanto, só se mantinha esse tipo de benefício para produtores rurais com contratos até R\$500 mil, que não envolvessem cooperativas, sindicatos ou associações de produtores.

Proponho que o projeto seja rejeitado. O projeto deveria ser arquivado, porque está absolutamente fora de propósito. Hoje, o preço mínimo praticamente não serve para mais nada. A URV deixou de existir. À época, os dois Senadores, de forma justa e correta, abordaram o sério problema de inadimplência por parte dos agricultores, em função daquela inversão. Depois, os Senadores Osmar Dias e Esperidião Amin e alguns Deputados envolveram-se num grande trabalho para conseguir a atual taxa pré-fixada de reajuste para os contratos agrícolas.

Por isso, Sr. Presidente, como Relator de um projeto que tramita na Casa deste 1995, proponho a rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – O parecer do Senador Vilson Kleinübing é contrário.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, um dos autores do projeto.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, o Senador Esperidião Amin e eu propusemos o projeto no momento em que havia uma crise no setor agropecuário brasileiro em função do descasamento entre a correção dos preços dos produtos agrícolas e as taxas dos financiamentos. Isso foi corrigido depois. Aqueles que foram motivados e penalizados por essa defasagem tiveram oportunidade de securitizar suas dívidas alterando as taxas de correção.

Portanto, está correta a manifestação do Relator. Como co-autor, concordo com o Relator que o projeto perdeu a oportunidade, até em função do tempo em que permaneceu nesta Casa para ser votado nesta Comissão. Concorde com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – A Mesa entende que deveríamos concluir inclusive a pauta extra, na parte relativa à leitura e discussão dos pareceres. A pauta extra é constituída apenas de dois projetos.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, não precisamos votar esse projeto que passou?

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Em seguida, quando terminarmos a discussão, passaremos à votação de todos os projetos.

O SR. PEDRO PIVA – Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Aviso que, às 13 horas esta Mesa concluirá os trabalhos. Sob a minha Presidência, nenhum trabalho ultrapassará a hora marcada de 13 horas.

O SR. LAURO CAMPOS – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. LAURO CAMPOS – Sr. Presidente, como sou semi-alfabetizado em matéria de Regimento, gostaria que V. Ex^a me esclarecesse se é regimental essa técnica de votação em conjunto, após a discussão de cada um dos projetos.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Não há nenhum empecilho de ordem regimental. Trata-se apenas de uma orientação da Mesa com a qual gostaria que o meu conterrâneo, amigo e filho do meu professor concordasse, fazendo-me uma gentileza.

O SR. LAURO CAMPOS – Sr. Presidente, se a exegese oficial é essa, como o Regimento não

proíbe e aquilo que não é proibido é consentido, estou de pleno acordo com o ex-Governador do meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Muito obrigado.

Item nº 1 da pauta extra. É solicitada a manifestação do Senado Federal, visando a inclusão de precatórios judiciais emitidos em 1995 no refinanciamento da dívida do Estado do Rio Grande do Sul a ser celebrado com a União, no âmbito do Programa da Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. Relator: Senador Vilson Kleinübing. O Parecer opina pelo envio de expediente ao Governador do Estado do Rio Grande do Sul, comunicando a liberação da parcela da dívida em questão, para fins de refinanciamento a ser acordado entre o Estado e a União.

Concedo a palavra ao Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando da sua instalação, a CPI dos Precatórios encaminhou ao Ministério da Fazenda uma comunicação, determinando que o Ministério da Fazenda não incluísse, nas negociações das dívidas dos Estados, as dívidas contraídas com lançamento de títulos para pagamentos de precatórios de 1995 e 1996. Isso envolvia os Estados que foram objeto de fiscalização da CPI – Santa Catarina, Pernambuco, Alagoas – e as Prefeituras de São Paulo, de Osasco, de Campinas, etc. Não me recordo mais dos nomes, mas sete ou oito unidades federadas tinham esse problema. Para todos os processos que começaram em 1995 e 1996 a CPI encaminhou a comunicação para que não se incluíssem na renegociação da dívida dívidas contraídas com emissão de títulos. Aliás, em todos os esses processos que vieram ao Senado, o Governo Federal não está incluindo, na renegociação da dívida, aquelas contraídas com a emissão desses títulos para pagamento de precatórios de 1995/1996. Não veio de Santa Catarina, não veio de Pernambuco, nem de São Paulo o que foi acordado conforme essa comunicação.

Ocorre que, nessa época, estava vencendo a sétima parcela de um programa de financiamento de precatórios do Estado do Rio Grande do Sul cuja origem não é 1995/1996; é muito anterior. Tanto é anterior que, na época, o que estava em jogo era o financiamento da sétima parcela; portanto, já estava em vigor seis anos antes.

Quem era membro da CPI lembra que trouxemos o Secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul, que fez uma defesa de todo o processo, e o relatório

final da CPI não encontrou nenhuma irregularidade na montagem do processo do Rio Grande do Sul, nem nos pagamentos. O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul deu um atestado completo de que todo o dinheiro auferido com a venda dos títulos foi transferido ao Tribunal de Justiça para pagamento de precatórios. Não ficou um centavo com o Tesouro do Estado, não ficou um centavo para aplicação em outras destinações. Portanto, o Estado do Rio Grande do Sul foi citado como um exemplo de correção no próprio relatório da CPI. Sendo assim, deveríamos talvez por isso o Governador daquele Estado tenha encaminhado esse ofício para o Senado encaminhar um ofício ao Governador do Rio Grande do Sul dizendo que o Estado estaria liberado para tratar da renegociação das suas dívidas, a exemplo dos outros Estados, e que a restrição para a sétima parcela não existe mais porque o próprio relatório da CPI já deu o "nada consta" quanto ao processo do Rio Grande do Sul.

Procurei fazer um resumo do parecer, explicando-o com mais detalhes, para que os Srs. Senadores pudessem entender melhor a matéria. Não se trata de simplesmente querer refazer ou voltar atrás no que foi feito na CPI dos Precatórios. Não. O relatório foi ao Ministério Público e está em vigor. Estamos esperando que a Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos marque uma data, em função do requerimento que fiz, para que o Procurador-Geral da República venha aqui explicar o que está fazendo com o processo da CPI. Agora, o Rio Grande do Sul não estava sendo punido, mas sustamos o processo para verificar se naquela parcela havia irregularidade. Não havendo, o que deveríamos fazer? Enviar uma carta ao Rio Grande do Sul comunicando que não há nada e que eles podem tratar com o Governo Federal para renegociar essa dívida.

Esse é o parecer do Relator. Que se envie ofício ao Governador do Rio Grande do Sul, porque, do ponto de vista da CAE, ele pode tratar com o Governo Federal para renegociar sua dívidas nos moldes que foram feitos para outros Estados. Quem emitiu títulos em 1995/1996 não entra na negociação, quem teve excesso, mesmo antes de 1995/1996, apurado pela CPI, não pode rolar por 30 anos, mas, por, no máximo 10 anos, como foi feito em São Paulo. O restante está fora da renegociação.

Era esse o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – A conclusão do parecer de V. Ex.^a é a mesma que consta...

O SR. VILSON KLEINÜBING – Exatamente. Estou enviando ofício ao Governador.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Tem a palavra o Senador Lauro Campos.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma rápida intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Pois não. Em seguida, tem a palavra o Senador José Fogaça.

Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS – Sr. Presidente, não obstante eu concordar em gênero, número e grau com o relatório do Senador Vilson Kleinübing, que tem a maior competência e a maior probidade para tratar desses assuntos e de outros mais, eu gostaria de, tendo em vista uma notícia que li na imprensa, pedir vista para esclarecer um ponto que ficou obscuro para mim.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – O Senador Lauro Campos pede vista. Está concedida a vista.

Passa-se ao Item nº 2, não terminativo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – V. Ex.^a tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Não estou entendendo bem o roteiro da nossa reunião. Abordamos vários aspectos da pauta normal e não terminamos nenhum por falta de quorum. Depois, surgiu quorum. Agora estamos analisando pauta extra?

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Solicitei a compreensão da Casa para a orientação que a Mesa estava adotando, salvo decisão em contrário. Iremos proceder à leitura do parecer de cada projeto, encerrar a discussão de cada item da pauta primitiva. Estamos encerrando a discussão, a leitura do parecer...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Incluindo a pauta suplementar?

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Encerrando a pauta. Esse é o último item. Em seguida, passaremos à discussão e votação de cada projeto.

O SR. LAURO CAMPOS – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de alertar a Mesa para o fato de que até há pouco não havia quorum. Então foi adotada essa sistemática. Mas agora a preocupação é que, dentro de pouco tempo, não haverá quorum novamente.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – A preocupação da Mesa, caro Senador Lauro Campos, é que estávamos aguardando a constituição de quorum. Essa constituição foi verificada. Estamos concluindo a pauta em relação ao conhecimento do

parecer e da discussão. Concluamos a pauta nesse sentido. Falta apenas um projeto que me parece simples. Depois começaremos a discussão para efeito de votação.

Vamos concluir os trabalhos, querendo Deus, antes das 13 horas.

O SR. LAURO CAMPOS – Meu receio é que a reunião se esvazie e não tenhamos **quorum** novamente.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Não. Há matérias importantes nos projetos e Senadores interessados em sua decisão.

Item 2: Solicitação do Governo do Estado de Alagoas para que seja procedida a alteração do contrato de operação de crédito firmado com a Caixa Econômica Federal relativo ao programa de apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados especificamente no que se refere ao programa de desligamento voluntário PDV – no sentido de permitir que o saldo remanescente seja utilizado para o pagamento de salários em atraso dos servidores públicos estaduais. Relator: Senador Ney Suassuna. O parecer é favorável nos termos do PRS que apresenta.

Solicito ao Senador Leonel Paiva que proceda à leitura do parecer em razão da ausência do Senador Ney Suassuna.

O SR. LAURO CAMPOS – Sr. Presidente, apenas para ganhar tempo, quero avisar que vou pedir vista desse projeto também.

O SR. LEONEL PAIVA – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir encarecidamente ao nobre Senador Lauro Campos que fizesse um esforço, em nome do empenho do Senador Guilherme Palmeira que acompanhou todos os nossos trabalhos, mesmo não sendo membro desta Comissão, e retirasse seu pedido de vista para que pudéssemos votar, incontinenti, essa matéria a fim de que o Estado de Alagoas possa saldar dívidas trabalhistas.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – O Senador Leonel Paiva solicita ao Senador Lauro Campos a gentileza de retirar o seu pedido de vista, em face da urgência e gravidade da matéria.

O SR. LAURO CAMPOS – Infelizmente, Sr. Presidente, não me sinto perfeitamente instruído e com capacidade para votar nesse caso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin, pela ordem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, como está sendo pedida vista da matéria, eu gostaria

de solicitar uma informação ao órgão gestor dessa questão – o Ministério da Fazenda. Vou redigir um requerimento, mas quero a manifestação do Ministério a respeito disso, porque, Sr. Presidente, apesar de todo o apreço que tenho pelo meu querido amigo Senador Guilherme Palmeira, que me pediu pelo projeto, eu não sabia qual era o seu conteúdo.

O que é o PDV? É o Programa de Demissão Voluntária criado pelo Governo para financiar desligamento voluntário de servidores. Teoricamente, esse programa é dimensionado entre duas pessoas: uma que afirma quanto é o potencial de demissíveis, e outra que acredita em qual é o potencial. Vamos imaginar que o interlocutor A dissesse para o B uma previsão estapafúrdia para cima, que, evidentemente, não viria a se concretizar. A utilização do saldo remanescente para pagar salários atrasados é a mais nova linha de crédito que conheço, é uma linha de crédito para pagar salários. Se sei que há saldo remanescente, é lógico que atrasarei. O interlocutor A programará o atraso para pagar com um empréstimo decorrente da previsão a maior e não-concretizada do PDV.

Se o Estado de Alagoas for alcançado com essa linha de crédito, também vou querê-la para o meu Estado, onde ainda não foi pago o 13º de 1997. Sou a favor, é claro, de um empréstimo para pagar salários atrasados de pessoal, porque considero que o maior roubo que se pode fazer contra um trabalhador é tomar o seu salário. Todos os ladrões devem ser condenados, mas o ladrão de salário tem que ter uma pena maior. No inferno de Dante, deve haver uma temperatura maior, um pouco mais de agulha, um pouco mais de sofrimento para o sujeito que roubou o salário de outro. O sujeito que roubou o dinheiro que outro ganhou na loteria – ou naqueles cassinos que serão legalmente abertos no Brasil – tem que ser condenado. É dinheiro de jogo, que não representou suor de trabalho, mas de tensão, talvez. Roubou dinheiro de salário é realmente algo cruel. Se for aberta uma linha de crédito para financiar salário atrasado, quero uma linha de crédito para Santa Catarina. E é isso o que desejo saber do Ministério da Fazenda...

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Não apenas roubar, mas também atrasar deveria resultar em cadeia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sim, atrasar também é roubar, Sr. Presidente. O sujeito tem compromissos.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Muitos Estados estão atrasando, esquecidos de que salário é alimento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Concordo com V. Ex^a. Atrasar é roubar.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – No dia em que o pagamento de V. Ex^a atrasar, V. Ex^a gritará.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Atrasar salário é roubá-lo, na minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Na minha também.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Por isso, é o crime que precisa do maior castigo. Essa é a minha tese, e V. Ex^a, pelo que vejo, concorda com ela.

Então, neste caso específico, além da vista, peço que seja aprovado o seguinte requerimento:

Requeiro ao Ministério da Fazenda – eu o redigirei em seguida, mas já o enuncio – "que informe se concorda com o uso de recursos não-utilizados de PDV para pagamento de salários atrasados."

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Se ele é favorável?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Se ele concorda com isso.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Concedida vista ao Senador Lauro Campos.

O SR. GUILHERME PALMEIRA – Um momento, Sr. Presidente. Eu pedi a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Com a palavra o Senador Guilherme Palmeira.

O SR. GUILHERME PALMEIRA – Apesar de não ser membro da Comissão, penso que não cabe, Senador Esperidião Amin, Senador Lauro Campos e Sr. Presidente, fazer uma análise aqui da crise por que passa Alagoas, que é profunda e tem raízes. Este não é o momento, e isso não esclareceria.

O que há é o seguinte: dentro desse processo de recuperação das finanças alagoanas, houve um compromisso do Governo Federal de repassar – não sei de onde – uma determinada quantidade de recursos, exatamente para se tentar pôr em dia a folha atrasada dos funcionários públicos de Alagoas. Tenho certeza de que ninguém roubou o funcionário; as circunstâncias levaram a isso, porque, pelo menos nós, em Alagoas, procuramos lidar com seriedade e tentar acertar. Foi uma crise que veio de muito e estourou quase que recentemente.

Então, há esse compromisso do Governo Federal, e houve dificuldades de onde buscar esses recursos para cumprir um protocolo assinado entre o Governo do Estado e o Governo Federal no sentido de se complementar mensalmente, se não me engano, cerca de R\$ 10 milhões, se pondo em dia a folha atrasada dos funcionários. A questão é que foi apro-

vado aqui um crédito, se não me engano, de R\$300 milhões, para que Alagoas fizesse essa negociação do PDV, e, no decorrer do processo, alguns funcionários desistiram da sua adesão ao Programa de Desligamento Voluntário. Então, se constatou que havia, dos recursos aprovados pelo Banco Central e depois ratificados por esta Casa, de empréstimo com esse sentido, essa sobra de R\$22 milhões. Então, acho por bem o Governo Federal e, evidentemente, com o apoio do Tesouro Nacional de entrar em contato com o Banco Central e com o Governo do Estado de Alagoas para que esses recursos já aprovados pudessem ser utilizados em cumprimento àquilo que o Governo Federal se comprometeu a repassar para o Estado de Alagoas. Então, o histórico é esse, há a concordância do Tesouro Nacional, aqui está a concordância do Banco Central, e falta o respaldo político acredito que o Senador Lauro Campos está sendo esclarecido, e isso simplesmente vai atrasar mais e mais o já sofrido funcionário público de Alagoas, que estava na esperança de mais rapidamente poder voltar a receber os seus atrasados e o salário a que têm direito, porque lamentavelmente o descontrole do Governo do Estado chegou a isso.

É essa a posição.

E faço um apelo e foi feita a coisa para que se possa dispensar isso. Está dentro do crédito, os recursos existem, é só protelar uma situação que não vai prejudicar diretamente só o Estado, vai prejudicar o seu servidor, o sofrido servidor do Estado de Alagoas.

Esse é o esclarecimento que eu queria fazer. Não há nenhum subterfúgio nem coisa alguma; está dentro do que foi aprovado. É simplesmente a transformação de um crédito de demissão voluntária para se pagar um atrasado, que é um compromisso do Governo Federal com o Estado de Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS – Sr. Presidente, estou disposto a retirar o meu pedido de vista desde que S. Ex^a o Senador Amin também retire o seu pedido de informação ao Ministério da Fazenda, porque, do contrário,...

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – E agora, Senador Amin?

O SR. LAURO CAMPOS – ...eu estarei prejudicando a intenção do Senador Amin.

O SR. GUILHERME PALMEIRA – Eu faço um apelo ao Senador Amin em nome dos funcionários alagoanos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Com todo o respeito, quero saber qual é a opinião do Ministério da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Eu consultaria a Comissão se poderíamos marcar...

O SR. BELLO PARGA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Desculpe, eu estou falando.

O SR. BELLO PARGA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Eu indagaria dos Srs. Senadores se poderíamos marcar para amanhã, às 18 horas, uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos para apreciar especificamente este projeto, no pressuposto de que, até lá, a solicitação do Senador Esperidião Amin fosse atendida pelo Ministério da Fazenda.

O SR. BELLO PARGA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Pois não. Muito obrigado.

O SR. BELLO PARGA – Conquanto as intervenções do Senador Amin sempre são muito bem arrazoadas e fundamentadas, o requerimento de S. Ex^a me parece desnecessário, porque está aqui no parecer. No pronunciamento do Ministério da Fazenda, está bem expresso aqui. Houve que o Conselho Monetário Nacional emitiu um voto. Quer dizer, o Governo, as autoridades a quem o nobre Senador Amin quer-se dirigir já se manifestaram, autorizando, em caráter excepcional, que o Estado de Alagoas remanejasse o saldo não utilizado.

Então, não vejo por que protelar a votação. Isso porque essa informação que o Senador Amin deseja já consta do processado.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Por tê-la pedido em primeiro lugar, com a palavra, o Senador de Alagoas...

O SR. TEOTÔNIO VILELA – Dando continuidade ao que expôs o Senador Guilherme Palmeira, quero dizer que é do conhecimento de todo o Senado o drama de Alagoas, que há um ano chegou à beira do caos. O Brasil inteiro acompanhou pela TV e pela imprensa a situação em que se encontrava o Estado. Toda a Bancada de Alagoas, os Senadores, os Deputados Federais, juntamente com o Governador, Manoel Gomes de Barros, que naquela época assumiu em definitivo o Governo do Estado, fomos ao Ministério da Fazenda. Depois de longas e quase intermináveis reuniões, fez-se um protocolo de interações, no qual o Governo Federal fez uma série de exigências das mais severas que deveriam ser cum-

pridas pelo Governo de Alagoas, visando ao ajuste fiscal do Estado.

Nesse protocolo há um item segundo o qual deveriam ser atendidas e cumpridas uma série de exigências como contrapartida ao comprometimento do Governo Federal de pagar os salários atrasados até então – a partir da posse do Governador Manoel Gomes de Barros, nenhum mês de salário foi atrasado. O Governo de Alagoas atendeu a todos os itens do protocolo. Para se ter uma idéia do ajuste feito, basta mencionar que, à época, os encargos financeiros com a folha de pessoal suplantavam em mais de 10% o total da receita do Estado e hoje esse percentual – que é decrescente – representa 75% dessa receita.

O Governador, com os recursos próprios do Estado, fez frente a todas essas obrigações, que diziam respeito aos salários atrasados em cerca de oito meses. O Governo Federal, atendidas as exigências feitas ao Estado de Alagoas, passou a cumprir o seu compromisso de, parceladamente, pagar os salários atrasados. O dinheiro usado para honrar esse compromisso é proveniente do BNDES; é um adiamento por conta da futura privatização da Companhia de Eletricidade do Estado. E assim estava-se procedendo. Já foram pagos aproximadamente 60% dos salários atrasados por essa via de antecipação dos recursos da privatização da empresa de eletricidade.

No entanto, com o advento da crise econômica da Ásia, as privatizações que se seguiram não obtiveram os ágios que as primeiras delas conseguiram aqui no Brasil – casos das empresas de São Paulo e do Ceará. Com isso, o BNDES e a Eletrobrás não se sentiram mais seguros para continuar adiantando os recursos da privatização, uma vez que passou a ser uma incógnita o valor real pelo qual será privatizada a Companhia de Eletricidade de Alagoas.

Os funcionários públicos de Alagoas não têm culpa dos erros na condução do Estado. Em Alagoas criou-se uma expectativa muito positiva, no sentido do resgate da confiança e da credibilidade públicas. As instituições estão funcionando normalmente, como é o caso da educação e da saúde. O Estado está construindo obras hídricas muito importantes neste momento de seca e há um novo estado de espírito no Estado de Alagoas, devido a esse verdadeiro mutirão feito pela Bancada federal, juntamente com o Governo Federal, que conta com o apoio do Governador Manoel Gomes de Barros.

A interrupção do pagamento dos salários atrasados, que não pode ainda ser bancado pelas economias próprias do Estado, vai criar um trauma novamente, uma ansiedade, uma aflição que os ala-

goanos, entre eles os funcionários públicos, não merecem.

O Governo Federal tem o compromisso de resgatar o restante dos salários atrasados. A diferença do PDV foi o caminho encontrado para dar início a esse resgate, porque é uma operação já aprovada pelo Congresso Nacional e pelo Conselho Monetário Nacional, que se manifestou favoravelmente com relação a essa transferência. Também a Secretaria do Tesouro concorda com ela – o Sr. Pedro Parente esteve presente à reunião do Conselho Monetário Nacional e usou da palavra defendendo essa posição.

Tendo em vista o exposto, faço um apelo ao Senador Esperidião Amin e aos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos no sentido de que não retardemos a solução desse problema, que está sendo acompanhado pelo Estado de Alagoas. Esta Casa, de uma forma ou de outra, terá realmente de se debruçar sobre esse problema para ajudar a resolvê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – A Mesa esclarece que se empenhou para que concluíssemos a discussão dos pareceres, numa primeira tentativa, partindo do pressuposto de que este projeto, por ser o mais dramático, o mais urgente, seria objeto de uma decisão mais rápida. Preocupa-me o fato de que podemos acabar dando razão ao Senador Lauro Campos: invertemos a Ordem do Dia e vamos terminar não votando a matéria.

Portanto, peço a todos que emitam sinteticamente a sua opinião a respeito da matéria. Teremos a seguinte ordem: Senadores Pedro Piva, Vilson Kleinübing, Jefferson Péres e José Fogaça. Solicito a todos que sejam breves, pois, do contrário, encerrar-se-á o prazo de uma hora, durante o qual nos propomos a votar todos os projetos. Este é o último projeto a ser votado, a menos que haja pedido de vista.

Peço aos Senadores que permaneçam na mesa, que ninguém saia até que tenhamos votado os projetos em pauta.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Piva.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, queria reiterar meu apelo ao Senador Amin. Realmente, já está implícito no voto que o Conselho Monetário, em caráter excepcional, autoriza o Estado de Alagoas.

Além disso, Senador Esperidião Amin, não aprovando a matéria, vamos prejudicar aquelas pessoas que, justamente, V. Ex^a quer preservar: os trabalhadores que não vão receber seus salários.

Então, encareço ao Senador Esperidião Amin e aos outros Senadores que votem a matéria e que o façam ainda hoje, já, para que se favoreça esta tão sofrida Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Concedo a palavra ao eminente Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, quero deixar claro desde o início que fico satisfeito e feliz ao ver os Senadores de Alagoas lutando para conseguir recursos para seu Estado, a fim de resolver um problema sério, como é o caso dos salários atrasados dos funcionários.

Entretanto, não posso deixar de manifestar a minha opinião sobre essa questão aos membros desta Comissão. Onde é que vamos parar? Por que estamos nos reunindo aqui? Vejam, Ex^{as}, estamos, na verdade, autorizando a Caixa Econômica a fazer um empréstimo de R\$27 milhões, para que o Governo de Alagoas honre a sua folha de pagamento. Quantas prefeituras, quantos Estados virão amanhã aqui pedir a mesma coisa?

Já cometemos a estupidez de permitir que se privatizem empresas – patrimônio público – para pagar despesas. Não aconteceu nada. Foi concedida uma liminar e o Senado "lavou as mãos": deixou "torrar".

Agora, agimos pior ainda: o que vamos fazer já não é vender patrimônio para pagar despesas, mas autorizar empréstimo para tal fim.

Sabe-se que Alagoas vive uma situação emergencial. O Governo Federal encampou a solução desse problema. A maneira mais simples para resolver isso, para não criar tantas alternativas equivalentes é fazer uma transferência voluntária dos recursos do Tesouro da União para o referido Estado, como se faz para pagar a folha de pessoal do Distrito Federal e dos Estados que há pouco eram territórios e que até agora não dispõem de receita suficiente para isso. O que não podemos é criar uma regra para que qualquer um tenha o direito de dizer de pedir empréstimo, alegando que está com a folha atrasada. Tínhamos de estar fazendo outra lei. Proibir Estados e Municípios de fazer qualquer pagamento enquanto a folha não estivesse paga seria uma decisão correta dos Senadores da República Federativa do Brasil, membros da Comissão de Assuntos Econômicos.

Como ficará esse déficit público? Não estou tirando o mérito da discussão de Alagoas, nem desconsiderando o desejo de resolver o problema do compromisso assumido pela União. É uma decisão

política do Governo Federal, correta no meu entendimento, superar a crise de Alagoas, mas que se resolva com transferência voluntária, como se faz para o Distrito Federal. Isso nos obrigará a autorizar todo empréstimo com qualquer banco – e não poderemos dizer nada – para honrar folhas de pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Ratifico plenamente a manifestação do Senador Vilson Kleinübing. Preocupa-me muito que o déficit público do País, que inclui Estados e Municípios, esteja crescendo mês a mês. Houve um grande aumento no primeiro trimestre deste ano.

Esse é o maior problema deste País, porque é condicionante de uma série de outros problemas. E vejo poucos Parlamentares preocupados com isso, Sr. Presidente, entre os quais devo destacar o Senador Vilson Kleinübing, que é uma voz quase isolada a clamar contra isso.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – A Mesa solicita ao nobre Senador que não faça esse juízo em relação aos outros Colegas desta Comissão. Trata-se de um problema que não é preocupação exclusiva do Senador Vilson Kleinübing.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Desculpe-me, Sr. Presidente, mas até eu me incluo nele.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Eu não incluo ninguém. Todos somos representantes de Estado. Tenho profunda preocupação com meu Estado e quero excluir-me, já que não posso fazê-lo em relação aos outros.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, todo o Senado está preocupado com isso, mas quem eu vejo clamar mesmo – e com veemência – é o Senador Vilson Kleinübing.

Gostaria, Sr. Presidente, de estar mais bem informado. Qual é o montante do atraso da folha de Alagoas? Faltam informações no processo. Votamos, muitas vezes, Senador Guilherme Palmeira...

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Senador Teotônio Vilela Filho, por favor, está-se indagando qual o montante da dívida.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Pergunto quanto o Governo do Estado de Alagoas deve aos seus funcionários. V. Ex^a tem idéia do montante?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO – R\$120 milhões.

O SR. JEFFERSON PÉRES – É um dado importante, ou seja, esses R\$27 milhões atenderiam aproximadamente um quarto desse atraso.

Sr. Presidente, de qualquer modo, esta comissão está dependendo da manifestação do Senador Esperidião Amin, uma vez que a desistência do pedido de vista do Senador Lauro Campos está condicionada à retirada do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Senador Esperidião Amin, toda a Casa está atentamente aguardando V. Ex^a.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, gostaria de ter apenas uma razão pela qual abrirei mão do meu requerimento.

Confiando na exposição feita pelo Senador Lauro Campos, retirarei o requerimento, porque, primeiramente, ele já está cumprido: o Conselho Monetário expressou-se; logo, também o Ministro da Fazenda. E, em homenagem aos Senadores Guilherme Palmeira e Teotônio Vilela Filho, que estão aqui presentes, deixo registrada a seguinte observação: tenho em mente as graves ocorrências que se deram no Estado de Alagoas em meados do ano passado, imediatamente antes que o então Governador Divaldo Suruagy deixasse o exercício do cargo. Houve confronto com a polícia, cenas violentas.

Reconheço, como disse o Senador Teotônio Vilela Filho, que hoje há uma aparência de normalidade na prestação de serviço, embora haja remanescente uma parcela substancial de salários não quitada.

Lembro-me de que o Governo Federal assumiu obrigações não gratuitas, mas vinculadas a compromissos do Estado – salvo engano, a revogação do acordo com os usineiros, que já foi objeto de uma ou duas leis estaduais, e a demissão voluntária. Tenho notícia, portanto, de que há algum progresso nesse aspecto.

Pelo fato de já conhecer a manifestação do Ministério da Fazenda, que está implícita, e por saber – repito – que a União assumiu esses compromissos, até porque, se houvesse intervenção, a conta seria a mesma e o processo de votação das reformas constitucionais seria suspenso por força da Constituição, retiro meu requerimento.

Essa é a última parte da homenagem. Solicito, contudo, aos Senadores Teotônio Vilela Filho e Guilherme Palmeira que não me peçam para votar favoravelmente. De todo modo, não embarçarei a votação.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Peço urgência, porque está havendo uma inversão. O Relator até agora não falou e terá apenas dois minutos para fazê-lo.

Peço ao Senador José Fogaça que, com sua lucidez e inteligência, sintetize seu pensamento, como é da sua tradição.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, há poucos minutos, tive a surpresa de um pedido de vista do Senador Lauro Campos para um relatório e consequente parecer do Senador Vilson Kleinübing a respeito de um ofício enviado pelo Rio Grande do Sul.

Não fiz apelos, pois essa é uma questão referente ao Rio Grande do Sul tão meridiana, tão simples, tão solar, que não há o que objetar nesse processo, principalmente porque o Senador Vilson Kleinübing, como registrou o Senador Jefferson Péres, é muito criterioso e rigoroso com essas questões.

O atraso de cinco dias – já que o Senador Lauro Campos só tem cinco dias, e ninguém mais pode pedir vista depois que a primeira foi pedida – não chega a causar – digamos assim – uma aflição política no Rio Grande do Sul, embora todos nós, representantes do Estado, queiramos sempre e momentaneamente dar celeridade aos processos de nosso interesse no Senado Federal. No entanto, penso que o direito do pedido de vista só é aceitável, se não se tratar de questão dramática que envolva consequências humanas imediatas.

O caso de Alagoas é diferente: envolve resultados humanos, ou seja, o pagamento dos salários dos trabalhadores e funcionários públicos, gerando aflição política e também um problema de ordem social. Há, todavia, uma ambivalência nesse projeto, Sr. Presidente: ele é bom no presente e ruim a longo prazo, ou seja, Alagoas hoje será beneficiada e amanhã pagará muito caro por essa operação. Se eu fosse Governador de Alagoas, não aceitaria essa solução, pois ela é a pior para o Estado. Qualquer operação de crédito, qualquer recurso que eu tenha de solicitar junto à rede bancária – mesmo à Caixa Econômica Federal, que oferece juros um pouco mais baixos –, para fazer frente a despesas correntes, a pagamento de folha de funcionários, é uma operação ruim, danosa, contrária aos interesses de Alagoas. É assim que vejo.

O ideal é o que foi acordado no âmbito e no marco do programa de restauração das finanças de Alagoas como um todo. E o que foi acordado aqui? Que o Governo Federal repassaria recursos a fundo perdido, sem custos desta ordem. Não apenas porque Alagoas terá que pagar à Caixa Econômica Federal, mas porque terá que pagar, possivelmente, o dobro daquilo que está pagando hoje, porque os juros vão sobrecarregar essa dívida.

De modo que acho isso ruim para a Alagoas de amanhã. Só resolvo esta ambivalência – o projeto é bom para hoje e ruim para amanhã – diante da consciência de que existe uma aflição, de que existe uma dramaticidade e de que existe uma assunção de responsabilidade por parte do Governador, do Banco Central e do Conselho Monetário, onde estão assentados o Ministro do Planejamento, da Fazenda e o Presidente do Banco Central. E, agora, as próprias lideranças maiores de Alagoas vêm fazer esse apelo. Ora, eles sopesaram essa questão. Creio que é um risco, uma atitude desesperada, que tem consequências graves para o Estado, custará muito caro para Alagoas esse tipo de operação. Se eu fosse representante de Alagoas, iria pleitear por outros caminhos, mas vejo que há uma aflição, há um imediatismo, uma tensão dramática enorme. Nesse sentido, resolvo minha ambivalência votando a favor, Sr. Presidente.

O SR. TEOTÔNIO VILELA – Sr. Presidente, gostaria de fazer um rápido esclarecimento a respeito das palavras do Senador José Fogaça, que julgo serem importantes para o juízo dos Srs. Senadores.

Não se trata de um empréstimo, Senador José Fogaça, a juros de mercado. É um empréstimo, esses recursos direcionados para o PDV têm um tratamento especial. Fazem parte da rolagem da dívida pelo Estado para serem pagos por 30 anos com juros de 6% ao ano. Então, realmente, é uma condição diferente, não é o ideal, concordo. Em relação ao restante dos juros, trabalharemos nessa via de uma transferência voluntária do Tesouro para fazer frente ao restante. Isso demanda tempo, demanda articulação, de modo que foi realmente pesado, medido com respeito à oportunidade, mas, quero aqui enfatizar, não é um empréstimo a juros de mercado, mas uma condição diferenciada para esses recursos.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – A Mesa concederá a palavra, por alguns instantes, ao Senador Leonel Paiva, que é o Relator. Concedo a palavra a V. Ex^a a destempo, mas ainda há tempo de V. Ex^a influir na decisão da Casa.

O SR. LEONEL PAIVA – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, gostaria de agradecer aos eminentes Senadores Lauro Campos e Esperidião Amin pela posição assumida com uma grandeza ímpar. Gostaria de comentar rapidamente a intervenção do Senador Pedro Piva, que penso ter sido fundamental.

Pouco tenho a relatar, uma vez que o assunto foi exaustivamente discutido. Passo a ler o voto do Relator Ney Suassuna, que é o meu voto.

"O Banco Central do Brasil, mediante Parecer nº 94.473, de 06/05/98, informa que o Conselho Mo-

netário Nacional, por intermédio do Voto 60/98, autorizou, em caráter excepcional, que o Estado de Alagoas remanejasse o saldo não utilizado na execução do PDV para o pagamento de folha salarial em atraso. O referido Parecer conclui favoravelmente ao pleito, na medida em que não se trata de nova operação de crédito e houve lei autorizativa da Assembléia Legislativa Estadual para o remanejamento pleiteado.

Pelo exposto, manifesto-me favoravelmente ao atendimento do pleito do Governo do Estado de Alagoas nos termos que se seguem."

Aqui está o Projeto de Resolução, que deverá ser publicado.

Este o meu relatório e o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Está encerrada a discussão do Projeto.

Iniciaremos a votação dos projetos a partir do Item I.

Discussão e votação.

O SR. LEONEL PAIVA – Requeiro a inversão de pauta, uma vez que esse assunto está pronto para ser votado. Votaríamos este em primeiro lugar e, então, retomariamos o Item I.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – O Relator pede a inversão de pauta para que se vote agora o Projeto que acaba de ser discutido, de interesse do Estado de Alagoas.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.. (Pausa.)

Em discussão o Projeto relativo ao Estado de Alagoas.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, solicito a palavra apenas para fazer uma declaração.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Concedo a palavra ao Senador Vilson Kleinübing para fazer uma declaração.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, reitero que meu voto não é contrário a Alagoas e muito menos contrário aos dois Senadores. Quero dizer apenas que não foram pagos R\$120 milhões. Com este empréstimo, serão pagos R\$27 milhões, quanto aos outros R\$93 milhões, o Governo Federal terá que dar uma solução. Por que isso não é feito de modo a evitar a abertura de precedentes que nos obrigaria a aprovar daqui para frente matéria semelhante? Porque não fazem dessa maneira?

Votarei contrariamente ao projeto. Quero lembrar aos membros desta Comissão que teremos muitos pedidos de empréstimos para pagar folha de pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – A Comissão ouviu atentamente a observação de V. Ex^ª.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, solicito a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Concedo a palavra a V. Ex^ª.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, gostaria de confirmar meu voto contrário.

O SR. LAURO CAMPOS – Sr. Presidente, solicito a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Concedo a palavra a V. Ex^ª.

O SR. LAURO CAMPOS – Sr. Presidente, votarei contrariamente. Gostaria de dizer que o PDV foi uma forma de atrair os funcionários públicos para a demissão, para o "olho da rua". Acreditaram que haveria uma indenização caso optassem pelo desemprego, e essa indenização não lhes foi paga. Agora, estão usando o montante de empréstimo da Caixa Econômica para sanar um pouco essas agruras a que foram submetidos os funcionários públicos de Alagoas.

De modo que, então, votarei contrariamente ao Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Item II, refere-se ao Ofício nº 39, de 1998.

Procederemos à votação, que é simbólica.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com os votos contrários dos Senadores Lauro Campos, Esperidião Amin, Vilson Kleinübing e Osmar Dias.

Aprovado o Projeto, com a condição de que os Srs. Senadores permaneçam na Comissão.

Em discussão o Item I.

O SR. COUTINHO JORGE – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Concedo a palavra a V. Ex^ª.

O SR. COUTINHO JORGE – Sr. Presidente, sei que o Relator, Senador Jefferson Péres, já proferiu parecer sobre esse projeto.

Esse projeto pretende a exploração de corte raso da floresta amazônica. Publicação recente do INPE mostrou que 1995 foi o pior ano em relação à exploração da floresta amazônica. O recente incêndio no Estado de Roraima, as declarações descabidas e inoportunas do General norte-americano Patrick Hughes, que não tem a mínima autoridade para falar da exploração florestal amazônica, considerando que seu País é o maior emissor de gases tóxicos geradores do efeito estufa e que a floresta é um sumidouro desses gases, quero dizer que esta proposta vem, realmente, de encontro a uma série de providências que o Governo Federal está tomando, como,

por exemplo, um decreto sobre o corte raso, que exige a aprovação da área pelo isolamento ecológico econômico, e manutenção de 50% da área da floresta originária. Esse projeto permite, por exemplo, sejam preservados 700 hectares quando da utilização de 700 hectares, numa área de 1000 hectares. Mas, não se tendo os 1400 hectares, outras áreas são envolvidas.

Portanto, passa a ter um conceito, não de propriedade, mas de bacia, que não tem nada a ver com a metodologia e os critérios da exploração da Floresta Amazônica.

Por isso mesmo, por ser contrário ao encaminhamento que o Governo Federal está fazendo em relação à política florestal, que não existe na Amazônia, e porque o Governo está desenhando uma política florestal baseada no que se chama de florestas nacionais, na minha opinião, deveríamos realmente ampliar o número de florestas nacionais, para que a exploração econômica fosse feita somente nelas, e não na Amazônia de um modo geral. Quem conhece a Amazônia sabe que, jamais, Governo algum vai controlar a exploração florestal usando qualquer estratégia, qualquer legislação vigente. Não é possível. Só é possível, como existe em outros países, ampliar o número de florestas nacionais e controlar a exploração racional da madeira. Com isso, pode-se realmente não destruir a Amazônia e manter uma atividade econômica.

Desse modo, somos contra o projeto, que tem boas intenções, mas de boas intenções o inferno está cheio. Trata-se de um projeto intempestivo e inoportuno, portanto. Concordo em gênero, número e grau com a postura do Senador Jefferson Péres, que, de forma sucinta, mostrou tudo isso. Portanto, endosso o voto e o parecer de S. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Em votação o projeto correspondente ao Item nº 1.

Os Srs. Senadores que estão de acordo com o voto contrário queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado o projeto.

Item nº 2. O voto do Senador Gilvam Borges é contrário.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o voto do Relator.

O projeto correspondente ao Item nº 3, pertinente ao custo de cada parcela rural em projeto de colonização oficial, com parecer favorável do Senador Jonas Pinheiro, é de autoria do Senador José

Bianco. O projeto é terminativo e, conseqüentemente, a votação é nominal. Trata-se de um substitutivo.

A votação é nominal. Estamos em fase de votação de todos os projetos, exceto o de Alagoas e outro.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. LAURO CAMPOS – Favorável, mas reservo-me o direito de apresentar emenda oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Favorável, portanto.

Dez votos a favor.

Aprovado o substitutivo. É terminativo.

O item nº 4 foi retirado de pauta.

O item nº 5 trata da inclusão de código de identificação tático entre as características gerais das cédulas colocadas em circulação. Parecer favorável do Senador Beni Veras.

A votação é nominal.

O segundo projeto relatado é terminativo, o projeto nº 2, e o parecer é contrário. Logo, é favorável ao primeiro projeto com um substitutivo e o outro é contrário. Então, a votação é nominal.

Quem estiver de acordo com o voto do Relator em relação aos dois projetos queira responder.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Aprovado o projeto.

O item nº 6 é o Projeto de Lei nº 115, com parecer contrário do Senador Vilson Kleinübing. É uma votação nominal.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Treze votos de acordo com o parecer do Relator. Aprovado.

Item nº 7. Ele é terminativo e o parecer, favorável. Autoriza as pessoas jurídicas de direito privado que mencionam a concederem empréstimos em dinheiro mediante o penhor de bens móveis. O parecer é por ouvir a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A votação é simbólica. Quem estiver de acordo queira permanecer como está. (Pausa.)

Aprovado o projeto. Foi aprovada a remessa da matéria à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O nº 8 foi retirado em razão da ausência do autor do projeto, Senador José Eduardo Dutra.

Ao item nº 1 da pauta foi concedida a vista ao Senador Lauro Campos e o item nº 2 já foi votado.

Encerrados os trabalhos da Comissão.

(Levanta-se a reunião às 12h38min.)

ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO Nº 8, DE 1998

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições regimentais e regulamentares, e à vista da proposta do Diretor da Subsecretaria de Segurança Legislativa, constante do Processo nº 006521/98-3,

RESOLVE:

Art. 1º. O inciso I, do § 2º., do art. 1º., do Ato do Primeiro-Secretário nº. 04, de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“I - 18 (dezoito) vagas distribuídas proporcionalmente entre os gabinetes dos Senhores Senadores e Lideranças Partidárias, localizados no edifício principal, junto à área do estacionamento;”

Art. 2º. O § 3º., do art. 1º., do Ato do Primeiro-Secretário nº. 04, de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3º. O Estacionamento privativo do Anexo I, descrito no inciso III deste artigo, possui 20 (vinte) vagas numeradas, destinadas aos diretores da Casa.”

Art. 3º. O *caput* do art. 4º., do Ato do Primeiro-Secretário nº. 04, de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º. Os estacionamentos descritos no art. 1º. terão o acesso controlado pela Subsecretaria de Segurança Legislativa, exceto o Estacionamento da Gráfica (inciso XVI).”

Art. 4º. Os §§ 2º., 4º. e 8º. do art. 4º., do Ato do Primeiro-Secretário nº. 04, de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º. O ingresso nos estacionamentos descritos nos incisos X, XI, XII, XIII, XIV e XV do art. 1º. far-se-á mediante a apresentação da identificação funcional.”

“§ 4º. A renovação dos cartões de estacionamento não será automática, devendo cada órgão do Senado Federal preencher os formulários específicos que lhes serão enviados pela Subsecretaria de Segurança Legislativa na época da emissão dos novos cartões e devolver com a assinatura do respectivo chefe de cada unidade, acompanhados de ofício.”

“§ 8º. Para alteração dos dados ou a mudança de titularidade do cartão de estacionamento, a solicitação deverá ser encaminhada à Subsecretaria de

Segurança Legislativa, acompanhada de ofício, juntamente com a devolução do cartão antigo.”

Art. 5º. O *caput* do art. 7º, do Ato do Primeiro-Secretário nº. 04, de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º. As vagas dos estacionamentos descritos nos incisos II, V e IX do art. 1º. poderão ser utilizadas em horário integral, por um único usuário, ou nos horários matutino e vespertino, por usuários diferentes - um para cada horário.”

Art. 6º. O § 2º, do art. 7º, do Ato do Primeiro-Secretário nº. 04, de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º. Em caso de obras ou outros impedimentos, a utilização dos estacionamentos descritos no art. 1º. limitar-se-á ao número de vagas disponíveis.”

Art. 7º. Fica a Subsecretaria de Administração de Pessoal autorizada a republicar o Ato do Primeiro-Secretário nº. 04, de 1998, com as mudanças introduzidas pelo presente Ato.

Art. 8º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 28 de maio de 1998


Senador RONALDO CUNHA LIMA
Primeiro-Secretário

ATOS DO DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 940, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, de acordo com os Atos nºs 09, de 1996, e 15, de 1997, da Comissão Diretora.

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores WANDERLEI PIRES DA SILVA, (matrícula 6099), como gestor titular e ALOYSIO NOVAIS TEIXEIRA, (matrícula nº 1852-SEEP), como gestor substituto, dos seguintes Contratos celebrados pelo Senado Federal:

Contrato nº 007, de 1995, com a empresa INDÚSTRIAS VILLARES S/A;

Contrato nº 009, de 1995, com a empresa ELEVADORES OTIS LTDA,

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de maio de 1998.

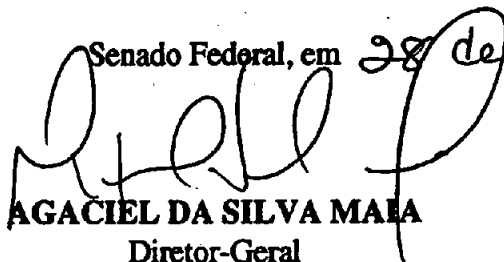


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 941, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do processo nº 007.239/98-0,

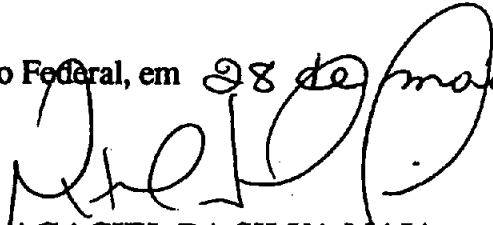
R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no art. 35, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990, **ABDON CLEMENTINO DE MARINHO**, matrícula nº 5588, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Liderança do PPB.

Senado Federal, em 28 de maio de 1998

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 942, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 007.239/98-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RODRIGO DE GIAVARINA E ALCÂNTARA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PPB.

Senado Federal, em 28 de maio de 1998

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 943, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4.º, § 1.º, da Resolução n.º 63, de 1997, e de acordo com o que consta do Processo nº 007.246/98-6.

R E S O L V E exonerar **HELMA SANTANA AMORIM**, matrícula nº 5583, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-2, e nomeá-la, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Ernandes Amorim.

Senado Federal, em 28 de maio de 1998


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 944, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar o servidor **FRANCISCO EDSON PORTELA DE ARAUJO**, matrícula 1066-SEEP, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo **FC05**, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, do Serviço de Produção Industrial Gráfica, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros a partir de 19 de maio de 1998.

Brasília, 28 de maio de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 945, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Designar o servidor **JOSÉ DA LUZ BATISTA**, matrícula 2049-SEEP, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC05, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, do Serviço de Produção Industrial Gráfica, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo terceiro turno, com efeitos financeiros a partir de 19 de maio de 1998.

Brasília, 28 de maio de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 946, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Dispensar o servidor **EDIVALDO TAVARES**, matrícula 1044-SEEP, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC06, de **ASSISTENTE TÉCNICO DE INSPEÇÃO DE QUALIDADE**, do Serviço de Controle de Qualidade, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros, a partir de 01 de junho de 1998.

Brasília, 28 de maio de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 947, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar a servidora **MARULI JOSEFA DA CONCEIÇÃO RAULINO**, matrícula 1134-SEEP, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC04, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, do Serviço de Acabamento, da Subsecretaria Industrial, e designá-la para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC06, de **ASSISTENTE TÉCNICO DE INSPEÇÃO DE QUALIDADE**, do Serviço Controle de Qualidade, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo quarto turno, com efeitos financeiros a partir de 21 de maio de 1998.

Brasília, 28 de maio de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 948, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar o servidor **RONALDO DE OLIVEIRA SANTOS**, matrícula 0818-SEEP, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC05, de **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**, do Serviço de Atividades Especiais, da Subsecretaria de Apoio Técnico, e designá-lo para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC05, de **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**, do mesmo Órgão, responsável pelo terceiro turno, com efeitos financeiros a partir de 25.05.98.

Brasília, 28 de maio de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 949, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Dispensar o servidor LUIZ EDUARDO QUARESMA PIMENTEL, matrícula **2266-SEEP**, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo **FC04**, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, do Serviço de Fotoeletrônica e Fotomecânica, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-lo para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo **FC06**, de **ASSISTENTE TÉCNICO INDUSTRIAL**, do mesmo Órgão, responsável pelo terceiro, com efeitos financeiros a partir de 15 de abril de 1998.

Brasília, 28 de maio de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 950, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Dispensar a servidora ALZIRA SOARES DA SILVA, matrícula **1321-SEEP**, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo **FC03**, de **AUXILIAR DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, do Serviço de Fotoeletrônica e Fotomecânica, da Subsecretaria Industrial, e designá-la para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo **FC04**, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, do mesmo Órgão, responsável pelo terceiro, com efeitos financeiros a partir de 15 de abril de 1998.

Brasília, 28 de maio de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 951, DE 1998**

DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Art. 19, parágrafo único, do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997, **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os gestores do contrato, titular e substituto, celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES** e a empresa abaixo relacionada:

J. CÂMARA & IRMÃOS S/A - JORNAL DE BRASÍLIA - Contrato de prestação de serviço de publicação em periódico diário, durante 12 (doze) meses (Processo n. 428/98-1) - Titular: **VERA LÚCIA MACHADO BARROSO**, matrícula 2104-SEEP; Substituto: **CIRIA RESILDES ZEGATTI**, matrícula 1914-SEEP.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília-DF, 28 de maio de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

Ato nº 633/95, do Sr. Diretor-Geral, que aposentou o servidor **SÉRGIO FIGUEIRA CASTELLO BRANCO**.

APOSTILA

Fica alterada a fundamentação legal do presente Ato para incluir o artigo 3º da Resolução SF nº 74, de 1994, c/c o Ato do Diretor-Geral nº 148, de 1994.

Senado Federal, em


Agaciel da Silva Maia
Diretor-geral

Ato nº 2443/97, do Sr. Diretor-Geral, que aposentou o servidor **HORLANDO RODRIGUES DE MENEZES**.

APOSTILA

Fica alterada a fundamentação legal do presente Ato para excluir o Ato do Diretor-Geral nº 148, de 1994.

Senado Federal, em

28 de maio de 1998

Agaciel da Silva Maia
Diretor-geral

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente : Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PFL

1. Elcio Alvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas (1) .
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleintübing
4. José Bianco

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. (Vago)
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres'
2. José Ignácio Ferreira

PPB (Ex- PPR + Ex-PP)

1. Eptacio Cafeteira
2. Osmar Dias

1. Lucídio Portella

PTB

1. Emilia Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Osmar Dias

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

(Atualizado em 13.04.98)

(1) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.

**SECRETARIA -GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPCÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)
ELIZABETH GIL BARBOSA VIANA (Ramal: 4792)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
CAS - RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
- VERA LÚCIA BATISTA SILVA (Ramal: 7285)
CCJ - VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)
CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)

COMISSÕES PERMANENTES

(ARTº 72 - RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: VAGO (1)

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES

SUPLENTEs

PFL

FRANCELINO PEREIRA	MG -2411/12	1-ROMERO JUCA	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING	SC -2041/42	2-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/62
GILBERTO MIRANDA	AM -3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO2231/32
BELLO PARGA	MA -3069/70	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
LEONEL PAIVA	DF- 1248	5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JONAS PINHEIRO	MT - 2271/72	6-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JÓAO ROCHA	TO -4071/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
JÚLIO CAMPOS	MT - 4064/65	8-DJALMA BESSA	BA- 2211/12

PMDB

GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/82
JOSÉ SAAD	GO-3149/50	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04

PSDB

JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
PEDRO PIVA	SP- 2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-SÉRGIO MACHADO	CE- 2281/85

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS VALADARES	SE-2201/02
		- PSB	
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229

PPB

ESPERIDÍAO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/19	VAGO
---------------	------------	------

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

FAX: 311-4344

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3ªs feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 13/05/98.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-EDISON LOBÃO	MA-2311/15
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/35
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	5-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
LEONEL PAIVA	DF-1046/1146	6-ROMEU TUMA	SP-2051/57
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	7-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	8-VAGO	
DJALMA BESSA	BA - 2211/12	9-VAGO	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2- JOSÉ SAAD	GO-3149/50
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/4078	3- PEDRO SIMON	RS- 3230/31
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	5-DJALMA FALCÃO	AL-2261/62
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
IRIS RÉZENDE	GO-2032/33	8-VAGO	
PSDB			
LUCIO ALCANTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-BENI VERAS	CE-1149
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
PPB			
ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-ARLINDO PORTO	MG- 2321/22

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4608/3515

SALA Nº 09-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
 Horário regimental: 4ª feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 07/05/98

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL****VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET****(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)****TITULARES****SUPLENTEs**

PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	2-EDISON LOBÃO	MA-2311/15
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-DJALMA BESSA	BA - 2211/12

PMDB			
JADER BARBALHO	PA-3051/53	1-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-GILVAM BORGES	AP-2151/52
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62	6-VAGO	

PSDB			
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-SERGIO MACHADO	CE-2284/87
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	3-OSMAR DIAS	PR-2124/25
BENI VERAS	CE-3242/43	4-PEDRO PIVA	SP-2351/52

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87

PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA- 4073/74	2- LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74

PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-ARLINDO PORTO	MG- 2321/22

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS
SECRETÁRIO: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311-4315

Atualizada em: 05/05/98

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
VICE-PRESIDENTE: JOEL DE HOLLANDA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
DJALMA BESSA	BA - 2211/12	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32	4- FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
ROMEU TUMA	SP-2050/57	7-VAGO (2)	
EDISON LOBÃO	MA-2311/46	8-VAGO	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-JOSÉ SAAD	GO-3149/50
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	5-DJALMA FALCÃO	AL-2261/62
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68	6-IRIS REZENDE	GO-2032/33
VAGO		7-VAGO	
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
SERGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
BENI VERAS	CE-3242/43	5-PEDRO PIVA	SP-2351/52
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2242/44
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIAO AMIN	SC-1123/1223
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-VAGO	

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Em virtude da posse do Senador Waldeck Omelas como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604 FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
 Horário regimental: 5ª feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 05/05/98

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1- VAGO	
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPIÑO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99	6- JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
PMDB			
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
PEDRO SIMON	RS-3230/31	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
JADER BARBALHO	PA-3051/53	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
VAGO (1)		5-IRIS REZENDE	GO-2032/33
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
EMÍLIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82
PPB			
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
PTB			
ARLINDO PORTO	MG- 2321/22	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19

(1) Em virtude do falecimento do titular, em 13.04.98

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)
SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
Horário regimental: 5ª feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 13/05/98

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**PRESIDENTE: VAGO****VICE-PRESIDENTE: SENADOR FREITAS NETO**
(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)**TITULARES****SUPLENTEs****PFL**

JOSE AGRIPINO	RN-2361/2367	1- JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/2047	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132	4- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	5-ROMEU TUMA	SP-2051/57
HUGO NAPOLEÃO	PI - 4478/4479	6-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
ELÓI PORTELA (cessão)	PI - 2131/37	7- VAGO (2)	

PMDB

NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
IRIS REZENDE	GO-2032/33	4-JOSÉ SARNEY	AP-2351/52
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	5- VAGO	
VAGO (3)		6- VAGO	

PSDB

JOSE IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PEDRO PIVA	SP- 2351/52	4-VAGO (1)	

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

JOSE EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397	1-VAGO	SP-3212/15
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07	2-EDUARDO SUPPLY (PT)	DF-2341/47
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3- LAURO CAMPOS (PT)	

PPB

LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIAO AMIN	SC-1123/1223
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA- 4073/74

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-ARLINDO PORTO	MG - 2321/22
---------------	------------	-----------------	--------------

(1) Falta indicação da liderança conforme nova proporcionalidade da atual sessão legislativa.

(2) Em virtude da posse do Senador Waldeck Ornelas como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.

(3) Em virtude da posse do Senador Renan Calheiros como Ministro de Estado da Justiça, em 7.04.98.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)**SALA Nº 13-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA****SECRETÁRIO: CELSO PARENTE****TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3292 (FAX)****TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/4607****FAX: 311-3286**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3ª feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 05/05/98

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

(Resolução nº 46, de 1993)

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON

(17 TITULARES E 09 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	3-DJALMA BESSA	BA - 2211/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		
PMDB			
JOSE SAAD	GO-3149/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62		
VAGO (2)			
VAGO			
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSÉ IGNACIO FERREIRA	ES-2121/22
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PEDRO PIVA	SP-2351/52		
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLYCY - PT	SP-3215/16	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
VAGO			
PPB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/55
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/3219	ARLINDO PORTO	MG - 2321/22

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Em virtude do falecimento do titular, em 13.04.98

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 17:00 HS (*) SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO

SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Atualizada em: 18/05/98

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

(*) SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA (FUNDOS DE PENSÃO), QUE TENHAM COMO PATROCINADOR A UNIÃO E O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

**PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ ALVES
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
(07 TITULARES E 04 SUPLENTEs)**

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	1-VILSON KLEINUBING	SC-2041/47
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- VAGO (2)	
PMDB			
VAGO (3)		JOAO FRANÇA (1)	RR-3067/68
VAGO			
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLYCY - PT	SP-3215/16		
VAGO			
PPB + PTB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	ERNANDES AMORIM	RO-2051/55

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Em virtude da posse do Senador Waldeck Ornelas como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.

(3) Em virtude do falecimento do titular, em 13.04.98.

REUNIÕES:

SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO

SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

ANDAMENTO

EM 10.9.97 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR GILBERTO MIRANDA

Atualizada em: 14/04/98

7.2) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAR OS RECURSOS FEDERAIS REPASSADOS AO
GOVERNO DE RONDÔNIA
PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
(07 TITULARES E 04 SUPLENTEs)

TITULARES

SUPLENTEs

		PFL	
JULIO CAMPOS	MT-4064/65	1-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
GILBERTO MIRANDA	AM-3104-05	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
		PMDB	
JOSÉ SAAD	GO-3148/50	2-JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
NEY SUASSUNA	PB-4345/46		
		PSDB	
BENI VERAS	CE-3242/43	2 - COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
BLOCO OPOSICAO (PT-PDT-PSB-PPS)			
EDUARDO SUPPLY-PT	SP-3215/16		
PPB - PTB			
ERNADES AMORIM	RO-2251/55		

REUNIÕES:
SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519
Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 06 - telefone: 311-3254

ATUALIZADA EM: 29/04/98

ANDAMENTO

EM 29.04.98 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR COUTINHO JORGE

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

Presidente de honra: Senador José Samey

PRESIDENTE: SENADOR LÚDIO COELHO
VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO JÚLIO REDECKER
SECRETÁRIO-GERAL: DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO: DEPUTADO GERMANO RIGOTTO
(16 TITULARES E 16 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
SENADORES	
PMDB	
JOSÉ FOGAÇA	1 - PEDRO SIMON
CASILDO MALDANER	2 - ROBERTO REQUIÃO
PFL	
VILSON KLEINUBING	1 - JOEL DE HOLLANDA
DJALMA BESSA	2 - JÚLIO CAMPOS
PSDB	
LUDIO COELHO	1 - JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA
PPB	
LEVY DIAS	1 - ESPERIDIAO AMIN
PTB	
JOSÉ EDUARDO	
BLOCO DE CPOSIÇÃO (PT, PSB, PDT, PPS)	
BENEDITA DA SILVA	EMÍLIA FERNANDES

TITULARES	SUPLENTES
DEPUTADOS	
PFL/PTB	
PAULO BORNHAUSEN	VALDOMIRO MEGER
JOSÉ CARLOS ALELUIA	BENITO GAMA
PMDB	
EDISON ANDRINO	CONFÚCIO MOURA
GERMANO RIGOTTO	ROBSON TUMA
PSDB	
FRANCO MONTORO	NELSON MARCHEZAN
CELSO RUSSOMANO	RENATO JONHSSON
PPB	
JULIO REDECKER	
PT/PDT/PC do B	
MIGUEL ROSSETTO	LUIZ MAINARDI
SECRETARIA DA COMISSÃO:	

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 3187436 3187186 318-8232 318-7433
FAX: (55) (061) 3182154
SECRETÁRIA: LOURDES MELO NUNES DE CARVALHO

Atualizada em 05/05/97.

**CONSELHO COMPOSTO
NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO
Nº 1, DE 1998 - CN**

**CONSELHO DESTINADO A PROCEDER
À APRECIÇÃO DOS TRABALHOS ALUSIVOS À COMEMORAÇÃO
DO CENTENÁRIO DE MORTE DO POETA CRUZ E SOUSA**

(Resolução nº 1, de 1998-CN)

SENADORES

Antonio Carlos Magalhães (membro nato)
Ronaldo Cunha Lima
Esperidião Amin
Abdias Nascimento

DEPUTADOS

Paulo Gouvêa
Miro Teixeira

COMISSÃO DE JULGAMENTO

Senador Abdias Nascimento
Senador Esperidião Amin
Deputado Paulo Gouvêa
Gerardo Mello Mourão - poeta e escritor
Iaponan Soares - professor e vice-
presidente do Conselho de Cultura do
Estado de Santa Catarina



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III, Praça dos Três Poderes, CEP 70165-900, Brasília, DF.

Revista de Informação Legislativa

Nº 133 - jan./mar. 1997

Leia neste número:

Carlos Frederico Marés de Souza Filho - O Direito Constitucional e as lacunas da lei.

Semira Adler Vaisenchner e Angela Simões de Farias - Júri popular: algumas possibilidades de condenação ou absolvição.

Cláudio Roberto C. B. Brandão - A importância da concretização da antijuridicidade para a compreensão da essência do crime.

Osvaldo Rodrigues de Souza - Reflexões sobre os institutos da transposição e transformação de cargos públicos.

Ricardo Antônio Lucas Camargo - O direito ao desenvolvimento, a sociedade ocidental e a sociedade tribal no caso brasileiro.

Cármem Lúcia Antunes Rocha - Sobre a súmula vinculante.

Sérgio Sérvulo da Cunha - Conflito possessório e positivismo ético. O agente público em face da decisão legal.

Antônio Carlos Moraes Lessa - Instabilidade e mudanças: os condicionamentos históricos da política externa brasileira sob Geisel (1974-1979).

Marçal Justen Filho, Egon Bockmann Moreira e Eduardo Talamini - Sobre a hipoteca judiciária.

Maria Paula Dallari Bucci - Políticas públicas e direito administrativo.

Guilherme Silva Barbosa Fregapani - Formas alternativas de solução de conflitos e a Lei dos Juizados Especiais Cíveis.

Marcílio Toscano Franca Filho - A Alemanha e o Estado de Direito: apontamentos de teoria constitucional comparada.

Carlos David S. Aarão Reis - A matematização do Direito e as origens da Parte Geral do Direito Civil.

Jete Jane Fiorati - A Convenção das Nações Unidas

sobre Direito do Mar de 1982 e os organismos internacionais por ela criados.

Silvio Dobrowolski - Crime de omissão de recolhimento de impostos e de contribuições: aspectos constitucionais.

Kátia Magalhães Arruda - A responsabilidade do juiz e a garantia de independência.

A. Machado Paupério - Os irracionais de nossa democracia III.

Fernando Braga - Conservadorismo, liberalismo e social-democracia: um estudo de direito político.

Álvaro Melo Filho - Resolução sobre passe: irrationalidades e injuridicidades.

Fabiano André de Souza Mendonça - Democracia e legalidade da tributação na Constituição Federal de 1988.

Fernando Cunha Júnior - Suspensão condicional do processo. Homicídio. Omissão de socorro.

Paulo José Leite Farias - Mutação constitucional judicial como mecanismo de adequação da Constituição Econômica à realidade econômica.

Maria Coeli Simões Pires - Reforma administrativa: reflexões sob a perspectiva político-filosófica.

Jarbas Maranhão - O Estadista Agamenon Magalhães: a Lei Antitruste e a Conferência do Clube Militar.

Roberto Freitas Filho - A "flexibilização" da legalidade nas práticas conciliatórias na Justiça do Trabalho.

Núria Beloso Martín - Comunidades Europeas, Unión Europea y Justicia Comunitaria.

Francisco Eugênio M. Arcanjo - Convenção sobre Diversidade Biológica e Projeto de Lei do Senado nº 306/95: soberania, propriedade e acesso aos recursos genéticos.

Vitor Rolf Laubé - A Previdência no âmbito municipal.

Claudia de Rezende M. de Araújo - Extrafiscalidade.

PARA FAZER SUA ASSINATURA DA RIL: Os pedidos deverão ser acompanhados de original do recibo de depósito a crédito do FUNCEGRAF, Caixa Econômica Federal, Agência 1386, conta nº 920.001-2, operação 006; ou junto ao Banco do Brasil, Agência 0452-9, conta nº 55.560.204-4.

Assinatura para o ano de 1997. Periodicidade trimestral. Números 133 a 136: R\$ 40,00.

Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo, juntamente com o original do recibo de depósito.

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Órgão:			
Unidade:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	País:
Fones:		Fax:	

Outras informações pelos fones: 311-3575/3576/3579. Fax: 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386-2 PAB SEEP**, conta nº 920001-2, Banco do Brasil, Agência 0452-9 Central, conta nº 55560204-4 ou recibo de depósito via FAX (061) 2245450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC. 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3812 e (061) 311-3803, Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 144 PÁGINAS